

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HENRI FRANCIS TERNES DE OLIVEIRA

O CICLO NACIONAL DE GREVES DE MILITARES ESTADUAIS: DA
CONSTITUIÇÃO DE 1988 AO GOVERNO BOLSONARO

CURITIBA

2025

HENRI FRANCIS TERNES DE OLIVEIRA

O CICLO NACIONAL DE GREVES DE MILITARES ESTADUAIS: DA
CONSTITUIÇÃO DE 1988 AO GOVERNO BOLSONARO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

CURITIBA
2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Oliveira, Henri Francis Ternes de

O ciclo nacional de greves de militares estaduais: da Constituição de 1988 ao Governo Bolsonaro. / Henri Francis Ternes de Oliveira. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Tarcisa Silva Bega.

1. Policiais militares. 2. Greves e lockouts – Policiais. 3. Controle social. I. Bega, Maria Tarcisa Silva, 1953-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

Bibliotecária : Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

DECLARAÇÃO

Eu, Profa. Dra. MARIA TARCISA SILVA BEGA, presidenta da banca de defesa de doutoramento, declaro para os devidos fins que o doutorando Henri Francis Ternes de Oliveira, defendeu a tese intitulada: **O CICLO NACIONAL DE GREVES DE MILITARES ESTADUAIS: DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 AO GOVERNO BOLSONARO**, sob minha orientação, no dia 26 de maio de 2025, sendo aprovado pela banca de defesa.

Declaro ainda que na ata da sessão pública de defesa consta um erro no título da tese. Solicito ao setor responsável pela elaboração da ficha catalográfica que desconsidere o título informado na referida ata e acolha o título acima referenciado.

Por ser verdade, firmo a presente,

Documento assinado digitalmente
 MARIA TARCISA SILVA BEGA
Data: 27/08/2025 07:17:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Curitiba, 27 de agosto de 2025.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **HENRI FRANCIS TERNES DE OLIVEIRA**, intitulada: **AS GREVES DE MILITARES ESTADUAIS NO BRASIL: DE 2001 AO GOVERNO BOLSONARO**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA TARCISA SILVA BEGA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 26 de Maio de 2025.

Assinatura Eletrônica
26/05/2025 20:14:27.0
MARIA TARCISA SILVA BEGA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
28/05/2025 08:14:15.0
GILBERTO GRASSI CALIL
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
26/05/2025 15:23:31.0
VICTOR NEIVA E OLIVEIRA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
27/05/2025 15:19:14.0
PAULO RIBEIRO RODRIGUES DA CUNHA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO)

Às mulheres...

Aos amores de ontem, de hoje e de amanhã...

Porque o amor é passado, presente, mas também futuro pretérito.

(Henri Francis Ternes de Oliveira, 2024.)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Silvia Maria Coelho Ternes, minha mãe, pelo apoio incondicional. Sua inteligência, valentia e força são fontes de inspiração. Aos meus irmãos Felipe Ternes de Oliveira e Polyana Ternes de Oliveira que compartilharam as dores e os amores de nossa vida em família. Agradeço a todos os familiares que me ajudaram de inúmeras maneiras, torceram por mim e tornaram a vida mais leve. Aos colegas dos Grupos de Pesquisa que participei ao longo desta jornada de mais de 20 anos na UFPR, aos amigos que suportaram as lamentações e os momentos de euforia, quando eram obrigados a ouvir as descobertas da pesquisa. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, por abrir as portas de uma nova fase em minha vida. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos que possibilitou a realização da pesquisa.

Agradeço especialmente a Professora Doutora Maria Tarcisa Silva Bega, com quem aprendo a todo instante, cada frase é um ensinamento, cada gesto é uma aula, amável e gentil me acolheu em um momento difícil da vida acadêmica e pessoal, sem sua orientação o trabalho não seria realizado da forma que foi.

Agradeço aos membros da banca, Professor Doutor Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha, Professor Doutor Victor Neiva e Oliveira e ao Professor Doutor Gilberto Grassi Calil, por aceitarem me acompanhar nesta fase final e tão importante do trabalho.

Agradeço ao DIEESE, especialmente ao Rodrigo Linhares por cederem um material tão valioso para minha pesquisa, a gentileza e prontidão em me atender foi motivo de muita alegria.

Agradeço a Jenny Kethlyn, companheira leal de uma vida, que acompanhou minha jornada enquanto pesquisador e bombeiro militar, praticamente desde o início, por muitas vezes foi minha interlocutora e experimentou na pele os dramas e as vitórias dessa luta, suportando os altos e baixos das emoções e por vezes carregando sozinha o peso da manutenção das necessidades materiais diárias, para que eu me dedicasse integralmente a busca desse sonho. As contingências da vida nos colocaram em caminhos separados, mas esses quase 17 anos me deram uma amiga que poucos tem o privilégio de ter. A você Jenny, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a Karollyn Larissa por me ajudar com os gráficos que abrilhantaram a tese, essa ajuda foi preciosa.

Agradeço a Camila Rezende, a Cami, que de colega admirada se tornou uma parceira maravilhosa, cujo ajuda na reta final do trabalho foi primordial. Nossa história cheia de encontros, desencontros e coincidências, as vezes numerológicas, nos levou a esse momento

tão especial para nós dois. Uma parceria que ultrapassa a vida acadêmica, alcança as academias e mergulha no profundo das emoções, inclusive da sociologia das emoções. Você é inspiradora, um estimulante natural. Sua ajuda foi e é mais do que um apoio ocasional, é um complemento precioso, uma provocação constante ao aperfeiçoamento. Que possamos desfrutar desse presente por muito tempo, que, quem sabe, um anjo de nome Wagner nos proporcionou.

Agradeço a todos e todas que me incentivaram e estimularam nestes 44 anos de existência.

Por fim, agradeço ao querido e saudoso Professor Pedro Rodolfo Bode de Moraes, ou simplesmente Pedro. Pai Pedro está entre nós...

RESUMO

As greves de militares estaduais tornaram-se recorrentes no Brasil após a Constituição Federal de 1988, entretanto, os estudos sociológicos sobre o tema ainda são insuficientes para entender a complexidade desse fenômeno. Esta tese analisa o ciclo nacional de greves de policiais militares entre 1988 e 2022, com o objetivo de compreender suas motivações, formas de organização, disputas internas e transformações ao longo do tempo. A pesquisa parte da hipótese de que essas mobilizações expressam não apenas reivindicações corporativas, mas disputas mais amplas, que dizem respeito a própria dinâmica da luta de classes no país. Justifica-se, assim, pela urgência de compreender o papel das Polícias Militares no cenário contemporâneo, marcado pela militarização da política, pela reorganização da extrema direita no país e pelo avanço do neofascismo. O referencial teórico articula autores da sociologia crítica, com destaque para Florestan Fernandes, Heloísa Fernandes e clássicos como Erving Goffman, e Sidney Tarrow, mobilizando conceitos como autocracia burguesa, estado autocrático burguês, instituições totais, categoria social, hipermilitarização, alienação, neoliberalismo e fascismo. A metodologia utilizada se concentrou na observação participante; em 15 entrevistas semiestruturadas com integrantes de quatro das cinco macrorregiões do país (Sul, Sudeste, Norte e Nordeste); e na análise documental de três fontes distintas: 1) Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); 2) material jornalístico sobre as greves; 3) material do Movimento Policiais Antifascismo (MPAF). Além destas, outras fontes documentais são consultadas e submetidas ao escrutínio da Análise Crítica do Discurso (ACD), de Norman Fairclough, por fim, a própria experiência do autor é utilizada como instrumento reflexivo de análise. Como resultado, a tese propõe uma tipologia original das greves (de base, de cúpula e mistas) e identifica quatro grandes ciclos articulados às transformações da economia política brasileira: dois ciclos neoliberais, um ciclo neodesenvolvimentista e um ciclo pós-golpe de 2016. Demonstra-se que esses ciclos expressam variações na consciência e organização política das burocracias militares, evidenciando ora sua aproximação com setores da esquerda, ora sua captura por projetos autoritários e de extrema-direita. A pesquisa contribui para o debate sobre o papel político das forças de segurança, revelando tensões profundas entre democracia, controle social e militarização do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Greve de militares estaduais; policiais militares; controle social; neofascismo; antifascismo.

ABSTRACT

The strikes by state military personnel have been recurrent in Brazil since the 1988 Federal Constitution; however, sociological studies on the subject are still insufficient to understand the complexity of these phenomenon. This thesis analyzes the national cycle of military police strikes between 1988 and 2022, with the aim of understanding their motivations, forms of organization, internal disputes, and transformations over time. The research is based on the hypothesis that these mobilizations express not only corporate demands, but broader disputes that concern the very dynamics of the class struggle in the country. It is thus justified by the urgency of understanding the role of the Military Police in the contemporary scenario, marked by the militarization of politics, the reorganization of the extreme right in the country and the advance of neofascism. The theoretical framework articulates authors of critical sociology, with emphasis on Florestan Fernandes, Heloísa Fernandes and classics such as Erving Goffman and Sidney Tarrow, mobilizing concepts such as bourgeois autocracy, bourgeois autocratic state, total institutions, social category, hypermilitarization, alienation, neoliberalism and fascism. The methodology used focused on participant observation; 15 semi-structured interviews with members of four of the five macro-regions of the country (South, Southeast, North and Northeast); and documentary analysis of three different sources: 1) Inter-Union Department of Statistics and Socioeconomic Studies (DIEESE); 2) journalistic material on the strikes; 3) documents from the Anti-Fascist Police Movement (MPAF). In addition to these, other documentary sources were consulted and subjected to the scrutiny of Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis (CDA). Finally, the author's own experience was used as a reflective instrument of analysis. As a result, the thesis proposes an original typology of strikes (grassroots, command and mixed) and identifies four major cycles linked to the transformations of the Brazilian political economy: two neoliberal cycles, a neodevelopmentalist cycle and a post-2016 coup cycle. It is demonstrated that these cycles express variations in the political consciousness and organization of military bureaucracies, sometimes evidencing their rapprochement with sectors of the left, sometimes their capture by authoritarian and far-right projects. The research contributes to the debate on the political role of security forces, revealing deep tensions between democracy, social control and the militarization of the Brazilian state.

Keywords: military police strike; military police; social control; neofascism; fascism.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AACSP – Aparelho Autocrático de Controle Social Perverso

AC – Acre

ACD – Análise Crítica do Discurso

ACSMCE – Associação de Cabos e Soldados Militares do Ceará

AIFU – Ação Integrada de Fiscalização Urbana

AL – Alagoas

ALECE – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

ALEP – Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

AMAI – Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos Inativos e Pensionistas

ANASPRA – Associação Nacional de Praças

APRA – Associação de Praças da Polícia Militar

APRASC – Associação de Praças de Santa Catarina

APROSPEC – Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Estado do Ceará

AVM – Associação da Vila Militar

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CADIN – Cadastro Informativo Estadual

CBMERJ – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro

CBs – Corpos de Bombeiros

CEDI – Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados

CE – Ceará

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CESPDH – Centro de Estudo em Segurança Pública e Direitos Humanos

CIODES – Centro Integrado Operacional de Defesa Social

CIOSP – Centro Integrado de Operações de Segurança Pública

CMEIV – Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

DAS – Dispositivo Autocrático de Segurança

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EDP – Estratégia Democrático Popular

ENERP – Encontro Nacional de Entidades Representativas de Praças

EUA – Estados Unidos da América

FFAA – Forças Armadas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FES – Fórum de Entidades Sindicais do Paraná

GM – Guarda Municipal

GO – Goiás

INFOSEG – Rede Integrada Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização

LEAP – Law Enforcement Against Prohibition

MG – Minas Gerais

MPAF – Movimento Policiais Antifascismo

MS – Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MT – Mato Grosso

NAPP – Núcleo de Acompanhamento e Políticas Públicas

NEV – Núcleo de Estudos da Violência

NUAP – Núcleo de Antropologia da Política

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PA – Pará

PB – Paraíba

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrata Cristão

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PE – Pernambuco

PFL – Partido da Frente Liberal

PI – Piauí

PM – Polícia Militar

PMCE – Polícia Militar do Ceará

PMPR – Polícia Militar do Paraná

PNSPDS – Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PP – Partido Progressistas

PMs – Polícias Militares

PR – Paraná

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania

PRP – Partido de Representação Popular

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

RH – Recursos Humanos

RJ – Rio de Janeiro

RS – Rio Grande do Sul

RR – Roraima

SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UPCBPR – União das Praças do Corpo de Bombeiros do Paraná

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 A dinâmica das greves de militares estaduais. Em busca das determinações do fenômeno, aspectos metodológicos e o ponto de partida do fazer sociológico	16
1.1.1 As greves e o planeta bola	21
1.2 Estrutura do trabalho de tese	26
2 A ECONOMIA POLÍTICA E O CICLO NACIONAL DE GREVES DOS MILITARES ESTADUAIS.....	34
2.1 Os governos de Collor/Itamar, FHC e o PT na segurança pública	44
2.2 O neoliberalismo, os governos do PT e a segurança pública	49
2.3 O desenvolvimentismo petista no contexto neoliberal e o recuo nas reformas da Segurança Pública.....	51
2.4 O Plano de reconstrução e transformação do Brasil.....	56
2.5 O Estado autocrático brasileiro	62
3 AS GREVES DE MILITARES ESTADUAIS	65
3.1 Por que greves?.....	71
3.2 Os níveis que estruturam o fenômeno	83
3.3 (Hiper)militarização da segurança pública: um fenômeno neoliberal ou característica histórica?.....	89
3.4 O ciclo nacional de greves de militares estaduais	91
3.4.1 O Primeiro Ciclo Neoliberal pós Constituição Federal de 1988	93
3.4.2 Segundo Ciclo Neoliberal pós Constituição de 1988: os governos de FHC	97
3.4.3 O Ciclo do Neodesenvolvimentismo condicionado: articulação nacional, avanços organizativos e desenvolvimento da consciência das Praças	113
3.4.4 As dimensões do paradigma da integração.....	121
3.4.5 Uma breve incursão aos procedimentos metodológicos para análise do paradigma da integração na segurança pública brasileira	122
3.4.6 Ação Integrada de Fiscalização Urbana como exemplo típico.....	124

4 O CICLO NEOLIBERAL PÓS GOLPE DE 2016: OBLITERAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS BASES, RECUO NA CONSCIÊNCIA	127
4.1 Efeitos do Neofascismo e reação vinda de dentro	128
4.2 Os pontos de partida – Um ponto de partida, duas experiências	133
4.3 Sobre o bolsonarismo enquanto fenômeno neofascista e o Movimento Policiais Antifascismo uma novidade por fazer-se	138
4.3.1 O que o campo diz sobre o MPAF	140
4.3.2 Alguém está te cobrando isso?	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	154
ANEXOS	167

1 INTRODUÇÃO

1.1 A dinâmica das greves de militares estaduais. Em busca das determinações do fenômeno, aspectos metodológicos e o ponto de partida do fazer sociológico

Descrever o percurso metodológico adotado na pesquisa pode parecer uma tarefa simples, uma vez que aparentemente basta percorrer os caminhos pelos quais se alcançaram os resultados, entretanto, não se trata de um percurso linear, uma reta com trajetória preestabelecida. Trata-se de um emaranhado, um conjunto complexo de informações e análises que levam a diversos caminhos e possibilidades sem oferecer certezas. São contingências que precisam ser avaliadas e escolhidas pelo pesquisador a cada instante da investigação e por isso as vezes se tornam extremamente complexas, pois se determinado caminho for escolhido outros ficam mais difíceis de percorrer. Por isso se fala de escolhas, que estão longe de ser uma receita pronta e não há como ser diferente, caso contrário as chances de termos apenas uma perspectiva sobre o fenômeno seria imensa e a própria ideia da sociologia como ciência estaria comprometida. No sentido que não seria mais preciso realizar novas investigações sobre o fenômeno, bastaria seguir as pegadas anteriores para alcançar o resultado esperado. Ocorre que a dinâmica social é versátil, como o vento e a chuva apagam as marcas no chão, os fenômenos sociais também se alteram de acordo com novos eventos, por isso inovações metodológicas que alcancem os fenômenos em seus aspectos quantitativos e qualitativos são bem-vindas.

Os grupos humanos acumulam experiências que lhe valem novos procedimentos, novas formas de manifestação e assim um fenômeno específico ganha em qualidade e quantidade. Justamente por isso a ciência social é tão espetacular, ela tem por tarefa compreender, explicar e no limite de suas possibilidades, quando já madura e de algum modo saturada pelo conhecimento produzido, realizar uma crítica ao fenômeno. Foi a partir desta tríade; compreensão, explicação e crítica que o percurso metodológico da pesquisa foi baseado. Vale dizer que a ideia principal é a diluição do chamado método ao longo da tese, isso porque, como dito acima, trata-se de um emaranhado de informações e conhecimentos anteriormente produzidos que vão sendo acessados ao longo da investigação, ainda que um certo planejamento de trabalho tenha sido esboçado.

A investigação começou com o conhecimento prévio de outros eventos, devido minha inserção no campo de estudos da segurança pública como um especialista no tema estudado. Inauguro a pesquisa contando com uma dissertação de mestrado e um trabalho de conclusão de

curso de graduação sobre o tema, o que me valeu certa vantagem, pois já conhecia preliminarmente a partir destas investigações anteriores muita coisa a respeito das greves. Outra vantagem que me favoreceu foi o fato de ter sido operador da segurança pública durante mais de uma década, como bombeiro militar acessei muito do que se pode chamar de bastidores das instituições policiais militares, coisas triviais, do dia a dia, mas que são centrais quando se pretende alcançar a intimidade destas instituições. Desde cedo em minha formação de cientista social contrastei o que se dizia ou escrevia sobre a instituição em que eu trabalhava e como ela funcionava de fato. Por diversas vezes pude notar o quão distante estavam muitas teorias sobre essa instituição e seus membros. Não se trata de um demérito sobre o conhecimento produzido pelas ciências humanas acerca de seus objetos, ao contrário, é sobre a dificuldade do fazer ciência social.

Além de bombeiro também fui um militante, atuava ativamente na União das Praças do Corpo de Bombeiros do Paraná, associação que idealizei e ajudei a fundar, isso me valeu outro conjunto de conhecimentos, fundamentais no decorrer da pesquisa. A partir da atividade militante construí uma rede de amigos, colegas, parceiros e até adversários políticos que em um dado momento foram ou podem ser fontes de informações preciosas. Acessei pessoas e bastidores de reuniões que problematizavam temas diversos, desde uma pauta emergencial vinda sem esperar até articulações calculadas para alcançar objetivos de médio e longo prazo. Debates, audiências públicas, articulações políticas de caráter micro e macro, da dinâmica interna e externa a instituição.

Também contava com um arcabouço teórico que ultrapassava o conhecimento sobre o fenômeno em si, que vinha desde a formação em ciências sociais, mas também da própria militância. As vezes apenas tangenciando o tema, aí entra o esforço de encontrar os pontos de ligação. Essa deve ser uma das virtudes do pesquisador, acessar o diálogo entre as grandes teorias e os objetos que se propõe a investigar. De forma que uma das novidades do trabalho foi justamente aproximar um debate mais amplo, macroestrutural que é o da economia política, ao fenômeno das greves. Agora parece fácil perceber, mas não foi assim desde o começo, com tentativas e erros essa aproximação foi sendo construída. Também já contava com um conjunto expressivo de materiais sobre as greves, desde reportagens até um arquivo que compilava as greves dos militares estaduais desde 1988, conseguido junto ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Sendo assim, seguirei agora na tentativa de descrever sumariamente as principais rotas percorridas pela investigação.

O plano de trabalho deveria seguir a seguinte proposta: coleta de material empírico que somado ao material que eu já possuía deveriam subsidiar as análises. Entre esse material havia

a intensão de esgotar o quanto fosse possível a produção de notícias pela imprensa. O planejamento também contava com a realização de entrevistas semiestruturadas e somou-se a proposta a observação participante, pois durante a investigação, os militares da reserva da Polícia Militar do Paraná se mobilizam e montam um acampamento em frente ao palácio do governo na capital paranaense. Apesar de não se efetivar uma greve a mobilização teve repercussão no interior da tropa e algumas visitas ao acampamento ajudaram a compreender a dinâmica daquele momento, que já se mostrava diferente de eventos anteriores. A observação participante também foi utilizada para acessar os bastidores do Movimento Policiais Antifascismo que inicialmente não fazia parte do projeto. O contato com integrantes do Movimento seria apenas para alcançar pessoas que pudessem dar informações sobre as greves, de preferência militares estaduais, que tiveram participação ou vivido experiências com eventos grevistas em suas instituições, uma vez que o Movimento conta com uma gama bastante grande de trabalhadores ligados a segurança pública. Desta forma o MPAF foi, aos poucos, incorporado a pesquisa. Como dito acima os caminhos da pesquisa são tortuosos, não são lineares, se alteram e se revelam durante a investigação, foi assim com o Movimento Policiais Antifascismo que passa a fazer parte da pesquisa por contingência e não por uma escolha inicial.

Foram 4 eventos do Movimento que acompanhei *in loco*: o primeiro deles foi o III Congresso do Movimento realizado no Rio Grande do Norte, os demais, foram o Encontro estadual do Espírito Santo, o Encontro estadual do Rio Grande do Sul e o Encontro estadual do Paraná. Também acompanhei reuniões virtuais, um curso de formação política em parceria com a Escola Florestan Fernandes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e debates das redes sociais.

Já a espinha dorsal da investigação é o banco de dados do Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SAG-DIEESE), a primeira oportunidade de contato com esse material foi anterior a minha chegada ao curso de doutorado. Cedido pelo professor Paulo Ribeiro da Cunha a partir de um encontro no Simpósio Nacional de História Militar na Universidade de Londrina, o material compilava as greves até 2018. Posteriormente pedi ao DIEESE um documento atualizado. A pesquisa deveria se concentrar nas greves entre 2001, ano da greve de militares estaduais do Paraná, objeto de minha dissertação de mestrado e 2020, ano de ingresso no curso de doutorado. Como em 2020 ocorre a greve do Ceará no início do ano, com grande repercussão nacional, ela não poderia ficar de fora, mais uma contingência do trabalho. Nesse momento acionei alguns contatos e consegui uma entrevista por vídeo chamada com um policial do Ceará, que me colocou a par de diversos bastidores do movimento e da política da polícia militar daquele

estado. Muitas das informações não apareciam na imprensa, outra fonte que passei a consultar diariamente sobre o caso do Ceará. Essa foi a primeira entrevista, ela subverteu a lógica da pesquisa, pois estava apenas iniciando o curso de doutorado e no plano de trabalho as entrevistas deveriam acontecer em outro momento, entretanto, essa entrevista abriu caminhos para pensar e compreender o objeto de outra forma, para além das análises catastróficas sobre golpe de estado vindo por parte das polícias militares brasileiras, bem comum a época. Isso seguiu acontecendo, novos eventos surgiam e eram incorporados a análise. O fazer a pesquisa estava em curso sem o controle que se supõe e espera quando nos propomos a mergulhar em um objeto de estudos como este.

Como o banco de dados atualizado continha eventos até 2022 e foi o ano de eleições majoritárias esse foi o marco para delimitar o recorte temporal. Contudo, ao analisar o documento que compilava greves desde 1988, já munido de arsenal teórico que abordava o tema das greves sobre a perspectiva de ciclos, o recorte é alterado novamente, mas agora recua no tempo, de 2001 recua à 1988 o que me colocou diante de um desafio, o de analisar greves de militares estaduais desde a redemocratização, se considerarmos a Constituição Federal de 1988 o marco político desse processo.

Ao elaborar quadros sínteses para visualizar melhor as informações contidas no material e identificar os anos com maior número de greves, notei as regularidades nos eventos. Da mesma forma passei a questionar com mais acuidade a ideia de que determinados anos representavam ciclos específicos, isso porque alguns dos chamados ciclos claramente tinham ligação com eventos e fatos anteriores e ou iniciavam com movimentos que redundariam em greves somente no ano seguinte, ou seja, havia um encadeamento entre os eventos. O caso do Ceará em 2020 é um exemplo disso, apesar de a greve estourar no início do ano, os militares daquele estado já estavam mobilizados e em luta política a alguns meses. Esse procedimento possibilitou o desenvolvimento da tipologia proposta no trabalho e de uma nova leitura sobre o que tem se chamado de ciclos para esse tipo de fenômeno.

Quanto aos ciclos, não se tratou de uma ruptura com abordagens anteriores, e sim de um refinamento, que aliou aspectos da economia política a dinâmica própria dos movimentos, reconhecendo que greves não são eventos esporádicos, isolados, são processos que se efetivam a partir de uma série de outros eventos e disputas no interior da política da polícia e no embate entre militares e o estado. Já a tipologia, está calcada nas principais pautas demandadas pelos militares estaduais ao longo dos anos e do grupo que dirige as greves, esse último elemento é mais sutil, pois nem sempre a direção do movimento é conhecida publicamente, as vezes figuras públicas cumprem papéis subordinados a outros interesses. Aqui, o conhecimento crítico sobre

instituições militares e minha experiência pessoal de militar militante fez a diferença, o acesso aos bastidores da instituição e da política da polícia ajudou a entender a sutileza de determinados movimentos e de como o que é aparente as vezes não representa o que de fato está em jogo.

A vantagem da tipologia desenvolvida é que ela não é rígida, ao contrário, conta com certo grau de flexibilidade, uma vez que novas descobertas podem alterar sua orientação. Tão pouco se trata de um esquema para enquadrar o fenômeno, na verdade é apenas uma ferramenta para uma aproximação do objeto podendo ser descartada se a realidade demonstrar evidências para isso.

O banco de dados foi contrastado, sempre que possível, com material da imprensa e com as entrevistas, de forma que as informações pudessem ser comparadas e testadas. Outro conjunto de documentos foram utilizados, como: o relatório da Comissão Especial de Segurança Pública do Congresso Nacional, realizada após a crise das greves de 1997; documentos do Movimento Policiais Antifascismo também foram consultados e mais algumas dezenas de relatórios do DIEESE que analisam greves no país. Todo esse material consultado de forma meio errática, visitado e revisitado em momentos distintos da investigação, sendo comparados uns com os outros e analisados a partir das descobertas anteriores ajudaram a chegar no que chamo de elementos essenciais sobre o tema das greves de militares estaduais no país desde a Constituição de 1988, provavelmente é o trabalho mais completo em termos de análise de uma quantidade tão grande de eventos já produzido no país.

Por fim, as entrevistas foram fundamentais para ouvir a voz dos policiais e ou de pessoas diretamente implicadas no calor dos acontecimentos. Apesar de muito significativas ao trabalho, elas não são muito exploradas no texto, isso se deu para preservar ao máximo os entrevistados, que trouxeram informações que poderiam colocar suas vidas em risco, uma vez que em muitas oportunidades no período das greves houve aumento de casos de violência e a participação de policiais nesses casos pode ser inferida. O entrevistado que está mais exposto no trabalho é o ex-deputado José Genoíno, não por algum desprezo a sua segurança, ao contrário, o respeito e a admiração pelo político são incomensuráveis, mas tudo o que ele relatou na entrevista está de algum modo dito por ele em outras entrevistas, palestras e mesas de debate que tem participado, como figura pública está mais protegido que os demais entrevistados, por vezes meros trabalhadores da segurança pública que apenas viveram a experiência de uma greve em suas carreiras. A importância de Genoíno também se dá por ter sido parlamentar durante muitos anos, liderança expressiva do Partido dos Trabalhadores, e por ter sido deputado constituinte, atuando justamente na Comissão que debateu os destinos da segurança pública para a Nova República. Como curiosidade, Florestan Fernandes a quem tenho grande devoção, foi suplente na referida

Comissão e ainda que o mestre Florestan não tenha produzido muita coisa especificamente sobre segurança pública, sua obra está recheada direta ou indiretamente sobre esse tema. Sua filha Heloísa, preenche essa lacuna, com um trabalho seminal que balizou boa parte das minhas referências sobre a Polícia Militar.

As entrevistas que aconteceram ao longo dos anos da investigação, tiveram vários formatos, uma boa parte foi feita por vídeo chamadas, o que limita a interação com o entrevistado. Por outro lado, possibilita acessar pessoas em regiões distantes, foi o que ocorreu, esse formato permitiu entrevistar pessoas em quatro das cinco macrorregiões do país, possibilitando um quadro mais completo sobre o fenômeno em território nacional. O destaque é que muitas das conversas que tive, tanto face a face quanto por vídeo chamada, não se tornaram entrevistas oficiais, por isso não foram contabilizadas, isso porque também foram fruto de contingências, ou seja, surgiram de forma espontânea, sem um interesse prévio de realizar uma entrevista para a pesquisa com aquela pessoa ou porque vieram até mim por outros motivos, as vezes para trocar informações ou me consultar sobre determinado assunto a respeito da segurança pública. Com as entrevistas oficiais aconteceu algo parecido, as conversas sem o gravador ligado proporcionavam incontáveis momentos de acesso ao universo da problemática da segurança pública. Descrever esses momentos é mais um dos desafios e da beleza do fazer sociologia, não há como retirar do investigador tudo o que ele absorve no processo de descoberta do seu objeto.

Para ajudar a descrever os objetivos centrais da investigação passo agora a desenvolver uma alegoria que explica a proposta do trabalho.

1.1.1 As greves e o planeta bola

Lançarei mão de uma alegoria para ilustrar o método utilizado e de saída aviso aos leitores e leitoras do trabalho que, apesar de iniciar comentando o método utilizado, não há no trabalho uma parte exclusiva para este debate. A proposta é indicar como a pesquisa se deu, a cada passo do texto, em razão da diversidade de métodos e técnicas utilizadas no trabalho. O fenômeno em si e o próprio desenvolvimento da pesquisa exigiram que diversas abordagens fossem utilizadas, de maneira que não é possível definir uma forma de análise como a principal. Ao avançar sobre o fenômeno, retirando suas camadas, percebe-se que é necessário lançar mão de outras ferramentas para seguir a diante, de forma que a cada nova descoberta é necessário outro conjunto de métodos e técnicas. Sendo assim o trabalho foi composto por análises qualitativas que não seriam capazes de indicar resultados interessantes se não tivessem

amparadas por dados e análises de caráter quantitativo. Neste emaranhado o leitor verá a economia política como pano de fundo, a análise crítica do discurso, entrevistas e revisão bibliográfica sobre o tema e mais um bocado de tentativas e experimentações que buscaram desvendar as greves de militares estaduais em um recorte temporal e espacial bastante amplo. Neste sentido minha experiência pode ser reconhecida como uma das formas de abordar o fenômeno em questão. A seguir passo a explicitar um pouco mais esse desafio a partir de uma alegoria que bem pode representar o trabalho.

Essa alegoria diz muito a respeito do Brasil. É inegável que o país tem como uma de suas referências o futebol, entretanto, me parece que apesar da popularidade do esporte no país, pouco se reflete sobre ele e suas especificidades, muito mais se pratica do que se teoriza este esporte. Entendendo a teoria como aquilo que explica a realidade, ou seja, intimamente ligada aos fenômenos enquanto tais e não ao contrário, como algo que pressupõe ou sugere questões ao mundo, não há como ser diferente. Seguindo na alegoria, a impressão é que o esporte mais popular do país pouco estimulou reflexões sobre ele mesmo, a não ser no mundo especializado do esporte e em nichos da academia e da imprensa. Isto é bem representado por frases do tipo “no Brasil existem 200 milhões de técnicos”, afirmação que claramente reforça a ideia de que todo brasileiro sabe bem de futebol e em muitas das famílias brasileiras o sonho de se tornar um jogador de futebol faz parte do imaginário. Mas algumas perguntas podem surgir e talvez os milhões de técnicos, jogadores e ex-jogadores não saibam responder as mais simples: O que é o futebol? E quais os elementos essenciais do futebol? Simplificando; o que não pode faltar para que o jogo exista? Trazendo mais para o discurso acadêmico e nossa linguagem discursiva, ou ao menos de certa tradição, quais os elementos determinantes do futebol? Certamente haverá múltiplas respostas, inclusive as que não revelam a essência do fenômeno do jogo, os elementos básicos indispensáveis à compreensão deste fenômeno esportivo e cultural brasileiro. Minha resposta para desilusão de muitos é que o futebol é composto fundamentalmente por 5 elementos básicos, sem os quais não há jogo. São eles: espaço, tempo, bola, jogador e por fim e diversas vezes esquecido pelos especialistas e profissionais da bola, a interação destes elementos mediada pelo jogador, ele mesmo interagindo com todos os outros elementos. Sem essa interação não há jogo!

Dito isso, devemos reconhecer que por si só essa constatação não alcança a totalidade do fenômeno, portanto a realidade concreta do esporte e sua realização nas diversas formas que ele se apresenta. Temos apenas as suas determinações básicas, pelas quais não é possível alcançar muito mais do que como ele se constitui, como ele se realiza de maneira mais simples. Destas determinações derivam outras tantas que irão compor a totalidade do fenômeno futebol,

sendo necessário uma investigação profunda e longa, diria permanente, uma vez que a história deste esporte mostra que ele se modifica, se adapta e se amplia, avança sobre outros territórios, classes sociais e Estados, cria organizações poderosas e eventos magníficos, mobiliza recursos e produz ídolos, estimula pesquisas debates e até reflexões como esta. Ainda assim, tudo isso está e estará determinado enquanto o fenômeno existir pelos cinco elementos iniciais. Tudo que se possa dizer sobre o futebol estará de algum modo condicionado pela essência dele. Findada a exposição dessa alegoria vamos agora ao que de fato interessa, as greves de policiais militares após a Constituição de 1988.

Como na alegoria acima, a proposta é localizar a essência do fenômeno, entender por que, como e em que condições os policiais militares fazem greves. Para isso é necessário localizar os elementos básicos do fenômeno. Estes elementos são a rigor, o próprio policial militar, sem o qual os movimentos grevistas e as manifestações políticas, objeto deste estudo, não existiriam. Compreender quem é esse sujeito coletivo e a qual grupo social ele pertence é fundamental para a compreensão, explicação e crítica ao fenômeno. Neste sentido, há um conjunto de estudos que podem subsidiar a reflexão sobre os policiais militares, uma boa parte trata da formação da identidade destes sujeitos (Muniz, 1999) e (Poncioni, 2003). O estudo que mais parece dar conta de apreender o grupo social em questão, tanto pelo seu rigor teórico metodológico como pela capacidade explicativa, tendo em vista a aproximação ao objeto estudado e seus sujeitos em suas diversas manifestações, levando em conta a investigação científica aqui descrita e minha própria experiência é o trabalho de Heloísa Fernandes (1979).

A socióloga estabelece um diálogo com diversos autores que lançam mão do conceito de “categoria social” para tratar de grupos ligados e constituídos a partir do Estado principalmente. Todavia, Heloísa Fernandes (1979) faz uma rotação que busca melhor apreender o objeto. Sem abandonar a ideia central, ela propõe outra abordagem que reconhece o momento anterior a constituição do conceito, ou seja, da formação desta categoria social. Este momento seria justamente o encontro entre “duas personagens”: o Estado enquanto patrão comprador da força de trabalho e os trabalhadores livres – ou uma parte destes que vendem sua força de trabalho ao Estado, criticando as abordagens que tomam o Estado como algo apartado da sociedade (Heloísa Fernandes, 1979, p. 165). Aqui, de saída temos uma questão fundamental. A relação do Estado patrão com o trabalhador livre, que se desdobra nas condições de trabalho e na própria natureza da atividade policial. A rigor as condições de trabalho dos militares estaduais não são boas, só para citar um exemplo, em muitos estados não há uma regulamentação sobre a jornada de trabalho, quando há, ela não atende as expectativas e as necessidades laborais básicas para que se possa realizar um bom trabalho. Consequentemente

o excesso de trabalho aumenta o número de erros e pode ter impactos na própria violência policial.

O segundo elemento central para análise, seria justamente a Instituição Polícia Militar, onde está abrigada esta categoria social. Sem compreender minimamente o que é e como funciona a Polícia Militar brasileira pouco se pode avançar no estudo sobre as greves de seus integrantes. Aqui merece destaque que farei um breve apanhado histórico sobre estas instituições no Brasil, que busca apresentar as particularidades deste tipo de polícia. De maneira nenhuma ela pode ser pensada isolada do Estado e da sociedade, onde emerge o próximo elemento da análise. Sem compreender o Estado brasileiro e sobretudo o seu momento atual também não há condições de produzir conhecimento amplo e com rigor científico sobre o fenômeno das greves dos militares estaduais. Uma vez que estou tratando de aparato repressivo estatal, portanto, do Estado, também deve fazer parte da equação as relações de classe no Brasil. De maneira geral a configuração da luta de classes no interior da sociedade brasileira, bem como a própria história deste processo acompanham a discussão desde o início.

Partirei de formulações, algumas já bastante debatidas e outras nem tanto. Uma delas é a proposta por Florestan Fernandes, de autocracia burguesa e Estado autocrático burguês. Para Florestan a autocracia burguesa se caracteriza basicamente por dois elementos centrais. O primeiro é a relação de parceria subordinada às burguesias hegemônicas e a segundo é a sua relação sobre exploração econômica, e opressão política com as demais classes e agrupamentos sociais no interior do estado nacional brasileiro (Fernandes, 2020). Tomemos essa sobre exploração também como super-exploração, uma vez que direitos e garantias destinados aos trabalhadores e trabalhadoras formalmente ligados e dependentes do trabalho não foi generalizado ao conjunto da população trabalhadora, gerando um mercado de trabalho informal, mal remunerado que não tem acesso as garantias básicas “oferecidas” pelo Estado, essa é uma característica histórica da formação social brasileira.

A opressão política pode ser resumida em essência como a violência das mais diversas formas contra a população trabalhadora. O que gera uma barreira a organização e atuação política desta mesma classe social, ou seja, dos trabalhadores e trabalhadoras, os “de baixo” como chamava Florestan. Para que essa violência se realize e seja bem-sucedida é necessário a atuação de um aparato organizado, historicamente construído e moldado para este fim. Em suma, é justamente da importância deste aparato para a efetiva existência da autocracia burguesa no Brasil que será tratada aqui. Dentro deste conjunto maior que é o aparato repressivo brasileiro há a centralidade da Polícia Militar como eixo estruturador da prática cotidiana da violência em seus diversos níveis, ou do controle social perverso (Moraes, 2005).

O conceito de autocracia burguesa e o Estado autocrático burguês serão levados em conta nesta análise, a compreensão das bases e da constituição do Estado brasileiro dizem muito a respeito da formação das PMs no Brasil. Este tipo de Estado dá origem a um tipo de polícia. As mudanças no Estado também terão algum impacto maior ou menor no aparato policial. A polícia acaba sendo uma resposta à manutenção do ordenamento social, ou seja, das relações sociais constituintes da formação social brasileira. Em última instância, no próprio desenrolar da luta de classes.

A luta de classes é outro elemento que compõe a análise e está presente em praticamente todos os demais. Ainda que não faça uma análise pormenorizada do momento em que se encontra a luta de classes no país não há como deixá-la de fora. Como disse Heloisa Fernandes (1973, p. 71) sobre a PM “Organização peculiar que garante a esta força repressiva a manutenção das relações sociais de acordo com a própria intensidade da luta de classes, de fato, como verdadeiro ‘termômetro’ de sua atuação”.

Isso leva a outro elemento central para a investigação. É justamente o atual estágio de acumulação capitalista, o neoliberalismo e seus desdobramentos no Brasil. São as suas consequências mais imediatas como suas resistências ou tentativas de resistir a esse processo que devem ser investigadas e apontadas no trabalho. A proposta é investigar o movimento histórico das greves de policiais militares que, sem dúvida, acompanha o movimento histórico do capital e as mudanças políticas que ele suscita no país. Portanto, a investigação não é tão somente ou exclusivamente sobre o fenômeno das greves de militares estaduais, mas de como estes eventos, que podem ser reconhecidos historicamente, ou seja, estiveram presentes em diversos contextos e formas distintas na história brasileira. Se trata de como eles se desenvolveram enquanto fenômenos sociais diante da realidade política e econômica do país nas últimas décadas.

Os elementos acima sumarizados não serão abordados nesta ordem, eles nos levam a outros tantos desdobramentos que devem ser explorados ao longo da exposição do trabalho. Também não serão exaustivamente analisados por que não cabem no horizonte temporal de uma tese, entretanto, os cinco elementos indicados irão compor um quadro geral que deve subsidiar o trabalho. Como dito anteriormente, não é possível uma análise coerente sobre este fenômeno sem avançar pelo caminho sugerido. Agora que já indiquei o plano de voo, passo a abordar todos esses elementos em conjunto.

1.2 Estrutura do trabalho de tese

O objeto central da investigação são as greves de militares estaduais em todo território brasileiro após a redemocratização, mais precisamente depois da promulgação da Constituição Federal de 1988 até o ano de 2022. Este recorte temporal está dividido em três fases, que correspondem a tentativa do país em reestabelecer a democracia burguesa após a ditadura civil-militar.

A primeira fase corresponde aos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Augusto Cautiero Franco e Fernando Henrique Cardoso. A segunda fase corresponde aos governos do Partido dos Trabalhadores e a última a partir de 2016, marcada por um golpe contra a Presidenta Dilma que desestabilizou a democracia e inaugurou novo período de ascensão da extrema direita brasileira.

O trabalho está dividido em três capítulos, além desta introdução e de uma conclusão com as principais impressões sobre o fenômeno. O primeiro capítulo trata da economia política do período já mencionado e busca encontrar as relações e os desdobramentos dos processos econômicos estruturais na sociedade, no Estado brasileiro e em suas instituições, notadamente no aparelho repressivo estatal. Entendendo este tópico como fator fundamental e determinante dos demais processos que atingem o conjunto da sociedade brasileira, diga-se de passagem, uma sociedade baseada em uma economia dependente e subordinada, que nos leva a compreender a especificidade tanto do próprio Estado e sua organização burocrática como da dinâmica geral da luta de classes no país, algo que atravessa os movimentos grevistas no interior das Polícias Militares. Logo, não é possível abordar tal tema sem estabelecer as devidas conexões com a economia política, tão pouco sem esquadriñar o tipo de Estado que se estabeleceu historicamente aqui.

A própria história do desenvolvimento ou da formação econômica do Brasil nos oferece caminhos e respostas para compreender como surgem e se desenvolvem as instituições policiais brasileiras, por consequência as lutas e disputas dos próprios militares estaduais. Longe de se afastar do cotidiano que envolve estas instituições e seus agentes a proposta é justamente a de apontar o que há, ou pode haver de comum neste conjunto amplo e complexo de atividades políticas que envolvem e envolveram os efetivos deste aparelho repressivo do Estado brasileiro nas últimas décadas. Cabe destacar que se aborda exclusivamente as Polícias Militares, que se trata do mais expressivo aparelho repressivo do Estado brasileiro, tanto em termos de número de agentes quanto pelo exercício diário da violência a que ela se ocupa. Outro alerta aos leitores e leitoras diz respeito ao enfoque que é dado no texto: embora haja um diálogo permanente com

as políticas públicas adotadas pelos distintos governos estaduais no período abordado, a análise não tem o objetivo de debater sistematicamente as políticas públicas de segurança. É justamente nos aspectos macroestruturais da composição, organização, atuação e histórico desta instituição – polícia militar – que me debruçarei, além é obvio da própria dinâmica das greves. Em algum momento o foco nas políticas públicas voltadas a área da segurança pública terá destaque, sobretudo quando elas estiveram ligadas ao debate sobre o programa político do grupo que dirigiu o campo popular nos últimos anos, que se encontra justamente dentro do período abordado na pesquisa, pois neste caso havia uma expectativa de mudanças via reformas estruturais, entre elas a da segurança pública. Uma espécie de tabu na esquerda brasileira, as políticas de segurança nunca foram problematizadas a fundo e as propostas para o campo não foram disseminadas entre os setores populares para além da crítica à violência. Ainda que seja fundamental denunciar a violência policial é preciso avançar no debate programático sobre que tipo de segurança se deseja. O que envolve uma reflexão sobre as instituições policiais, sobre a forma de atuação e as técnicas empregadas e que, no limite, exige pensarmos sobre o próprio Estado.

De modo que o debate sempre esteve em nichos acadêmicos e ou de uma militância orgânica um pouco mais atenta à temática. A massa militante da esquerda brasileira é profundamente ignorante sobre aspectos básicos relativos à segurança pública¹. Quando pensamos nos setores populares, nas classes trabalhadoras, o problema pode se agravar ainda mais porque ao mesmo tempo em que estes setores da sociedade são alvo privilegiado do aparato policial eles também demandam por segurança no seu dia a dia. Então por que abordar ainda que superficialmente determinadas políticas públicas? Porque são a partir das políticas públicas que os programas estratégicos se materializam. A partir das ações ou omissões dos governos em determinadas áreas podemos perceber qual linha política será adotada e que

¹ Este ponto merece ser destacado e apesar de dura a crítica é pertinente, quando me refiro a ignorância da massa militante da esquerda em relação aos aspectos gerais da segurança pública, estou reconhecendo um déficit que verifico no cotidiano a partir de minha própria experiência militante. Também reconheço como o “campo de estudos” sobre o tema avançou nos últimos anos, mas a produção acadêmica parece não ter se popularizado o suficiente para a formação de pensamento crítico e consequente elaboração de alternativas vinda dos vários setores da esquerda brasileira. As eleições podem ser um bom parâmetro, poucas são as propostas que tem em vista uma alteração no quadro geral. Via de regra elas repetem fórmulas pouco eficazes. Da mesma forma é preciso dizer que por “massa militante de esquerda” entendo um conjunto bastante amplo de partidos, coletivos e movimentos sociais com orientação à esquerda, todos de algum modo sob influência da Estratégia Democrático Popular. Poucas organizações têm formulações factíveis para os problemas da segurança pública. Geralmente as críticas são bem localizadas denunciando sobretudo a violência policial, mas as propostas não são realistas ou tem pouco efeito prático. Bandeiras como o “fim da polícia militar” ou mesmo a “desmilitarização” sem um componente que as adjective são interessantes do ponto de vista da agitação política, mas se não forem acompanhadas de propostas que indiquem o que vai substituir a polícia militar ou como se dará a desmilitarização na prática, não passam de palavras de ordem sem potencial político efetivo. Agradeço profundamente ao professor Paulo Ribeiro da Cunha e ao professor Victor Neiva pelo diálogo crítico sobre esse aspecto do texto.

classes sociais serão privilegiadas, ou não. É uma boa medida para compreendermos quem dá as cartas e que alianças estão sendo construídas.

O primeiro capítulo, portanto, tem um caráter mais teórico, que busca traçar as linhas gerais do desenvolvimento capitalista brasileiro contemporâneo. Serão debatidos temas como a ideologia desenvolvimentista, o neoliberalismo e as formas de resistência, ou não, a este que é um fenômeno de dimensões globais, reconhecido aqui como o atual estágio de acumulação capitalista, bem como seu impacto desigual nas distintas nações do globo. Cabe, neste momento, um debate mais específico sobre o período petista à frente do governo federal, seu significado histórico, bem como seu programa estratégico e a capitulação ou não deste mesmo programa, o que sem dúvida, teve impactos no conjunto da segurança pública brasileira. Debater o PT não é um mero capricho ou atividade militante, pois além de se tratar do partido que mais tempo governou o país no período investigado, assistiu boa parte das mobilizações e greves de policiais em suas gestões, além de ser um partido com origem no campo popular, que se apresentava com uma proposta de reformas estruturais, entre elas na segurança pública. Sua intervenção na área da segurança pública precisa e deve ser problematizada.

Por fim, os governos petistas tiveram impactos significativos na economia brasileira, para em seguida enfrentar uma crise e sofrerem um golpe que os apeou do poder. Golpe este que se desdobrou em um movimento neofascista², tema abordado no último capítulo da tese. O retorno do PT ao poder no ano de 2023 oferece o último elemento dos argumentos apresentados para o porquê de se dedicar parte do texto inicial ao partido e sua relação com o campo da segurança pública. Como o partido pretende lidar com essa área tão sensível à própria governabilidade? Especialmente, tendo em vista que boa parte dos efetivos das polícias militares estiveram na base de apoio da reorganização da extrema direita brasileira.

Baseado sobretudo na bibliografia sobre o tema, este capítulo tem a tarefa de apresentar as bases em que estão assentadas o fenômeno investigado, ou seja, as greves e manifestações políticas de policiais militares após a Constituição de 1988 até 2022, sem isso não seria possível compreender, explicar e criticar o fenômeno. Tripartição esta que considero elementar ao sociólogo.

O segundo capítulo pretende abordar um pouco do histórico das polícias militares brasileiras, reconhecendo qual o seu caráter fundamental e indicando sua especificidade, para

² O bolsonarismo será apresentado como uma expressão do fenômeno fascista no Brasil na contemporaneidade, por isso chamado de neofascista. A proposta é compreender o fascismo como um fenômeno típico das sociedades capitalistas e justamente por isso pode se reformular e reorganizar. Ele adapta-se ao contexto sociopolítico local e global absorvendo elementos novos, mas mantendo suas funções principais. É neste sentido que o neofascista está plenamente amparado na lógica neoliberal.

em seguida apresentar um debate sobre o conjunto de greves analisadas. O objetivo é um breve olhar ao passado na tentativa de compreender como essas instituições se tornaram o que são. O resultado do modo de produção e das relações sociais por este desenvolvida, de disputas pelo poder, do tipo de Estado que se construiu aqui e principalmente da luta de classes no país.

Neste capítulo emergem formulações novas e outras nem tanto que buscam dar conta da complexidade da instituição das Polícia Militar, sem cair no senso comum acadêmico e ou popular sobre as polícias. A comparação com outros modelos de polícia e mesmo a construção de uma história geral dos aparatos repressivos podem ser instrumentos úteis a análise, mas de maneira nenhuma podem guiar tão somente a investigação sobre este que é um aparelho repressivo com características muito particulares. Nesta parte do texto é central a análise da diversidade no interior das PMs e das disputas internas que se apresentam nelas. Aqui surgem elementos que, ou são negligenciados em estudos recentes sobre as greves, ou são abordados de forma marginal. O principal exemplo é a divisão do efetivo, a principal delas entre Praças e Oficiais. Sem uma compreensão destas duas categorias que muitos não conseguem perceber não há como tratar o tema das greves de policiais militares, nem mesmo outros temas relacionados à segurança pública. A confusão entre instituição policial militar e a categoria social de militares estaduais é outro assunto que atravessará o texto. Distinção simples, mas que tem impactos significativos a uma boa análise sociológica sobre o tema, afinal de contas as Polícias não fazem greves, mas seus agentes sim, ainda que nos discursos e ações dos policiais isso possa ser instrumentalizado de forma consciente ou não para alcançar os objetivos do grupo.

Das formulações referidas acima, apresento algumas que pretendem fazer uma conjunção entre autores e “escolas sociológicas” distintas. A primeira é a de “aparelho autocrático de controle social perverso”. Baseado sobretudo em Florestan Fernandes (1976) e a formulação do autor sobre a “autocracia burguesa” e o “Estado autocrático burguês”, brevemente apresentado no capítulo anterior, incluo no debate a discussão feita por Heloisa Fernandes (1974) que vai abordar as instituições policiais a partir da perspectiva de “aparelhos repressivos”. Ainda nesta primeira conjunção somam-se Alex Agra (2020) que traz a ideia de “dispositivo autocrático de segurança” e a de Pedro Bode (2005) com a ideia de “controle social perverso”. Para finalizar esta primeira formulação e suas principais referências há o desdobramento considerado o mais polêmico, todavia, necessário para a compreensão sobre as instituições policiais militares brasileiras: é justamente o entendimento sobre o funcionamento interno dessas instituições estatais.

Ao invadir o universo destes “aparelhos” o pesquisador pode se deparar com questões imediatas, das rotinas, normas, regras e valores produzidos em seu interior. Para que elas

cumpram sua tarefa principal e as residuais, essas instituições precisam agir sobre seus membros, formando-os de maneira que se tenha o controle sobre seus corpos e mentes, além de “adestrá-los” para que se possa alcançar o melhor resultado e os objetivos da instituição. Neste sentido é fundamental o debate apresentado por Goffman (1974) sobre as “instituições totais”, para uma definição mais precisa de como funciona este “aparelho autocrático de controle social perverso”. Resumindo, eles funcionam e operam nos moldes de “instituições totais”, mas contam em seu interior com um grupo que está muito mais suscetível as interferências externas do que em instituições totais clássicas.

É neste sentido que Heloisa Fernandes (1979) é chamada novamente ao debate. Além de apresentar um histórico da polícia militar, ainda que tratando da Polícia Militar de São Paulo e seus fundamentos sócio-históricos, que podem ser minimamente generalizados para as demais polícias militares brasileiras, a autora tem outra contribuição singular aos estudos sobre polícia militar, que é justamente a definição de “categoria social” para o referido grupo. Utilizo esta referência para fazer o enquadramento do grupo de militares que compõem as polícias. Esse entendimento tem inclusive a vantagem de alcançar as distinções do conjunto dos militares estaduais e está de acordo com essa proposta de produzir uma teoria baseada na realidade material do fenômeno, No entanto, entra em choque com estudos que, ou mistificam o objeto tratando como verdade os discursos e visões apresentadas pelo próprio objeto acerca de sua imagem, ou ainda, apresentam apenas uma parcela da realidade, negligenciando outros tantos elementos da realidade material do fenômeno estudado. Algo comum a pesquisadores e pesquisadoras que estudam militares.

Esta categoria social não é estática, tão pouco imune à dinâmica geral da luta de classes, dos desdobramentos da economia política e de sua própria atuação enquanto um dos principais instrumentos de controle social do “Estado autocrático burguês”. Por vezes ela rompe com os limites da rigidez e da própria ordem que lhes é imposta e movimentos grevistas podem ocorrer por exemplo. Apesar de sujeita a uma “tripla alienação” a categoria pode levantar-se e enfrentar os desafios da luta de classes em campo aberto.

Essa “tripla alienação” nada mais é do que a sujeição dos militares estaduais a três dimensões do processo de alienação. Essas três dimensões que envolvem e afetam os militares e que estão interligadas são: a) a própria da sociedade capitalista que de algum modo “impulsiona a todas e todos a nos alienarmos”; b) a mais específica do processo de socialização das ou nas instituições militares - seus regulamentos, normas, e práticas cotidianas, como o Regulamento Disciplinar do Exército, a ordem unida etc; por fim a c) que leva o militar a incorporar a ideologia do Estado conforme Heloisa Fernandes (1974) nos diz. Sendo estas duas

últimas com ênfase no afastamento do sujeito trabalhador pertencente a uma classe que se aparta de sua classe original – ele é, portanto, alienado de sua própria classe – assumindo sua identidade de policial militar dentro desta categoria social. Entretanto, segue sendo um trabalhador obrigado a vender sua força de trabalho ao Estado. E quando esta categoria se move em luta seja apenas pelo salário, seja por melhores condições de trabalho, podem surgir elementos capazes de desencadear sua consciência de classe, ainda que de forma residual e ou desarticulada. O que não significa que seja possível verificar imediatamente um saldo positivo nesta questão após cada movimento, ao contrário, a dinâmica da luta no interior da caserna recebe assédio de forças políticas e ideológicas externas, recolocando a questão acerca do programa estratégico e o “capítulo” sobre o aparato repressivo estatal. Novamente aparece a relevância do tema aqui estudado.

Sobre o fenômeno em si no período investigado, foi possível confirmar a existência de um “ciclo nacional de greves” (Benzaquen, 2020) que ocorre a partir de diversas determinações de ordem econômica, política ou conjuntural específicas de cada unidade da federação. Proponho uma espécie de tipologia das greves, organizada em ao menos três tipos. São eles “de base; mistas ou conjugadas; e as de cúpula”. Nesta parte do texto serão indicados os motivos desta proposição e os elementos da pesquisa que ajudaram a chegar nesta formulação, bem como algumas inferências sobre os resultados de cada um dos tipos de greve vistos durante o levantamento.

Ainda neste capítulo apresentarei um debate sobre a “hipermilitarização” (Bordin, 2020). Assim como na alienação, a ideia de militarização também conta com três dimensões principais: a estética, a prática e a organizacional. Podem existir outras, mesmo das três principais, podem se desdobrar outros aspectos que compõem o fenômeno de militarização que logo abaixo veremos desaguará em um processo chamado de hipermilitarização³.

A militarização não significa a mera ampliação ou criação de instituições militares, tão pouco a transformação de instituições civis em organizações militares, mas acima de tudo a prevalência da lógica que governa o ambiente militar em outros espaços da sociedade. Por isso é importante uma decomposição do que é o ser militar ou o militarismo em seu sentido puro.

³ Para Bordin (2020), a hipermilitarização é um fenômeno “fundante de nossa sociedade”, o autor a entende como um fato social total. Embora reconheça a importância do fenômeno da guerra e da militarização na constituição das sociedades ditas modernas, ao utilizar a ideia de hipermilitarização estou associando-a ao modo de produção capitalista e sobretudo ao estágio de acumulação capitalista neoliberal, que necessita do uso constante e permanente da força para aplicar seu programa. A diferença fundamental com o autor está justamente em não atribuir ao ser humano a condição de guerreiro natural. Um ser forjado para e pela guerra, ao contrário, a perspectiva adotada aqui entende a guerra como um elemento essencial, porém, determinado e condicionado pelo modo de produção e o seu estágio de acumulação. A guerra não produz, nem reproduz a vida, mas é produzida e definida de acordo com os processos de produção e reprodução material da vida.

Um sujeito militar puro está submetido a um conjunto de regras e valores, a uma determinada visão de mundo. Ele é geralmente reconhecido por características físicas, um padrão estético corporal. Em sua atividade cotidiana obedece a um conjunto de normas e práticas aprendidas e orientadas no interior das unidades militares onde foi socializado. Estas práticas não necessariamente são regulamentadas, ou seja, nem sempre estão escritas, fazem parte do próprio processo de socialização dessas instituições. Esse conjunto de normas e práticas interfere inclusive na vida privada do sujeito militar, regulando sua vida pessoal mesmo fora das unidades militares. O militar típico também está inserido organicamente em uma organização militar, a qual muitas vezes ele se confunde ou é confundido com ela. São destas organizações que partem as normas, regras e o processo formativo em geral. Portanto, quando se fala em processos ou dinâmicas de militarização não se quer dizer que instituições civis estão se tornando instituições militares, embora isso também ocorra.

Ao afirmar que há um processo de militarização estou dizendo que alguns dos elementos apontados acima passam a ser incorporados por outras instituições com maior ou menor intensidade. De forma que a lógica militar passa a governar os corações e mentes dos sujeitos de outras instituições e das próprias práticas destas.

Por fim, o debate sobre a hipermilitarização, com o adendo de que não se trata de um fenômeno essencial do ser humano, no sentido de uma naturalização da guerra, mas sim produto e meio da acumulação capitalista e, sobretudo, do atual estágio da acumulação. Ainda que a militarização possa ser verificada em outros espaços das relações sociais e a guerra possa ser localizada historicamente em diversas sociedades no tempo e no espaço, isso não significa nem comprova que o ser humano é um ser guerreiro e que esta é a regra ou uma regra de atuação humana, ao contrário, há mais elementos que contribuem para pensar em um ser necessariamente colaborador. O culto à guerra e a construção de uma sociedade pretensamente guerreira e militarizada em diversos aspectos são os efeitos e, até mesmo, a necessidade última de uma classe e suas “adjacências” que impõem ao conjunto da humanidade sua visão e seu modo de vida e que para mantê-lo precisa lançar mão de expedientes violentos. Obviamente há mediações, resistências e enfrentamentos, mas as regras do jogo estão bem delimitadas e não raras vezes impostas pela força das armas. Neste sentido, mais do que um processo histórico de larga duração, para mim a hipermilitarização é um fenômeno contemporâneo e intimamente ligado ao neoliberalismo. Em termos de Brasil ainda mais peculiar, dada a configuração do Estado.

O último capítulo fará uma discussão sobre o neofascismo em terras brasileiras e a emergência de um movimento de policiais, o Movimento Policiais Antifascismo. Mobilizando

autores como Fernandes (2015), Mattos (2020) Leandro Konder (1977), Cunha (2020) entre outros, apresentarei um debate sobre o bolsonarismo enquanto fenômeno de extrema direita e catalisador do fascismo no Brasil. Esta parte do texto conta com um elemento central e ao mesmo tempo particular ao debate, que diz respeito a minha própria atividade intelectual e militante. Além de ter sido militar do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, sou membro do Movimento Policiais Antifascismo e tenho acompanhado o debate do movimento desde sua origem. De forma que minha experiência pessoal longe de ser um método para a análise é mais um instrumento na problematização de aspectos encontrados durante a pesquisa, seja na bibliografia e na documentação consultada, seja na coleta de material empírico de outra ordem. Esse debate sobre o Movimento Policiais Antifascismo e o neofascismo brasileiro pode ser considerado uma novidade, justamente por ter partido de um movimento incipiente e que atua dentro do aparelho repressivo com a denúncia e o combate a essa nova expressão do fascismo.

Em termos de método utilizado, arrisco dizer que busquei me cercar de um conjunto de técnicas que tem o objetivo de dar conta da análise criteriosa de cada situação específica. Partindo de um quadro geral sobre a economia política, já delineado anteriormente e que é o chão da análise, passo a compreensão sobre o Estado brasileiro e suas características gerais, aqui com maior amparo teórico bibliográfico. Este arcabouço me levou a compreender o caráter das instituições policiais brasileiras e especificamente a PM, para em seguida avançar sobre o ciclo de greves e finalmente adentrar ao universo de um movimento que hoje representa talvez, o mais importante espaço de reorganização ou reorientação da esquerda militar no Brasil.

Foram analisados documentos diversos, como, relatórios sobre greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e um documento gentilmente cedido pelo SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves do DIEESE, contendo um compilado bastante amplo sobre as greves de militares estaduais, também material da imprensa, gravações e entrevistas semiestruturadas com policiais e personalidades importantes que participaram ou tiveram alguma relevância tanto nas greves como no debate sobre segurança pública nos últimos anos, além da observação participante em eventos e manifestações políticas de policiais militares, principalmente no Movimento Policiais Antifascismo, do qual participei presencialmente de três Encontros estaduais e de um Congresso Nacional do Movimento. Não posso deixar de fora como já referido acima, minha experiência pessoal, que além de acúmulo sobre a rotina e expedientes internos das instituições militares, que moldaram minha compreensão sobre elas, possibilitou me colocar em contato com pessoas, associações, reuniões, grupos de redes sociais, organizações e um conjunto de situações que não podem ser transcritas *ipsis litteris*, justamente por se tratar, em muitas oportunidades, da intimidade com o objeto ou com as pessoas envolvidas. São conversas informais que me abriram horizontes e me indicaram caminhos que sequer poderia imaginar.

2 A ECONOMIA POLÍTICA E O CICLO NACIONAL DE GREVES DOS MILITARES ESTADUAIS

Como informado na introdução deste trabalho o método e o conjunto de técnicas utilizados na investigação serão apresentados ao longo do texto, cada capítulo descreve uma parte que compõe o todo do trabalho tendo particularidades tanto na coleta de dados como na maneira que o material foi analisado. Neste primeiro capítulo, que tem caráter mais teórico, basicamente utilizei um conjunto de referências bibliográficas que debatem as principais linhas que orientam a análise. De maneira geral são os três eixos “macroestruturais” que determinam os rumos do fenômeno estudado. Ainda que outros elementos não debatidos ou mesmo não alcançados pela investigação possam ter influenciado no curso dos acontecimentos a proposta é justamente a de encontrar e problematizar as principais vias por onde circulam e se entrelaçam o fenômeno. São os caminhos pelos quais não se pode escapar, mesmo quando não são aparentes. Por isso são fundamentais na compreensão, explicação e crítica do objeto estudado. Cada eixo estrutural conta com desdobramentos próprios, sempre articulados com outros tantos elementos. São infinitas possibilidades que passam por ações individuais, o carisma de certas personalidades, a capacidade destes atores em mobilizar determinados grupos, a conjuntura política e a situação específica de cada instituição policial militar que enfrentou movimentos grevistas. Passa por reconhecer se a tropa estava mais ou menos organizada e potencialmente mobilizada na busca por direitos, se tinha lideranças fortes e capazes de dirigir um movimento grevista abrangente, se as lideranças estavam articuladas com outras forças políticas, que recursos dispunham para operacionalizar as ações propostas, se tinham apoio externo enfim, há um conjunto amplo de possibilidades para analisar os eventos, contudo, qualquer que seja o caminho escolhido para compreender as greves de militares estaduais é preciso reconhecer que os três eixos “macroestruturais” influenciaram decisivamente e no limite determinaram a eclosão dos acontecimentos, sua dinâmica e seu desfecho. Esta é a proposta desta primeira parte, a de apontar esses caminhos.

O ano de 2001, que em um primeiro momento demarcara o início da investigação, também pode ser reconhecido como o ano em que as políticas neoliberais iniciadas ainda nos anos 1980 no Brasil já mostravam seus efeitos deletérios, bem como já apontavam a prevalência do pensamento neoliberal na sociedade brasileira, mesmo que oposições e resistências a esse modelo persistissem, em geral, transformadas sob a pressão do próprio neoliberalismo, como destacarei a seguir. Na América Latina alguns países já indicavam reações tímidas, elegendo

governos de esquerda e centro-esquerda, mas, na maioria dos casos, sem expectativas de rompimento com o modelo.

No Brasil, o conturbado e breve governo de Fernando Collor de Melo no início dos anos 1990, impulsiona esse processo que se torna amplamente difundido e aplicado de forma sistemática a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso na busca hesitante de transformar o país em um “Estado normal” (Cervo, 2000)⁴.

Os dirigentes argentinos à época dos dois mandatos de Menem (1989 1999) cunharam com felicidade a expressão Estado normal para designar a adaptação ante o novo paradigma. Desde o início do Governo de Menem, a Argentina via-se como o país normal que aspirou ser. Tal opção comportava padrões concretos de comportamento: não só não abrir confronto político, ideológico e de segurança com os Estados Unidos e seus aliados, mas apoiá-los e, quiçá, segui-los em quaisquer iniciativas. Ser normal significava, no caso argentino, romper com os princípios da autodeterminação e da não intervenção, tão caros à tradição diplomática latino-americana, como também com os princípios do direito internacional de que a ONU é guardiã, em favor de uma ordem regulada por relações de força. Significava, ademais, sujeitar a estrutura econômica interna e os padrões de inserção econômica internacional aos dogmas do chamado Consenso de Washington. Em consequência desse giro para a normalidade, a Argentina exibiu nos anos noventa uma política exterior pragmática e clara em seus princípios e objetivos, diferente da brasileira, feita de hesitações conceituais e estratégicas. (Cervo, 2000, p. 6)

As privatizações do governo FHC são a imagem mais marcante da avalanche neoliberal em *terra brasilis*, mas há autores que indicam a década anterior como um marco de transição ideológica ao programa neoliberal. Araujo, Costa e Melo (2015) caminham neste sentido defendendo que as privatizações conduzidas pelo BNDES no governo Sarney já representavam essa transição para o modelo neoliberal que foi aprofundado na década seguinte. É bastante significativo que o BNDES, um dos símbolos do projeto desenvolvimentista de outrora, estivesse a frente dessa transição que, além de ideológica, pode bem indicar as transformações na própria organização do Estado brasileiro.

Neste período o país passava por um processo de “abertura democrática” que culminou em uma Assembleia Nacional Constituinte e o debate sobre a segurança pública estaria presente, como não poderia deixar de ser. Um dos entrevistados para a pesquisa, o ex-deputado federal e dirigente do Partido dos Trabalhadores, figura histórica da esquerda brasileira, José Genoíno Neto relatou um pouco de sua experiência como deputado constituinte. O ex parlamentar foi

⁴ O autor se refere a transição de um modelo ou paradigma desenvolvimentista, que já esgotava seus limites, para o modelo hegemônico neoliberal, que inundava a América Latina desde a década de 1970 com o golpe militar contra o governo popular de Salvador Allende. Essa transição foi paulatina, aos poucos o Estado brasileiro foi sofrendo pressão para desmontar as ferramentas econômicas e instituições de caráter desenvolvimentista, construídas ao longo de décadas. Essa transição teve impactos econômicos e sociais e também na diplomacia dos países latino-americanos.

membro titular da “Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de Segurança”, incorporada a “Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições”, a subcomissão teve o sociólogo Florestan Fernandes como suplente (Câmara, 2024). O entrevistado destacou alguns aspectos importantes que ajudam na reflexão sobre o estado atual da segurança pública nacional e as expectativas do próprio PT a época do processo constituinte. Algumas de suas análises coincidem com minhas observações e críticas que serão desenvolvidas no decorrer do trabalho.

Um dos aspectos interessantes que merecem destaque trazido pelo meu interlocutor durante a entrevista, que aconteceu em Curitiba em fins do ano de 2023 por conta do lançamento do seu livro “Constituinte. Avanços, herança e crises institucionais” é sobre as personagens que disputavam os rumos da segurança pública no interior das comissões temáticas na Constituinte, o famoso *lobby* dos Oficiais militares, tanto das forças armadas quanto das PMs, mas também dos delegados de polícia. Alguns autores discutem a importância destes personagens, “atores” que em disputas de interesses conduzem ou influenciam demasiadamente as políticas de segurança no país. É o caso de Souza (2015) que apesar de reconhecer alguns avanços acredita que a constituinte manteve “resquícios de um sistema altamente insulado, centralizador e autoritário” no que diz respeito às instituições de segurança pública do país (Souza, 2015, p. 40). É importante destacar que muitos estudiosos sobre segurança pública e polícias acabam confundindo ou menosprezando uma diferença fundamental e que será discutida durante este trabalho, que se trata do grupo que compõe o conjunto das instituições policiais brasileiras e suas diferenças no interior do aparato policial. Portanto, quando se fala de *lobby* ou interferência dos militares no processo constituinte é preciso dissecar, tirar as devidas camadas deste fato para melhor compreender quem é que fazia esse *lobby* e movido por quais interesses. Nosso entrevistado deixou claro que a presença dos policiais militares nos debates da Constituinte se deu pelos Oficiais das PMs, ou seja, estavam ali representadas apenas uma parcela dos militares estaduais, a maioria absoluta do efetivo estava alheia aos acontecimentos, se não por desinteresse, por falta de condições políticas efetivas e materiais de se fazer representar, algo possível de se atribuir à construção de nossa democracia, sempre assediada pelos Oficiais das FFAA, mas tentando excluir a “participação política dos subalternos” (Parucker, 2009).

Durante a entrevista supracitada, perguntado sobre a participação das bases dos militares estaduais nos acontecimentos que envolveram a Constituinte, a resposta foi imediata. “Não, era a cúpula... Era o Conselho de Comandantes que atuava na Constituinte e no caso da polícia civil o sindicato...” (Genoino, 2024^a, entrevista). Outro ponto interessante destacado pelo entrevistado, foi a prevalência do conceito de violência em detrimento do conceito de força.

Para ele a ideia de violência estaria mais ligada as forças armadas enquanto as polícias deveriam operar com a ideia de força, basicamente no uso da inteligência, da prevenção e da contenção. A militarização do aparato policial seria responsável por transportar o conceito de violência para as polícias. Essas diferenças, bem como outros conceitos imprecisos também aparecem em outros autores que serão abordados adiante.

Também merece destaque a proposta do PT para a segurança pública que foi derrotada na Comissão que debateu o tema. É possível afirmar que essa proposta está inserida no que ficou conhecido como Estratégia ou Programa Democrático Popular definido no 5º Encontro do Partido em 1987, portanto em pleno debate Constituinte. A Bancada do Partido dos Trabalhadores apresenta à Assembleia Nacional Constituinte seu Projeto de Constituição e no que diz respeito a segurança pública o documento encaminha a seguinte proposta:

Organização das forças policiais:

Art. 194. A polícia federal e as polícias estaduais, incumbidas de garantir a segurança pública e de colaborar com o Poder Judiciário e o Ministério Público na apuração das infrações criminais são órgãos de natureza civil, não podendo em hipótese alguma e de nenhuma forma, submeter-se à autoridade militar.

(Projeto de Constituição apresentado pela Bancada do Partido dos Trabalhadores a Assembleia Nacional Constituinte, 1987, p. 62). (Genoino, 2024b, p. 47)

No que diz respeito às Forças Armadas o projeto indicava as seguintes premissas:

Organização das Forças Armadas

Art. 193. As Forças Armadas são instituições nacionais, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, dentro dos limites da lei, para a defesa da nação contra o inimigo externo.

§1º Na regulação legal da estrutura das Forças Armadas caberá exclusivamente ao Presidente da República, como seu comandante supremo, a nomeação e a promoção dos oficiais de todas as Armas.

§2º Constituirá crime, definido em lei, desobedecer o militar (sic) a ordem emanada do Presidente da República ou de Ministro de Estado, ou fazer pronunciamento público sobre a vida política e as instituições do país.

§3º A formação intelectual dos oficiais das Forças Armadas se fará nos cursos regulares das instituições de ensino superior, cabendo às academias militares unicamente a preparação especializada.

(Projeto de Constituição apresentado pela Bancada do Partido dos Trabalhadores a Assembleia Nacional Constituinte, 1987, p. 62). (Genoino, 2024b, p. 46)

Notem que a proposta, tanto em relação as FFAA quanto em relação as polícias, coincide com os pontos básicos do Programa Democrático – Popular, destacados na Resolução Política do 5º Encontro do Partido dos Trabalhadores subscrita abaixo, sobretudo no que se refere ao papel das FFAA e a desmilitarização das polícias:

25. O programa democrático-popular abrange, resumidamente, os seguintes

pontos básicos:

- Diretas-Já para presidente da República, acompanhadas de eleições gerais em todos os níveis;
- Revogação da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Greve e da Lei de Imprensa;
- Fim de qualquer forma de censura;
- Revogação das salvaguardas, do estado de emergência, do estado de sítio, das medidas de emergência e supressão, no atual projeto de Constituição, do estado de defesa;
- Eliminação, na Constituição, do conceito de segurança nacional;

caracterização do papel constitucional das Forças Armadas como exclusivamente de defesa contra eventual agressão de inimigo externo; desativação do SNI e do aparelho repressivo; ***desmilitarização das polícias militares*** e extinção dos tribunais especiais para o julgamento de crimes cometidos ao País*; fim da atribuição da repressão política à Polícia Federal; fim de competência dos tribunais militares para julgamentos civis; * Texto conforme publicado originalmente. O grifo é desta edição. (Abramo, 1987, grifo meu)

Por fim, Genoino destacou seus três momentos de maior contato com o tema da segurança pública. O primeiro foi atuando na Comissão temática já mencionada, o segundo foi durante uma das crises da segurança pública em 1997 e a instalação de uma Comissão Especial sobre o tema, onde começa a surgir um personagem pitoresco que aos poucos ganha espaço entre os profissionais da segurança pública em todo o país, alcançando seu auge entre este grupo depois do golpe de 2016, mais precisamente entre a crise das jornadas de julho de 2013 e as eleições de 2018. Jair Messias Bolsonaro tem papel de destaque na referida Comissão e começa a ampliar sua base eleitoral lentamente mirando os militares estaduais (Câmara, [s.d.]. a). Essa aproximação será melhor analisada no último capítulo da tese. O terceiro momento de maior contato de José Genoino com o debate da segurança pública, enquanto parlamentar, foi a greve dos Bombeiros do Rio de Janeiro e o debate sobre a PEC 300, que propunha um piso nacional para as polícias militares. Segundo ele aquele movimento teria sido instrumentalizado pela direita, com caráter sindical, mas “sem uma estrutura organizativa” (Genoino, 2024^a, entrevista). Vale destacar que diversas forças políticas apoiaram o Movimento S.O.S Bombeiros⁵, que inclusive elegeu como deputado federal uma de suas lideranças pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2014, o que pode indicar que havia uma disputa entorno do movimento. Segundo reportagem da revista Veja de 18 de julho de 2012, Cabo Daciolo apoiaria nas eleições a prefeitura do Rio de Janeiro o candidato Cyro Garcia do PSTU (Ritto, 2012). Em uma conversa informal com um destacado membro do Movimento Policiais Antifascismo, um policial civil do Rio de Janeiro me revelou que muitos seguimentos da esquerda, o movimento estudantil do estado e categorias de trabalhadores como os professores, tradicionalmente menos

⁵ Em sua dissertação de mestrado na página 76, Melgaço (2016) relata que uma deputada do PCB RJ, apoiou Movimento dos Bombeiros.

inclinadas à direita, estavam apoiando os bombeiros, “o Rio todo tava usando fitinha vermelha nos carros em apoio aos bombeiros”. Todavia, a presença da extrema direita era visível como mostra a atuação do deputado estadual Flavio Bolsonaro no PP-RJ a época, ainda que no momento o alcance e apelo popular do que viria a ser chamado de *bolsonarismo* não fosse o mesmo que nos anos seguintes⁶.

O Movimento S.O.S Bombeiros se inicia a partir da organização e manifestação dos bombeiros guarda-vidas do Grupamento Marítimo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), cobrando acordos não cumpridos pelo então governador Sérgio Cabral, denunciando o baixo salário e as péssimas condições de trabalho enfrentadas pelos militares (Melgaço, 2016). Se havia acordos não cumpridos, com os Oficiais, com representantes das Praças ou mesmo com ambos, não importa, o que interessa é que isso pode sugerir a atuação política direta ou indireta dos militares estaduais mesmo antes da eclosão do movimento indicando, ao contrário do que se supõe e mesmo do que os regulamentos militares preveem, que é proibida a participação política dos militares. Isso gera uma falsa impressão em muitos setores da sociedade de que existe ou pode existir isenção ou neutralidade entre os militares, sejam das FFAA sejam os militares estaduais, algo a ser discutido mais adiante. O que deve ser debatido é quem participa e como essa atuação política ocorre.

Sintetizando essa parte inicial, observando os aspectos destacados da entrevista com José Genoino e os três principais momentos de maior contato do parlamentar com o tema da segurança pública, ou seja, o debate na Constituinte, a crise de 1997 com vários estados enfrentando greves de militares estaduais e a greve dos bombeiros do Rio de Janeiro de 2011 que teve papel importante ao pautar a PEC 300, não é difícil perceber que essas greves estão relacionadas a momentos de crises mais agudas⁷. Diversos autores e autoras já trabalharam aspectos e efeitos das crises econômicas que afetaram o país durante o estágio neoliberal de acumulação capitalista. Não estou sugerindo uma ligação direta, mecânica e automática entre as crises econômicas e as greves de militares estaduais ou as inúmeras crises da segurança pública, mas é inegável que há impactos e que estes são absorvidos de maneira desigual pelas unidades da federação. Os exemplos são a crise asiática de 1997, na Argentina em 2001 e nos Estados Unidos da América em 2008 que teve desdobramentos na economia brasileira somente

⁶ Em sua primeira eleição a deputado federal pelo Rio de Janeiro, Bolsonaro é eleito por média com 67.041 mil votos. Entre 1994 e 2010, sua votação variou entre 88.945 mil votos e 120.646 votos. Neste período o maior percentual alcançado foi de 2,48% em 1994, correspondendo a 111.927 mil votos. Em 2014 ele saltou para 464.572 mil votos alcançando o primeiro lugar na disputa com 6,05% dos votos. Em 2000 um de seus filhos é eleito vereador no Rio de Janeiro pela primeira vez pelo PTB na coligação com o PT.

⁷ Segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves de DIEESE (SAG – DIEESE) em 2011 ocorreram 11 greves entre os militares estaduais no Brasil.

alguns anos mais tarde. Veremos que estas datas coincidem com os principais “ciclos grevistas” entre os militares estaduais.

A historiadora Juniele Rabêlo de Almeida trabalhou com a perspectiva de ciclos de movimentos reivindicatórios para compreender as greves de policiais militares de 1997 (Almeida, 2010). Os trabalhos da autora são uma importante referência aos estudos de greves e movimentos reivindicatórios de militares estaduais. Na tese de doutorado de Guilherme Figueredo Benzaquen, o autor trabalha com a ideia de ciclo nacional de greves, o que me parece mais adequado quando analisado um conjunto maior de eventos em um maior espaço de tempo como é o caso desta pesquisa.

A maioria dos eventos teve curta duração, em alguns casos teve início no final do ano e seguiu após o ano novo, bem como intervalos de tempo entre eventos de maior destaque – paralisações de fato ou grandes atos públicos por exemplo. O que é próprio da dinâmica do movimento, de forma que falar em um ciclo nacional parece mais pertinente do que a busca por ciclos compartimentados em um ano com muitos eventos, ainda que o ciclo nacional possa ser dividido em fases, ondas ou ciclos menores.

Alguns dados sobre o período podem ser apresentados por gráficos, o que ajuda a visualizar o fenômeno. Foram elaborados cinco gráficos. Um com dados de todos os eventos encontrados entre 1988 e 2022 e mais quatro divididos de acordo com os ciclos da economia política no Brasil, aqui batizados de:

– Primeiro Ciclo Neoliberal pós Constituição de 1988: Este primeiro ciclo vai desde 1988 até 1994 e assistiu um momento incipiente na organização e luta por direitos dos militares estaduais. É quase um despertar, motivado pelo desespero, as péssimas condições de trabalho, a defasagem salarial e é claro a pressão que estes profissionais sofriam devido ao aumento da criminalidade violenta no país. Uma das marcas deste momento é a participação conjunta de Oficiais e Praças nos movimentos paredistas. Os Oficiais tinham como objetivo estratégico um reposicionamento político frente ao final da ditadura civil-militar e o declínio do poder dos militares das FFAA no Estado, portanto fazia sentido a estes grupos dirigentes tolerarem ou unirem forças as Praças em movimentos contestatórios. Essa articulação dos Oficiais vinha ocorrendo desde o início da década de 1980.

– Segundo Ciclo Neoliberal pós Constituição de 1988: Este ciclo corresponde aos anos de 1995 a 2002. Ainda com péssimas condições de trabalho, os militares estaduais agora se deparam com os efeitos deletérios do neoliberalismo, mas também com a estabilidade econômica do plano real que freou a hiperinflação, buscaram se organizar coletivamente dando

os primeiros passos a formação de entidades representativas de caráter reivindicatório e contam com apoio de organizações ligadas ao campo popular, como sindicatos e movimentos sociais.

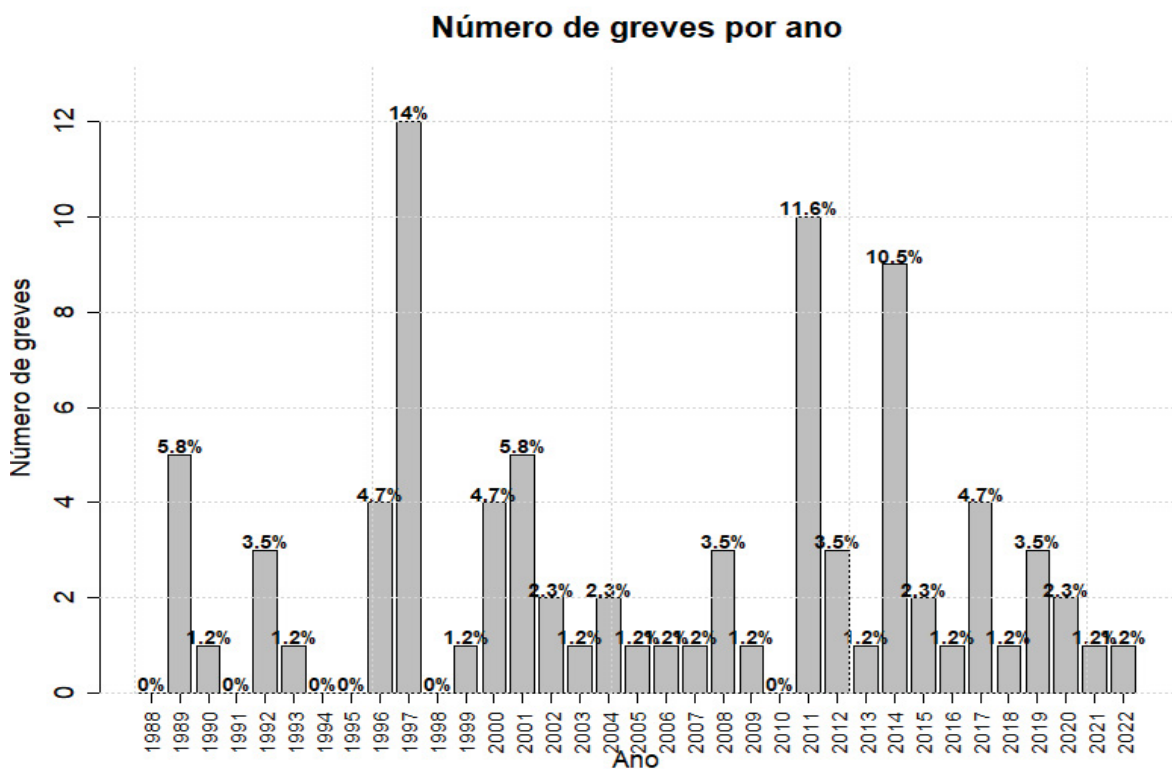
– Ciclo Neodesenvolvimentista Condicionado: O ciclo neodesenvolvimentista condicionado vai de 2003 a 2015, período em que é possível verificar maior organização dos militares estaduais, com a tentativa de uma articulação nacional e pautas em comum, bem como o progressivo afastamento entre Oficiais e Praças, onde os primeiros alcançam avanços significativos em termos salariais e espaços políticos importantes. Contraditoriamente, é neste ciclo que o processo de militarização se acelera é criada a Força Nacional, que recruta seus membros entre as PMs das unidades da federação e passa a ser utilizada para fazer o policiamento dos estados que enfrentam greves. Entre as causas do aumento de greves dentro deste ciclo está o empoderamento dos militares devido ao processo de hipermilitarização, associado a frustração com o governo. Se no ciclo anterior, organizações do campo popular apoiavam as greves, agora o maior partido da esquerda está no governo e a rotação programática confunde as bases que não conseguem perceber as diferenças atribuindo ao governo suas mazelas.

– Ciclo Neoliberal pós golpe de 2016: O período chamado de neoliberal pós golpe de 2016, que vai até 2022, conta com um recuo na consciência dos militares estaduais, o fenômeno do bolsonarismo invade os quartéis e torna turva a visão dos militares⁸. O processo organizativo é obliterado e as bases são arrastadas ao matadouro, uma vez que preenchem as fileiras do movimento de extrema direita ao mesmo tempo em que são duramente atacados em seus direitos, só que agora com baixa capacidade de reposta. Também não pode ficar de fora da problemática a pandemia de Covid, que alterou profundamente o quadro da luta de classes no período no país.

⁸ Sobre a questão da “consciência” mais precisamente do avanço ou recuo na consciência do grupo de militares, sobretudo das praças, é preciso dizer que embora o trabalho utilize essa categoria como referência não aprofundi o debate sobre o que seria ou não essa “consciência”. Apesar de fundamental, possivelmente isso traria ao texto mais algumas dezenas de páginas. Provocado pelo professor Gilberto Calil, a quem agradeço profundamente, sobre se esse avanço ou recuo na consciência não se trataria apenas de uma outra “consciência”; esclareço que é plenamente possível compreender o processo histórico e as mudanças na dinâmica da luta política dos militares estaduais a partir desta perspectiva, todavia, o entendimento utilizado no texto que apresenta o resultado da pesquisa é o que de algum modo acompanha a evolução da luta política do grupo atentando para o processo que por vezes lhes valeu alcançar mais direitos, ainda que muito mitigados e de forma desigual entre oficiais e praças. O próprio aparecimento em cena de um grupo que antes era excluído da participação política já pode ser considerado um avanço. Vale lembrar dos limites jurídico/legais para a atuação política dos militares, o próprio direito ao voto pode ser um exemplo. Os novos instrumentos criados - associações de classe voltadas ao interesse e a luta política dos militares da base - e uma tentativa de articulação nacional também devem ser destacados. Por fim, quando me refiro a um recuo na consciência no último período é justamente sobre as perdas de direitos e os limites impostos em um momento de apoio explícito a um grupo político que aparentemente carregava valores que representam os militares, ou seja, na forma o bolsonarismo os representava, mas no conteúdo atacou seus direitos e operou como um elemento de desarticulação dos militares estaduais. Isto posto, reafirmo que não são interpretações opostas, mas podem ser complementares.

Para ajudar a visualização de parte dos documentos coletados e analisados durante a pesquisa, por se tratar de fontes primárias com muitas informações, foram produzidos quatro quadros sínteses apresentados ao final do trabalho nos anexos. Para a elaboração dos quadros e dos gráficos foram utilizadas as informações originais dos documentos cedidos pelo DIEESE, esse procedimento pode ter gerado distorções, devido a ausências ou dados que não tem relevância ao estudo, todavia, a opção em utilizar as informações exatamente como as recebi tem o objetivo de ser fiel ao material coletado. As intercorrências não afetaram o resultado da análise, ao contrário, contribuem para localizar ausências uma vez que os dados foram contrapostos com outras fontes. A seguir apresento o gráfico geral de todo o período analisado.

GRÁFICO GERAL DE TODO O PERÍODO



FONTE: SAG-DIEESE (2023), gráficos elaborados pelo autor

Alguns pesquisadores e pesquisadoras enfatizam as redes sociais e os atores que envolvem o campo da segurança pública como é o caso de (Pavez et al., 2011). A perspectiva adotada é a de, sempre que possível, extrapolar esses limites, pensando a luta de classes que atravessa os processos e dinâmicas internas do aparelho repressivo, as relações deste com a economia política e a organização ou estrutura do próprio Estado Brasileiro, por isso esse período é tão importante.

Seguindo os passos da segurança pública na nova carta constitucional, vemos algumas marcas que devem ser destacadas, entre elas o fato de a segurança pública ter ganhado um capítulo específico na Constituição de 1988. A própria concepção sobre o que é segurança pública e a questão da ordem ou mais precisamente ordem pública é muito importante. Segundo (Souza Neto, 2008, p. 4), que baseado em outros autores e estudos, afirma que há duas concepções de segurança pública disputando espaço desde a redemocratização. Uma seria a “ideia de combate e a outra a da prestação de um serviço público”. O mesmo autor aponta que o capítulo da Constituição de 1988 sobre segurança pública “está repleta de conceitos imprecisos” e chama a atenção para a ideia de ordem pública, que segundo ele pode ser mobilizada para distintos tipos de “intervenção policial”. Portanto, a própria definição de segurança pública e de ordem pública parece frágil. Questões sobre o significado de ordem e segurança pública também são levantadas a partir de diferentes perspectivas em autores como, (Lima et al., 2013), (Adorno, 2002), (Muniz, 1999), (Souza, 2015). O autor prossegue na busca por uma conceituação apropriada.

Um conceito de segurança pública adequado à Constituição de 1988 é um conceito que se harmonize com o princípio democrático, com os direitos fundamentais e com a dignidade da pessoa humana. Por conta de sua importância para a configuração de um estado democrático de direito (nota 19), os princípios fundamentais produzem eficácia irradiante sobre os demais preceitos que compõem a Constituição (nota 20), inclusive sobre aqueles especificamente relacionados à segurança pública. Por essa razão, apenas as políticas de segurança pública alicerçadas em concepções democráticas, comprometidas com a observância efetiva desses princípios, são compatíveis com a Constituição Federal. (Souza Neto, 2008, p. 8)

De qualquer modo é possível verificar que a Constituição como um documento que marca um período de transição deixou praticamente intacta a estrutura e organização do aparelho repressivo estatal, embora tenha apontado caminhos importantes no que concerne ao ideal de cidadania (Souza, 2015, pp. 51, 52). Se buscarmos as raízes dos aparatos repressivos no Brasil não teremos muitas surpresas quanto sua origem, função e formas de atuação a despeito de adaptações jurídicas e modernização técnica, ao contrário, a linha do tempo das polícias brasileiras, via de regra vai indicar “um museu de grandes novidades”⁹. Neste sentido o debate sobre como foi ou está positivado em nosso ordenamento jurídico o sistema policial, ainda que seja importante perde a força, pois o que interessa é menos sua forma e como o conjunto da burocracia jurídico policial se estabelece no regramento jurídico estatal e mais seu conteúdo, sua essência, ou seja, sua tarefa primordial. Defendo que para bem compreender a polícia brasileira é preciso inicialmente olhar sua função dentro de uma ordem que advém do

⁹ “O Tempo Não Para”. Composição: Arnaldo Brandão e Cazuza. Viva o poeta Cazuza!

desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, estabelecida em uma economia subordinada e dependente configurada no interior de um determinado tipo de Estado, bem como a localização do país na divisão internacional do trabalho. Portanto, ainda que mais genérico, ordem está ligado a este aspecto fundamental.

2.1 Os governos de Collor/Itamar, FHC e o PT na segurança pública

O governo Collor, além de dar mais um passo impulsionando o processo de avanço neoliberal, pouco fez na área da segurança pública, mesmo diante da crise do “sistema de segurança pública”¹⁰ devido ao aumento expressivo dos crimes violentos notadamente desde a década de 1980. A segurança pública passava aos poucos a fazer parte do debate público. Segundo (Moraes Jr. et al., 2020) que analisaram alguns dos principais Planos e Programas Nacionais de Segurança Pública após a Constituição de 1988, o governo Collor foi responsável por lançar o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública. A ação teve pouca repercussão e uma das minhas hipóteses para o fracasso é justamente a não adesão dos comandantes das polícias militares. No artigo “A segurança pública e o aperfeiçoamento da polícia no Brasil” da revista O Alferes da PMMG, revela que “o plano nacional de segurança pública não conseguiu o apoio das Polícias estaduais, as quais reclamam, com razão, por ter ficado à margem da formulação do documento.” Na sequência o autor aponta que:

O encontro dos Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, realizado de 19 a 21 de junho de 1991 em Porto Alegre/RS, evitando manifestações contra o Plano, preferiu deixá-lo fora das discussões principais. Isto é sintoma de que falta legitimidade à forma e, diria também, ao conteúdo do atual Plano, sobre o qual me manifesto a seguir, isentando de culpa o ilustre Ministro da Justiça Jarbas Passarinho que, tenho certeza, atarefado com a difícil missão de articulação política do Governo, pouco pode cuidar do assunto. (Lazarini, 1992, p. 63)

Isso demonstra a força política dos militares estaduais, mais precisamente dos Oficiais das PMs, como já ficou claro na atuação deste grupo no processo Constituinte. É interessante notar que várias das ações dos governos posteriores ao primeiro Plano Nacional tem repetido as propostas do documento citado. Por exemplo, diversas políticas públicas que se propuseram a dar conta do problema tem dado ênfase a ideia de integração como uma das ações capazes de solucionar alguns dos desafios encontrados no campo da segurança pública e da defesa social.

¹⁰ Sistema aqui não diz respeito ao SUSP – Sistema Único de Segurança Pública lançado oficialmente durante o governo de Michel Temer, mas a estrutura institucional e o arcabouço legal que organizavam a segurança pública no país, bem como as práticas e resultados oferecidos pelas polícias e o sistema de justiça criminal, ao quadro geral da segurança pública brasileira.

Via de regra, todos os planos de segurança pública apresentados pelos governos federais desde a redemocratização trazem alguma menção ou proposta baseada na ideia de integração. Trata-se do que denomino aqui de *paradigma da integração* e serve para pensarmos em uma linha de continuidade e que governos de diferentes matizes ideológicas repetem os mesmos discursos e práticas sem alterações profundas no modelo¹¹. Outro exemplo é a menção no plano de governo de Collor a “criação de um sistema nacional de segurança pública” (Collor, 2008, p. 111). A criação do SUSP aparecerá nas propostas de FHC e Lula, mas será implementada de fato por Temer, após o golpe de 2016 e não pode ser considerado um avanço de fato.

Como já afirmado o governo de Fernando Henrique Cardoso foi o condutor do processo de intensificação do projeto neoliberal. No campo da segurança pública pouco avançou, é possível afirmar que mais reagiu do que inovou. A crise permanente da segurança pública emerge e ganha destaque a cada fato de grande repercussão forçando algum tipo de resposta por parte dos governos e reascendendo o debate. Alguns casos da década de 1990 podem ser lembrados, são eles: Massacre do Carandiru de 1992, Chacina da Candelária de 1993, Chacina de Vigário Geral de 1993, Eldorado dos Carajás de 1996, Crimes da Polícia Militar de São Paulo na Favela Naval em 1997, as Greves de policiais militares de 1996 e 1997 que levou a criação da Comissão Especial de Segurança Pública, como já destacado e que será retomado no próximo capítulo do trabalho. Por fim, já nos anos dois mil, o caso do sequestro do Ônibus 174 em junho de 2000 e novamente um número expressivo de greves de policiais militares em 2001. A maioria desses eventos aconteceu durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso. Segundo Luiz Eduardo Soares, o caso do sequestro do Ônibus 174 no Rio de Janeiro levou o governo a lançar o primeiro Plano de Segurança Pública¹². A curiosidade trágica sobre o caso é que o jovem que sequestrou o ônibus é sobrevivente da chacina da Candelária.

¹¹ Ao tratar do paradigma da integração, estou assumindo que nenhuma alteração estrutural consistente se deu na Segurança Pública brasileira desde 1988. Ao contrário, o modelo se renova mantendo a base organizativa e função primordial. Entretanto, as políticas públicas de segurança em geral contaram com ideias de integrar as forças policiais criando programas temporários específicos e ou novos arranjos que podem ou não se perpetuar por longos períodos de tempo, todavia, não realizam o que seria uma integração efetiva das forças policiais. Em primeiro lugar, porque as instituições policiais brasileiras não aceitam tal proposta, todo o modelo é organizado para manter a independência e o controle sobre determinada fatia do “combate ao crime”, obviamente isso é fonte de poder e recursos. Em segundo, porque tais políticas não tinham ímpeto reformista, via de regra apenas tentaram introduzir uma lógica de gestão mais eficiente no imenso e complexo campo da segurança pública. Dessa forma defender diferentes paradigmas pode nos levar a uma discussão filosófica mais profunda, uma vez que se não há alterações na estrutura geral, todos os assim chamados paradigmas na verdade estão apenas no campo discursivo. De modo que em grande parte das políticas públicas e propostas para a área a integração está presente de forma aparente ou subentendida. Diante desta constatação, a opção foi de não avançar no debate sobre os paradigmas da segurança pública brasileira, assumindo a perspectiva da integração como um paradigma de fato.

¹² Como visto em (Moraes Jr. et al., 2020) o primeiro Plano pode ser reconhecido no governo Collor, embora não tenha sido aplicado, talvez por isso (Soares, 2007) não o reconheça como o primeiro de fato.

Sucessivos ministros da Justiça do segundo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a colaboração de secretários nacionais de segurança, gestavam, lentamente, um plano nacional de segurança pública, quando um jovem sobrevivente da chacina da Candelária, Sandro, seqüestrou, no coração da Zona Sul carioca, o ônibus 174, ante a perplexidade de todo o país, que as TV transformaram em testemunha inerte da tragédia, em tempo real. Ato contínuo, o presidente da República determinou que seus auxiliares tirassem da gaveta o papelório, e decidissem, finalmente, qual seria a agenda nacional para a segurança, pelo menos do ponto de vista dos compromissos da União. Em uma semana, a nação conheceria o primeiro plano de segurança pública de sua história democrática recente, o qual, em função do parto precoce, precipitado a fórceps, vinha a público sob a forma canhestra de listagem assistemática de intenções heterogêneas. Assinale-se que, antes, no primeiro governo FHC, deram-se passos importantes para a afirmação de uma pauta especialmente significativa para a segurança pública, quando se a concebe regida por princípios democráticos: foi criada a secretaria nacional de Direitos Humanos e formulou-se o primeiro plano nacional de Direitos Humanos. (Soares, 2007, p. 83)

Assim como Luiz Eduardo Soares, Souza (2015) vai apontar algumas ações importantes dos governos Fernando Henrique Cardoso na área da segurança pública, entre as quais destaco algumas. A criação do INFOSEG – Rede Integrada Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização de 1995, o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos que é de 1996 e a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública de 1997. O autor também avalia como positivo a entrada de novos atores no debate e na própria gestão da segurança pública em nível nacional e cita o Núcleo de Estudos da Violência NEV – USP e a própria SENASP. Também faz referência a entidades e movimentos de direitos humanos, embora não explicita de quais organizações está falando, entidades representativas dos segmentos policiais que ele também não diz quais são e por fim, pesquisadores, agências de fomento de pesquisa e fóruns interinstitucionais geralmente sem citar quais agências, entidades etc. Para o autor há uma virada na direção das políticas públicas de segurança, que passam a responder as demandas de garantia e promoção dos direitos humanos.

Aqui cabe um debate sobre esses “novos atores”, fundamental quando se trata de políticas públicas de segurança no Brasil, porque é justamente sobre a presença e a influência dos Oficiais militares já mencionado acima. Vejamos o que diz Souza (2015).

Porém, as Forças Armada, sobretudo o Exército, determinavam as ações de segurança pública no âmbito federal, mesmo no início da Senasp. De certa forma, a Senasp nasceu e foi estruturada por oficiais das Forças Armadas: o primeiro secretário nacional de Segurança Pública foi o General Gilberto Serra (nota 77). Inicialmente, portanto, a gestão federal da segurança pública era vista como uma especialidade dos generais. (Souza, 2015, p. 169).

E segue com a informação que até o final dos anos 1990, vários secretários de Estado eram generais ou coronéis do Exército Brasileiro e continua com a indicação sobre o militarismo desde a origem das polícias no Brasil. (Souza, 2015, pp. 169-170).

Sobre esse aspecto – Oficiais das FFAA ocupando espaços na segurança pública – minha hipótese é a de que no período pós redemocratização, paulatinamente os Oficiais das FFAA foram perdendo espaço neste setor vital e lucrativo que é a segurança pública, para em seguida retomarem a iniciativa com afincos já no contexto do golpe de 2016. Ainda que num processo de hipermilitarização, como será demonstrado, determinados espaços estratégicos foram perdidos por estes militares e sendo ocupados por outros setores e grupos que ganham protagonismo e acumulam força política, como promotores, delegados de polícia e os próprios Oficiais das polícias militares, importante notar que em termos de disputa política macroestratégica não há alterações significativas, pois todos esses grupos citados pertencem, de algum modo, ao aparelho repressivo estatal e operam com a mesma lógica dos Oficiais das forças armadas. Há apenas um deslocamento de determinadas instituições enquanto outras se reforçam, bem como seus respectivos representantes, para, em seguida, haver uma tentativa de retomada do protagonismo dos Oficiais militares das FFAA por outros meios.

Esse ponto é muito importante: grande parte desses “novos atores” são policiais, também são militares e ou potencialmente militarizados. Uma vez que o fenômeno da hipermilitarização, característica do neoliberalismo, sobretudo no Brasil, alcança esse conjunto mais amplo do aparelho repressivo estatal de forma decisiva. Em sua tese (Berlatto, 2017) revela o perfil dos Secretários Estaduais de Segurança Pública de 2003 a 2014 o que ajuda a refletir sobre essa mudança e o deslocamento de determinados grupos no interior do aparelho de estado. O desdobramento desta hipótese é que em fins de 1970 e início de 1980 há uma reorganização dos Oficiais militares das polícias estaduais que buscavam mais espaço – ou a recuperação de espaços perdidos – recursos, prestígio e poder. Com a proximidade do fim da ditadura os Oficiais das polícias militares, previamente organizados e melhor localizados em termos políticos do que as Praças das PMs passam a retomar seu protagonismo nas políticas de segurança pública, tanto locais quanto estaduais. A greve dos policiais militares da Bahia em 1981, descrita por Archanjo (2008) contribui com esse argumento. O movimento foi organizado por Oficiais da Polícia Militar baiana dentro da associação de Oficiais, uma de suas pautas era a “equiparação do soldo da PM ao das Forças Armadas” (Archanjo, 2008, p. 26). Hoje essa questão dos vencimentos em relação as FFAA está superada, é inegável o salto salarial alcançado pelos Oficiais das polícias militares na maioria dos estados nos últimos anos. Segundo o (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024) a remuneração bruta média de um soldado da PM no Brasil é de R\$ 6.358,61 e a de um coronel PM é de R\$ 29.033,46 para março de 2023. A curiosidade sobre a greve dos PMs baianos é que a frente do governo federal estava o ditador João Batista Figueiredo e no governo estadual encontrava-se Antônio Carlos

Magalhães, ou seja, uma greve de militares estaduais em plena ditadura civil-militar¹³ ainda que esta já estivesse cambaleando. O próprio controle dos Oficiais das PMs sobre as Guardas Municipais que começam a ser criadas depois de 1988 também ajuda a entender esse movimento por mais espaço e poder dos Oficiais das polícias militares. Isso também serve para contrapor o argumento de Souza (2015) de que há uma passagem de um modelo ou do “eixo” da política de segurança pública de uma perspectiva militar para uma ligada aos direitos humanos, democracia e acesso à justiça. No âmbito discursivo e em alguns aspectos isso pode ser verificado, todavia, no que diz respeito ao centro da questão da segurança pública, ou seja, a essência e tarefa fundamental destes aparelhos repressivos, mais notadamente das polícias militares, não há como falarmos em mudanças efetivas ou alterações no eixo da política. Trata-se apenas de adaptações ao novo contexto político e social que em nada altera seu compromisso com a manutenção do *status quo*.

Segundo (Soares, 2007) o governo Lula começa com a expectativa de mudanças na segurança pública. Ainda como pré-candidato Lula apresentou seu Plano Nacional de Segurança Pública elaborado no Instituto Cidadania, futuro Instituto Lula. O próprio nome do instituto deixa pistas do transformismo petista, que aos poucos abandona a perspectiva da luta de classes e as reformas estruturais para dar ênfase a políticas públicas em prol da promoção da cidadania e de uma suposta democratização da sociedade brasileira. O autor, que foi o primeiro Secretário Nacional de Segurança Pública do governo Lula, relata sua experiência e elenca um conjunto de ações presentes no plano do governo que ele classifica como “programa de reforma das polícias” (Soares, 2007, p. 87). É difícil afirmar se este conjunto de medidas fazia parte da Estratégia Democrático Popular. Da forma como estavam colocadas, a maioria das propostas podem ser aplicadas e até foram efetivadas ao longo do tempo a partir de políticas públicas ou mesmo arranjos que não significaram reformas de fato, como é o caso da criação do SUSP¹⁴ que só sai do papel no governo Temer, mas não altera o quadro geral mantendo as mesmas instituições e suas tarefas primordiais intactas. Talvez o referido Plano fosse tecnicamente mais bem elaborado e completo por abranger com detalhes pontos específicos da segurança pública e mesmo indicar áreas de intersecção. De qualquer modo há ali questões essenciais que remetem as propostas apresentadas pelo PT ainda na Constituinte, mas também pode ser lido como um

¹³ O golpe de 1964 foi conduzido por forças políticas civis e militares. Há uma vasta bibliografia, documentos e obras cinematográficas que apontam o caráter do golpe e da ditadura civil-militar de 1964

¹⁴ Em junho de 2018 é promulgada a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), foi mais uma tentativa de institucionalizar o Sistema. A ideia de desenvolvimento e integração está muito presente no documento do Ministério da Segurança Pública que apresenta o Plano Nacional para a década de 2018 a 2028.

rebaixamento do Programa, sobretudo no que diz respeito às polícias militares, uma vez que a proposta de “desconstitucionalização”¹⁵ deixava em aberto a possibilidade de as unidades da federação decidirem se manteriam ou não suas milícias estaduais, enquanto na proposta original as polícias não poderiam se submeter à autoridade militar.

Esse é um ponto importante, porque para além do risco de cair num fetichismo da militarização, como se ela fosse o único problema da segurança pública em nosso país, a flexibilização do Plano apresenta o quanto um programa de reformas é limitado quando se depara com forças e estruturas tão consolidadas. De mais a mais compreender o processo de militarização exacerbado, percebendo-o como um fenômeno típico do estágio de acumulação capitalista que exige maior repressão e controle sobre as classes subalternas é de suma importância ao debate sobre a segurança pública brasileira. Em segundo lugar é vital o reconhecimento acerca do papel exercido por esses aparelhos na dinâmica da luta de classes e na própria formação social brasileira, ou seja, as PMs e suas ancestrais tiveram uma função decisiva na repressão e controle das classes trabalhadoras, estivessem elas mais ou menos organizadas. Por isso o debate sobre a hipermilitarização na atual quadra histórica e mesmo sobre as origens militares das Polícias no Brasil é um elemento central ao debate.

Para piorar o autor relata que mesmo esse Plano foi abandonado pelo governo Lula, pois o núcleo duro do governo acreditava que os custos políticos das mudanças seriam muito elevados.¹⁶

2.2 O neoliberalismo, os governos do PT e a segurança pública

O que significou essa transição neoliberal que tanto foi citada até o momento? E quais impactos isso teve para a segurança pública? Por que é importante olhar os governos do Partido dos Trabalhadores e sua relação com o neoliberalismo e a segurança pública?

Essa última questão parece simples e pode ter respostas simples. Poderia dizer que durante o período estudado o PT foi o partido que esteve mais tempo no poder; também poderia utilizar o argumento do quantitativo de greves que foi bastante significativo neste intervalo de

¹⁵ Entendo que o termo “desconstitucionalização” é ruim pois pode dar a impressão de que o tema será retirado da Constituição quando na verdade é apenas uma flexibilização que busca atender as diferenças regionais e locais. De qualquer forma politicamente ofertar a possibilidade de manutenção das polícias militares também é preocupante dado a força e capacidade de pressão política destas organizações.

¹⁶ Luiz Eduardo Soares permaneceu no governo Lula por menos de um ano. Robson Sávio de Souza, a partir de sua pesquisa, indica outro motivo para a saída de Luiz Eduardo do governo. Segundo ele o antropólogo não se rendeu e cobrou respostas do PT devido a uma proposta de corrupção envolvendo empresários e uma liderança do partido no Rio de Janeiro. (Souza, 2015, p. 220).

tempo, embora tenha oscilado com momentos de calma e outros de bastante atividade política entre os militares estaduais. No entanto, existem mais elementos e interesses nesta relação. Como dito, tudo indica que em sua plataforma de reformas a segurança pública estava contemplada, sobretudo a desmilitarização das polícias. As expectativas com relação a essa força imensa que se tornou o PT, forjada e construída durante anos de lutas junto as classes trabalhadoras, ajudando a recompor um campo político que havia sofrido uma derrota histórica em 1964 eram muito grandes. Por isso compreender melhor a transformação do PT é fundamental para que se possa explicar não somente o ciclo grevista e as respostas dadas a esse fenômeno como também o “rebote” após a crise política e econômica que redundou no golpe de 2016 paralelamente ao aumento da força da extrema direita brasileira reorganizada com bases fascistas a partir do bolsonarismo que absorveu uma parte expressiva dos efetivos policiais militares ainda que não se possa quantificar isso com exatidão.

Os motivos do transformismo petista podem ser vários, mas não é o tema da tese, e não serão problematizados de forma sistemática aqui, apenas apontarei algumas hipóteses ainda que superficiais. A primeira delas são as sucessivas derrotas do “campo popular” mesmo quando as classes trabalhadoras estavam se reorganizando e a luta encontrava-se em ascensão, ou seja, quando a dinâmica da luta de classes favorecia o campo popular. A própria derrota do movimento das Diretas com impactos no processo Constituinte e todo o contexto da “abertura lenta gradual e segura” evidenciam os limites do avanço da nova esquerda oxigenada e impulsionada pelas lutas das classes trabalhadoras de fins de 1970 e início de 1980, justamente ela que possibilita a criação do PT¹⁷. De algum modo isso também representa os limites da consciência de classe, tanto em abrangência como em objetivos estratégicos de mudanças radicais.

Somado a isso há a derrota eleitoral de 1989, que apesar de alçar Lula como o principal líder da esquerda no país superando Leonel Brizola e selando o PT como o instrumento político mais importante da classe trabalhadora brasileira, deixando para trás o trabalhismo representado por Brizola e o Democrático Nacional representado pelo PCB, as duas forças políticas que disputaram a direção do campo popular durante várias décadas¹⁸. As derrotas eleitorais seguintes também justificaram a flexibilização da estratégia e a ampliação do arco de alianças, consequentemente o programa precisava ser ajustado. Em âmbito internacional a derrota da

¹⁷ Além da bibliografia sobre o PT utilizada na pesquisa, contei com um curso chamado “Contando histórias - PT: 43 anos de luta”. A série tem 6 episódios e é apresentada pelo historiador Valter Pomar. O curso é uma parceria entre a Escola Latino-Americana de História e Política (ELAHP) e o Opera Mundi.

¹⁸ Essas duas forças políticas podem ser inseridas no espectro da ideologia desenvolvimentista.

União Soviética simbolizada pela queda do muro de Berlim também teve reflexos. Por fim, é possível atribuir parcela de responsabilidade às próprias lideranças do partido que cederam à pressão do capitalismo em seu movimento neoliberal ou simplesmente assumiram a ideologia desenvolvimentista como horizonte político estratégico¹⁹. É o desenvolvimentismo que ganha espaço na estratégia petista em detrimento do programa de reformas estruturais.

Como visto acima, o PT tinha um conjunto de formulações para reformar a segurança pública desde o processo constituinte, ainda que embrionárias, poderiam representar avanços significativos ou mesmo suscitar debates que, no curto ou médio prazo, produzissem um pensamento crítico enraizado nas massas populares sobre as funções do aparelho repressivo brasileiro, pressionando e conduzindo processos de mudanças que levassem a alterar o quadro existente, no sentido de uma polícia balizada por princípios da segurança entendida como um direito social fundamental de caráter universal essencial a uma vida digna. Ao ascender ao poder do executivo federal, essas formulações já estavam mais desenvolvidas e inicialmente foram apresentadas como propostas, para logo em seguida serem abandonadas sobrando apenas resíduos das reformas e optando-se por políticas públicas que pouco ou nada alteravam a estrutura do modelo. A mais significativa do período foi sem dúvidas o Programa Nacional de Segurança com Cidadania. Segundo Amorim Neto (2021) o Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI.

Criado no segundo governo Lula (2007 – 2010), quando da passagem de Tarso Genro pela pasta da Justiça, o PRONASCI propôs intervir não somente nas “consequências”, mas sobretudo nas “causas” da criminalidade. Adotando como público prioritário jovens de 18 a 24 anos, deslocou o equilíbrio de prioridades entre repressão e prevenção e valorizou o protagonismo dos municípios na elaboração e execução do Plano Nacional de Segurança Pública. (Amorim Neto, 2021, p. 83)

Vários autores analisaram as políticas públicas do PT com relação a segurança pública (Lima, 2012; Soares, 2007), mas para a discussão aqui apresentada, o que é relevante diz respeito não sobre políticas públicas específicas, mas o central é a não reforma das polícias, sobretudo das polícias militares.

2.3 O desenvolvimentismo petista no contexto neoliberal e o recuo nas reformas da Segurança Pública

¹⁹ Questões individuais, corrupção, projetos políticos de ordem pessoal etc não serão levados em conta, ainda que possam fazer parte do processo de transformação, o que interessa são as questões macro – estratégicas.

Há um conjunto de autores que discutem a estratégia do PT e suas mudanças ou transformações a partir de perspectivas distintas ainda que dentro do que se pode chamar de campo da esquerda, como por exemplo (Iasi, 2005), (Arcary, 2014), (Eurelino, 2005), (Pomar, 2014). Há também um outro conjunto que debate o fracasso ou o sucesso do partido a partir de condicionantes externas sem deixar de reconhecer o tema do desenvolvimentismo mesmo quando este não é o foco da análise. O cientista político (Boito Junior, 2018) com um olhar atento às classes sociais dentro do bloco no poder, pode ser considerado um exemplo, André Singer (2016) advogando um certo “reformismo fraco” além de uma defesa tímida do desenvolvimentismo com a formulação do “ensaio desenvolvimentista”, que teria sido interrompido é outro. De alguma forma também (Braga, 2016) e (Prado, 2015) além daqueles que se detém ao tema do desenvolvimentismo e suas adjetivações como o chamado novo desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo e o talvez menos elaborado teoricamente, social desenvolvimentismo²⁰. Respectivamente temos (Mercadante, 2010) e (Bresser, 2016, 2019, 2010), (Katz, 2016) e (Boito Junior, 2018), (Bastos, 2012). Falando de América Latina e, portanto, de Brasil, o Professor Emir Sader (2022)²¹ nos diz que:

o grande fenômeno contemporâneo é o neoliberalismo e a resistência ao neoliberalismo e há ao menos três características próprias dos governos **antineoliberais** da América Latina (Venezuela, Brasil, Uruguai, Equador, Bolívia e Argentina), resumidamente são elas: Combate a desigualdades com políticas públicas para redução da pobreza e da miséria; prioridade dos tratados e acordos com países da AL em detrimento dos tratados com os Estados Unidos da América e papel ativo do Estado na indução da economia. (Sader, 2022)

²⁰ Sobre a questão do neodesenvolvimentismo explorada no texto, assim como na questão da consciência dos militares, também seria pertinente mais algumas dezenas de páginas. Não obstante, o debate sobre o caráter dos governos petistas e da estratégia que eles carregam ser muito fértil e inacabado, suscitando várias polêmicas, menos no universo acadêmico e mais no campo da militância política de esquerda é verdade, a noção que trago sobre o desenvolvimentismo reconhece que o neoliberalismo é a força motriz do atual estágio de acumulação do capital, o que impactou na Estratégia Democrático Popular a ponto de transformá-la, mas não somente o neoliberalismo por óbvio. De qualquer forma reconheço a condescendência do neodesenvolvimentismo com o neoliberalismo, na verdade, trata-se de limites muito bem demarcados, de forma que não há uma correspondência direta entre o projeto nacional desenvolvimentista de outrora e o neodesenvolvimentismo. Obviamente existem elementos que se mantêm uma vez que a chave da noção de desenvolvimento carrega a ideia de crescimento econômico e tem origem no pensamento liberal, mas todo o debate sobre a burguesia nacional e a industrialização, por exemplo, centrais na estratégia Nacional Desenvolvimentista ficam subsumidos, onde o destaque foi o mercado consumidor interno e o combate a pobreza, sempre condicionados as metas de inflação, câmbio flutuante e superavit fiscal; o famoso tripé macroeconômico. Nesse sentido a margem de manobra para um projeto desenvolvimentista é mais estreita. Por isso tratei do neodesenvolvimentismo como condicionado. Por fim, é possível verificar em documentos do PT e textos e falas de seus dirigentes que a ideia de desenvolvimento impregnou o partido, sem, contudo, um debate mais elaborado sobre as possibilidades e limites deste desenvolvimento para uma suposta transformação social. Novamente agradeço a provocação do professor Gilberto Calil sobre esse ponto.

²¹ Aula ministrada no Curso de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná.

Mas se o debate se reduz à defesa do neoliberalismo ou a resistência a ele não há um rebaixamento das expectativas e das possibilidades de mudanças e transformações sociais mais amplas? Se isso estiver correto, os governos antineoliberais deste período não teriam rebaixado seus programas e conformado sua estratégia dentro de limites muito estreitos perfeitamente alinhados à ordem vigente?

De modo geral, parece que todos esses governos tiveram projetos desenvolvimentistas, neodesenvolvimentistas conforme (Katz, 2016) ou antineoliberais para (Sader, 2022). No caso do Brasil defendo que houve uma rotação desenvolvimentista na estratégia programática do PT. O reconhecimento do desenvolvimentismo como orientação estratégica do partido perpassa pela ideologia e está ligado a uma crença na possibilidade de ampliação constante das forças materiais que sustentam o modo de produção atual, sendo este capaz de aplacar problemas econômicos e sociais utilizando determinados modelos que são inspirados nos países considerados o centro do capitalismo. Essa crença é geradora de diversas “modalidades de desenvolvimento” que se espalham por outros segmentos da vida social, mas que no fundo tem uma origem comum que tende a desacreditar e ou deslegitimar outras formas de vida e de organização social atribuindo a comunidades e povos a denominação de não desenvolvidos ou subdesenvolvidos, portanto, parte de uma noção ocidental do que é ou deve ser o desenvolvimento, mesmo quando tenta negar tal orientação. O consagrado intelectual brasileiro, figura expressiva na CEPAL dos anos 1950 Celso Furtado, reconhecidamente ligado ao desenvolvimentismo enquanto programa político também tratou da questão, mas deu ênfase a ideia de “mito” (Furtado, 1974).

A literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto de século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos 90 por cento do que aí encontramos se funda na ideia, que se dá por evidente, segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que o standard de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas da população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo. Essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial. (Furtado, 1974, p. 14)

No entanto, que desenvolvimento é esse? Se o neoliberalismo é junto com a resistência a ele “o grande fenômeno contemporâneo” Como podemos falar em desenvolvimentismo? Sigamos algumas linhas sobre os efeitos do neoliberalismo no Brasil. Tema que conta com uma rica bibliografia, capaz de dar suporte teórico a diversas interpretações e pesquisas sobre o assunto. Neste caso trata-se basicamente de reconhecer que embora o PT e seu programa atual

sejam desenvolvimentistas, ainda assim estão condicionados pelo neoliberalismo. Esse reconhecimento vem tanto da análise pretérita das principais ações do governo petista quanto de suas formulações mais recentes.

E porque empregar o prefixo “neo”? Porque as diferenças do velho desenvolvimentismo do período 193-1980 são significativas. *O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal.* O problema é complexo e esse é um tema sobre o qual não desejo ser taxativo. Por ora, destacáremos seis diferenças. O neodesenvolvimentismo: a) apresenta um crescimento que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto do que o propiciado pelo velho desenvolvimentismo; b) confere importância menor ao mercado interno, posto que mantém a abertura comercial herdada de Collor e de FHC; c) atribui importância menor à política de desenvolvimentismo do parque industrial local; (nota 18 no original); d) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primária exportadora do capitalismo brasileiro; e) tem menor capacidade distributiva da renda; e f) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda a veleidade de agir como força social nacionalista e anti-imperialista. Todas essas seis características, que se encontram estreitamente vinculadas umas às outras, fazem do neodesenvolvimentismo um programa muito menos ambicioso que o seu predecessor e tais características advêm do fato de o neodesenvolvimentismo ser a política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal. (NOTA 19 no original). (Boito Junior, 2018, pp. 106-107)

Verifica-se aqui claramente a ideia de um desenvolvimentismo condicionado pelo neoliberalismo, portanto, não se trata de uma oposição entre tipos de desenvolvimento e sim uma estratégia particular condicionada por uma configuração ou uma estrutura maior e mais ampla que extrapola os limites e possibilidades de intervenção estatal em países como o Brasil, neste conjunto mais complexo que é o modo de produção capitalista. Nada mais nada menos do que a tentativa de abordar o fenômeno social em questão a partir do par universalidade – particularidade. Posso dizer que esse é um esforço metodológico que guiou o trabalho. Alguns pesquisadores e também intelectuais orgânicos ou com alguma ligação com o campo da esquerda batem-se na discussão sobre o caráter dos governos petistas. Justamente por essa relação entre desenvolvimentismo e neoliberalismo colocam-se questões e argumentos que ora indicam uma linha de ação ora indicam outra, entretanto como já afirmado, trata-se do mesmo fenômeno sendo o segundo condicionante ou mesmo determinante do primeiro uma vez que alcança inclusive os indivíduos de forma mais íntima.

Boito Junior, (2018, pp. 11-12) levanta a tese de que a “grande burguesia interna brasileira” era a fração hegemônica no bloco do poder nos governos petistas, tendo como expressão desta hegemonia a “política econômica externa e social – sem revogar o modelo neoliberal”. Essa seria a diferença entre os governos de FHC e do PT. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso a fração hegemônica era composta pelo capital internacional e sua

fração integrada da burguesia brasileira. Estas forças se tornaram oposição aos governos do PT para retornarem a dominância da cena com o golpe em Dilma e o governo de Temer. Para a segurança pública é possível notar como já afirmado, que não houve mudanças significativas nos governos de Fernando Henrique Cardoso, na verdade entre FHC e PT pode-se dizer que há uma continuidade, apenas uma sensível alteração nas prioridades, uma ênfase maior na indução das políticas públicas da área. Isto porque em ambos os casos a fração burguesa dominante no bloco do poder não queria tais mudanças e as demais forças que compunham o governo talvez não tivessem força para encampá-las. Nota-se aqui uma confluência de interesses do conjunto da burguesia quando o assunto é política de segurança. O máximo que se pede é um compromisso com a cidadania e com os direitos humanos, sempre de forma genérica. Para a fração burguesa integrada ao capital internacional há pouco a relatar, apenas algo típico do modelo neoliberal que é a ampliação da repressão, do encarceramento e da redução dos serviços públicos, o que atinge de forma desigual as classes sociais e impacta na violência e nos próprios movimentos grevistas²², portanto, o interesse era direta ou indiretamente na manutenção do estado de coisas que envolvem a segurança pública, incluindo o processo de militarização, isso sem falarmos da indústria armamentista. Para a grande burguesia interna brasileira logo destacarei alguns elementos que conduzem a essa reflexão.

O estágio atual de acumulação capitalista é o neoliberal, independente se ele está em crise ou não, ele é o modelo predominante atualmente e tem como carro chefe a chamada financeirização da economia, mas não apenas (Paulani, 2017). Em seu ensaio sobre o neoliberalismo (Dardot; Laval, 2016) apontam que o neoliberalismo produz uma subjetividade própria nos sujeitos. Essa seria uma subjetividade “contábil” – uma subjetivação contábil e financeira. Os autores franceses descrevem o fenômeno como.

O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral da vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência. (Dardot; Laval, 2016, p. 17).

Os autores traçam o percurso histórico das ideias neoliberais e demarcam o entre guerras como período privilegiado para o surgimento desta doutrina, até a sua ascensão enquanto modelo dominante. Segundo eles, quando do esgotamento do liberalismo clássico marcado pelo

²² Os governos de FHC foram marcados por crises na segurança pública, a década de 1990 assistiu greves de militares estaduais, com destaque as greves de 1997. Em 2001 novo momento marcado por greves de militares estaduais. Se não há uma correlação direta entre os movimentos grevistas e as políticas neoliberais ao menos não se pode deixar de incluir na análise tal fenômeno.

laissezfaire, era necessário a promoção de uma doutrina que pudesse combater o socialismo e o totalitarismo que ganham força após a crise de 1930. Para eles as principais características da doutrina são: o mercado passa a ser entendido como construção humana – não mais como algo natural, como era defendido pela doutrina liberal clássica – e exige a intervenção autoritária do Estado; a essência da ordem de mercado não é a troca, mas a concorrência – para mim essa é uma diferença fundamental – e tem o Estado enquanto organizador e supervisor do quadro geral dessa ordem de concorrência; o Estado também é submetido a norma da concorrência e do direito privado no lugar do direito público – sujeitos e Estado são submetidos a lógica de empresas – construir-se como empresa e concorrer com outros Estados como no mercado; a universalização da norma da concorrência sai do Estado e invade o indivíduo – indivíduo/empresa – empresa como modelo de subjetivação. Para Christian Laval (2019):

O neoliberalismo não é apenas políticas econômicas, mercantilistas, de austeridade, monetaristas, extensão da mercantilização do mundo, ditadura dos mercados financeiros. A partir de Foucault o neoliberalismo é uma racionalidade política que se tornou mundial e que consiste em impor pelos governos não só na economia mas na sociedade e também nas subjetividades uma lógica, a lógica do capital. (Laval, 2019)

A partir da reflexão acima é possível compreender a extensão do fenômeno e os impactos na segurança pública, no Estado e na sociedade brasileira quando da chegada do PT ao poder e mais ainda no ano de publicação do “Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil” documento lançado no período pré-eleições de 2022 que pode ser entendido como uma síntese entre balanço da experiência anterior do PT no poder e expectativas para o futuro governo. Passo agora a analisar o referido documento.

2.4 O Plano de reconstrução e transformação do Brasil²³

No que diz respeito as formulações mais recentes do programa estratégico petista o documento intitulado Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil publicado pela Fundação Perseu Abramo é o exemplo mais contundente. O método utilizado para analisar o documento foi baseado na análise crítica do discurso de (Fairclough, 2019), (Fairclough, 2010). A análise crítica do discurso – ACD é um método eficiente e pode ser bem útil para a proposta deste trabalho, que busca não apenas uma avaliação fria, mas uma análise que esteja dentro do debate, ou seja, que se coloque como ferramenta na construção de alternativas. Acredito nesta

²³ Essa parte do texto foi parcialmente apresentada ao 3º Seminário Discente de Ciência Política da UFPR em 2022.

finalidade da atividade acadêmica/intelectual. A participação ativa no debate público é também uma responsabilidade social e um dever, sobretudo de agentes que tem a disposição recursos públicos, mesmo que poucos a maioria das vezes é bom que se diga. Isso não quer dizer disputas partidárias vulgares, mas debates por projetos de sociedade. O autor nos informa o seguinte sobre sua proposta (Fairclough, 2019).

A ACD é uma forma de análise social crítica. Uma análise social crítica evidencia o modo pelo qual formas de vida social podem prejudicar as pessoas desnecessariamente, mas evidencia, também, o modo pelo qual essas formas de vida social podem ser modificadas. A contribuição da ACD está em elucidar como o discurso está relacionado a outros elementos sociais (poder, ideologias, instituições etc.); e em oferecer a crítica ao discurso como caminho para uma crítica mais ampla da realidade social. Mas o objetivo não é apenas a crítica; é a mudança ‘para melhor’. A crítica acadêmica, por si mesma, não pode modificar a realidade, mas pode contribuir com a ação política de mudança, ao aumentar a compreensão da realidade existente, de seus problemas e de suas possibilidades. Uma melhor compreensão requer melhores explicações. A ACD oferece uma melhor compreensão explanatória das relações entre discurso e outros componentes da vida social. (Fairclough, 2019, p. 1)

Em primeiro lugar é preciso dizer que analisar a ideologia desenvolvimentista não é apenas analisar um termo, uma palavra, ou um discurso. Esse é justamente o cerne da questão. Quando identifico a ideologia desenvolvimentista estou dizendo que ela está relacionada a um conjunto mais amplo de práticas e ações sociais. O discurso carrega sentidos diversos que podem ser captados e não são desinteressados. Por isso a análise crítica do discurso é uma teoria bastante adequada e eficiente para dar suporte a análise do desenvolvimentismo e suas variações, aparentes ou ocultas.

Para Fairclough (2012, p. 308), a posição teórica da ACD entende o “discurso como um momento das práticas sociais”. Essas práticas sociais são de várias ordens e tipos, elas são; políticas, econômicas e culturais. É esse momento de uma prática política e social que possibilita reconhecer a palavra desenvolvimento como uma categoria mais robusta possível de ser analisada de forma minuciosa. É isso que a torna uma ideologia, não apenas um “discurso vazio”. Sua reedição em diversos momentos e fases do debate nos últimos anos e sua constância à torna tão singular, a ação em torno desta ideia faz com que ela alcance destaque. Esta ideia força que de algum modo tem aglutinado parte do debate político-econômico, justamente por ser ampla o suficiente e ter várias dimensões, portanto, pode ser instrumentalizada de muitas maneiras por muitos atores de posições diferentes. De acordo com (Fairclough, 2012) a ACD é mais do que um método.

A ACD, na minha visão, é muito mais uma teoria que um método, ou melhor, uma perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a semiose (que inclui a linguagem visual, linguagem corporal, e assim por diante) como um elemento

ou momento do processo social material (WILLIAMS, 1977), que dá margem a análises linguísticas ou semióticas inseridas em reflexões mais amplas sobre o processo social. (Fairclough, 2012, pp. 307-308)

O Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil aqui analisado, foi lançado em setembro de 2020 e tem 209 páginas (Abramo, 2020). O evento de lançamento foi transmitido pela internet via plataforma *youtube*. A análise do documento seguiu passos bem simples, começando por uma rápida olhada no documento, quase um “*skimming e scanning*”²⁴ verificando número de páginas, título, divisão do texto e autores entre outros elementos gerais. A primeira coisa que chamou a atenção foi que um dos responsáveis pelo texto foi Aloizio Mercadante Oliva, presidente da Fundação Perseu Abramo – organização já citada acima – e autor da tese defendida na Unicamp em 2010, com o seguinte título: “As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)” (Oliva, 2010). Na apresentação do texto de sua tese ele afirma que foi membro das coordenações dos programas de governo de todas as campanhas de Lula. Ele assina o texto de abertura do documento com Gleisi Hoffmann, presidenta do Partido dos Trabalhadores (Abramo, 2020). Logo em seguida foi feita a contagem da palavra “desenvolvimento” no texto e para minha surpresa ela aparece 191 vezes; para um documento de pouco mais de duzentas páginas o termo é abundante, mesmo quando retiramos do cálculo os nomes dos títulos, subtítulos e instituições externas citadas como OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – ou os próprios Núcleos da Fundação, por exemplo, Núcleo de Acompanhamento e Políticas Públicas – NAPP Desenvolvimento Regional

Até mesmo esses títulos podem ser problematizados para fins de análise sobre a ideologia desenvolvimentista e seu alcance. O que esses nomes querem dizer? E porque estão presentes de forma orgânica, a ponto de batizarem setores de uma instituição como está? Seguirei com exemplos concretos sobre como essa ideologia penetrou profundamente o partido mais expressivo do país e seu programa político em sua versão mais recente.

A própria ideia de plano já merece um questionamento, pois pode referir-se a uma estratégia de intervenção, ou indução via Estado. Já a ideia de reconstrução carrega uma carga de algo que precisa ser refeito, pois, foi destruído. Neste sentido há uma tentativa de enaltecer um passado recente, “vender” a ideia positiva deste passado e não apresentar propostas para corrigir os próprios erros. O desenvolvimentismo segue firme seu curso, inabalável.

Um dos elementos iniciais para pensar uma nova política de transformação da indústria para o século XXI é considerar o desmonte, nos últimos anos, dos instrumentos de política pública e de governança da política industrial. A Petrobras, o

²⁴ Técnica utilizada para o aprendizado de outro idioma.

BNDES, a Embraer, a Embrapa, o Finep, além dos sistemas de metrologia, patentes e padronizações estão sendo desmontados. O sistema produtivo estatal e o sistema de bancos públicos abandonaram qualquer preocupação com as políticas de conteúdo nacional e os mecanismos de indução das compras públicas. A reconstrução das capacidades estatais é indispensável para o reposicionamento de uma nova indústria digital. Os desafios de uma nova indústria não podem ser enfrentados por uma proposta de política industrial baseada na oferta tradicional de incentivos fiscais e creditícios. Com exceção dos incentivos à P&D, que têm sido preservados nos países ricos, o caminho alternativo é concentrar os esforços em demandas reais da sociedade e do governo, de tal forma que os programas da política industrial sejam direcionados para desobstruir gargalos ou para atender prioridades sociais e econômicas do país. (Abramo, 2020, p. 156)

Em que pese a referência verdadeira sobre o desmonte pós-golpe de 2016, não há um reconhecimento de que o modelo adotado anteriormente tinha diversas falhas, privilegiando determinados grupos econômicos em detrimento de outros. A educação é o melhor exemplo disso, embora no período anterior tenha havido ampliação e criação de universidades públicas, o setor privado da educação recebeu recursos vultuosos a ponto de fomentar o maior grupo privado de educação do mundo. A ideia do Estado como indutor está subentendida, inclusive a boa e velha substituição de importação debatida amplamente pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) pode ser vista na citação de “políticas de conteúdo nacional”. A seguir isso também emerge revelando mais uma vez que há uma articulação entre as ideias ou a vontade e as aplicações práticas.

O fortalecimento do SUS e da economia requer uma política de geração local e de transferência de tecnologia, mediante investimentos públicos no complexo produtivo da saúde, de modo a efetivar o direito à saúde, **induzir a substituição de importações**, o desenvolvimento econômico e tecnológico e garantir a soberania nacional. (Abramo, 2020 p. 156, p. 89, grifo meu)

Por último, mas não menos importante, outro exemplo que pode marcar bem o que estou afirmando. A ideia de países emergentes e de países desenvolvidos. Isso também é perceptível no texto como pode ser lido a seguir.

No plano econômico e comercial, o país deverá propugnar por regras na Organização Mundial do Comércio (OMC) que estimulem o desenvolvimento de países emergentes. Em particular, serão necessárias regras mais flexíveis sobre propriedade intelectual, que não coloquem obstáculos à implantação de políticas de industrialização, de saúde e de ciência e tecnologia nos países em desenvolvimento. (Abramo, 2020 p. 156, p. 89, grifo meu)

O documento é todo recheado com exemplos que tem o desenvolvimento como norte. Mesmo quando busca se apresentar como alternativa, não consegue escapar da ideologia desenvolvimentista que alcança da cultura, ao já desgastado e popular “desenvolvimento econômico”. É o desenvolvimento sustentável, é o desenvolvimento social, é o novo padrão de desenvolvimento, enfim, segue rodando em um círculo sem romper com o quadro geral. O

documento reafirma os “fundamentos macroeconômicos do Brasil” (Abramo, 2020, p. 208). Também revela que é necessário um debate realmente profundo sobre que sociedade que queremos e como faremos para alcançar os objetivos pretendidos. Ocorre que, para programas como este se efetivarem é necessário antes de mais nada alianças com setores da burguesia, sobretudo com aqueles com disposição de romper as barreiras da dependência, isto não aparece no horizonte brasileiro, outra via de execução desta perspectiva seria uma revolução nacional, o que também não se apresenta no momento.

Algumas destas reflexões são extremamente atuais para entendermos o Brasil, é o caso de (Fernandes, 2019, p. 17) com a ideia de “revolução dentro da ordem” que norteia o Movimento Policiais Antifascismo (MPAF), que será apresentado a seguir, mas não somente, ou mesmo da tentativa de elaboração provisória de um conceito de “autoritarismo” e a conclusão de que “a sociedade de classes é irrigada por relações autoritárias...” (Fernandes, 2019, p. 51). Neste sentido compreender o capitalismo em seu estágio neoliberal é fundamental para explicarmos fenômenos diversos, sobretudo as violências e os desdobramentos políticos destas violências. Aqui se incluem as greves de militares estaduais e suas dinâmicas próprias que não raras vezes terminam em episódios violentos. Ainda na década de noventa o Professor Emir Sader alerta para:

Eu não estou tão seguro quanto o Atilio em relação à ausência, na América Latina, de atores sociais capazes de cancelar democracia política para manter a liberdade de mercado. Justamente a extensão de certos valores do consenso neoliberal – e as terríveis condições de exclusão social provocadas pelos traços econômicos desse modelo – vão gerando condições propícias para as políticas orientadas contra o movimento de massas e contra certas conquistas sociais históricas. Ao mesmo tempo, a informalização da economia solapa as condições de resistência democrática do movimento popular. (Sader, p. 174, 1995)

Quase trinta anos depois desta publicação oriunda do Seminário Pós-Neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático realizado na UERJ em 1994, as eleições brasileiras foram um marco entre democracia e barbárie. A barbárie, além de mostrar que existem “*atores sociais dispostos a cancelar a democracia política*” recebeu milhões de votos e o inegável apoio de setores da sociedade localizados no campo popular, ou seja, muitos trabalhadores e trabalhadoras juntaram-se as fileiras dos defensores da violência explícita. Isso ficou claro durante o último governo como também no apoio ou a simples indiferença às políticas de morte.

Desta forma alcançar o fenômeno das greves de policiais militares sem o pano de fundo que é o neoliberalismo e os projetos desenvolvimentistas subordinados com seus voos de galinha e as consequências de sua generalização seria insuficiente. A rotação no programa estratégico rumo a um projeto neodesenvolvimentista e a pressão neoliberal geraram diversas

contradições que não passaram despercebidas ao conjunto do aparato repressivo estatal e tiveram impactos sobre o aumento das greves. Novamente (Boito Junior, p. 114, 2018) apresenta reflexões que podem ser úteis para a análise sobre este período do ciclo nacional de greves. O autor ao referir-se as contradições no que ele chamou de frente neodesenvolvimentista afirma que “essas contradições estimulam movimentos centrífugos e, tanto à esquerda quanto à direita, as forças que têm interesse em desagregar a frente exploram, com esse objetivo, as suas contradições internas.” Obviamente não estou sugerindo que os militares estaduais pudessem ser considerados parte desta frente, nem mesmo frações à esquerda mais ou menos organizadas de segmentos da segurança pública devem ser considerados assim, tanto pela sua fragilidade organizacional quanto pelo tamanho destes setores, praticamente ínfimos e dispersos no território nacional. De qualquer forma se o PT não queria correr o risco de arcar com o ônus de uma política reformista mais agressiva no campo de segurança pública, acabou pagando pelo recuo, uma vez que a responsabilidade por parte dos problemas da crise no setor foi lançada sobre o governo, até porque a crise é nacional, portanto, exige atuação federal de forma mais incisiva. Isto fica evidente quando o ciclo de greves chega a seu pico para em seguida escancarar as portas dos quartéis e estender tapete vermelho para a entrada da extrema direita neofascista. O tal efeito centrífugo e a exploração dos movimentos de insatisfação dos militares estaduais por forças que buscavam desestabilizar a frente neodesenvolvimentista é um fato. O curioso é pensar que sindicatos de policiais civis, federais, rodoviários federais e guardas municipais além de associações e grupos de militares estaduais, bem como de setores da direita brasileira demonstraram apoio a PEC 51, de autoria do senador Lindbergh Farias do PT-RJ. A proposta pode ser considerada a iniciativa mais bem acabada de reformar a segurança pública e surge como uma resposta justamente após os grandes atos de junho e julho de 2013. Ela sofreu forte oposição de entidades ligadas aos delegados de polícia e as dos Oficiais militares estaduais. Entre as mudanças a proposta previa o formato de carreira única nas polícias brasileiras, além da desmilitarização.

O número de greves de militares estaduais se elevou neste período, acompanhando as demais categorias de trabalhadores e trabalhadoras. Ao abdicar da estratégia reformista (democrático popular) e apostar suas fichas no desenvolvimentismo, o PT não apenas se transforma em partido da ordem, perfeitamente alinhado aos interesses burgueses, mas colabora para “desenvolver o subdesenvolvimento”, desenvolve relações de exploração típicas do capitalismo e proporciona o avanço de relações ainda mais perversas, estas típicas da sociedade brasileira. Como se não bastasse, ao capitular e orientar suas políticas públicas voltadas para a segurança pública sob a mesma lógica, ou, pelo menos, se omitir em enfrentar a reforma do

aparato repressivo brasileiro, ele ajudou a desenvolver também as forças repressivas, calcadas na sanha militarista que encontra seu ápice no último governo, mas que teve no período anterior uma expansão da militarização ou da hipermilitarização conforme Bordin (2018). Por fim, é preciso dizer que embora a estrutura do aparato repressivo esteja totalmente a serviço da ordem burguesa, ele é composto por sujeitos majoritariamente oriundos das classes trabalhadoras, portanto, possíveis de serem disputados para e por projetos políticos distintos, as greves podem nos informar melhor sobre isso e o próprio Movimento Policiais Antifascismo parece um exemplo evidente desta possibilidade. Demonstrar isso é um dos desafios que esta pesquisa pretende vencer.

Ao abandonar a Estratégia Democrático Popular e as reformas estruturais que ela previa, também a reforma da segurança pública foi deixada de lado e um dos pilares do edifício do Estado autocrático foi mantido intacto. O transformismo petista levou o partido a migrar de um programa de reformas para um programa desenvolvimentista. Entretanto, no estágio neoliberal de acumulação capitalista o desenvolvimentismo clássico baseado na industrialização do país tem pouco espaço, sendo assim a nova plataforma desenvolvimentista precisava adaptar-se ao estágio neoliberal de acumulação. O desenvolvimentismo petista fica, portanto, limitado, ele está condicionado pelo neoliberalismo.

2.5 O Estado autocrático brasileiro

Para finalizar esse capítulo uma breve reflexão sobre o Estado autocrático brasileiro. Um dos elementos centrais desta estrutura é a “arquitetura institucional” do aparato repressivo e dentro desta arquitetura se encontra a polícia militar²⁵. A centralidade das PMs no controle social perverso deve ser destacada quando se debate segurança pública, não apenas pela sua função formal – jurídico/legal – mas pelo tipo de atuação e o papel que representa na luta de classes. Desta forma, o Estado autocrático no Brasil só é possível em tais condições devido ao papel exercido pelas polícias militares. O historiador Mazzeo (2015), sobre a autocracia burguesa no Brasil e seu Estado congênere nos diz:

Essa debilidade econômica, conformadora de um Estado que a expressa, não permitirá que a burguesia brasileira instale, na vida política nacional, os elementos democráticos típicos das burguesias que alcançaram o poder pela via da revolução, pondo abaixo a

²⁵ O antropólogo Luiz Eduardo Soares, já citado acima, utiliza a expressão arquitetura institucional da segurança pública para referir-se ao conjunto mais amplo de instituições que compõe o sistema de justiça criminal no Brasil e seu funcionamento, outros autores também utilizam a mesma expressão. (<https://www.luizeduardosoares.com/pec-51-revolucao-na-arquitetura-institucional-da-seguranca-publica/>)

ordem anterior. Ao contrário, as fórmulas políticas autocráticas sempre prevaleceram, amoldadas às novas situações histórico-concretas da sociedade brasileira e às novas sínteses, sem que, com isso, quebrassem suas raízes genéticas de economia subsumida aos centros mundiais do capitalismo. São os elementos determinadores que conformarão a particularidade da formação social brasileira – engendrando uma burguesia autocrática, sempre pronta a alijar as massas trabalhadoras dos processos políticos do país, através de contrarrevoluções constantes, no sentido de manter inalterado o status quo econômico e político – que irão constituir o objeto deste trabalho, ainda que em largos traços e, por isso, passível de muitas deficiências. (Mazzeo, 2015, pp. 21-22)

Aqui se unem os três elementos estruturais que compõem a análise sobre as greves dos militares estaduais do período estudado. O modo de produção capitalista em seu estágio atual de acumulação que é o neoliberalismo; a configuração da luta de classes no Brasil que desenvolve um tipo próprio de Estado, que tem as polícias militares como uma de suas bases de sustentação e o desenvolvimentismo petista condicionado pelo neoliberalismo e suas consequências fáticas, inclusive devido ao abandono das reformas esperadas.

Novamente (Mazzeo, 2015) trata o caráter do Estado brasileiro baseado nas relações sociais produzidas ao longo da história do país fundado na escravidão. O autor dará destaque a particularidade do *bonapartismo* no Brasil, revelando o que ele chamou de “bonapartismo colonial que articulado com uma política de Estado manipuladora e alijadora das massas populares; será, enfim, a encarnação e a gênese da autocracia burguesa do Brasil.” (Mazzeo, 2015 p. 80)

Percebemos, dessa forma, que a base real da formação social escravista do Brasil desautoriza o liberalismo e a revolução em sua configuração clássica. Essa especificidade, determinada por tal concretude, não deixaria de gerar um Estado à sua imagem e semelhança. Um *aparelho estatal de onde se despregue a violência* e o favor deletério, para manter intacta sua estrutura fundamental, com as massas populares (escravos e homens “livres”) sempre fora do cenário político. Uma estrutura, enfim, que permitia até golpes e contragolpes constantes entre as facções dominantes sem alterações, no entanto, em seu aspecto basilar. (Mazzeo, 2015, p. 77, grifo meu)

Esse Estado desenvolvido à imagem e semelhança de uma burguesia autocrática que tem por princípio manter afastada das decisões políticas do país as classes trabalhadoras, esse *aparelho estatal de onde se despregue a violência*, é uma das partes que interessam nessa investigação, uma vez que essa violência será executada de maneira organizada e orientada por instituições próprias a ela.

Este é segundo nível de determinação do fenômeno, o tipo de Estado que se desenvolveu aqui. O Estado autocrático burguês que se origina do modo de dominação autocrático burguês e desenvolve um aparelho de repressão específico, aqui denominado de aparelho autocrático de controle social perverso, pois atua permanentemente na repressão violenta das classes

trabalhadoras, mesmo em suas atividades *residuais* – residuais, pois fragmentadas, diluídas no cotidiano da atividade policial, embora operando sempre ou quase sempre na lógica da crueldade, como já apontado acima.

Refletindo sobre o Estado capitalista da periferia Fernandes (2019) revela que

Portanto, é na América Latina que encontramos a versão mais acabada do *Estado capitalista* periférico da era do capitalismo monopolista e de seu padrão de imperialismo. Ou seja, que deparamos com o que já chamei de *revolução burguesa em atraso* e seu subproduto essencial, uma ditadura de classes aberta e um *Estado autocrático-burguês* (o qual não é apenas uma imagem invertida do Estado democrático-burguês, porém a forma que ele deve assumir como instrumento de dominação externa e de um despotismo burguês reacionário). Se em outros continentes o Estado capitalista da periferia também é contrarrevolucionário ou está na autodefensiva, apenas na América Latina ocorre tal congelamento da história em processo. (Fernandes, 2019, pp. 82-83)

É, portanto, um elemento central a análise, não pode ser desprezado. O aparelho repressivo se desenvolve tal qual o Estado autocrático burguês, mais que isso, ele é fundamento, sustentação deste tipo de Estado. As PMs são uma particularidade desse Estado, assim toda política institucional também será pautada por essa particularidade, notem que há um peso desta característica.

3 AS GREVES DE MILITARES ESTADUAIS

Neste capítulo será abordado mais detidamente as greves de militares estaduais em seu ciclo nacional no pós redemocratização. No capítulo anterior indiquei os três fenômenos macroestruturais sobre o qual está assentado a maior parte dos eventos do “ciclo nacional de greves de militares estaduais”, a saber, o modo de produção capitalista em seu atual estágio de acumulação – o neoliberalismo; o neodesenvolvimentismo condicionado dos governos do Partido dos Trabalhadores; e a configuração do Estado brasileiro.

A partir dos três eixos macroestruturais que orientam a análise e de uma breve reflexão sobre a instituição Polícia Militar, observando o material do DIEESE propus a partir desta etapa do trabalho uma divisão em 4 momentos, que basicamente serviram como comparativo entre os ciclos menores de greves. O dois primeiros estão dentro da fase estritamente ou de passagem ao neoliberalismo, portanto podem ser compreendidos como pertencentes a um mesmo período, entretanto, as mudanças conjunturais e a adesão aberta ao programa neoliberal a partir dos governos de FHC forçam uma divisão deste período, além disso a primeira fase deste momento tem maior proximidade com a Constituição de 1988 e a nova etapa da democracia no Brasil, que pôde ser capaz de abrir caminhos a atividade política organizada dos militares estaduais, ou seja, a abertura democrática possibilita a capacidade organizacional destas categorias, mesmo com todos os limites impostos a elas e sem que alterações significativas na estrutura do aparelho repressivo tenham havido. A criminalidade violenta e o avanço dos coletivos criminais também pressionam os militares estaduais e a própria dinâmica das greves demonstra uma razoável diferença de momentos.

O terceiro momento é a fase do neodesenvolvimentismo condicionado, onde a democracia parece avançar com algumas políticas afirmativas e os efeitos do crescimento econômico lastreado, entre outras coisas, no consumo interno. O aumento do salário-mínimo acima da inflação pressionou a luta de classes e também repercutiu na pauta dos militares estaduais.

Finalmente o quarto momento, já no último capítulo, revela a fragilidade da democracia novamente golpeada, desnudando o caráter do Estado brasileiro e a emersão de um movimento de tipo fascista que também impactou na dinâmica das greves de militares estaduais.

Olhar de perto e de longe o fenômeno das greves e manifestações políticas dos militares estaduais foi a marca da investigação. De algum modo desde o início da pesquisa com este tipo de fenômeno sempre estive ligado de maneira mais ou menos direta aos eventos estudados e com a pesquisa de campo como veremos no exemplo do próximo capítulo. Ao analisar o

material coletado junto ao SAG – Dieese, rolando o documento na tela do computador, tive a impressão de que não se trata de eventos com temporalidades tão esparsas, ao contrário, me pareceu uma sequência, um conjunto de eventos contínuo e regular. Os gráficos ajudam a visualizar os eventos com clareza para identificar suas regularidades mais evidentes e os períodos de maior ocorrência.

Como afirmado, utilizei um conjunto de métodos e técnicas e a cada etapa do trabalho serão destacados os recursos utilizados para o momento da pesquisa. Buscando fugir do “mito do método” (Cardoso, 1971), a proposta é diluir no conjunto do trabalho os principais caminhos percorridos, por considerar quase impossível tornar público ou descrever as minúcias e detalhes de algumas das incursões ao campo de pesquisa. Sutilezas do contato tanto do material documental quanto da participação em eventos e as entrevistas levaram a infinitas possibilidades para a compreensão do fenômeno. A própria subjetividade e as experiências pessoais por si só poderiam guiar uma pesquisa relativamente robusta, todavia, narrá-las tornaria inviável findar o trabalho com o mínimo de concisão e coerência com a proposta inicial, que trata da busca pela maior abrangência possível dos determinantes do fenômeno. Trata-se da tentativa de alcançar a totalidade do fenômeno, da sua relação entre o universal e o particular sem perder de vista a dinâmica do processo. As mudanças na sociedade e as peculiaridades de cada momento precisam ser levadas em conta. Greves são eventos dinâmicos, são respostas a determinados eventos políticos, embates entre categorias de trabalhadores e patrões ou o próprio Estado. A eclosão destes eventos se dá de maneira distinta em cada categoria profissional e as táticas utilizadas também podem variar. As respostas do patronato ou do Estado, como ela é retratada pela imprensa, vista por outros setores da sociedade também varia. Tudo isso torna o fenômeno ainda mais complexo e interessante. Por isso o objetivo é de um esforço para alcançar as principais determinações do ciclo nacional de greves.

Algumas experiências, se narradas por completo, fariam do trabalho uma espécie de romance dada a profundidade e beleza do momento vivido entre mim e meus interlocutores, de forma que parte da jornada investigativa foi propositalmente subtraída ou deixada de lado no momento em que escrevo estas linhas. São escolhas que todo pesquisador e pesquisadora precisa fazer. Entretanto, o conjunto da vivência, da busca pelo referencial teórico, do material empírico coletado e utilizado, além de como se deram os contatos com esses materiais compõem o quadro analítico.

Como exemplo deixo aqui a experiência das entrevistas realizadas em praticamente todas as fases do trabalho. Foram entrevistas semiestruturadas realizadas pessoalmente *in loco*

ou por meios digitais – videochamadas por telefone celular ou através de *links* de reuniões virtuais pela internet, isso, com certeza, teve um impacto. A mediação tecnológica se por um lado aproxima e possibilita contatos entre pessoas de regiões distantes por outro quebra as inúmeras possibilidades do contato face a face. O termo quebra é bem apropriado, pois o sujeito fica parcialmente reduzido a um quadro na tela do computador ou do telefone celular, ainda que se possa manter atenção absoluta em seus gestos e expressões durante sua fala, a perda das informações obtidas nas “interações face a face” (Berger, 1985, p. 47) tradicionais nas pesquisas em ciências sociais é incontável. Também por isso as entrevistas, apesar de comporem uma parte importante do material utilizado, são tidas aqui como complementares. Ouvir agentes de segurança pública sobre os fenômenos que dizem respeito às suas próprias vidas e suas interações sociais é sem sombra de dúvida fundamental ao trabalho. É a partir desta escuta que se pode verificar diferenças nem sempre perceptíveis e muitas vezes negligenciada nas pesquisas sobre este grupo social. Contudo, reproduzir o discurso nativo sem problematizá-lo também pode ser prejudicial às conclusões da investigação, de modo que enxergo os relatos como uma contraprova, uma espécie de contrapeso às demais fontes consultadas. De todo modo a elas foram dadas a mesma credibilidade que as demais fontes, de maneira que somadas compõem um conjunto maior da pesquisa. A diferença é que este tipo de material pressupõe não apenas a opinião do sujeito sobre os fatos, trata-se de carregar consigo interesses pessoais, posições políticas e um tanto de subjetividade, mas também uma visão singular sobre a instituição que está inserido. É o ponto de vista mais próximo dos eventos, de alguém que, se não esteve atuando diretamente no desenvolvimento dos fatos, vivenciou as angústias e tensões no calor dos acontecimentos. Por isso as entrevistas são tão importantes para mim e para o resultado final desta investigação.

As entrevistas foram realizadas desde os primeiros momentos do curso de Doutorado e seguiram sendo realizadas durante todos os quatro anos de pesquisa. Logo que retornei ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, a greve do Ceará de 2020 ganha as telas da TV e da internet. A cobertura simultânea dos eventos, mais comuns em tempos de redes sociais, inundou a internet e os jornais com imagens sobre o acontecimento, de forma que o projeto de pesquisa sofre ali sua primeira alteração incorporando mais um ano a proposta inicial. Neste contexto realizei a primeira entrevista com um policial militar do Ceará, ela se deu a partir do contato com companheiros do Movimento Policiais Antifascismo que indicaram e meu entrevistado. Ela se deu por uma videochamada de *whatsapp* e revelou aspectos não tratados pela imprensa e desconhecidos do público em geral. Por exemplo, que os militares estaduais estavam mobilizados há vários meses em uma campanha pela reestruturação da tabela salarial,

que haviam se dirigido a Assembleia Estadual para acompanhar os trabalhos dos parlamentares, lotando as galerias do espaço como forma de a categoria pressionar os deputados em prol de sua causa.

Também merece destaque o relato de que foi formada uma comissão com “representantes” da tropa, que tinham a tarefa de debater e sistematizar as propostas. Entre os membros desta comissão estavam parlamentares militares e representantes de entidades de classe. Esse ponto é fundamental não apenas neste, mas em diversos movimentos grevistas de policiais militares. Quem de fato representa os militares estaduais? Sobretudo em momentos de disputas políticas mais acirradas e ou que envolvem interesses dispares no interior da tropa, ou seja, entre Oficiais e Praças por exemplo. Aqui o tema da militarização volta a cena e ganha sentido objetivo para além do debate filosófico e ideológico. Uma vez que aos militares estaduais é vedada a participação política, no entanto, eles atuam ou se movem politicamente desde sempre, inclusive como no caso relatado onde a tropa mobilizada acompanhava os trabalhos da ALECE há vários dias. É importante compreender essa dinâmica sobre as lideranças e a representação política destes agentes. Para aqueles que advogam a favor do afastamento total dos agentes de segurança do Estado das atividades políticas, fica a pergunta. É possível efetivar esse tipo de medida?

Retomando a reflexão sobre a representação política destas categorias cabe pensarmos juntos sobre quem de fato os representa e se suas entidades de classe têm legitimidade, autonomia e alcance suficiente para assumir essa tarefa. Em outras categorias de trabalhadores os sindicatos são de fato e de direito os representantes dos trabalhadores tornando mais clara as relações em termos jurídicos e mesmo políticos. Se os militares estaduais devem ser considerados como trabalhadores que vendem sua força de trabalho ao Estado, como defende o Movimento Policiais Antifascismo e os mesmos não contam com instrumentos legítimos de organização política capazes de intermediar os interesses do grupo, há outra contradição posta.

Ao final dos trabalhos desta comissão a proposta apresentada desagradou boa parte do efetivo, dada a discrepância no aumento concedido a Oficiais e Praças, o que gerou revolta e desencadeou uma radicalização do movimento que resolve ocupar algumas unidades. Esse tipo de ação já era de conhecimento do grupo que havia realizado pelo menos outras duas greves inclusive com ocupação de unidades no passado. São os casos de 1997 e de 2012 que inclusive alçou novas lideranças no cenário da política local, as duas mais conhecidas foram Cabo Sabino e Capitão Wagner. Essa quebra de confiança na comissão estabelecida que representava o grupo abriu espaço para novas e antigas lideranças ligadas ao bolsonarismo que assumirem o

protagonismo no movimento e conduziram o processo de radicalização inclusive com uso da violência.

Foram feitas 15 entrevistas oficiais que ajudaram a montar um quadro mais completo sobre o conjunto de eventos analisado. Nem todas as entrevistas foram gravadas, para algumas utilizei apenas anotações em um caderno de campo ou bloco de anotações. Muitas foram fruto de outro método conhecido nas ciências sociais, a observação participante. A partir da observação participante fiz contatos e estabeleci relações que no futuro me oportunizaram realizar entrevistas para o trabalho. A maioria dos entrevistados foi de policiais homens de vários estados do país, apenas uma mulher da polícia militar foi entrevistada. Também foram entrevistados um ex-policial, um sindicalista e o deputado José Genoíno. Ainda sobre a complexidade e amplitude do que pode ser uma entrevista em investigações como esta, deixo o registro de que muitas conversas informais que não se tornaram entrevistas oficiais para o trabalho, trouxeram um rico arcabouço de informações e fatos que compõe o quadro mais amplo e complexo sobre o fenômeno pesquisado. No processo de observação participante não apenas ouvindo pessoas envolvidas no debate sobre segurança pública e polícia, mas intervindo com minhas opiniões e dúvidas pude construir ou verificar um conjunto amplo e diverso de perspectivas.

Em certa oportunidade hospedado na casa de um policial militar posteriormente entrevistado, que me recebeu gentilmente para um dos eventos do Movimento Policiais Antifascismo que presenciei, atravessamos a noite conversando sobre diversos temas, mas principalmente suas histórias de vida e militância. Enquanto sua esposa dormia cansada do dia inteiro de trabalho ele embalava o filho mais novo do casal na cozinha de sua casa, depois de uma jornada de 12h de plantão em uma viatura da PM. Fiquei encantado com aquela conversa e dificilmente conseguiria narrar aqui a riqueza de detalhes e fatos relevantes ao conjunto da investigação. Algum tempo depois o entrevistei pela internet, mas, sem dúvida, aquela conversa informal no interior da intimidade familiar de meu interlocutor tem uma relevância para a pesquisa que poucas técnicas e métodos podem descrever.

Optei por tentar não revelar, nomes, postos, graduações e a localidade de meus informantes para preservá-los ao máximo. Muitas greves tiveram repercussões negativas e somaram-se a elas episódios de extrema violência, como aumento exponencial de homicídios, saques, arrombamentos e arrastões. Alguns desses homicídios envolveram agentes do Estado que viram na greve oportunidades de cometerem crimes, algumas das entrevistas confirmaram

esses fatos²⁶. A imprensa e portais de internet também noticiaram que grupos de militares promoveram em algumas oportunidades uma espécie de toque de recolher, obrigando comerciantes a fechar seus comércios²⁷.

Por fim, as entrevistas ajudaram a ilustrar o material coletado junto ao SAG – DIEESE, que forneceu um compilado bastante completo sobre as greves de policiais militares desde 1988. O material foi originalmente conseguido através do Professor Paulo Ribeiro Cunha que gentilmente me enviou o documento depois de uma breve conversa em um evento acadêmico ainda no ano de 2018 em Londrina no Paraná. Posteriormente fiz contato com o DIEESE que me enviou o material atualizado²⁸. Posso dizer que essa é a coluna vertebral da pesquisa e as entrevistas deram cor, cheiro e voz aos dados e informações presentes no material documental. A partir deste material do SAG elaborei alguns quadros sintetizando as principais referências, uma vez que eles contêm muitos detalhes.

Embora a catalogação do DIEESE contenha as principais informações sobre as greves, ela não é capaz de acessar as minúcias de cada evento. Por exemplo, ao entrevistar um Coronel aposentado que foi comandante da Polícia Militar de seu estado, o mesmo relatou que presenciou duas greves em sua carreira, a primeira como um jovem oficial grevista na década de 1990 e a segunda como comandante da instituição já nos anos 2000. Sua percepção sobre a diferença dos dois eventos é marcante. No primeiro caso o atraso do salário somado as péssimas condições em que se encontravam os militares estaduais à época justifica plenamente as ações do efetivo rebelado, na segunda oportunidade, já na segunda década dos anos dois mil, ele vê motivações políticas e até pessoais contra seu Comando. Segundo me informou, agiu com rigor quase movido pela raiva para logo em seguida ao consultar um promotor amigo seu, enfrentar a situação com mais cautela, inclusive lembrando sua experiência passada como militar grevista.

Essa riqueza de detalhes, um passo adiante no rumo dos sentidos e sentimentos dos agentes envolvidos no curso dos acontecimentos, esse avanço sobre a subjetividade dos protagonistas dos fatos só foi possível graças aos métodos da observação participante e das entrevistas semiestruturadas que realizei. Isso contribuiu na formatação de uma das hipóteses

²⁶ Um dos policiais militares entrevistado, que a época de uma greve em seu estado trabalhava no serviço de inteligência da Polícia Militar, a famosa P2, afirmou que o setor recebia informações e tinha conhecimento de crimes praticados por pms durante a paralisação. Em outras entrevistas, ao perguntar se havia participação de militares em crimes (homicídios geralmente) a resposta era sempre afirmativa.

²⁷ Sobre isso as greves da Bahia 2012, de Pernambuco 2014 do Espírito Santo 2017 e do Ceará 2020 são exemplos clássicos.

²⁸ Deixo aqui meu agradecimento ao Professor Paulo Ribeiro da Cunha referência nos estudos sobre militares pela gentileza e troca de informações que se estabeleceu após este primeiro encontro. Também ao DIEESE pela pronta resposta a meu pedido.

da pesquisa, as diferenças entre as greves e uma espécie de “tipologia” dos movimentos, a ser destacada em breve²⁹. Além do material já citado também utilizei um conjunto de relatórios do DIEESE, intitulado “Estudos e Pesquisas”, publicados anualmente em sua página na internet e também revisei o material utilizado em minha pesquisa de mestrado, em sua maioria, matérias da imprensa escrita e televisiva, e outro conjunto de entrevistas realizadas à época.

O material do SAG é subdividido por categorias que informam: o grupo profissional grevista, o tempo de duração da paralisação, o número de participantes da greve, as causas da ação, os resultados do movimento e por vezes a fonte consultada, que geralmente é a imprensa. São mais de 20 categorias que apresentam um panorama completo, mas sintético sobre os eventos. Para o que interessa a este trabalho foram utilizados principalmente os dados referentes sobre as categorias profissionais em greve, os respectivos anos dos acontecimentos, as causas e os resultados dos movimentos de paralisação. Outros dados apresentados são interessantes e revelam desdobramentos e características importantes acerca dos movimentos grevistas, mas foram deixados de fora da análise propositalmente para me concentrar naquilo que considero mais importante. Por exemplo, seria muito interessante olhar atentamente para o número de horas paradas em cada greve e comparar com o desencadeamento de eventos e casos de violência, como arrastões e arrombamentos ou mesmo crimes contra a vida durante o período que uma parcela do efetivo policial militar esteve ausente. Isso poderia sugerir uma série de questões sobre violência e sua dinâmica em diversas regiões do país com temporalidades distintas. Entretanto, considere mais relevante para este momento compreender o quadro geral dos eventos grevistas, encontrar similaridades, diferenças e as condições em que tais fatos se deram.

3.1 Por que greves?

Buscando a relação entre “universal e particular” (Mazzeo, 2015), ou o “universal concreto” uma vez que todas as sociedades humanas organizam seu pensamento desta forma (Lefebvre, 2006), como já foi sugerido no capítulo anterior e nas linhas acima, passo agora a demonstrar algumas orientações que partem de uma perspectiva “sociológica crítica e militante” (Ianni, 2011) e (Pizetta et al, 2021, p. 95). Não no sentido de uma tomada de posição favorável

²⁹ A tipologia aqui proposta não está necessariamente ligada a ideia de “tipo ideal” prevista em Max Weber, mas nos arranjos e conveniências políticas de cada situação, justamente por variarem no tempo e no espaço e estarem condicionados por diversos elementos conjunturais não é possível falar em um tipo ideal. Os interesses e possibilidades de cada momento marcam como vai se desdobrar o movimento.

ou não a esse ou aquele movimento grevista, ao contrário, a ideia é justamente não cair no clichê midiático nem no discurso oficial das instituições policiais. A pergunta é simples e as respostas podem ser objetivas, mas estão ligadas a uma perspectiva política e uma visão de mundo. Por que reconhecer como greve movimentos como estes uma vez que militares são proibidos de realizá-los? Em primeiro lugar a despeito do discurso oficial e das proibições jurídico/legais sobre as manifestações políticas dos militares partirei do conceito utilizado pelo próprio DIEESE estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre greves.

Greve: “interrupção temporal do trabalho efetuada intencionalmente por um grupo de trabalhadores com objetivo de impor uma reivindicação, opor-se a uma exigência ou expressar queixa” (OIT). Excluem-se deste escopo, portanto, tanto as paralisações de iniciativa patronal (lockouts) como as formas de protesto que não implicam suspensão do trabalho, tais como “operação tartaruga” ou “operação padrão”. (DIEESE, 2006).

Portanto, se há interrupção do trabalho dos militares de forma intencional mais ou menos organizados para cobrar ou garantir direitos e exigir melhores condições de trabalho é possível reconhecer esse fenômeno como uma greve, ainda que ela seja proibida a estes trabalhadores. Em segundo lugar defender o direito a greve de qualquer grupo de trabalhadores é uma posição política. A greve é um instrumento legítimo de luta dos trabalhadores e trabalhadoras, foi um direito conquistado e não uma benesse oferecida pelas classes dirigentes, possui uma história e está ligada a dinâmica da luta de classes e suas transformações. Além das questões acima indicadas, sociologicamente explicar os eventos analisados em seu conjunto como greves de fato, pode facilitar a compreensão sobre os fenômenos. Uma vez que é possível retirá-los de eventos anômalos e esporádicos e incluí-los num rol complexo e coerente de ações de um grupo. Assim é possível perceber se o grupo conquistou avanços, teve êxito em suas reivindicações e colheu frutos possíveis de serem generalizados ao conjunto do grupo. O contrário também é verdadeiro, seguindo esse raciocínio é possível identificar se os eventos analisados demonstraram que a tática paredista fez com que a categoria recuasse em seus direitos, perdesse credibilidade ou mesmo impactasse a importância e robustez histórica da instituição em que estão inseridos.

Se o investigador adota o ponto de vista de que tais fatos são eventualidades, fruto de manipulações de grupos políticos mais organizados e enraizados na sociedade, que disputam o poder e utilizam os efetivos de militares estaduais para golpes de Estado ou pressão política sobre adversários no poder, ou mesmo fruto da histórica intervenção dos militares na política nacional conforme bem sabemos, perde-se a capacidade de olhar os fatos de forma encadeada, muitas vezes ligadas a seus precedentes e resultado de aprendizados no embate com o próprio Estado e as forças políticas dirigentes, tanto no interior da instituição quanto fora dela.

Basicamente estes seriam os casos daqueles que entendem as greves como quarteladas, motins, ou atos de insubordinação dos efetivos, as vezes de forma caricatural descrevendo as tropas como indisciplinadas, descontroladas e com baixa capacidade da cadeia de comando manter a ordem nos efetivos. É preciso separar as coisas e entender que a quebra de hierarquia está presente em tais ações, mas que a própria instituição tem mecanismos para repô-la imediatamente quando não perdeu por completo o controle da situação ou mesmo adequar-se e logo que a crise estiver solucionada por outros meios e o núcleo dirigente do movimento for debelado ela poderá retomar as rédeas e o controle do efetivo para o que dele se espera na rotina destas instituições.

Desta forma o método proposto na instigação parte destes conceitos básicos, que são a compreensão do fenômeno, a explicação para posteriormente a elaboração de crítica mais assertiva possível. Desta tríade surgem diversos desdobramentos que devem ser articulados para a execução da tarefa.

Dito isso é preciso desfazer uma diferença, uma dicotomia que é construída sem se apresentar abertamente e no limite se torna uma contradição, não raras as vezes a eclosão de movimentos reivindicatórios no seio da tropa demonstram isso. O policial militar é um trabalhador, reconhecer e defender isso é assumir um lado. Por fim, defender essas posições políticas é acreditar na possibilidade de uma transformação social e mesmo diante das condições impostas a estes trabalhadores e sua função dentro da luta de classes é acreditar que ao menos uma parcela destes sujeitos pode participar deste processo de mudanças radicais.

Os policiais militares não podem ser entendidos como figuras apartadas da sociedade. A ideia de um “militar puro” segundo (Fernandes, 1974, p. 195) e toda a construção da identidade desse sujeito passando pelo seu “eu” esconde a realidade factual. A origem de classe destes sujeitos é apagada e sua posição na luta de classes por vezes é desconsiderada, mas isso deve ser colocado em perspectiva. A autora faz apontamentos indispensáveis ao debate sobre a história dos militares estaduais. O primeiro deles é justamente sobre a identidade destes agentes e um possível “espírito militar”. Somente a partir da garantia de condições materiais básicas a esses agentes seria viável a construção da identidade destes sujeitos. Segundo ela “A identidade dos agentes com a instituição teria como requisitos: segurança de emprego, segurança econômica, confiança nas possibilidades de ascensão na hierarquia e prestígio social” (Fernandes, 1974, p. 195). Este é um requisito básico, e essa estrutura precisa ser permanentemente “lubrificada”. Mesmo em tempos de ataques generalizados aos direitos trabalhistas, onde a tropa também sofre os efeitos é preciso lançar mão de expedientes para manter a motivação dos efetivos e os laços desenvolvidos por esse grupo minimamente coesos.

Isso pode se dar de várias formas, pela repressão pura e simples no interior da caserna, mas sobretudo por algum tipo de vantagem mesmo que considerada apenas em relação à média do conjunto das classes trabalhadoras. Em alguns momentos a extorsão velada de governos somada a aspectos doutrinários e ideológicos faz com que os militares se mantenham fiéis a algumas políticas ou apenas os impeça de se mobilizarem ou se oporem de forma organizada a essas políticas. São os casos da “legalização do bico”, ou diversos tipos de artifícios utilizados pelos governos que buscam remunerar parte do efetivo com o intuito de aplacar as insatisfações e controlar as demandas de parte dos militares, principalmente as Praças, situações estas que dividem a tropa ainda mais.

Um exemplo recente no estado do Paraná pode ser o Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV) que recrutou militares da reserva para, entre outras funções, trabalharem no Programa Colégios Cívico-Militares do estado, que é cópia espelho das escolas cívico-militares, do governo derrotado nas eleições para o executivo federal em 2022. É sem dúvida o mais agressivo processo de militarização da educação do estado. Abertamente visando os filhos e filhas da classe trabalhadora ele atenta contra diversos princípios da educação pública, revela a falência da educação brasileira ao mesmo tempo que aponta a crise permanente da segurança pública que, mesmo assentada sobre um modelo fracassado, tem expandido seus tentáculos. É difícil afirmar que os militares apoiem maciçamente o Programa Colégios Cívico-Militares que de saída “militarizou” duzentas escolas.³⁰ Sobre a militarização da educação é preciso dizer que se trata de um processo mais complexo, que conta com modalidades de militarização, que não é objeto deste trabalho, portanto não será aprofundado o debate nesse momento.

Neste caso específico trata-se da gestão compartilhada e não uma militarização completa, embora o governo tenha vendido o projeto como se fosse garantir o “padrão de qualidade” do Colégio da Polícia Militar que conta com uma estrutura invejável. A presença dos policiais militares impõe uma série de condutas e mesmo regras formais tanto a alunos como a professores e funcionários. Portanto, há uma lógica de militarização. O exemplo mais evidente é a inclusão da ordem unida nas unidades escolares, mas é possível citar outros. Agora, por que militares da reserva retornam aos quartéis voluntariamente para trabalhar? Minha hipótese sugere justamente a retirada de direitos dos servidores militares nos últimos anos. As alterações nas regras da previdência estadual afetaram os militares estaduais assim como as demais categorias de servidores públicos. No caso dos militares do Paraná as principais mudanças

³⁰ Esta parte do texto foi parcialmente publicada nas redes sociais a pedido de uma organização política em uma pequena série sobre a militarização da educação.

ocorrem a partir de 2012 com a criação do Fundo Militar apresentado como algo positivo ao conjunto da tropa mesmo que o debate tenha ficado somente na superfície, quase restrito ao seletor grupo que acompanhava a política na e para a instituição. Nesta ocasião eu ainda era o presidente de uma pequena, mas barulhenta entidade de classe representante das Praças do Corpo de Bombeiros e num diálogo com um coronel aposentado presidente da segunda maior associação de militares do estado revelei minhas preocupações com o futuro e o não pagamento das aposentadorias, quando o Oficial Superior grisalho e experiente me disse que “nós não teríamos esse problema, pois o governador precisava da polícia”³¹. Ele havia acompanhado de perto a greve de 2001 motivada justamente por um corte significativo nos vencimentos. Eu lhe indaguei sobre isso recordando o passado e sua resposta foi de que era diferente. Talvez porque o corte tenha atingido somente as Praças e o brioso Coronel não se atentou a este fato.

Além dos problemas gerados pela criação do fundo sem lastro financeiro, seguiram-se o aumento da alíquota e o desconto previdenciário sobre o total dos vencimentos dos aposentados corroendo assim a renda dos militares da reserva³². Esse foi um golpe severo, lembrando que muitos militares estaduais são os responsáveis por boa parte da renda familiar.

O Fundo Militar que migrou todos os militares estaduais do Fundo Previdenciário, superavitário, posteriormente dilapidado pelo governo Richa no fatídico episódio do 29 de abril de 2015³³, para um fundo próprio dos militares fez com que os servidores militares saíssem de um fundo seguro com bilhões em garantia para um fundo que inicia sem recursos e precisa

³¹ A entidade que faço referência no texto é a União das Praças do Corpo de Bombeiros do Paraná (UPCB-PR). O trabalho se inicia com a proposta de buscar os direitos das praças do Corpo de Bombeiros e prestar assistência jurídica gratuita nos casos de processos administrativos. Em pouco tempo a associação conquista algum prestígio e passa a participar de espaços importantes de debate, como representante das praças do Corpo de Bombeiros. Entre eles o Fórum de Entidades Sindicais do Paraná (FES) e o Fórum de Entidades da Polícia Militar do Paraná. A associação também começa a ter alguma aparição de destaque na imprensa, denunciando problemas estruturais e opinando sobre as políticas de segurança pública do governo, o que motivou uma perseguição por parte dos comandantes contra os dirigentes da entidade. A associação atuou em defesa das praças do Corpo de Bombeiros durante cinco anos, aproximadamente. Participou ativamente de seminários, audiências públicas, atos políticos, se reuniu com deputados estaduais, com o secretário de segurança pública do estado e até com o governador, para apresentar as demandas das praças do Corpo de Bombeiros. Fez a defesa de dezenas de processos administrativos e criminais dos militares associados e promoveu eventos para debater as questões relativas à segurança pública. Entre os eventos que a entidade participou e ajudou a realizar está o Seminário Repensando a Segurança Pública, no ano de 2014. O evento contou com a participação da Dra. Maria Lucia Karan, Juíza Estadual do Rio de Janeiro aposentada e diretora da LEAP Brasil (*Law Enforcement Against Prohibition*); Professor Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes; Marcelo Bordin, Pesquisador do Laboratório de Estudos Sobre Polícia do CESPDPH/UFPR e James Kava, integrante da Marcha da Maconha. No ano seguinte outra edição do evento foi realizada e contou com a presença do Professor Dr. Luiz Eduardo Soares. A iniciativa foi de um coletivo de sindicatos e associações de trabalhadores da segurança pública e teve como motivação a PEC 51.

³² O termo correto é reserva remunerada, uma vez que nesta condição o militar pode retornar ao serviço ativo. O que se chama de aposentadoria pode ser equivalente a reforma para os militares. Na prática não é comum que militares sejam acionados após a reserva, portanto, não é absurdo chamar a reserva remunerada de aposentadoria.

³³ Abaixo farei uma exposição mais detalhada sobre o fato, conhecido como Massacre do 29 de abril, onde o governo estadual utilizou recursos de todos os tipos contra os servidores. Blindado, helicóptero, outros tipos de veículos especiais e viaturas, além de mobilizar parte significativa do efetivo policial militar do estado.

custear o conjunto das aposentadorias. Os militares foram migrados para um fundo que já nasceu deficitário, aumentando a dependência da categoria em relação ao tesouro estadual. Com a cobrança previdenciária dos inativos e o aumento da alíquota a situação se agrava, mas piora bastante quando a cobrança passa a ser sobre o total dos vencimentos e não apenas sobre o excedente do teto da previdência, isto já no contexto do governo Ratinho Junior. Como uma parcela significativa da tropa se aposenta com um salário não muito acima do teto da previdência o desconto podia ser considerado irrisório, mas a partir do momento que passa a ser sobre a totalidade do vencimento a renda do militar estadual é bastante afetada. Em uma conversa informal com um de meus entrevistados, soube que o governo precisou aumentar o valor pago aos militares porque em um primeiro momento não havia interessados em aderir ao CMEIV. O projeto veio bem no momento em que os militares inativos estavam mobilizados contra as mudanças na previdência, realizaram uma série de protestos e montaram um acampamento em frente ao Palácio do governo do estado. Isto mostra que não há uma adesão cega da tropa a esta ou aquela política, tão pouco manipulação pura e simples por parte de governos, ao contrário, os interesses do grupo são levados em conta e há uma disputa em torno destes interesses e obviamente, não há paridade de armas.

Ainda sobre a identidade dos militares estaduais, Fernandes (1974) fala em dois processos correlatos que historicamente ajudaram a construir a identidade do militar estadual. São eles: doutrinação e treinamento unitariamente articulados.

A análise anterior visava exatamente o estudo do surgimento e desenvolvimento de dois processos correlatos. O primeiro refere-se à doutrinação e treinamento unilateralmente articulados. Ou seja, tanto com relação às praças (Escola de Recrutas, Escola de Cabos), como os oficiais (Curso de Instrução Geral, Curso Especial Militar, Curso de Aperfeiçoamento) visa-se não só o treinamento dos agentes, em termos da execução ideal de suas funções repressivas, como também uma doutrinação que se dá indissolivelmente ligada ao próprio treinamento. Este processo propicia o surgimento de um ideal não só do *bom soldado*, como também do *bom militar* (nota 91). Mais que isso, o bom soldado é o bom militar e vice-versa.

Este processo é correlato ao surgimento de uma ideologia que passa a permear a execução mesma das funções repressivas. Assim, o papel de militar – e sua execução – depende da formulação não só funcional – o que deve fazer o bom soldado – como também ideológica – como deve ser o militar. Sem entrar no mérito de se esta formulação é bem-sucedida ou não, o que importa é que ela é historicamente proposta como possível. Assim, coloca-se como princípio integrativo do grupo e, portanto, da instituição, não só a execução de uma mesma especialidade – uso da força – como também, e sobretudo, uma mesma visão ou concepção sobre esta própria especialidade: - o sentido mesmo da repressão (nota 92). (Fernandes, 1974, p. 195)

Notem que há uma diferença fundamental no cerne do surgimento do que a autora chamou de “espírito militar” com o que outros autores têm debatido sobre essa terminologia. Na dissertação de mestrado publicada em livro com várias reedições (Castro, 2004) por

exemplo, vai encarar a questão do “espírito militar” de forma mais abstrata. Ao reproduzir em parte o discurso nativo sobre o “espírito militar”, absorvendo a ideia de que este estaria ligado ao tipo de atividade ou função exercida pelo militar dentro da estrutura burocrática da caserna, o sujeito incorporaria atributos e pré-requisitos daquela atividade. É preciso reconhecer que o autor está tratando de Oficiais das Forças Armadas e não das Polícias Militares, ainda assim a comparação pode ser feita provisoriamente. Todavia, o que dá sustentação a esse contexto passa ao largo da análise de Castro (2004). São justamente questões materiais imediatas que garantem o emprego, a segurança econômica, a expectativa na possibilidade de ascender na carreira e o prestígio social que cimentam a formação da identidade militar. Mais do que qualquer coisa a garantia de condições materiais efetivas moldam o ser militar. Ser um militar estadual carrega a expectativa de condições mínimas de distinção e o descolamento das condições de vida que tem a maioria da classe social de origem destes sujeitos.

Apenas como apêndice desta discussão, minha correção às reflexões da autora diz respeito a distinção entre soldado e militar. Para ela esse processo formativo duplamente articulado de doutrinação e treinamento levaria ao ideal do “bom soldado e do bom militar desencadeando a concepção do grupo e da instituição acerca do sentido da repressão” (Fernandes, p. 195, 1974), é a própria ideologia construída neste aparelho operando, se materializando. O centro do debate está correto, entretanto, minha questão é de ordem técnica ou terminológica. Em nota a autora afirma que a conceituação tem caráter analítico e que o soldado passaria por uma socialização profissional enquanto o militar uma socialização ideológica. Diria que há uma pequena incorreção que pode ser dirimida substituindo o soldado por policial, uma vez que soldado está diretamente ligado a história e estrutura organizacional dos militares. Portanto, falar em soldado é falar em militar, mas policial e militar podem ser funções distintas e assim o são em muitos lugares. Essa mistura tem objetivos e interesses próprios da classe dirigente brasileira ainda que não se apresentem abertamente. É o que propondo aqui. Para finalizar essa pequena digressão, indico o que pode ser o encontro, ainda que superficial, de duas correntes teóricas sobre esse tipo de instituição. Mais do que qualquer coisa há um diálogo possível, uma proximidade muito útil ao esforço analítico e baseada na observação de relações sociais concretas produzidas por esse tipo de instituição. São elas; a marxista ou marxiana como preferem alguns e a tradição weberiana. A primeira autora, tratando do desenvolvimento histórico do que hoje conhecemos como Polícia Militar, nos diz:

O Corpo Policial Permanente, como força repressiva historicamente enraizada na formação social brasileira agrária e escravista, não poderia deixar de refletir em sua organização interna os mesmos padrões de ação que norteavam a atividade dos homens “de fora”, ao mesmo tempo que suas normas internas estão imbuídas da

mesma ideologia que impregna a sociedade inclusiva. Mas não se trata aqui de enfatizar sua função como força repressiva. Evidentemente, instituída para a manutenção da segurança interna – logo, preservação do sistema econômico, político e social vigente – a especificidade de sua função vincula-a de imediato da superestrutura política. O fundamental, ao contrário, é procurar analisar como esta função específica, juntamente com o controle dos meios de compulsão e coerção físicas, traduzem-se ao nível interno em normas reguladoras da ação que permitem, aos seus membros o melhor meio de executar aquela função. Ou seja, como o princípio da eficiência é imprimido à burocratização de suas atividades. Enfim, qual o “melhor modo” utilizado na execução de sua função. (Fernandes, 1974, p. 131)

Nas páginas seguintes fica claro que há um processo de militarização destes aparelhos desde o princípio, se não, ao menos uma disputa por emplacar esse tipo de organização aos primórdios da polícia. Também transparece no texto a ideia de que existe a reprodução da formação social brasileira neste micro espaço. A rigidez da disciplina era a mesma que operava “no seio da sociedade escravista” (Fernandes, 1974, p. 138). O próprio recrutamento diz muito a respeito das instituições ancestrais da Polícia Militar brasileira. Eram um tipo de “instituição protopenal” (Beattie, 2009). Não obstante, no período de que trata a autora ainda não havia “as condições para o nascimento do militar puro” (Fernandes, 1974, p. 141) já estava bem presente a ideia do princípio da eficiência na burocratização do aparelho repressivo desaguando numa instituição especializada não apenas no uso da violência, mas também no controle do espaço urbano principalmente. Este controle também é de um tipo específico como veremos a seguir. Mas antes vejamos o que Goffman (1974) nos diz sobre as Instituições Totais. O sociólogo canadense classifica as IT's em cinco grupos e as organizações militares estariam no quarto grupo, justamente as que tem a função de “realizar algum tipo de trabalho de forma mais adequada” (Goffman, 1974, p. 17) e afirma que:

Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais "fechadas" do que outras, **Seu "fechamento" ou seu caráter total é simbolizado pela barreira a relação social com o mundo externo e por proibições a saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico** – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais, e desejo explorar suas características gerais. (Goffman, 1974, p. 16, grifo meu)

Notem que não há rigidez na constatação do autor quando afirma que “muitas vezes estão incluídas no esquema físico”, portanto esta não é uma condição *sine qua non*, além do que o mais relevante é o processo de “mortificação do eu” produzido no interior destes locais, algo bastante perceptível na formação dos policiais militares. Outra afirmação do autor também revela como é útil pensarmos estes tipos de instituições a partir da classificação proposta por ele.

Esta classificação de instituições totais não é clara ou exaustiva, nem tem uso analítico imediato, mas dá uma definição puramente denotativa da categoria como um ponto de partida concreto. Ao firmar desse modo a definição inicial de instituições totais, espero conseguir discutir as características gerais do tipo, sem me tornar tautológico. (Goffman, 1974, p. 16)

Assim, essa aproximação entre duas teorias que parecem ser conflitantes, contudo, ao analisarmos a instituição em questão, seus pormenores e história é plenamente razoável esse diálogo.

A socialização imposta na caserna supõe um apagamento do passado e da sua situação de classe dos indivíduos, como se o sujeito não tivesse história a não ser aquela ligada a instituição que lhe formou, seu curso de formação onde acessa a vida militar e dá os primeiros passos na construção de sua nova identidade é o seu nascimento. Recebe um novo nome, aprende a agir de outra forma que não a sua comum, desenvolve hábitos novos e tem seu corpo profundamente transformado. Obviamente esse apagamento do passado não é completo tão pouco possível de se realizar, justamente pelas ligações que o militar mantém com outras instituições e as relações sociais cultivadas fora do ambiente militar, ainda assim o processo de socialização “na fábrica de soldados” é brutal (Nogueira, 2013). Os militares estaduais, e aqui vale uma ressalva, os Oficiais têm uma proximidade maior com as classes dirigentes devido seus interesses imediatos e privilégios; já as Praças, embora isso possa variar no tempo e no espaço, têm uma origem nas classes trabalhadoras e devido suas condições materiais, renda, estilo de vida, devem ser considerados pertencentes as classes trabalhadoras. Ainda que se possa discutir essa posição devido sua função dentro da luta de classes, ou seja, como “operários da violência” (Huggins, 2006), merece destaque o fato destes trabalhadores precisarem vender sua força de trabalho para sobreviver, além como já mencionado, de terem condições e estilo de vida mais próximos das classes trabalhadoras. O Movimento Policiais Antifascismo do qual faço parte defende, em seu manifesto fundacional, lutar pelo reconhecimento destes profissionais como trabalhadores.

Policiais devem ser construídos como trabalhadores! O reconhecimento do direito de greve, de livre associação, de livre filiação partidária, bem como o fim das prisões administrativas, são marcos nesta luta contra a condição de subcidadania à qual muitos policiais estão submetidos. Acreditamos que este é o único caminho pelo qual policiais possam vir a se reconhecer na luta dos demais trabalhadores, sendo então reconhecidos por toda classe trabalhadora como irmãos na luta antifascismo. (Manifesto, 2018)

Retomando o debate sobre a eficiência, dada a compreensão de que o aparelho repressivo que se formou no Brasil não era apenas um aparelho típico de violência, mas se especializava no controle do espaço que também é uma forma de controle social, faço aqui outra

aproximação de correntes teóricas com origens distintas. Segundo Kulaitis (2016), baseada nas reflexões do Professor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes que aponta uma distinção entre controle social que seria uma espécie de mecanismo comum a qualquer sociedade e que, em síntese, buscam uma coesão do grupo e o próprio bem-estar coletivo, enquanto o “controle social perverso” ao contrário, estaria fundado na punição mediante a crueldade (Moraes, 2005)

O controle social perverso se expressa na policialização das políticas públicas destinadas à juventude e no controle dos territórios ocupados pelas “classes perigosas”. A realização destas políticas públicas, como é o caso do PRONASCI, analisado nesta tese, produz e intensifica a dinâmica de marginalização que pretendiam combater e lançam sobre a juventude um estigma que os identifica como criminosos ou futuros criminosos que habitam áreas marcadas pela pobreza e pela violência. Aos jovens pobres resta a incessante luta contra os processos de marginalização e criminalização e o exercício de uma cidadania mediada pela polícia. (Kulaitis, 2016, p. 200)

A autora fala em policialização não em militarização, entretanto como a Polícia Militar é a instituição responsável por boa parte do serviço realizado pelo sistema de justiça criminal, incluindo aqui toda a atividade de policiamento ostensivo, podemos falar também em militarização, além do que há uma militarização das outras forças do aparelho repressivo estatal. Portanto, o controle social perverso encontra sua execução justamente em forças militarizadas ou essencialmente militares. Outra autora também inspirada pelo Professor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes faz uma síntese do conceito que balizou sua dissertação de mestrado.

Esta dissertação interpreta os elementos constitutivos de uma política de segurança implementada pelo governo do Paraná em uma vila curitibana em 2005 como um dispositivo de controle social perverso. Controle social perverso é um tipo específico de controle social que, utilizando-se de critérios discriminatórios como raça/etnia, classe, gênero, idade, indumentária e questões geo-espaciais, funciona através de processos de criminalização do Outro. No caso em análise, o Outro é o pobre. A forma de controle social mais positiva, idealmente, é aquela que germinaria espontaneamente em uma sociedade capaz de produzir solidariedade e bem estar coletivo. Esses, por sua vez, surgiriam da promoção dos instrumentos sociais mais básicos, a distribuição de renda e a democratização dos instrumentos de apropriação dos bens e da cultura legítima. Tais instrumentos são condição para a transformação da desigualdade social. Assim, quando o controle social não produz bem estar coletivo, mas reproduz e mantém as desigualdades, estamos diante de sua forma perversa. (Berlato, 2008, p. 8)

Desta forma seguindo a linha de aproximações teóricas aparentemente distintas temos (Ramos, 2020, p. 17) tentando “compreender a real natureza da violência policial no país, perguntando-se qual a origem dos altos índices de violência policial no Brasil?” O autor chega à seguinte formulação, indicando que a formação social brasileira “dá origem a uma burguesia autocrática que se sustenta a partir da superexploração da força de trabalho e para tal precisa lançar mão de um alto grau de violência em seu aparelho repressivo”, que por sua vez ganha um formato chamado pelo autor de Dispositivo Autocrático de Segurança (DAS). O pano de

fundo e o caminho percorrido pelo pesquisador me parece correto, proponho apenas algumas alterações que não mudam substancialmente a proposta.

A primeira alteração diz respeito ao termo dispositivo, uma vez que ele pode remeter ao que está positivado conforme os juristas costumam identificar. Ainda que toda a construção jurídico-legal que sustenta o aparelho repressivo brasileiro esteja orientada pelo conteúdo e função destas instituições no interior do modo de produção capitalista e especificamente na história e desenvolvimento da formação social brasileira, ele por vezes pode apresentar-se com outra forma sem perder seu conteúdo. Como por exemplo, buscando atender demandas da cidadania, ou mesmo dos direitos humanos, todavia, o que de fato organiza estes aparelhos é seu caráter de repressão e violência, mais precisamente de controle repressivo. Uma vez que busca não apenas praticar a violência em favor das classes dirigentes, mas controlar de maneira repressiva o cotidiano das classes subalternas. Vale um alerta aos leitores e leitoras, pois aqui, me refiro a Polícia Militar, enquanto (Ramos, 2022) busca uma reflexão mais genérica sobre a polícia para em seguida avançar sobre o conjunto do aparelho repressivo brasileiro, uma vez que em seu modelo de análise do que descreveu como Dispositivo Autocrático de Segurança (DAS) ele utiliza a letalidade policial, o inquérito policial e o auto de resistência. Teoricamente nem todos estes indicadores serviriam para a PM que não tem a responsabilidade direta pelo inquérito policial, embora invariavelmente esteja presente nele. O autor nos diz que.

Claro que nossa reflexão está circunscrita nos pontos mais universais do capitalismo, e, portanto, essa realidade é mais ou menos válida para todo o país que vive sob o modo de produção capitalista. O que nos interessa, é claro, são as particularidades da arquitetura institucional da segurança pública no Brasil, mas sem uma reflexão anterior sobre o que são os elementos universais da repressão no modo de produção capitalista, a compreensão das particularidades fica comprometida, uma vez que não se pode dizer aquilo que não é sem saber primeiro o que é. Afinal, toda particularidade só existe em razão da existência de uma universalidade e vice e versa. O que pretendemos fazer aqui não é olhar tanto a ilusão, ou seja, aquilo que a burguesia, a constituição, os pesquisadores e os burocratas dizem ser a essência da polícia, mas observar aquilo que ela de fato é. Portanto, universalmente, falar em polícia e em segurança pública é falar em controle social. (Ramos, 2022, pp. 178-179)

Ora, se “falar em polícia e em segurança pública é falar em controle social” e sabendo que o controle social pode ser de vários tipos e formas, pode-se afirmar que o controle social exercido pela polícia é uma forma específica de controle. Neste sentido e no caso da polícia militar brasileira, temos a particularidade de atuação permanente na condição de controle social perverso. O desenvolvimento histórico das PMs, sua estrutura organizacional ou arquitetura institucional, como formam seus agentes e como age diante do conjunto das classes subalternas que é diametralmente oposto à sua atuação diante das classes dirigentes – muitas vezes por falta de condições dos agentes da ponta é verdade. Todavia, sua própria estruturação hierarquizada é

montada para que seja assim – tudo isso são características fundamentais deste aparelho repressivo. Sendo assim defendo a tese de que estamos diante de um “Aparelho Autocrático de Controle Social Perverso” (AACSP), que tem como função principal e está organizado “para o controle social mediante a crueldade” (Bode, 2005). O próprio Florestan Fernandes também utiliza a ideia de perversidade para classificar a atuação das classes dirigentes brasileiras

O poder concentrado no tope só se reproduz sob a condição de um controle ativo, vigilante e persistente que impeça qualquer abalo da “tradição” de concentração do poder. Os de cima manobram constantemente para prevenir tal eventualidade, sob as formas previsíveis. Cria-se um paradoxo. O melhor da capacidade política inventiva é investida nesse fim perverso. A ausência de uma *cultura cívica* se mede pela bitola dessa perversidade das ações políticas institucionalizadas, conscientes e “nacionais”. Elas são *racionais* (e, portanto, *funcionais*) com vistas ao rendimento e à auto-reprodução de semelhante sistema de poder ultraconcentrado, que alguns chamam de elitista, particularista e oligárquico ou autocrático. São parte dos “costumes políticos” e viciam as instituições ditas “modernas”, pois lhes infiltram todos os tipos de distorções imagináveis. Sua lógica política é simples: o que é bom para os donos do poder é bom para a coletividade como um todo. E se o referido sistema de poder se mescla às liberdades civis e políticas, o faz de modo a ajustá-las aos mecanismos centrais perversos da engrenagem descrita. Na verdade, os fins justificam os meios. Os que “entendem das coisas” determinam os fins e escolhem os meios – é a sua *responsabilidade democrática perante a Nação*, que eles devem conduzir ou gerir como a *coisa nossa*. (Não se leve a mal esta expressão. Ela não força a realidade. As elites dirigentes aparecem, à luz de seus procedimentos, como um bando de mafiosos. Existem várias pequenas, médias e grandes Sicílias por este vasto mundo...). (Fernandes, 1986, pp. 68-69, Grifos meu, itálico e aspas do autor).

Essa perversidade descrita por Florestan Fernandes é plenamente vista na atuação mais crua e direta no cotidiano policial. Na própria arquitetura institucional do aparelho autocrático de controle social perverso e sua fábrica de monstros. Muito embora haja mais de uma centena de ocorrências diárias atendidas pelos policiais militares que dizem respeito a proteção da vida ou mesmo estão ligadas à garantia da cidadania e do bem-estar do cidadão. Talvez até algumas tentativas de aproximação do entendimento da segurança pública como um direito social fundamental de caráter universal e indispensável a uma vida digna. Entendo esses atendimentos como residuais, não em quantidade, mas em qualidade e recursos dispensado, porque, ao fim e ao cabo, este aparelho não foi criado para esta finalidade, ele foi adaptado e moldando-se à nova realidade social, mantendo, por fim, sua essência que é a de combate a um inimigo. Isso ficou muito evidente no evento conhecido como Massacre do dia 29 de abril de 2015 no estado do Paraná, onde uma força extremamente desproporcional foi utilizada para reprimir com violência absurda servidores e servidoras estaduais, a maioria professoras e professores que lutavam para manter seus direitos.

3.2 Os níveis que estruturam o fenômeno

Como explicitado no capítulo anterior há uma estrutura que precisa ser identificada para uma análise mais ampla do ciclo nacional de greves. Retomo aqui o que foi exposto brevemente fazendo as devidas conexões para que o leitor possa acompanhar o raciocínio. O primeiro nível desta estrutura é o modo de produção capitalista e seu estágio atual de acumulação, o neoliberalismo. O neoliberalismo impõe um processo acentuado de maior repressão que leva a militarização, uma vez que as organizações militares podem ser consideradas o máximo de desenvolvimento do aparelho repressivo sob o modo de produção capitalista, ou seja, sob a sociedade capitalista. Essa estrutura sofreu alterações em sua forma nas últimas décadas, mas manteve seu conteúdo.

Aqui vale destacar, além da “alteração na forma do Estado”, o papel da repressão estatal é que está no centro do debate. Neste sentido, para efeito de comparação, alguns exemplos nos ajudam a visualizar a dimensão do evento que já indicado acima, de acordo com Kurchaidt (2016).

De fato, as proporções desta operação policial foram incomparáveis a de qualquer outro evento ou manifestação envolvendo a Polícia Militar do Paraná. Para fins de ilustração, o número de 1.500 (mil e quinhentos) policiais militares do dia 29 de abril da “Operação Centro Cívico” foi superior ao número de policiais empregados em uma operação do estado do Rio de Janeiro contra o tráfico de drogas no Complexo do Alemão – situação que poderia envolver conflito armado, diferente de uma manifestação pacífica de servidores estaduais e estudantes. Os 1.500 (mil e quinhentos) policiais também somam o dobro de policiais militares que trabalharam no jogo de futebol entre os times Atlético Paranaense e Coritiba, que ocorreu dois meses antes, em 22/02/2015, e contou com a presença de 15 mil torcedores (Kurchaidt, 2016, p. 76, apud Paraná, 2015^a)

Ela também afirma que: “Pelas proporções descritas em termos de recursos humanos, gastos de material operacional e mobilização da cúpula superior da PM, nenhuma outra ação policial foi tão planejada quanto a ‘Operação Centro Cívico’ na história do estado do Paraná.” (Kurchaidt, 2016, p. 87).

Feita esta observação sobre o tamanho e complexidade do evento chamado de “Massacre do 29 de abril” retomo as reflexões iniciadas no capítulo anterior, agora apoiadas em Harvey (2008) que nos diz:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares,

de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (Harvey, 2008, p. 12).

David Harvey em “O Neoliberalismo, história e implicações” busca fazer, como o próprio nome da obra diz, um histórico do neoliberalismo e suas consequências, mas como vimos acima ao apontar para outras características do fenômeno, ainda que o Estado continue sendo um dos principais elementos da análise, o autor também lhe atribui o caráter de uma teoria. Na passagem a seguir é possível verificar uma definição mais clara de como o autor enxerga o objeto analisado de forma mais ampla e reaparece a questão da repressão estatal.

De acordo com a teoria, o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio. Trata-se de arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais. O arcabouço legal disso são obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado. A santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha têm de ser protegidos. O Estado tem portanto de usar seu monopólio dos meios de violência para preservar a todo o custo essas liberdades. Por extensão, considera-se um bem fundamental a liberdade de negócios e corporações (vistos legalmente como indivíduos) de operar nesse arcabouço institucional de livres mercados e livre comércio. A empresa privada e a iniciativa dos empreendedores são julgadas as chaves da inovação e da criação de riqueza. Protegem-se os direitos de propriedade intelectual (por exemplo, através de patentes) a fim de estimular as mudanças tecnológicas. Assim, os contínuos aumentos da produtividade devem proporcionar padrões de vida mais elevados a todos. Sob o pressuposto de que “uma maré montante faz subir todos os barcos” ou sob o do “efeito multiplicador”, a teoria neoliberal sustenta que a eliminação da pobreza (no plano doméstico e mundial) pode ser mais bem garantida através dos livres mercados e do livre comércio. (Harvey, 2008, p. 75)

Outra abordagem interessante para tratarmos desse fenômeno é a de José Martins em – Estado Político e Estado-capital – no livro “Os limites do irracional. Globalização e crise econômica mundial”. Neste capítulo o autor também aponta a importância do Estado no debate sobre o neoliberalismo e revela as intenções da burguesia na implantação deste programa em escala mundial. Para (Martins, 1999):

O neoliberalismo é o mais popular dos fenômenos da globalização, sua forma institucional e política mais visível. Consiste no enfraquecimento de importantes mecanismos nacionais e burocráticos das burguesias nacionais. Agora esses mecanismos de regulação e protecionismo são pouco a pouco desmantelados para dar lugar ao livre-mercado, a uma maior liberdade para o capital. Para tentar a superação de choques cada vez mais potentes, as regras mais profundas da acumulação precisam ser aplicadas sem cerimônias. A globalização se livra daquelas redes políticas de regulação que organizavam a exploração dos trabalhadores no pós guerra. (Martins, 1999, pp. 31-32)

O autor segue com:

O neoliberalismo – Para se analisar o fenômeno neoliberal é preciso levar em conta uma importante diferença entre os proprietários dos meios de produção de capital e o próprio capital. Enquanto classe proprietária, qualquer burguesia é geneticamente nacional. Não existe burguesia internacional. O capital, por seu lado, é geneticamente internacional. É um bicho que não sobrevive muito tempo no cativeiro nacional. Muito cedo ele se debate ferozmente e arrebenta as grades desse isolamento. Essa diferença pesa bastante nos atuais conflitos políticos, alterando contraditoriamente as formas e regimes institucionais (reformas do Estado, etc.) (Martins, 1999, p. 32)

Como observado nos autores supracitados há uma ênfase na alteração que sofre o Estado enquanto a principal instituição que tem a tarefa de regular as relações sociais na sociedade capitalista. A novidade é o aparecimento da análise sobre a própria burguesia, sugerindo a competição entre frações burguesas e disputas entre burguesias nacionais que avançam sobre outros países, para tanto é necessário “... o enfraquecimento de importantes mecanismos nacionais e burocráticos das burguesias nacionais. Agora esses mecanismos de regulação e protecionismo são pouco a pouco desmantelados para dar lugar ao livre-mercado, a uma maior liberdade para o capital.” (Martins, 1999, p. 32).

O caso da reforma da Previdência estadual do estado do Paraná, assim como a própria reforma da Previdência em âmbito federal, podem ser tomados como exemplos de políticas neoliberais descritas acima. Assim como as políticas do governo Jaime Lerner e de Fernando Henrique Cardoso em fins de 1990 e início dos anos 2000, justamente um momento de muita atividade grevista por parte dos militares estaduais. Isso também pode ser verificado em outras unidades da federação que também vivenciaram greves de militares estaduais³⁴.

Ainda que não seja possível fazermos uma relação direta entre as alterações no sistema de previdência dos servidores do Estado do Paraná e um interesse imediato do capital sobre esse segmento bastante lucrativo, podemos ao menos perceber que a política de Beto Richa abriu uma avenida de possibilidades aos bancos e fundos de previdência privados no Estado. Uma vez que o projeto de lei enviado à ALEP, além de retirar a segurança jurídica do funcionalismo público estadual gerando incertezas nas pessoas, também previa em seu art. 29 a criação de um sistema de aposentadoria complementar (ALEP, 2015).

³⁴ Aqui o estado do Paraná é tomado como um exemplo significativo das implicações das políticas neoliberais. Foi uma forma encontrada para demonstrar o que a grande teoria sobre o neoliberalismo nos apresenta e como o programa neoliberal é aplicado na prática. Como já afirmado no texto, para implementação das medidas neoliberais é necessário o uso cada vez maior e mais violento do aparelho repressivo, isso pode ser visto em maior ou menor escala, seja nos municípios, nas unidades federativas ou nos Estados Nacionais. Foi assim no Massacre do 29 de abril de 2015, com a utilização da Polícia Militar estadual, mas também em 11 de setembro de 1973 no Chile, no golpe que derrubou Salvador Allende e inaugurou o neoliberalismo na América Latina. Essa comparação precisa ser devidamente explicada. Trata-se de níveis de aplicação da violência e do programa neoliberal bastante distintos, que passam pela retirada de direitos de servidores públicos a derrubada de governos, todavia, a motivação de fundo tirando as peculiaridades de cada caso é o programa neoliberal. A aplicação da violência para execução do programa vai variar em cada caso.

O projeto de lei que continha as alterações no sistema de previdência estadual veio em um conjunto de outras medidas como aumento de impostos, parcelamento e desconto para pagamento de débitos com o Estado entre outros. Eram oito temas, sendo: Programa de estímulo à cidadania fiscal; administração tributária, cadastro informativo estadual (CADIN); cessão de direitos creditórios; ciência e tecnologia; obrigatoriedade de adoção do sistema RH Paraná; regime próprio de previdência e demais providências (ALEP, 2015). O nome do projeto era Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal e recebeu o apelido de “pacotaço” devido abrangência e variedade de temas que atacavam não apenas os servidores estaduais, mas o conjunto dos trabalhadores paranaenses. A justificativa do documento diz:

Este programa substituirá o Nota Fiscal Paranaense, que não obteve o resultado esperado. O que se busca é a ampliação significativa da adesão das empresas e dos cidadãos, com a diversificação da forma de utilização do crédito, que poderá ser também mediante depósito bancário, pagamento do IPVA, além da realização de sorteio para distribuição de prêmios entre os participantes e a possibilidade de concessão de créditos a entidades filantrópicas, de forma a estimular a emissão de notas fiscais pelas empresas, aumentando a base de contribuintes e, por conseguinte gerando aumento na arrecadação e a diminuição na sonegação. (ALEP, 2015, p. 29)

Fácil observar, como o próprio documento deixa claro, que a intenção era aumentar a arrecadação, curioso que não há contrapartida indicada que mereça ser mencionada. Para Claudio Katz que faz uma análise bastante extensa deste fenômeno denominado neoliberalismo, sobretudo na América Latina.

As principais discussões internacionais sobre o neoliberalismo destacaram as raízes teóricas desta corrente no pensamento econômico neoclássico. Eles também explicaram o seu aparecimento pelo esgotamento do crescimento keinesiano do pós-guerra e ressaltaram os seus objetivos políticos retrógrados. O neoliberalismo foi definido nos anos 1980, como uma ofensiva do capital sobre o trabalho para recompor a taxa de lucro (Hirsch, 1999). Na década seguinte, constatou-se a hegemonia ideológica mundial alcançada por esta vertente. Apesar dos minguados resultados conseguidos durante esse decênio, a direita se fortaleceu aproveitando o enfraquecimento dos sindicatos e a inquietação causada pela desigualdade social. O neoliberalismo expandiu a sua influência e provocou uma drástica reconversão da economia. (Katz, 2016, pp. 79 -80)

E continua com:

A sua perspectiva verificou-se em todos os acontecimentos da conjuntura 2008- 2014. A etapa que começou com o thatcherismo transformou o funcionamento do capitalismo mediante privatizações, aberturas comerciais e flexibilizações dos contratos de trabalho. Este esquema intensificou a competição global por aumentos de produtividade desvinculados do salário, aumentando todas as tensões da produção, do consumo e das finanças. Nos últimos anos, este modelo aprofundou os abusos contra os trabalhadores em contextos recessivos que potencializam o temor e a miséria. A desigualdade social alcançou níveis sem precedentes, a pobreza expandiu-se nas economias centrais e a precarização do trabalho foi massificada em todo o planeta. (Katz, 2016, p. 80).

Mais à frente depois de fazer uma análise detalhada do fenômeno na América Latina, apresentando algumas perspectivas da trajetória e um histórico do neoliberalismo na região, incluindo questões da estrutura macro-econômica e da dependência no continente, ele revela outra faceta do neoliberalismo.

É uma ideologia com fundamentos racionais que, por sua vez, propaga enganos sistemáticos e promove ilusões no reino do mercado e na existência de oportunidades para todos os indivíduos. Oculta a atordoante proeminência das grandes empresas e a garantia da exploração. Difunde o mito da obstrução estatista do desenvolvimento latino-americano, omitindo a dependência e a inserção primarizada da região no mercado mundial. O neoliberalismo expande essas ideias a serviço das classes dominantes. Sintetiza os interesses dos grupos privilegiados da América Latina. No passado, expressava os programas dos latifundiários exportadores; e, na atualidade, canaliza as demandas dos grandes bancos e das corporações agroindustriais com negócios internacionalizados. (Katz, 2016, p. 104).

Como é possível observar além das alterações no Estado o autor também trabalha com a ideia de que o neoliberalismo é uma teoria com caráter de ideologia e, portanto, promove enganos e distorções na realidade e está plenamente a serviço dos interesses da burguesia.

Outros autores que analisam o fenômeno do neoliberalismo, mas por outra ótica e que podem contribuir com o debate aqui proposto, são Pierre Dardot e Christian Laval também já mencionados. Para eles além de uma forma estatal o neoliberalismo avança sobre a sociedade moderna como um poderoso conjunto de “técnicas dentro de um modo de produção específico que produzem uma subjetividade própria”. Esta subjetividade é chamada pelos autores de “subjetivação contábil e financeira” (Dardot; Laval, 2016, p. 31) e está presente em outros aspectos da nossa vida, gerando uma competição entre os indivíduos quase naturalizada, sendo essa subjetividade a essência da lógica capitalista. Para eles além de uma forma específica de Estado o neoliberalismo é também produtor de relações sociais. Apegando-se em vários autores, mas sobretudo em um debate com Marx e Foucault, os autores afirmam que;

A resposta não é e não pode ser limitada apenas aos aspectos “negativos” das políticas neoliberais, isto é, à destruição programada das regulamentações e das instituições. O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a se conceber a si mesmo e a comportar-se como empresa. (Dardot; Laval, 2016, p. 16)

Eles ainda seguem com;

Portanto, é fundamental compreender como se exerce hoje a violência comum rotineira, que pesa sobre os indivíduos, a maneira de Marx talvez, quando observava que a dominação do capital sobre o trabalho recorria apenas excepcionalmente à violência extraeconômica – e exercia-se mais comumente na forma de uma “coerção muda” inserida nas palavras e nas coisas. (Dardot; Laval, 2016, p. 21)

Aqui os autores acima citados deixam claro o diálogo que tentam fazer entre Marx e Foucault, os pensadores franceses referem-se a uma passagem de O capital de Karl Marx quando o autor alemão aponta outros aspectos da vida que em conjunto condicionam e conformam os trabalhadores a sua condição de explorados, sem necessariamente a utilização da força para isso. Tanto eles como Marx não deixam de reconhecer o papel da violência do Estado capitalista na imposição de sua ordem, no entanto, destacam outros aspectos que compõem o conjunto de elementos presentes nas relações sociais desenvolvidas nas sociedades capitalistas.

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não tem nada para vender, a não ser a sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No envolver da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada. Diferente era a situação durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para regular o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis a produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva. (Marx, 2014, pp. 808-809)

Considero que isto de algum modo pode ser verificado nos eventos de 2015 se levarmos em consideração a facilidade que o governo teve para garantir a opinião pública a seu favor a respeito da necessidade do Estado em fazer tais alterações que garantiram o assalto a poupança dos servidores públicos. Também é verificado na própria incapacidade e passividade das tropas militares estaduais que sequer reagiram à altura aos ataques dos direitos que elas mesmas estavam sofrendo. Como apresentado acima a formação do policial militar é toda voltada à obediência cega e ao cumprimento de ordens sem questionamentos. Todavia, ressaltarei novamente que só foi possível a realização do “assalto” com a utilização massiva do aparato repressivo. Certamente seria necessária uma análise mais profunda e criteriosa para destacar

aqui o papel da opinião pública, contudo a ausência de um debate sobre as condições reais da economia paranaense e sobre o que de fato estava em jogo naquele momento podem ser pistas interessantes para uma investigação futura. No final das contas depois dos eventos o que foi destaque na grande imprensa e veículos menores de comunicação foi justamente a violência da polícia e não os porquês que levaram a tal situação.

3.3 (Hiper)militarização da segurança pública: um fenômeno neoliberal ou característica histórica?

À medida que o capitalismo se desenvolve ele também cria as ferramentas necessárias para atender suas demandas. Neste sentido transformar o Estado e aperfeiçoar o aparelho repressivo é uma condição para o desenvolvimento capitalista. A militarização das forças policiais pode ser considerada o máximo de desenvolvimento do aparelho repressivo sob o modo de produção capitalista.

Para falar da militarização há um conjunto de elementos que podem e devem ser mobilizados, são dimensões do fenômeno que precisam aparecer de forma mais clara para que se possa abordar a questão de maneira que ela seja verificável. Se é especulação, disputa de narrativas por distintos espectros políticos, ou mera opinião de indivíduos e grupos. Desta forma destaquei ao menos quatro dimensões do fenômeno para que se possa chegar a uma síntese mínima com a qual possamos identificar e comprovar a existência ou permanência do fenômeno e seu impacto na realidade e nos processos sociais, culturais e nas instituições, no caso em questão para esta investigação a segurança pública em seu conjunto.

As quatro dimensões podem ser: a) a socialização do indivíduo ou de grupos em ambientes militares ou militarizados, aqui podemos falar de todo tipo de relação social mediada pela lógica militar, inclusive aspectos culturais que vão desde as artes, passando pela propaganda e mesmo a educação como já tratado acima, o que envolveria a estética que é uma das dimensões a ser destacada a seguir. b) a prática cotidiana, esta é mais ligada as próprias organizações militares, mas pode ser encontrada em outras instituições. Para efeitos ddeste debate, vale observar detidamente as organizações policiais e o processo de incorporação de diversos aspectos do cotidiano militar em suas rotinas e ações, pois as forças policiais brasileiras têm assimilado um conjunto de técnicas típicas dos militares, seja das forças armadas seja das polícias militares. Este efeito transborda para muitos tipos de atividades das polícias, sobretudo em operações policiais espetaculizadas e principalmente na formação dos agentes. Em alguns cursos de e para policiais é difícil distinguir se, se trata de turmas de policiais ou de militares

das forças armadas. Todo o sistema penal é contaminado e mesmo os antigos agentes penitenciários, agora policiais penais, são alcançados. c) Na esteira destas duas dimensões a estética militar se destaca, ela aparece em muitos momentos na sociedade, mas ganha atenção especial entre os policiais das diversas forças do aparelho repressivo. Desde as Guardas Municipais até a Polícia Federal pode-se observar o quanto as polícias buscam incorporar elementos da estética militar em suas indumentárias, gestos e ações mais banais, assim como na linguagem dos agentes. São modos de agir, falar e vestir que buscam identificação com forças militares. d) Por último a própria burocracia passa a incorporar aspectos da rotina militar. Como já apontei no primeiro capítulo, outros pesquisadores já identificaram que a SENASP tem uma origem militarizada, se não tanto, ao menos é certo que foi criada e dirigida por generais das FFAA, o que diz muito sobre o assunto.

Outras dimensões da militarização podem ser apontadas bem como seus antecedentes históricos e as próprias disputas que aparecem em torno deste fenômeno. Mas aqui estão colocados quatro aspectos centrais e inter-relacionados que em conjunto influenciam e moldam o resultado final da atividade do aparelho repressivo brasileiro. Tornando-se mais um elemento para compor o quadro geral que demonstra como opera contemporaneamente, ou seja, como se configura o aparelho repressivo em seu conjunto, tendo como expressão máxima deste modelo as polícias militares, justamente pela sua função e história dentro do Estado e da luta de classes no Brasil. Em síntese as PMs são o modelo mais bem acabado deste fenômeno e exportam sua lógica às demais forças. Entre as organizações policiais, é nas polícias militares que se encontra o que se pode chamar de “militar puro”. Um militar estará submetido a esses quatro elementos básicos em sua vida. Ele será socializado em uma instituição específica que lhe imporá, a partir de determinado tipo de formação, uma prática cotidiana, inclusive com impactos em seu modo de ver o mundo. Essa socialização também lhe renderá uma estética peculiar que pode ser reconhecida em outros espaços. Por fim, a própria instituição militar lhe imporá regras e normas de conduta que extrapolam os muros dos quartéis, condicionando toda a vida do indivíduo militar. Desta forma a despeito do Estado se organizar tal qual a burocracia militar ou vice-versa é possível identificar um certo número de características comuns quando tratamos de militares.

É preciso apontar alguns aspectos gerais sobre as instituições policiais militares do Brasil e como elas se desenvolveram substancialmente sobretudo nos últimos anos, alcançando mais espaço no debate político e acumulando poder. É o processo de militarização denominado por Bordin (2018) de hipermilitarização. Os pontos de confluência com a abordagem do autor

e os pontos de distanciamento, que todavia não representam discordâncias significativas apenas uma abordagem distinta agregando outros elementos que compõem o fenômeno.

Aqui, a chave explicativa apresentada ganha forças com o argumento sobre a especificidade do aparelho repressivo brasileiro. Bordin (2021) faz uma brilhante reflexão acerca do processo de militarização das polícias brasileiras e desenvolve sua perspectiva no que ele chama de hipermilitarização. Esse processo que extrapola os limites dos aparelhos repressivos e avança para outros espaços do Estado e da sociedade. Em que pese a história das instituições policiais brasileiras estarem ligadas a militarização, meu entendimento é que este processo se acentua expressivamente justamente no período em que trato aqui no texto, mais precisamente é um fenômeno que ganha muita força no estágio neoliberal de acumulação capitalista que necessita do uso excessivo da força e da violência para aplicar seu programa de desmonte e transformação do Estado, como ficou claro no exemplo do “Massacre de 29 de abril de 2015”, já narrado. Ainda que seja notável a origem militarizada das forças policiais brasileiras (Sodré, 2010), é possível identificar por vezes uma disputa entre a ideologia civilista verso a militarista conforme (Heloísa, 1974) nos informa. O processo de hipermilitarização avança muito com o ataque neoliberal. Curiosamente no Brasil, o neodesenvolvimentismo condicionado contém esse elemento e uma das não reformas dos governos do PT, foi justamente nos aparatos repressivos do Estado, deixando intacta uma das bases que mantêm o estado autocrático burguês. Feitas essas aproximações teóricas e porque não metodológicas passo agora aos desdobramentos e descobertas sobre o material empírico coletado durante a investigação.

3.4 O ciclo nacional de greves de militares estaduais

Em sua tese de doutorado (Benzaquen, 2020) utiliza a ideia de “ciclo nacional de greves” ao analisar a greve dos policiais militares de Pernambuco em 2014 e o autor também apresenta um debate sobre os militares enquanto trabalhadores. Utilizarei a perspectiva de ciclo nacional de greves para o conjunto das greves analisadas. Acredito ser possível estender essa proposta à totalidade dos eventos encontrados desde a redemocratização, mais precisamente desde a Constituição de 1988, momento em que as liberdades democráticas abrem espaço à contestação dos militares estaduais, ainda que com muitos limites. É possível notar no material analisado que há uma continuidade nos eventos, muitos deles estão encadeados, ou seja, vinculam-se a eventos ou fatos anteriores.

Para fins de análise o material disponibilizado pelo DIEESE foi dividido em quatro partes, que correspondem aos períodos mais ou menos descritos no capítulo anterior. Este esquema foi utilizado para favorecer uma comparação que foi bastante útil a compreensão do fenômeno. Dentro do ciclo nacional de greves de policiais militares é possível verificar quatro ondas de eventos ou ciclos menores.

Embora essa divisão seja meramente esquemática e sirva para visualizar o conjunto dos eventos, indicar as diferenças entre os períodos e também as semelhanças dentro do mesmo período, ela aponta para uma espécie de “evolução”, um avanço nas pautas dos militares estaduais, que partem de greves defensivas, cobrando salários ou benefícios atrasados, defasagem elevada nos rendimentos, para greves que buscam melhorias em suas carreiras e condições de trabalho. As ondas também revelam um ganho de consciência desta categoria social e de suas frações, sobretudo as Praças uma vez que o grupo dirigente composto por Oficiais militares de algum modo sempre esteve representado politicamente. Essa fração antes sub-representada passa a se organizar coletivamente em seus estados inclusive buscando articular-se nacionalmente, o exemplo mais evidente é o da Associação Nacional de Praças (ANASPRA)³⁵.

A divisão também indica como o próprio Estado passou a dar mais atenção aos aparelhos repressivos – polícias – à medida que a luta de classes altera sua dinâmica. Contudo, essa atenção apenas reforçou as estruturas dos aparelhos repressivos sem reformá-los a fim de atender um direito social básico. Em suma, a tarefa primordial manteve-se e foi modernizada. Obviamente não se pode excluir da equação que, ao entrarem na cena política pública, com mais ímpeto e capacidade organizativa e paralisarem suas atividades, os militares estaduais impõem aos governos sérios riscos de crises políticas e instabilidades. O que faz com que muitos governadores busquem pacificar esse setor tão estratégico.

Como descrito anteriormente, os ciclos menores são periodizados da seguinte maneira: o neoliberal de 1988 a 1994; o neoliberal dos governos de Fernando Henrique Cardoso, o neodesenvolvimentista condicionado do Partido dos Trabalhadores; e os eventos após o golpe de 2016; quando a lógica neoliberal retoma a ofensiva de forma mais agressiva e volta ao

³⁵ A Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças (ANASPRA), foi criada no ano de 2007, após os debates realizados no 2º e 3º Encontro Nacional de Entidades Representativas de Praças (ENERP), também em 2007 no Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul respectivamente, a entidade busca agregar associações de Praças fortalecendo a luta da categoria. Tanto o ENERP quanto a ANASPRA estão circunscritos no terceiro ciclo grevista de militares estaduais do ciclo nacional de greves após a redemocratização, aqui denominado de ciclo neodesenvolvimentista condicionado. Os dois eventos demonstram o avanço, ainda que tímido, da consciência do grupo e a busca por uma articulação nacional que atue em prol de pautas comuns às Praças. A importância da ANASPRA será abordada mais adiante no texto.

controle do Estado com Michel Temer e Jair Bolsonaro, sem os freios anteriores. O leitor deve observar que tanto Temer quanto Bolsonaro são frutos do golpe de 2016 e no caso do segundo há uma ligação mais ou menos consolidada com os militares no Brasil, não apenas por sua origem na caserna, mas porque ao longo de sua carreira foi se aproximando dos militares estaduais. Um dos primeiros contatos desta figura nefasta com os policiais militares foi justamente a crise da segurança pública nos governos de FHC e a greve dos militares de 1997. Jair Bolsonaro participou ativamente da Comissão parlamentar que debateu a segurança pública a época.

3.4.1 O Primeiro Ciclo Neoliberal pós Constituição Federal de 1988

Na década de 1980 dois casos marcaram não apenas a Polícia Militar de Santa Catarina, mas a opinião pública local de maneira geral, (Conceição, 2013) relata os casos de dois policiais militares que em um momento de desespero tomam atitudes drásticas e violentas dadas suas condições precaríssimas, o caso mais famoso também pode ser visto em (Pereira, 2021) e (Iconografia da História, 2022). Esses fatos longe de serem exceções quando entendidos os motivos dos protagonistas da ação representam bem a falta de organização das Praças diante de suas péssimas condições de trabalho, nível de assédio e baixos salários que levavam a atitudes de rebeldia individuais e desarticuladas. O desespero destes dois policiais militares catarinenses simbolizou o estado de coisas deplorável a que eram submetidos a imensa maioria dos militares estaduais. Para os Oficiais as coisas não eram tão diferentes, mas estes contavam com uma série de privilégios compensatórios além de carreiras previsivelmente mais estáveis e uma organização política mais antiga que lhes possibilitava uma vida digna³⁶. É neste contexto que as primeiras greves pós constituição de 1988 acontecem, um grito por reconhecimento a cidadania e direitos trabalhistas, ainda que essa terminologia não fosse utilizada. Por parte dos Oficiais de polícia além de alcançar melhores condições, a hipótese é de que ao final da ditadura eles buscavam reocupar espaços perdidos na política local e nacional. Já no segundo ciclo o nível de organização se evidencia e as greves de base ou mistas alcançam algumas vitórias.

O primeiro ciclo grevista de militares estaduais após a redemocratização, entre 1988 e 1994, contou com dez eventos conforme o documento cedido pelo DIEESE. Sendo cinco em 1989 nos estados de Mato Grosso, Pernambuco, Pará, Bahia e Alagoas. Vale lembrar que neste ano ocorreu uma greve geral no país com milhões de trabalhadores cruzando os braços, ou seja,

³⁶ Como vimos os Comandantes das milícias estaduais estiveram representados na Assembleia Constituinte e tem um histórico de ligação com as elites locais.

os militares acompanhavam o fluxo da luta do conjunto da classe trabalhadora brasileira ainda que não estivessem sob a mesma liderança³⁷. Em 1990 apenas Alagoas tem registro de greve, aqui já é possível verificar um elemento que embaralha a análise e se verificará em outros momentos. A greve de 1989 em Alagoas ocorre no final do ano e a de 1990 em março e pode ser considerada um desdobramento do movimento do ano anterior, o que torna a mera divisão por anos considerados como um ciclo completo mais complicada. O conjunto do material analisado e os critérios utilizados na análise indicam que a utilização da noção de um ciclo nacional é a mais coerente para a compreensão e explicação do fenômeno concreto, o que não impede de localizarmos as ondas ou ciclos menores dentro do ciclo nacional de greves de militares estaduais. Os movimentos que atravessam de um ano para o outro, pertencem ao mesmo ciclo? Podem ser tratados como exceções? Apenas informam o encerramento ou início de um novo ciclo? Agrupar eventos grevistas de militares estaduais sem compreender os pormenores de cada evento pode distorcer a análise, justamente porque pode haver uma ligação, uma relação direta com eventos anteriores, sem necessariamente ter um encadeamento com os demais eventos do mesmo período em outras regiões. Por exemplo, AL pode ter tido uma intensa atividade grevista em 1996 e ter retomado a mobilização dos servidores militares em 1997 sem necessariamente estar ligado às demais unidades da federação que se mobilizaram naquele ano, tão pouco ao movimento mineiro que para muitos desencadeou greves de militares estaduais pelo país todo. O que não quer dizer que todos os eventos dos anos de 1996 e 1997 não tenham elementos estruturais em comum, ao contrário, a divisão proposta aqui aponta justamente para esses fatores determinantes do processo.

Depois, o ano de 1992 aparece com três eventos; Bahia, São Paulo e Rio Grande do Norte registram greves. O último ano deste ciclo é 1993 onde apenas Rondônia enfrentou paralisação de militares estaduais. Em 1994 não há registros de greves nos principais documentos analisados.

Neste pequeno ciclo é possível observar que nove dos dez eventos apresentaram como pauta questões salariais, inclusive com reivindicação de correções ou reajustes bastante altas, muitas vezes acima de 100% em várias das greves. No caso da Bahia, em 1992, o pleito dos militares foi a correção de 390% o que indica que em termos salariais havia uma discrepância bastante grande entre as responsabilidades, os riscos e importância da atividade exercida por

³⁷ “Em 1989, Greve Geral mobilizou mais de 35 milhões de trabalhadores” <https://sismmac.org.br/em-1989-greve-geral-mobilizou-mais-de-35-milhoes-de-trabalhadores/>

esses agentes e sua renda ou condição material. Outra curiosidade é que em pelo menos dois dos cinco eventos de 1989 a reivindicação era de isonomia ou equiparação com a remuneração dos militares das Forças Armadas, algo que vai se inverter tempos depois, uma vez que as PMs passam a oferecer rendimentos mais atrativos que os das FFAA, inclusive com saltos muito altos nos salários dos Oficiais das forças policiais. O destaque que ficou fora do padrão neste período foi a greve dos militares estaduais de São Paulo que ocorreu em novembro de 1992, um mês após o Massacre do Carandiru. Segundo o registro do DIEESE a greve ocorreu contra uma determinação do comandante da Polícia Militar que obrigava a abertura de inquérito militar para explicar todas as ocorrências envolvendo resistência e morte. Tudo indica que a repercussão do Massacre do Carandiru tenha forçado tal medida do comandante e parte da tropa se rebelou. Esta situação também demonstra algo que está submerso no universo militar. A tropa não é um bloco monolítico, podem eclodir manifestações diversas ainda que a dinâmica não seja a mesma de outras categorias de trabalhadores. Neste caso tudo indica que se tratou de um movimento de cúpula ou misto, uma vez que o Massacre do Carandiru gerou comoção na opinião pública e os Oficiais também foram expostos. No levantamento do DIEESE o desfecho se deu da seguinte forma: “O protesto acabou após uma reunião de 1 hora entre os comandantes dos 3 batalhões de choque e o comandante do policiamento de choque” (QUADRO SÍNTESE 1, 2025, ANEXO). Não contou com a participação de representantes das Praças, a ausência destes atores sugere que o movimento foi inflamado ou dirigido pela própria oficialidade.

No terceiro caso de 1992, o do Rio Grande do Norte, os documentos analisados apresentam apenas o reajuste salarial como causa do movimento que durou entre 11 e 18 de dezembro de 1992. Como resultado, um dos documentos do DIEESE analisado indica que o movimento foi encerrado após o Comando da Polícia Militar apresentar uma proposta ao governador onde o salário do soldado de 3ª classe seria reajustado para Cr\$ 1.191.000,00, enquanto cabos e terceiro sargentos receberiam, respectivamente Cr\$ 2.042.000,00 e Cr\$ 2.553.000,00 de salário-base. Naquele ano o salário-mínimo em setembro era de Cr\$ 522.186,94, o que nos sugere que até a data do movimento dos militares o cargo mais baixo da PMRN não recebia nem dois salários-mínimos como remuneração. Também merece atenção que o ano de 1992 marca um descenso de movimentos grevistas no Brasil que vem de um pico entre os anos de 1989 e 1990³⁸. Isso pode sugerir que os militares estaduais não necessariamente respondem no mesmo tempo que os demais trabalhadores organizados e ou apenas não tem as mesmas condições de mobilizar-se no mesmo tempo, talvez o emprego das tropas na contenção

³⁸ Anexos. Gráfico 1 – Estudos e Pesquisas; nº 89 – abril de 2019. Balanço das greves de 2018.

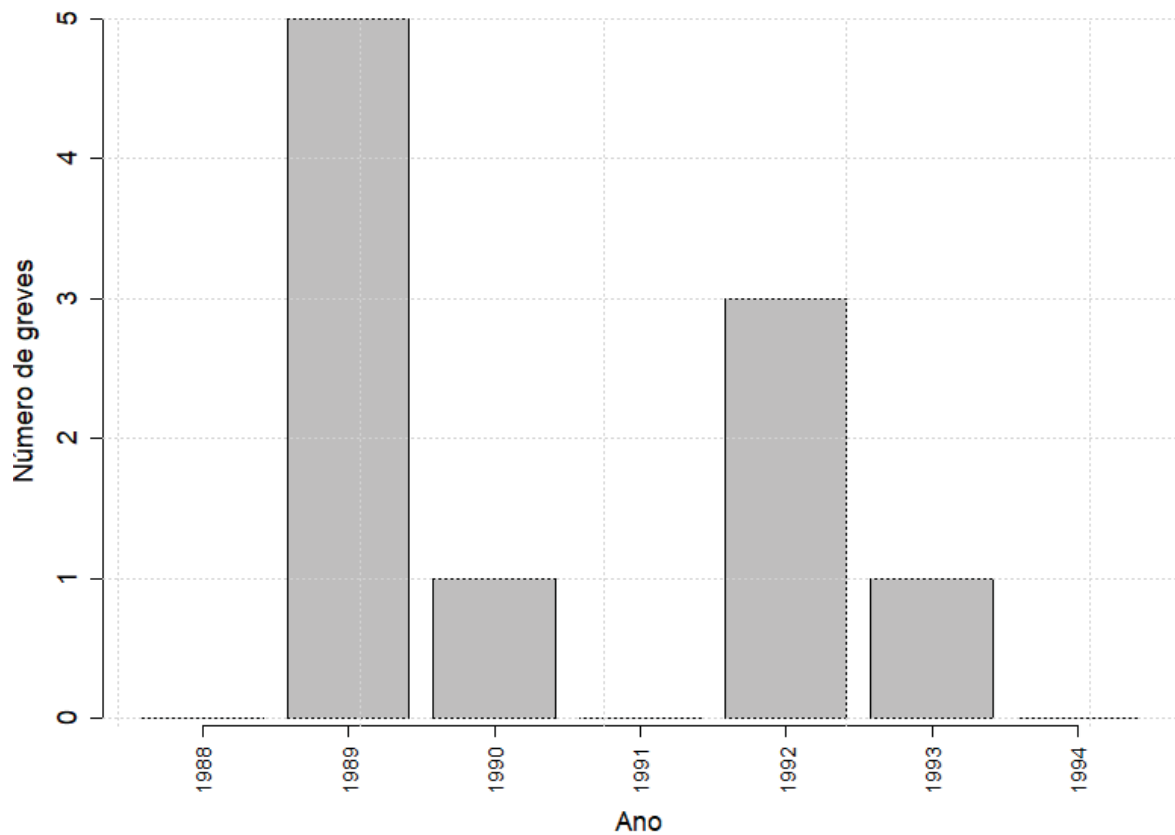
das greves seja um impeditivo. Mas também pode indicar que o acúmulo e aprendizado político da classe trabalhadora chega até os militares estaduais mesmo que não respondam imediatamente, não estarem organizados sob centrais sindicais e outras organizações tradicionalmente ligadas a classe trabalhadora faz com que esse grupo absorva o aprendizado da luta coletiva por outras vias.

No único evento de 1993 os policiais militares de Rondônia cobravam um “reajuste salarial de 156% e o pagamento de Cr\$ 230 bilhões em benefícios atrasados”. O movimento durou quase 20 dias e terminou com a conquista de uma gratificação que passou de 75% para 100% sobre o salário-base. Ainda segundo o SAG, “o movimento contou com várias manifestações e chegou a ser anunciada a intervenção do Exército, para pôr fim à paralisação”. (QUADRO SÍNTESE 1, ANEXO, 2025)

Nos 7 anos considerados entre 1988 e 1994 temos a média de 1,43 evento por ano e não deve ficar de fora da análise que se tratava de um período de redemocratização e de crise econômica. Também não devemos esquecer que, embora o material consultado seja bastante completo, há ausências que precisam ser consideradas, como é o caso do Movimento dos Descamisados organizado por Praças do Corpo de Bombeiros do Paraná em 1994 no litoral do Paraná, objeto de minha monografia de final de curso na graduação em Ciências Sociais.

Neste movimento a reivindicação era sobre o atraso na ajuda de custo que os bombeiros tinham direito ao serem deslocados para trabalhar no litoral durante a Operação Verão. Somado a isso, as péssimas condições de trabalho dos militares ajudaram a inflamar a tropa descontente já há muito tempo. Isso quer dizer que a média nacional pode subir e que ainda existe um caminho longo de pesquisas e investigações sobre o tema.

GRÁFICO 1 – PRIMEIRO CICLO NEOLIBERAL PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988



FONTE: SAG-DIEESE (2023), gráficos elaborados pelo autor

3.4.2 Segundo Ciclo Neoliberal pós Constituição de 1988: os governos de FHC

O segundo período neoliberal pós constituição de 1988 corresponde de 1995 a 2002 e temos o registro de 28 eventos. Destes, quatro são no mesmo ano, 1996 em Alagoas, que atravessava uma grave crise com outras categorias de servidores também em protesto e levou a queda do governador Divaldo Suruagy. Sergipe é outro caso que aparece com dois eventos no mesmo ano. Retirados os eventos repetidos, que na verdade são desdobramentos ou continuidade do mesmo movimento, sobram 24 greves para 8 anos e uma média de 3 eventos por ano. O destaque é o ano de 1997, onde observa-se um conjunto de 12 greves. Neste mesmo ano, além de Minas Gerais, que teve muita repercussão, temos Pará; Piauí; Acre; Alagoas; Paraíba; Pernambuco; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Goiás; Rio Grande do Sul e Ceará. Outros estados conheceram manifestações que não se tornaram greves, como em São Paulo e Rio de Janeiro (Almeida, 2010). Neste período as questões salariais seguem sendo as principais reivindicações, com percentuais elevados, ainda que menores, se comparados ao período

anterior. É possível observar que outras questões são incorporadas as pautas dos militares, como a equiparação do salário ao salário-mínimo, a contrariedade em relação a aumentos concedidos apenas a Oficiais, a equiparação dos salários com os da Polícia Civil. Até questões ligadas à moradia para os militares estaduais, também aparece em algumas entrevistas realizadas. Alguns dos eventos também tiveram a participação de policiais civis, o que demonstra a gravidade da crise na segurança pública à época.

Neste sentido surge a reflexão sobre a elevação da consciência desta categoria social em relação a sua condição mais geral. Aliar-se a outros grupos para alcançar seus objetivos e ampliar seu escopo de reclamações mostra que os militares passam a se organizar mais e se colocam a debater com a sociedade suas questões mais candentes. Outro elemento possível de verificar é a adesão ou não dos Oficiais militares estaduais. Em alguns dos eventos eles aparecem aderindo ao movimento. A partir deste fato e analisando as pautas das greves foi formulada uma espécie de tipologia dos movimentos.

Eles podem ser de três tipos. Greves de base, onde a tropa coloca-se em movimento, é dirigida por lideranças orgânicas, ou seja, Praças geralmente, e tem pautas próprias. As mistas, que contam com a participação de frações expressivas de Oficiais, defendem pautas de interesse comum ou de interesse particular de cada subgrupo e compartilham a liderança do movimento. Por fim a de cúpula, que são aqueles movimentos onde o interesse principal é dos comandantes e a tropa pode até ser contemplada com alguma pauta subsidiária, embora o cerne do debate esteja em outra direção, por vezes o interesse real não é tornado público justamente porque Oficiais de polícia tem sua dinâmica própria e formas de fazer política que passam por sua influência e poder uma vez que controlam recursos importantes e manejam um instrumento de dominação vital a sobrevivência do poder das classes dirigentes. Estes são mais raros e mais difíceis de localizar porque, como referido acima, os interesses dos Oficiais estão mais próximos dos das classes dirigentes, uma ação como esta pode significar a perda do controle do efetivo que é seu maior recurso e moeda de troca, portanto, rebelar-se contra o poder político estabelecido é a última ação dos Oficiais. Geralmente eles percorrem os corredores dos palácios ou utilizam o movimento de Praças para alcançar seus interesses particulares.

Esta classificação oferece uma aproximação inicial, não busca apresentar uma teorização dos movimentos de militares estaduais, mais do que isso, a proposta não é ser taxativo quanto ao tipo de movimento e sim negar o que ele não é. É difícil de encontrar os interesses e as razões pela qual determinado grupo se alia a outro, sendo que geralmente estão em oposição permanente no dia a dia da caserna. De qualquer forma essa classificação pode ajudar na compreensão sobre o fenômeno.

O ciclo neoliberal dos governos de FHC – 1994 a 2002 – foi marcado por graves crises na segurança pública, entre elas duas merecem destaque. A greve dos militares estaduais em mais de dez unidades da federação no ano de 1997, com destaque para Minas Gerais, considerada aquela que impulsionou os demais policiais militares do país a se moverem no sentido da paralisação das atividades. A segunda foi a crise do início dos anos dois mil, onde o marco simbólico foi o sequestro do ônibus 174 em junho de 2000 no Rio de Janeiro. Somados os anos finais do governo FHC, entre julho de 2000 e dezembro de 2002, temos 11 eventos grevistas de militares estaduais. É neste ciclo que o debate sobre a segurança pública se nacionaliza, ganha mais espaço na opinião pública e passa a ser pauta do Congresso e do Governo Federal. A crise de 1997 pressionou o parlamento brasileiro, que instala uma Comissão Especial para tratar da segurança pública.

Neste ciclo menor é possível verificar uma transição, um avanço ainda que modesto nas reivindicações dos policiais. O ciclo de greves de 1997 na verdade tem seu início em 1996 em Alagoas. Entre junho e novembro de 1996 o estado enfrentou 4 greves. A primeira durou apenas dois dias e cobrava salários atrasados, segundo o documento do DIEESE foram mais de 5 mil grevistas. Na sequência no mês de agosto o número de grevistas sobe para mais de 8 mil e a pauta segue sendo o atraso nos salários que neste momento já estava no entrando no quinto mês de atraso. No terceiro momento deste movimento dos policiais alagoanos, depois do governo descumprir o acordo feito na greve de agosto, os militares paralisam novamente as atividades e agora o número de dias parados sobe para 14 e ganha adesão dos policiais civis e dos bombeiros militares. No mês de novembro o batalhão da cidade de Arapiraca foi ocupado pelos militares em greve.

Em 1997 os policiais de Minas Gerais tornam-se protagonistas entre os movimentos de policiais brasileiros. Almeida (2010, p. 15) considera Minas Gerais como o “estado detonador do ciclo de protestos” daquele ano e divide os eventos em quatro redes de análise para falar do repertório da ação coletiva do grupo em questão. A análise sugere similaridades e diferenças entre os movimentos de policiais militares que eclodiram naquele ano. Agrupados em quatro redes propostas pela autora ela reconhece que o instrumento da greve se torna uma possibilidade aos policiais militares.

As categorias de *repertório da ação coletiva* e *ciclos de protestos* foram utilizadas para a compreensão da greve dos militares estaduais do Paraná em minha dissertação de mestrado (Oliveira, 2018) e a considero como válida para o conjunto da análise. Entretanto, deve-se observar que ao me debruçar sobre um conjunto maior de eventos, de saída a noção de ciclo quando se trata de analisar apenas um ano com muitas greves fica comprometida, por isso a

adoção da ideia de ciclo nacional de greves (Benzaquen, 2020, p. 62) e a noção de ciclos menores ou ondas dentro do conjunto. Também deve-se observar que os dados não corroboram MG como o estado que impulsiona os demais, talvez simbolicamente sim, por ser um estado muito importante na política nacional e a greve ter tido grande repercussão. Além disso contou com a tragédia da morte de um Cabo da Polícia Militar durante uma manifestação, o que gerou mais comoção na opinião pública. Como é possível verificar (QUADRO SÍNTESE 2, ANEXOS, 2025), entre 1988 e 1995 foram 10 eventos em diversos estados. O ano anterior a eclosão da greve mineira foi marcado pelo movimento dos policiais militares de AL, que voltam a se mobilizar em 1997. Da mesma forma apenas dois anos depois os militares estaduais da PB, que reivindicavam um abono salarial em 1997, voltam a carga exigindo reajuste salarial. Esse histórico precisa ser levado em conta e deve ter peso na análise, a própria noção de repertório da ação coletiva sugere que o aprendizado de embates anteriores faz parte da equação.

De qualquer modo MG teve sim um peso na onda grevista de 1997 e contou com algumas particularidades. Entre elas a união entre os policiais militares e os policiais civis, que pode ter se tornado uma marca na luta dos profissionais da segurança pública naquele estado. Talvez a marca mais importante seja o questionamento do tratamento diferenciado entre Oficiais e Praças surgido no ceio da tropa. Segundo o levantamento feito pelo SAG – DIEESE, entre as causas da greve estava “...aumento concedido apenas a Oficiais e delegados da polícia civil.” (QUADRO SÍNTESE 2, ANEXOS, 2025). Aqui se nota um passo pelo reconhecimento da massa da tropa enquanto sujeito político. As Praças colocando-se em movimento por seus direitos, ao mesmo tempo questionam os privilégios dos Oficiais, está claramente demarcada a luta de classes no interior da caserna e desnuda-se o fracionamento e a disputa dentro da categoria social de militares. A classificação aqui proposta indica a greve de MG como uma greve de base, pois tem pautas próprias e foi dirigida por lideranças orgânicas. Deste movimento algumas figuras se destacaram e foram eleitos para cargos políticos, casos como o de Sargento Rodrigues e Cabo Júlio. Além de conquistarem um aumento, outras vitórias podem ser reconhecidas a partir do movimento de 1997, como o fim da prisão administrativa por exemplo³⁹.

³⁹ Há uma polêmica sobre o fim da prisão administrativa, sobretudo com relação ao que substitui a punição, que em alguns casos é o desconto nos rendimentos do militar. Para alguns esses mecanismos é ainda mais prejudicial ao trabalhador, entretanto, do ponto de vista da dignidade da pessoa humana e da violência representada pelo cerceamento da liberdade me parece um avanço. Do ponto de vista prático, um trabalhador da segurança pública que é formado não reconhecendo a liberdade como um direito fundamental de fato, uma vez que tem sua liberdade retirada por pequenas faltas, pode perfeitamente reproduzir essa lógica no seu cotidiano nas ruas.

Esse movimento também expõe a transição de um ciclo grevista para outro. Se no primeiro ciclo neoliberal as pautas eram monetárias com ênfase em atrasos de salários, equiparação com militares das FFAA e percentuais de aumento bastante elevados, agora as pautas passam a ser equiparação com salário-mínimo, equiparação salarial com outras categorias da segurança pública, inclusive PMs de outros estados, benefícios como auxílio-alimentação, adicional noturno, revisão dos planos de cargos e salários entre outros direitos não vistos nas reivindicações da onda anterior. Isso é um indicativo do quanto os militares estaduais passam a se organizar na busca como sujeitos de direitos, afastando aos poucos, sua condição de sub-cidadania. Também pode ser lido como uma resposta dos trabalhadores da segurança pública devido a demanda da sociedade brasileira por segurança e mesmo a maior pressão do Estado autocrático burguês brasileiro, agora sob o estágio de acumulação neoliberal que passou a exigir mais do aparelho autocrático de controle social perverso, uma vez que a crise inflacionária dos anos 1980 ficava para trás e o país rumava a estabilização econômica, consequentemente aumentando as exigências a estes profissionais.

Na esteira do segundo ciclo neoliberal pós constituição de 1988, na onda grevista de 1997, temos os militares do Pará que em seu movimento no início de julho, além do reajuste salarial de 75% reivindicavam a construção de moradias para os policiais, o aumento do tíquete-refeição, a redução da jornada de trabalho e a não punição aos grevistas. Neste caso nota-se que o grupo começa a proteger-se, sobretudo suas lideranças que invariavelmente sofriam punições como resultado de suas ações, muitas vezes com a expulsão do serviço público, nem sempre revertidas nos processos de anistia.

Na sequência temos os militares do Piauí que paralisaram o serviço por cinco dias cobrando aumento salarial. Segundo o jornal Folha de São Paulo (Mota, 1997) os policiais exigiam um piso de R\$ 638,00 de salário e recebiam naquele momento R\$ 215,00, enquanto o salário-mínimo naquele ano era de R\$ 120, o jornal também cita que a greve foi conduzida por cabos e soldados e tinha na liderança o presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PM além da participação expressiva de uma esposa de um Cabo da PM, o que indica que esse foi um movimento de base. O arquivo do DIEESE cita ainda que além de uma gratificação de R\$ 120,00 o governo ofereceu a construção de casas para os Cabos e Soldados da PM. (QUADRO SÍNTESE 2, ANEXO, 2025). Mais um elemento interessante, a questão da moradia parecia ser candente para parte dos efetivos de militares estaduais até este ciclo (PMs invadem [...], 1997); na verdade é mais um indicativo de onde são recrutados a esmagadora maioria das Praças das PMs, a questão da moradia é um problema grave para o conjunto das classes trabalhadoras brasileiras, sendo mais sensível para “os de baixo” como diria Florestan

Fernandes. Depois os policiais militares do Acre que “reivindicavam reajuste salarial de 35%, retroativo a junho” (QUADRO SÍNTESE 2, ANEXO, 2025) e novamente Alagoas; neste caso o movimento que contou com vários embates parece ter extrapolado os limites do estado e o governo federal fez uma intervenção. O movimento passa a exigir a saída do governador o que de fato ocorreu (Em 97 [...], 1997). No movimento dos PMs de AL parece ter havido a participação dos Oficiais o que uma das entrevistas que realizei confirma, neste sentido o movimento grevista dos militares estaduais de AL pode ser classificado como misto.

Pela ordem cronológica a Paraíba é o próximo estado a vivenciar uma greve de militares estaduais que “reivindicavam um abono salarial que varia de R\$295,00 a R\$500,00”. Segundo o blog (Batista, 2014):

O que gerou o ingresso da Paraíba nessa onda de movimento ocorrido naquele ano em todo Brasil, foi a reivindicação no sentido de se fixar o soldo do Soldado, no mínimo, em um salário-mínimo. Pelo sistema de gratificação adotado na legislação da Corporação naquela época, todo policial ganhava, em média, três soldos. Mas o soldo do soldado estava abaixo de um salário-mínimo, o que gerava repercussão negativa nos vencimentos de todas as graduações e postos. Foi essa a reivindicação básica, que o Governo não atendeu de imediato e gerou o movimento. As Associações representativas dos Oficiais e Praças ingressaram com uma ação na justiça pleiteando que o Governo fosse obrigado a igualar o Soldo de um Soldado ao valor de um salário-mínimo, seguindo-se daí o escalonamento legal de forma a beneficiar a todos integrantes da corporação. (Batista, 2014)

Já o arquivo do DIEESE, no campo “encaminhamentos” cita que “Em 14.07 os soldados, cabos, sargentos e oficiais da PM rejeitaram a proposta do governo estadual de R\$250,00. Em 19.07 os policiais aceitaram a proposta do governo e retornarão ao trabalho. Vão receber R\$335,00 a partir de agosto”. (QUADRO SÍNTESE 2, ANEXOS, 2025) Nas duas referências a participação de Oficiais aparece no movimento o que indica que o movimento pode ser classificado como misto. Já na greve de 1999 a tática do grupo envolvia tomar decisões a partir de uma espécie de assembleia das associações de classe, embora o protagonismo pareça ter sido de lideranças das Praças, inclusive uma das lideranças da greve anterior é eleito deputado estadual e colabora ativamente no movimento de 1999. Essa é outra marca que diferencia os ciclos, se no primeiro ciclo neoliberal pós constituição de 1988 havia pouca organização e estrutura, as lideranças ainda eram frágeis e desconhecidas, no ciclo seguinte já contavam com entidades de classe mais atentas, preparadas e voltadas a esta finalidade, além do grupo ter produzido lideranças que se tornaram figuras públicas e em alguns casos já eleitas a cargos nos parlamentos, proporcionando a essas figuras o acesso a recursos disponíveis ao apoio dos novos movimentos (Líderes comandaram [...], 1999).

O próximo estado é o de Pernambuco onde os policiais militares “Reivindicavam reajuste salarial de 75%, adicional noturno e horas extras. Protestaram contra a prisão de quinze diretores da Associação de Cabos e Soldados” (QUADRO SÍNTESE 2, ANEXOS, 2025). No ciclo anterior os PMs de Pernambuco já haviam feito uma paralisação de 8h no dia 13 de novembro de 1989, segundo o banco de dados fornecido pelo DIEESE. Há poucas informações sobre esse movimento e as causas apontadas são “melhorias salariais”. Já em 1997 nota-se um avanço organizativo, ainda que rudimentar, o fato de os policiais militares atuarem coletivamente na proteção de suas lideranças indica isso (Prisão de líderes [...], 1997). Essa greve pode ser classificada como mista, pois teve a participação da oficialidade policial militar daquele estado. Isso pode ser comprovado tanto pelo material empírico coletado como pelo trabalho de (Miranda, 2006). Os militares estaduais de Pernambuco voltam a se mover no mesmo ciclo no ano de 2000, segundo (Benzaquen, 2021) nesta greve os Oficiais não aderiram ao movimento paredista, talvez por isso se explique a reação mais agressiva contra o movimento, com prisões, demissões, confronto armado e até denúncia de tentativa de sequestro de lideranças do movimento. A pauta passa a ser a equiparação do soldo como salário-mínimo e a redução da jornada de trabalho – “aumento da folga de 48 para 72 horas no caso de jornadas de trabalho de 24 horas ininterruptas” (QUADRO SÍNTESE 2, ANEXOS, 2025).

Ao pautar a redução da jornada de trabalho trata-se quase que exclusivamente das Praças da corporação, uma vez que os Oficiais já trabalham em jornadas menores, são os próprios comandantes de unidades militares, portanto em alguns casos conseguem manejar seu próprio horário de trabalho com mais facilidade, e por fim, são os responsáveis pelas escalas de serviço da tropa e todas as atividades que envolvem efetivos policiais, ou seja, ao alterar a escala das Praças os Oficiais terão que se ocupar com isso, ao passo que a não regulamentação da jornada de trabalho dos militares estaduais, ou mesmo escalas de serviço mais apertadas oferecem comodidade aos comandantes que têm à disposição efetivos inteiros, tanto para o serviço ordinário quanto para eventos excepcionais.

Novamente aqui está posta a luta de classes no interior da caserna e a disputa de interesses no ceio desta categoria social. Também podemos notar outra característica dos movimentos políticos de militares, quando há a participação de Oficiais o comando e o governo tendem a ser mais parcimoniosos, quando são movimentos de base a repressão aumenta sensivelmente.

De 16 a 25 de julho de 1997 o estado do Mato Grosso viu seus militares entrarem em greve por reajuste salarial. É difícil afirmar se este foi um movimento composto por Praças e

Oficiais, mas segundo o jornal Folha de São Paulo “todo o efetivo da PM do estado aderiu ao movimento” (O que a polícia [...], 1997).

No mesmo período o estado vizinho, Mato Grosso do Sul, também vivenciou um movimento grevista, que durou de 18 de julho a 22 de julho de 1997. O movimento termina com a conquista de 40% de reajuste. Aqui novamente aparece a questão da equiparação do soldo ao salário-mínimo, uma das marcas deste ciclo quando comparado ao anterior. Neste caso há outras curiosidades que marcam o segundo ciclo de greves e movimentos reivindicatórios de policiais militares pós Constituição de 1988. Segundo Almeida, (2010 p.127) os militares de Mato Grosso do Sul passam a fazer parte do Fórum de Servidores Públicos do estado, um espaço político com vários sindicatos ligados à CUT, ou seja, ao PT e de algum modo inserido ou inspirado na Estratégia Democrático Popular (EDP) formulada e desenvolvida no final dos anos 1980 como já destaquei, embora neste segundo ciclo a EDP já estivesse passando pela sua degeneração e galopando rumo a transformação para uma estratégia neodesenvolvimentista. Há aqui ligação das greves e movimentos de militares, direta ou indiretamente, com esta estratégia, justamente porque ela diz respeito a um conjunto maior que são as próprias classes trabalhadoras brasileira.

No Mato Grosso do Sul os PMs contavam com um vereador eleito pelo PT e segundo um dos relatos colhidos por Almeida (2010), tanto o vereador como o partido foram importantes na construção do movimento, ainda que não seja possível afirmar que havia protagonismo de qualquer um destes. De todo modo, os militares sul mato-grossenses conseguem organizar um movimento que se não teve a participação direta dos Oficiais os arrastou em seguida uma vez que o próprio comando esteve presente nas negociações e análise das pautas dos militares, assim como havia outras associações, além da Associação de Cabos e Soldados, na Comissão representativa dos policiais militares junto ao governo, portanto este movimento pode ser classificado como misto.

O movimento que culminou na greve, além de exigir a equiparação com o salário-mínimo, também reivindicava mudanças no Regulamento Disciplinar, ou seja, tanto equiparação com o salário-mínimo como mudanças de caráter normativo/regulamentar, têm uma aproximação com o que podemos chamar de busca por cidadania, mais ou menos conforme Silva (2009). Portanto, essa é uma das marcas do segundo ciclo, pode-se afirmar que além de um avanço organizativo, que envolveu articulações tanto com outros ramos da segurança pública como com outras categorias de servidores públicos, lideranças mais preparadas e dispostas a assumir os riscos de estimular os efetivos a tensionar as instituições promovendo paralisações e manifestações públicas de descontentamento, as pautas dos militares estaduais

rumavam para a busca por direitos que eles ainda não haviam conquistado ou tinham apenas parcialmente quando comparados a outras categorias de servidores públicos por exemplo.

Em Goiás o movimento, que cobrava “reajuste salarial de 80% sobre o salário dos soldados” (QUADRO SÍNTESE 2, ANEXOS, 2025) pode ser considerado misto, embora tenha havido protagonismo das Praças, sendo destes as principais figuras públicas do movimento grevista que paralisou as atividades da PM durante pouco mais de 1 dia. Segundo Almeida (2010, pp. 150 a 154) a associação Clube dos Oficiais não apenas recebeu uma das reuniões que debateu a pauta dos militares como também estava representada na assinatura do documento que garantiu o acordo entre governo e militares. Neste mesmo momento também estavam os comandantes da PM e do Corpo de Bombeiros, embora como representantes do governo. Outro sinal é o alinhamento entre os líderes do movimento e o comando da instituição pelo fim da greve, o que acabou isolando um grupo dissidente que tentava manter a greve. O que também chama a atenção no texto de Almeida (2010 p.154) é a manifestação do General Alberto Cardoso ministro-chefe da Casa Militar a época, que afirmou que as greves de 1997 impulsionaram a abertura do debate sobre a desmilitarização das PMs e a criação da Guarda Nacional. A desmilitarização passou a fazer parte do debate e se tornou uma das pautas dos militares estaduais no contexto do próximo ciclo, longe de ser um consenso no ceio da tropa ela foi incorporada por muitas lideranças e ganha destaque durante a crise das jornadas de julho de 2013.

Em 1997 ainda tivemos Rio Grande do Sul e Ceará assistindo greves e grandes mobilizações de tropas estaduais. No caso do estado do sul, (Almeida, 2010) incluiu o movimento no que ela chamou de “manifestações disciplinadas e articulações à margem do ciclo”. O governador do estado era Antônio Britto, que ficou marcado por medidas neoliberais como a privatização de empresas estatais e as concessões a iniciativa privada para exploração comercial de rodovias através dos pedágios, além da quebra da indústria de calçados do estado. Assim como o de Goiás, o movimento gaúcho teve uma certa flexibilidade por parte dos Oficiais, se não pode ser considerado misto porque não teve participação ativa dos Oficiais na organização e compartilhamento de liderança do movimento, tão pouco a pauta principal pode não os ter atraído de imediato, mas eles, ao perceberem que havia uma adesão massiva da tropa e a opinião pública apoiava as Praças, não tomaram muitas medidas para impedir as ações.

O então Comandante de Policiamento da Capital, Arlindo Bonerdes, concedeu entrevistas dizendo que não colocaria a Tropa de Choque contra “os próprios brigadianos”. Não obstante foi feito um cordão de isolamento com policiais desarmados do Batalhão de Choque no Palácio Piratini. O Soldado Giovani procurou defender a tropa de isolamento em sua narrativa: “os caras estavam ali chorando,

fazendo por obrigação a segurança, eles não saberiam o que fazer caso precisássemos de uma força”. (Almeida, 2010, p. 138)

Neste sentido um movimento de base pode ser mais ou menos aceito pela cúpula, que age de acordo com os recursos disponíveis para impedir ou controlar o movimento, o tamanho e peso do movimento, além dos seus próprios interesses imediatos e a fragilidade do poder político, ou seja, do governo. Em 1998 o governador Antônio Britto perde as eleições numa votação apertada para Olívio Dutra do PT, que encabeçou uma “frente de esquerda” que contou com PSB, PC do B e PCB.

Tudo indica que além da falta de experiência os militares do Rio Grande do Sul buscaram uma mediação e alternativas práticas para evitar casos de violência como o visto em Minas Gerais. Organizar um grande ato uniformizados, mas sem armamento pode ter sido uma dessas ações. Em contrapartida ao perceberem que não havia muitos recursos disponíveis para coibir a ação da tropa, os Oficiais também demonstraram mais tolerância do que o comum em casos como este quando envolvem outros grupos. Uma curiosidade sobre a greve dos brigadianos é que ao conversar informalmente com uma experiente sindicalista ligada ao magistério estadual do Rio Grande do Sul, ela me ouviu entusiasmada sobre a pesquisa e relatou que participou da assembleia do sindicato que debateu o apoio ou não ao movimento dos policiais militares. Segundo ela, havia um grupo que defendia não apoiar o movimento dos policiais justamente por se tratar do aparato repressivo estatal que tantas vezes reprimiu os professores, no entanto o que prevaleceu foi o apoio da categoria. Ela relatou que assistiu da janela do prédio a marcha dos policiais e chorou quando os policiais se aproximaram do local e receberam o apoio do MST. Minha interlocutora afirmou ser um dos momentos mais emocionantes de sua militância sindical.

Fechando a onda grevista de 1997 os policiais militares do Ceará se mobilizam para reivindicar um reajuste salarial de 66% no final do mês de julho. O movimento que durou três dias foi em conjunto com os policiais civis, outra marca deste segundo ciclo que conta com atos conjuntos entre as demais categorias da segurança pública. No Ceará houve momentos de tensão e confronto entre os policiais que aderiram ao movimento e a tropa que permaneceu sob controle do Comando, também é difícil afirmar qual a classificação do movimento, mas tudo indica que foi um movimento de base e foi reprimido com muita violência pelo governo estadual que teve apoio de tropas federais para auxiliar na segurança do estado (Guibu, 2000); (Mota e Guibu, 1997). Todavia, é inegável que o movimento impôs medo ao governador do estado a época, Tasso Jereissati do PSDB. Alguns policiais foram expulsos da corporação e até

hoje brigam na justiça para retornar as fileiras da PMCE. Em conversas informais que não se tornaram entrevistas para a pesquisa, um destes militares afirmou que entre os motivos de não ter sido reincorporado aos quadros da PM foi sua simpatia ao PT e aos governos de esquerda. Segundo ele, sua expulsão teve a ver com sua participação na equipe que fez a segurança do presidente Lula em um de seus comícios no estado, curiosamente segundo reportagem do jornal O Povo, “somente 13 militares foram expulsos por conta da greve” (As polêmicas [...], 2017). Ao final os policiais não tiveram êxito em suas demandas imediatas, entretanto mesmo a derrota deixou um saldo organizativo e aprendizado para as próximas contendas.

O próximo evento do segundo ciclo foi em 1999 na Paraíba e pode tanto ser considerado o encerramento da onda de 1997 como o início da onda seguinte que teve 4 eventos registrados em 2000 e mais 4 eventos em 2001⁴⁰, portanto, foram 8 eventos grevistas entre julho de 2000 e maio de 2001 segundo os registros do SAG – DIEESE. A última paralisação de 2001 foi em maio e a próxima somente em janeiro de 2002 na Bahia em conjunto com a Polícia Civil, neste ano apenas mais uma greve é registrada, a de dezembro no Espírito Santo. Aqui merece um alerta quanto a essa temporalização, o banco de dados aponta para as greves em si, para os dias da paralisação de fato, contudo, como já mencionado é difícil precisar quando os protestos e todo o histórico da contenda iniciam e terminam. Entre a greve e o encerramento do embate há um conjunto de outros fatos menores, mas que definem os rumos de todo o processo. Antes da greve se estabelecer pode haver um processo silencioso de negociações de bastidores malsucedida, a própria agitação das bases seguida da mobilização para ações práticas, que podem ser atos menores, reuniões ou assembleias. Tudo isso precisa ser levado em conta na análise, obviamente aqui seria impossível cobrir minuciosamente cada um desses eventos.

Essa completude que compõe um movimento desde seu início, passando pelo ápice e chegando ao encerramento que tanto pode ser uma derrota via desmobilização forçada e imposta pelo governo ou mesmo uma negociação bem-sucedida, ajuda a entender o porquê da escolha da noção de um ciclo nacional com uma temporalidade maior. Se entendermos um ano específico com um número muito elevado de greves como um ciclo completo podemos perder de vista que em diversas ocasiões esses eventos tiveram início meses antes do estopim da paralisação, as vezes anos antes, uma vez que contendas mal resolvidas ou que porventura deixaram algum passivo se tornam pauta novamente e voltam a inflamar as bases em condições

⁴⁰ Em um dos documentos consultado o estado do Sergipe aparece computado duas vezes em 2001, entretanto em outro arquivo a repetição conta com complementação de informações. Contabilizei apenas 1 evento para o estado do SE.

favoráveis para uma nova radicalização do grupo. Dois exemplos podem ser rapidamente lembrados para ilustrar essa afirmação, o primeiro é o de Pernambuco. Benzaquen (2021) nos lembra que a greve de 2000 surge num contexto de eleições municipais, fato que também pode ser escrutinado nos ciclos mais recentes, mas que por ora não tratarei neste trabalho. A narrativa construída pelo autor sobre os fatos, as pautas principais e as lideranças também apontam para a classificação desta greve como de base. Entre os motivos da greve algumas demandas dos militares estaduais que não teriam sido cumpridas pelo governo desde a greve de 1997.

Passemos agora à greve que ocorreu em 2000(*nota 15 no original*). Pernambuco era, então, governado por Jarbas Vasconcelos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que ironicamente ganhou a eleição prometendo, dentre muitas coisas, que nunca mais haveria greve da Polícia Militar. Promessa que não foi cumprida já no seu segundo ano de mandato. Daquela vez, a polícia demandava questões relacionadas ao regime de trabalho (*nota 16 no original*), porém novamente a principal pauta era o reajuste salarial (*nota 17 no original*). A polícia alegava, ainda, que não foram cumpridos os acordos estipulados na greve de 1997, por isso repetia cinco demandas colocadas anteriormente. A paralisação ocorreu durante uma eleição importante da história recifense. Disputavam o segundo turno para a prefeitura Roberto Magalhães, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), candidato a reeleição, e João Paulo pelo PT. Até os últimos momentos havia empate técnico com uma leve vantagem para Magalhães – apoiado por uma importante liderança militar, o já mencionado Soldado Moisés da ACS-PE –, porém João Paulo ganhou e foi o primeiro prefeito petista da cidade. (Benzaquen, 2021, p. 214, grifo meu)

O segundo exemplo é o do Paraná, o “Movimento das Esposas” de 2001 (Oliveira, 2018), claramente uma greve de base, teve duração de mais de três meses entre seu início em Londrina no norte do estado e o que pode ser considerado seu desfecho em agosto na Assembleia legislativa estadual. Durante o processo houve diversos atos públicos, debates na mídia, a paralisação das atividades que contou com o bloqueio das saídas das unidades da PM, entre outras táticas empregadas pelos militares para garantir a greve, entretanto, também ocorreram rodadas de negociação em um intervalo de trinta dias em que o movimento suspende temporariamente o bloqueio das entradas das unidades, na prática a própria greve é suspensa a pedido do governo.

O saldo do movimento também pode ser reconhecido no embate dos militares estaduais do Paraná com o governo pela implantação do subsídio muitos anos depois. A memória da greve das esposas foi evocada e sobretudo as motivações da greve de 2001 de algum modo balizavam as lideranças na disputa por outra forma de remuneração, que evitasse redução dos salários via cortes nas gratificações, exatamente o que ocorreu na época. Talvez a massa da tropa não teve acesso a essas informações, mas a greve anterior ensinou as lideranças do grupo que a seu modo irradiavam e transmitiam esse aprendizado ao conjunto da tropa.

Isso também pode ter ocorrido na greve de 1999 na Paraíba, segundo o arquivo do DIEESE os militares; “Reivindicavam o pagamento do escalonamento vertical dos salários, instituído pela lei 6.507, de junho de 1997, que garantiria aos soldados um reajuste entre 57% e 62,8%.” (QUADRO SÍNTESE 2, ANEXOS, 2025) A referida legislação foi produzida no mesmo ano da greve anterior, não é possível afirmar, mas é provável que teve influência da mobilização dos policiais naquele momento. Essa retomada do movimento paraibano indica uma greve de base tanto pela pauta como pelas lideranças e a própria reação mais severa do governo estadual, A greve de 1997 ajudou as Praças a elegerem um representante para a assembleia estadual, Sargento Soares foi eleito pelo PV em 1998, numa coligação que tinha PT, PCB e PCdoB e pode ser classificada como uma frente de esquerda (Líderes comandaram [...], 1999). A mesma matéria indica que as greves tiveram apoio da CUT, associações de bairro e da Pastoral da Terra.

Em julho de 2000 os policiais militares do estado do Mato Grosso inauguram sua terceira greve desde 1988, contando com o apoio expressivo das esposas dos militares⁴¹. Assim como na Paraíba, o movimento parece ter alterado sua característica de mista de base. Também aumenta o número de dias de paralisação e inaugura novas táticas para emparedar o governo.

Além de Mato Grosso e Pernambuco, em 2000 tivemos Sergipe e Santa Catarina realizando movimentos paredistas. Em SE aparece a questão da equiparação do soldo ao salário-mínimo, além de melhores condições de trabalho, o movimento pode ser classificado como misto ou de cúpula é difícil confirmar com as informações levantadas até aqui. Ele se desdobra até maio do ano seguinte e também reivindicava a saída do Comandante Geral, que era um oficial do Exército (QUADRO SÍNTESE 2, ANEXOS, 2025), (Diário do Grande ABC, 2001) e (Marques, 2001).

Encerram esse ciclo os estados de Santa Catarina em 2000, Tocantins, Distrito Federal em 2001, Bahia e Espírito Santo em 2002 que realiza uma greve por atraso de salários no mês de dezembro, a greve foi dirigida por Oficiais e durou apenas algumas horas alcançando por parte do efetivo da capital e região metropolitana. Cada movimento grevista aqui descrito sumariamente merecia ser contado de forma detalhada, cada evento destes pode render muitos trabalhos acadêmicos. Infelizmente não há condições para tal empreitada no momento, contudo, alguns merecem atenção especial porque compõem simbolicamente em cada evento ou mesmo

⁴¹ Segundo (Gomes de Almeida, 2018) os militares estaduais do Mato Grosso se mobilizaram mais de uma dezena de ocasiões para reivindicar direitos desde 1989 – nem todas resultaram em paralisações –, muitas delas com o protagonismo das esposas e familiares dos militares. A dissertação do autor demonstra que ainda há um caminho longo a ser percorrido para quem busca compreender a complexidade e dinâmica de tais eventos.

em um conjunto maior de eventos as premissas que trago nesta pesquisa. É o caso de Santa Catarina que expressa bem algumas das principais ideias força contidas nos ciclos sugeridos neste trabalho.

Como exemplo típico, no ano de 2000 Oficiais e Praças unidos realizam uma greve em SC, com a seguinte pauta segundo o levantamento do SAG. “Reivindicavam equiparação salarial entre oficiais e delegados e entre soldados e investigadores. Além disso, queriam elevação do piso salarial para R\$ 1.372” (QUADRO SÍNTESE 2, ANEXOS, 2025). A pauta indica claramente uma greve de interesses comuns aos dois círculos, o dos oficiais e o das Praças. Também revela um desejo difundido nos subterrâneos da política dos Oficiais das polícias militares. Grupos de Oficiais defendem e buscam a equiparação de suas carreiras às chamadas carreiras jurídicas, tentando com isso gozar dos benefícios obtidos por este setor do serviço público extremamente privilegiados pelo Estado brasileiro. Neste sentido é difícil afirmar se essa greve foi uma greve mista de fato ou um movimento de cúpula que instrumentalizou os interesses da tropa e usou as bases para alcançar seus objetivos.

Sobre esse momento um de meus interlocutores ao ser perguntado sobre a greve de 2000 respondeu que ela foi comandada por Oficiais e que estes ao conseguirem um aumento expressivo passaram a punir com rigor as Praças que tentavam manter o movimento vivo, justamente essa “traição” teria motivado a criação da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (APRASC) com o intuito de defender os interesses das Praças. Anos depois a entidade teria papel importante na greve de 2008, mais um motivo para entendermos muitos das dezenas de movimentos grevistas ou mesmo de protestos como um ciclo nacional, pois diversos deles estão encadeados uns aos outros, por motivações político ideológicas ou de ordem prática e material imediata como nos exemplos supracitados. Esse caso também é revelador do que já tratei aqui em relação ao estágio neoliberal de acumulação e seus impactos nos governos estaduais, sobretudo na organização do Estado brasileiro. Segundo o mesmo documento consultado, a alegação do governo catarinense era de que a lei de responsabilidade fiscal impedia a concessão do aumento pleiteado pelos militares.

A crise da segurança pública, principalmente a onda grevista de 1997 nas polícias militares, precipitaram a instalação de uma Comissão Especial de Segurança Pública na Câmara Federal. Jair Bolsonaro a época no PPB participa como membro da comissão e este é um momento de aproximação de seu mandato com a categoria, há registros de algumas intervenções dele com respeito aos militares estaduais antes da Comissão, mas até o momento seu foco principal eram os servidores das FFAA. O debate na Comissão foi uma oportunidade do então parlamentar se aproximar das bases dos servidores da segurança pública e ampliar sua

base política eleitoral nesse segmento “órfão” de representação. Esse movimento aconteceu lentamente e foi impulsionado em outros momentos de crise do setor, mas a participação na Comissão é um marco importante. Um documento cedido pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados – CEDI, analisado para a pesquisa, indica que a Comissão realizou 28 reuniões, desde a instalação dos trabalhos a leitura do relatório final, a maioria foi de audiências para ouvir “especialistas” na área. Alguns detalhes chamam a atenção nos trabalhos da Comissão, o primeiro deles é que o presidente eleito por unanimidade para conduzir os trabalhos na referida Comissão foi o deputado Abelardo Lupion do PFL do Paraná. Pertencente a uma família tradicional da política estadual ligada ao que hoje se chama de agronegócio e farta relação com os Oficiais da Polícia Militar é neto do ex-governador Moises Lupion que quando no poder vivenciou e conduziu a repressão a dois conflitos no campo, a Revolta de Porecatu no norte e o Levante dos Posseiros no sudoeste do estado (Oikawa, 2011), (Silva, 2006)⁴². Na região norte do estado há uma cidade batizada de Lupionópolis.

O segundo ponto que chama a atenção é que das 28 reuniões realizadas pela Comissão, pelo menos 23 foram audiências públicas que ouviram mais de 60 convidados, deste montante foram no mínimo 9 Oficiais de polícia, a maioria coronéis e apenas 3 representantes das Praças sendo um deles o Deputado Estadual Nei Dias Percussor e Ex-Presidente da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar de Goiás. Isso demonstra o quanto as Praças estiveram sub-representadas na dita Comissão. Na reunião realizada no dia 12 de agosto de 1997, portanto ainda sob o calor dos acontecimentos da onda grevista do mesmo ano, de acordo com as notas taquigráficas da comissão especial segurança pública o parlamentar pede a palavra e diz o seguinte

Sr. Presidente, esses episódios que ocorreram pelo Brasil afora basicamente nasceram por uma falta de intimidade entre oficiais e praças. Um abismo existentes entre eles, o que é comum também nas Forças Armadas. Quero sugerir, sem citar qual associação, que convidássemos sim alguns presidentes de associações de cabos, soldados, subtenentes, sargentos, porque senão vai ser transmitido, pelo noticiário da imprensa, a idéia de que estamos querendo discutir aqui segurança pública eletista. (Comissão Especial Segurança Pública no País, 1997, p. 1)

Fica claro no discurso no ignóbil parlamentar que há uma tentativa de se aproximar da imensa base da tropa, que se encontrava em franca fase de politização e ávida por referências. Essa lenta aproximação com as bases das tropas estaduais pode ser vista em outros momentos da história recente e de algum modo se expressa no histórico de votações de Bolsonaro.

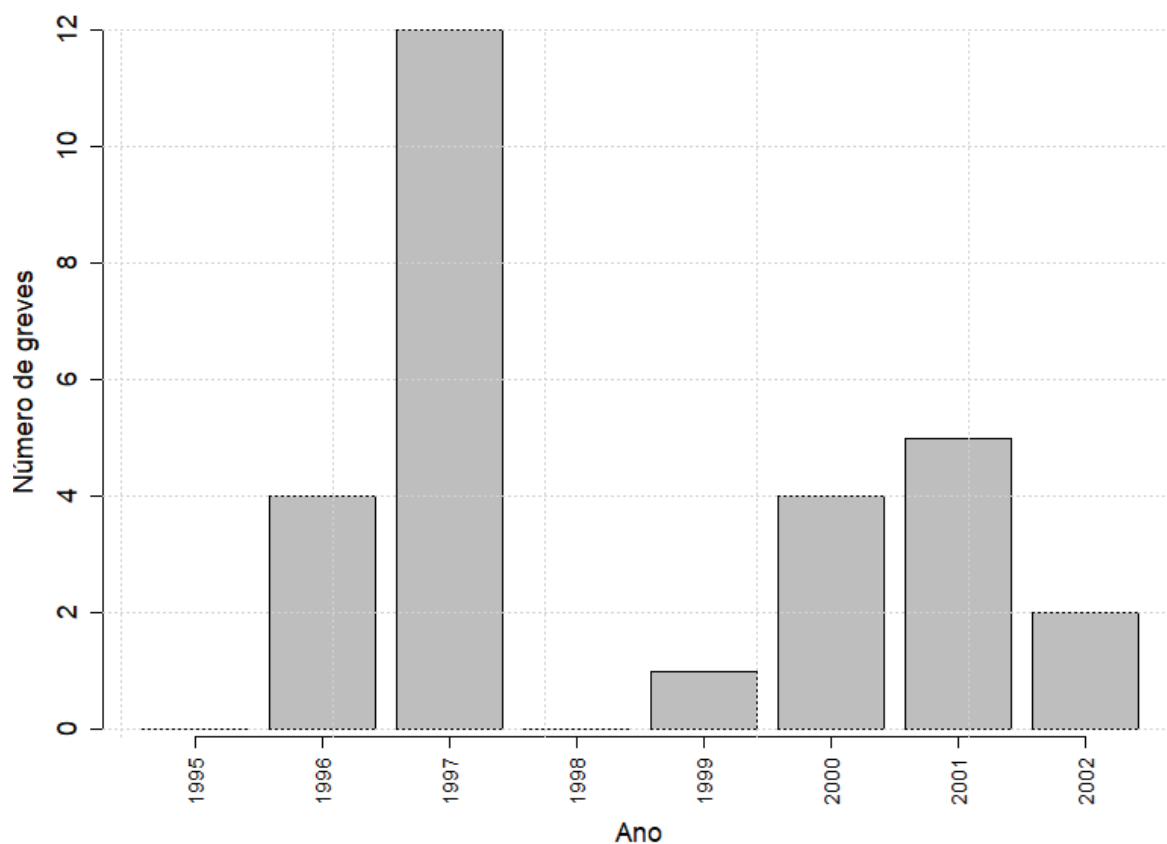
⁴² <https://memorialdademocracia.com.br/conflitos/pr>.

A primeira eleição a Deputado Federal do futuro líder da extrema direita brasileira foi em 1990, depois de ter sido eleito vereador no Rio de Janeiro. Neste pleito Jair Bolsonaro consegue 67.041 votos e se elege por média pelo Partido Democrata Cristão – PDC. Na eleição de 1994 alcança o 2,48% dos votos e se reelege em terceiro lugar com quase 112 mil votos. Em 1998 sua votação recua para pouco mais de 102 mil votos perfazendo 1,44% dos votos disputados. Em 2002 recua mais ainda fazendo apenas 88.945 votos o que equivale a 1,103% dos votos e em 2006 volta a se aproximar dos 100 mil votos com 1,237% da votação. Em 2010 alcança 1,51% dos votos e bate 120.646 votos, começando sua escalada aos quase meio milhão de votos em 2014 sendo o mais votado do RJ com 6,05% dos votos⁴³. Neste ínterim ocorreram as greves de 2011 e 2012, com destaque ao movimento dos bombeiros do Rio de Janeiro que tem repercussão nacional e internacional, cujo abordarei mais adiante. O movimento dos militares estaduais do RJ foi “disputado” por diversas forças políticas, entre elas a família Bolsonaro. Já entre os desdobramentos das jornadas de julho de 2013 no mesmo contexto de efervescência política nos quartéis das PMs Brasil afora, para a segurança pública destaco a PEC 51, de autoria do Senador Lindbergh Farias, último suspiro de reforma para a área pelo natimorto Programa Democrático Popular do Partido dos Trabalhadores. Entre outras medidas a proposta previa a desmilitarização da segurança pública e a carreira única para todas as instituições policiais, Bolsonaro em um primeiro momento apoiou a proposta.

A última curiosidade sobre a Comissão é que ela tanto apontou críticas a militarização como a reforçou, algo bastante contraditório, no entanto, perfeitamente alinhado com as personagens que conduziram os trabalhos da Comissão e com a própria dinâmica da hipermilitarização. No saldo final ela reafirmou as “virtudes” do modelo militarizado e o país perdeu uma oportunidade de debater profundamente reformas estruturais na segurança pública.

⁴³ No site do TSE é possível verificar as eleições mencionadas <https://www.tse.jus.br/eleicoes/resultados-eleicoes>.

GRÁFICO 2 – SEGUNDO CICLO NEOLIBERAL PÓS CONSTITUIÇÃO 1988



FONTE: SAG-DIEESE (2023), gráficos elaborados pelo autor

3.4.3 O Ciclo do Neodesenvolvimentismo condicionado: articulação nacional, avanços organizativos e desenvolvimento da consciência das Praças

O ciclo do neodesenvolvimentismo condicionado, durante os governos dirigidos pelo PT, contou com um descenso no número de greves em seu início. Os dados brutos apresentam 36 eventos para um período de 12 anos, especificamente de 2003 a 2015, a média foi de 2,77 eventos por ano. Desde o final do ciclo anterior, outras pautas começam a ser incorporadas, os índices de reajustes exigidos passam a ser menores, lideranças começam a ser “protegidas” pelo grupo, a memória das negociações passadas e os acordos não cumpridos passam a ser enfatizados e outros atores participam da mediação do conflito, como Ordem dos Advogados do Brasil e Comissões de Direitos Humanos. Tudo isso pode representar um salto de qualidade no tipo de contenda e organização das categorias em disputa com o Estado.

O breve período de estabilidade econômica que o país atravessou colocou um freio aos movimentos de militares estaduais, certamente essa condição proporcionou a possibilidade de

aumentos a categoria em todos os estados, mas também trouxe impasses que logo voltariam a inflamar os militares estaduais. É o caso da forma de remuneração dos militares, que tinham como base um soldo composto por diversas gratificações perfazendo o total dos vencimentos. Geralmente o soldo era bem abaixo do salário-mínimo e com a política neodesenvolvimentista de elevação do salário-mínimo acima da inflação isso pressionava os estados. As categorias que já tinham acúmulo de embates anteriores, agora mais organizadas e com lideranças mais expressivas e capacitadas, passam a exigir mudanças e apresentar propostas que vão se traduzir em políticas com graus de diferença nas unidades federativas e o subsídio é um exemplo disto.

Instituir o subsídio como forma de pagamento, acabando com as distorções foi a maneira encontrada por alguns governos estaduais para solucionar o problema. No estado do Paraná por exemplo a implantação do subsídio veio como uma conquista parcial, ainda que tenha representado um avanço em termos de equilíbrio nos vencimentos, uma vez que o salário seria pago em parcela única sem o risco de cortes nos adicionais ou mudanças drásticas na forma de pagamento destes adicionais, justamente o motivo da greve de 2001. Além da limitação no percentual dos adicionais por cursos de especialização, que significava um desestímulo ao aperfeiçoamento profissional, tendo em vista que se o militar atingisse o limite desse percentual não receberia mais por nenhum outro curso que viesse a fazer. O processo foi relativamente democrático com participação da tropa em audiências públicas e eventos que debateram o tema. No final do processo as Praças foram passadas para trás pelos Oficiais que utilizaram todo o movimento para alavancar ainda mais seus salários. Nos relatos colhidos a situação de outros estados foi parecida: no Maranhão o processo parece ter sido mais despolitizado e não representou avanços; no Espírito Santo veio atrelado a mudanças na previdência dos militares estaduais causando uma situação de desigualdade no interior da tropa porque, segundo um dos relatos que ouvi, o militar teria o direito de aderir ou não à nova forma de remuneração. Uma vez que o militar escolhesse receber por subsídio teria um aumento em seus vencimentos e as vantagens desta forma de remuneração, por outro lado teria que aumentar seu tempo de contribuição para a aposentadoria. Aqueles que escolhessem permanecer no formato antigo, recebendo por soldo com as devidas gratificações, trabalhariam o mesmo tempo para se aposentar. Não é possível avançar com a atenção merecida a este tema, mas sem dúvida a questão do soldo teve impactos, sobretudo neste momento da história brasileira.

Seguindo com as greves do período neodesenvolvimentista condicionado, pode-se observar que elas têm caráter propositivo, as pautas referentes a remuneração seguem como as principais reivindicações, mas outras tantas surgem e as Praças das PMs e CBs começam a se

organizar mais. É neste período que surge a Associação Nacional de Praças – ANASPRA⁴⁴, esta entidade foi muito impulsionada pelos militares de Santa Catarina que dirigiam a APRASC Associação de Praças de Santa Catarina e algumas destas lideranças eram reconhecidamente de esquerda. Neste momento há uma tentativa de nacionalizar as pautas e os movimentos reivindicatórios. Como exemplo temos a PEC 300 que buscava estabelecer um piso nacional para os militares estaduais que tinha como referência o salário dos militares do Distrito Federal⁴⁵.

É também neste período que uma série de grandes eventos acontecem no país. Jogos Pan-americanos, Jogos Mundiais Militares,⁴⁶ Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas. Outros eventos de grande envergadura também ocorreram no período, como a 28ª Jornada Mundial da Juventude da Igreja Católica, que trouxe ao Brasil o Papa católico. Por fim essa virada significativa na política nacional, contou com as jornadas de julho de 2013 seguida de eleições muito acirradas com desfecho no golpe dois anos depois. Essa agitação política no país não poupou os militares estaduais, ao contrário, os colocou no centro do debate por inúmeras vezes.

A imagem do gráfico sugere o descenso nos primeiros anos de governo e a retomada das mobilizações após o impacto da crise econômica iniciada em 2008 nos EUA. Entre 2003 e 2009 foram dez eventos, com destaque para MG em 2004 (Folha de São Paulo 2004) que foi um movimento unificado com as demais categorias da segurança pública. “O governo estadual propunha reajuste salarial de 6%. Em 04/06, os policiais militares e civis, bombeiros e agentes penitenciários entraram em greve parcial por tempo indeterminado” (QUADRO SÍNTESE 3, ANEXOS, 2025). Tropas federais foram enviadas ao estado para fazer a segurança. Na época o Governador do estado era Aécio Neves e o Presidente da República era Lula. A maioria destas greves teve como pautas principais questões ligadas aos salários, reajustes, escalonamento salarial, legislação que tratava da remuneração e equidade nos aumentos concedidos a Oficiais e Praças, além de melhorias nas condições de trabalho, nenhuma reivindicação por atraso nos salários aparece.

O outro destaque destes primeiros anos de governos do PT é 2008 onde temos 3 eventos. Paraíba que já havia se mobilizado em 2006, Rondônia, onde paralisaram as atividades por

⁴⁴ A associação de caráter e abrangência nacional teve apoio e estímulo dos militares de Santa Catarina que tiveram êxito na formação da APRASC, foram responsáveis por conduzir uma greve importante, greve que deu visibilidade e destaque as lideranças do movimento, bem como impulsionou a entidade que alcançou prestígio na base da tropa. <https://anaspra.org.br/site/>.

⁴⁵ Apresentada em final de 2008 pelo deputado Arnaldo Faria de Sá do PTB de SP a proposta foi recebida com entusiasmo pelos militares de todo o Brasil <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=414367>.

⁴⁶ Este pode ser considerado como mais um exemplo do fenômeno de hipermilitarização.

vários dias e os militares estaduais tiveram a participação ativa de seus familiares no movimento e Santa Catarina onde: a) “a categoria reivindicava o cumprimento da Lei Complementar 254, sancionada em 2003, que reduzia diferenças salariais entre soldados da Polícia Militar e bombeiros militares” e b) “pleiteava a efetivação do plano de carreira, aprovado em 2006.” (QUADRO SÍNTESE 3, ANEXOS, 2025). Como mencionado acima, o exemplo de SC representa as ideias centrais de cada ciclo menor, pois, após serem traídos pelos Oficiais na greve do início dos anos 2000 as Praças se organizam e criam uma entidade de classes forte capaz de articular um movimento poderoso que arranca várias conquistas do governo. Segundo o documento cedido pelo Sistema de Acompanhamento de Greves do DIEESE, analisado, os militares estaduais de Santa Catarina.

Em 22/12, os policiais militares deflagraram greve. Segundo a Associação dos Praças de Santa Catarina (Aprasc), o movimento parou 19 unidades militares, entre batalhões, guarnições especiais, pelotões e destacamentos. Em 26/12, o governador disse que não negociaria com a faca no peito e solicitou ao Ministério da Justiça o envio da Força Nacional de Segurança. Em 27/12, a Justiça, que havia considerado a greve ilegal e estipulado multa diária de R\$ 30 mil à Aprasc, aumentou o valor da multa para R\$ 90 mil por dia. Nesse dia, a categoria suspendeu a paralisação até 07/01/2009, data marcada pelo governo para o início das negociações. (SAG, 2025).

A pauta da greve tem origens tanto no debate que resultou do movimento anterior como na unidade entre os militares estaduais – policiais e bombeiros – e o plano de carreira, ou seja, já havia uma atuação política das Praças que ganha corpo e força até o momento da radicalização da greve. Para fechar esses primeiros anos em março de 2009 um movimento concentrado em Boa Vista – RR reivindicava 33% de reajuste salarial. Depois disso somente quase dois anos depois novos movimentos grevistas seriam vistos e se tornariam destaque como crise aguda na segurança pública.

Entre 2011 e 2012 quatorze greves foram registradas. Quem deu a largada foram os militares da Paraíba que “reivindicam reajuste salarial de acordo com a PEC 300, que iguala os salários dos militares estaduais de todo o Brasil”. Destas quatorze greves três são no RJ e podem ser consideradas parte do mesmo movimento, o S.O.S Bombeiros. Este é mais um exemplo típico, o movimento dos Bombeiros do Rio de Janeiro cresce, sai das praias do estado e ganha outras praças. Depois da prisão de mais de 400 bombeiros que ocupavam o Quartel Central do Corpo de Bombeiros, fato que ganhou a mídia com imagens que percorreram o país inteiro o Movimento se fortalece e ganha a adesão de outras categorias tanto da segurança pública como do serviço público em geral. Nessa ocasião é formada “a Frente Unificada das Entidades de Classe da Segurança Pública do Estado, no qual, policiais civis e militares anunciaram

participar das manifestações organizadas pelos grevistas” (QUADRO SÍNTESE 3, ANEXOS, 2025). E no dia “12/06, cerca de 30.000 pessoas se concentraram na praia de Copacabana para apoiar a greve dos bombeiros”. Vários atos foram organizados pelo Movimento dos bombeiros cariocas e contaram com o apoio popular.⁴⁷

A maioria dos eventos do ciclo 2011/2012 foi de base, outra característica marcante do ciclo grevista no neodesenvolvimentismo condicionado. Segundo o balanço das greves do DIEESE;

Os dados da série de greves revelam que o total de 554 ocorrências cadastradas em 2011 é o maior verificado desde 1997, ano em que foram registradas 631 greves. Tomados como referência, estes dois pontos - os anos de 1997 e de 2011 - delimitam um intervalo de 15 anos marcado pela relativa estabilidade do número de greves em baixo patamar. Esse dado contrasta com o período anterior – que pode ser delimitado grosso modo de meados da década de 1980 a meados da década de 1990 – caracterizado pela considerável frequência de movimentos grevistas, cujo destaque é o ano de 1989 quando foram registradas 1.962 greves. (Estudos e Pesquisas, 2012)

Notem que se trata dos dois picos de greves de militares estaduais: a do ciclo anterior em 1997 e a do neodesenvolvimentista condicionado em 2011.

Importante destacar que o trecho acima não discrimina greves do setor público e do setor privado, embora os relatórios do DIEESE façam essa distinção. Contudo, para o caso dos militares estaduais essa diferenciação não é relevante, pois de fato o padrão das greves em geral, se repete no período mencionado, portanto serve como base de comparação para que o leitor perceba que as greves de militares estaduais não estão tão distantes daquelas protagonizadas pelos demais setores das classes trabalhadoras. Outro alerta é importante, visto que o relatório sobre as greves de 2012 revela a continuidade do crescimento.

Em 2012, o SAG-DIEESE registrou 873 greves (Tabela 1). O resultado confirma a tendência de aumento do número de greves verificada a partir de 2008. As informações da série histórica também revelam que o total de greves cadastrado em 2012 é o maior verificado desde 1997. (Estudos e Pesquisas, 2012).

Aqui o ano de 2008 surge como marco do período de aumento das greves, justamente o ano em que 3 eventos ocorrem no período de “estabilidade” do novo ciclo – ver gráfico 3 que correspondem as greves de 2003 – 2015. Além dos estados já mencionados temos Rondônia no mês de abril com uma greve de base e uma pauta bastante extensa que começa pelo reajuste salarial, passa por condições de trabalho como por exemplo, equipamentos de proteção individual e chega a exigir o afastamento do Comandante Geral. Uma curiosidade é que entre

⁴⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=vNT18iLM0R4&t=57s>; <https://www.youtube.com/watch?v=nzQ0zu55Tl4>; <https://www.youtube.com/watch?v=1VAe2atC0yI>; Último acesso em 28/03/2025.

as exigências dos grevistas acatada pelo governo era “a extinção da lei que determina aos militares proverem seus próprios alimentos em caso de prisão administrativa”. Falar em prisão administrativa é simbólico da condição de subcidadania em que ainda vivem os militares estaduais. Pagar por sua alimentação enquanto preso é ainda mais representativo do quanto pode ser deplorável as condições destes trabalhadores e trabalhadoras. A onda grevista de 2011/12 ainda teve Alagoas, Acre, Sergipe, Piauí, Maranhão, Ceará na passagem de 2011 para 2012 e fechando a onda Pará, Bahia colocam-se em greve.

O caso do Ceará em fins de 2011 e início de 2012 é outro que merece atenção especial, porque é o movimento onde algumas lideranças irão se destacar e tornar-se figuras públicas proeminentes, sobretudo na política local, e surgir como personagens importantes na greve de 2020 no último ciclo analisado. Os militares do CE já estavam em conflito com o governo do estado e no final de 2011 paralisam suas atividades com uma série de exigências. O movimento pode ser classificado como de base ainda que uma das principais lideranças tenha sido um oficial, teve a participação das famílias dos militares e foi previamente articulado inclusive com entidades representativas de militares de outros estados e outras organizações da sociedade civil. Também é um exemplo de como os movimentos de militares não estão isolados do contexto político geral, tão pouco imunes as disputas entre as facções políticas estaduais (Neto e Sá, 2014). De acordo com as fontes documentais consultadas, os militares (QUADRO SÍNTESE 3, 2025).

Os policiais e bombeiros exigem escala de 40 horas semanais; mudança no sistema de promoções; reajuste salarial de 80% até o fim de 2015; aumento do efetivo; incorporação ao salário de todos, independentemente do turno, da gratificação de R\$ 859 paga aos policiais do turno da noite e, por fim, anistia aos policiais que participaram dos protestos pela elevação do piso. (QUADRO SÍNTESE 3)

Os embates com o governo foram duros e a violência teve aumento por conta da falta de policiamento, o comércio foi afetado e o governo federal envia a Força Nacional e o Exército para fazer a segurança. Ao final os Policiais Civis também entram em greve e os militares arrancam algumas vitórias do governo pressionado. A greve que iniciou no final de dezembro chega ao dia 03 de janeiro e os policiais civis também se mobilizam, neste momento o governo cede aos militares.

Os policiais civis deflagram, durante a noite, a greve da categoria (ver registro SAG nº 28.223). Na madrugada de 04/01 a greve dos policiais militares e bombeiros é encerrada. O governo concorda em incorporar aos salários dos policiais ativos e inativos uma gratificação de R\$ 920,18, elevando o piso da categoria para R\$ 2.634.

A jornada de trabalho dos policiais foi fixada em 40 horas semanais e também será implantado um auxílio alimentação de R\$10,00. O governo aceitou também anistiar os policiais envolvidos na greve. A ação de reintegração de posse do quartel, que estabelecia multa para cada policial e para as entidades envolvidas, também deverá ser retirada da Justiça pelo Estado. O governo, porém, não aceitou definir percentuais de reajustes para os próximos anos e a discussão fica para abril. (SAG, 2025)

Deste movimento surgem algumas lideranças bastante expressivas. A primeira delas é o Capitão Wagner, que já era uma figura proeminente no tema da segurança pública e ajudou a criar uma associação que tinha como objetivo aglutinar todos os seguimentos da segurança pública a Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Estado do Ceará – APROSPEC (Neto e Sá, 2014); (Firmo, 2018) O oficial havia sido bem votado nas eleições de 2010 ficando como suplente ao cargo de Deputado Estadual, assumindo o mandato posteriormente. Como deputado estadual e, posteriormente, como vereador na capital cearense, o oficial participa ativamente do processo de organização e articulação da greve de 2011/12 o que lhe deu ainda mais visibilidade para se tornar uma referência na política local. O professor Leonardo Sá lembra alguns fatos interessantes a respeito do Capitão Wagner e da greve do Ceará, um deles é a passagem da “onda vermelha para o bolsonarismo”. Segundo o professor, Capitão Wagner quase se filiou ao PSOL. Como em outros casos já relatados alterou sua tática e acompanhou suas bases políticas que giraram à direita no final deste ciclo.⁴⁸ A disputa sempre esteve presente, mas a esquerda em desvantagem perde ainda mais espaço.

A outra liderança que se destaca no movimento de 2011/12 é Cabo Sabino, que se elege Deputado Federal em parceria com Capitão Wagner em 2014. Sabino era o presidente da Associação de Cabos e Soldados Militares do Ceará (ACSMCE) e já havia participado de outro movimento dos policiais militares do Ceará em 2010⁴⁹ (Firmo, 2018). Ambos serão figuras de destaque na greve de 2020.

Para uma análise mais completa sobre esse ciclo é importante destacar que nos primeiros governos do PT houve um inegável crescimento econômico que se refletiu em todo o país, com baixo índice de desemprego e aumento da renda do trabalho acima da inflação por vários anos. Segundo o relatório do DIEESE

O ano 2010 foi um período de crescimento significativo para o Brasil. O Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 7,5%, liderado pelo crescimento da indústria (10,4%)

⁴⁸ Encontro do NUAP - Pisando no terreno da política, 1h29 minuto fala fundamental do professor Leonardo Sá, https://www.youtube.com/watch?v=Pcwi9Z_oIMY.

⁴⁹ Esse movimento não consta no banco de dados consultado. Não encontrei registros desse movimento, provavelmente, Firmo, 2018, refere-se a greve de 2011 e 2012.

e do comércio (10,9%). A base desse crescimento foi o mercado interno, impulsionado pelo aumento do salário mínimo e pela expansão da massa de rendimentos do trabalho. A taxa de desemprego total pesquisada pelo DIEESE nas regiões metropolitanas foi de 11,9%, representando uma queda significativa em relação à taxa de 14,0%, verificada em 2009. Nesse ambiente de crescimento da economia e do emprego, 95,6% das negociações acompanhadas pelo DIEESE conquistaram aumentos iguais ou acima da inflação medida pelo INPC-IBGE. Do ponto de vista dos setores, os percentuais de negociações da indústria, comércio e serviços com aumentos iguais ou acima da inflação foram, respectivamente, de 97,4%, 96,6% e 92,8%. O ano 2011 teve início em um contexto internacional desfavorável, fruto do aprofundamento da crise nos países europeus. Internamente, o Brasil teve que enfrentar pressões inflacionárias e taxas de juros elevadas. Diante dessa conjuntura, o governo federal adotou ações visando o corte de gastos correntes, com maior controle sobre as despesas com pessoal. Os efeitos da crise internacional associados às medidas de contenção de gastos correntes do governo e às medidas de contenção das pressões inflacionárias fizeram com que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) caísse a 2,7% em 2011, com a indústria crescendo apenas 1,6%. Mesmo nesse contexto, a taxa de desemprego pesquisada pelo DIEESE em seis regiões metropolitanas e no Distrito Federal manteve a tendência de queda e chegou a 10,5% da população economicamente ativa (PEA). Apesar da redução do crescimento da economia, as negociações coletivas do período mantiveram-se com um número significativo de categorias de trabalhadores - 94,3% - conquistando aumentos iguais ou acima da inflação medida pelo INPC-IBGE. (Estudos e Pesquisas, 2012)

Neste contexto e comparando as reivindicações dos militares estaduais nos dois períodos precedentes, percebe-se que a referência salarial desde o ciclo anterior deixa de ser os militares das FFAA e passa a ser o salário-mínimo. No mesmo sentido, outras pautas que não exclusivamente os salários vão ganhando espaço e uma vez que o conjunto da classe trabalhadora colhe os benefícios em termos de poder de compra o mesmo acontece com os militares estaduais, de maneira resumida as greves deste período são greves propositivas, que buscam aumentar os direitos dos servidores. As demais políticas do programa neodesenvolvimentista como a habitacional com o Minha Casa Minha Vida por exemplo, também alcançam os servidores das bases da segurança pública, todavia, as contradições também vão aparecendo e o rebote da crise atinge os militares estaduais em cheio. Alguns estados já apresentavam mais dificuldades, mas, via de regra, as greves ainda são por mais direitos. O ápice deste ciclo é justamente o movimento pelo piso nacional para a categoria encampado pela PEC 300.

Depois do intervalo de 1 ano com somente uma greve registrada em 2013, outros cinco movimentos grevista, exclusivamente⁵⁰ de militares estaduais, é registrado em 2014. Todos eles

⁵⁰ No banco de dados aparecem nove eventos para o ano de 2014, contudo dois deles são no Maranhão e podem ser considerados o mesmo movimento, apenas um desdobramento da disputa não resolvida. A outra situação é a dos Guarda-vidas de Santa Catarina com mais dois eventos. Ocorre que em SC o serviço de salvamento e proteção aos banhistas do litoral é realizado por civis e coordenado pelo Corpo de Bombeiros do estado. O documento destaca que o recurso para o pagamento dos profissionais é pago ao Corpo de Bombeiros que repassa aos guarda-vidas. Para fins de análise não levei em conta essas duas ocorrências de SC e considerei o caso do MA como o mesmo evento, portanto 2014 conta com 6 greves. Nos gráficos eles constam conforme o documento original.

ainda contam com pautas propositivas. O ano de 2015 fecha o ciclo com greves por atraso e reajuste acima da inflação, no Rio Grande do Sul e no Amazonas respectivamente, dando o tom da mudança de perfil das greves para o próximo ciclo. No Rio Grande do Sul o movimento envolveu outras categorias da segurança pública e as famílias dos militares utilizam a tática de acampar em frente as unidades para impedir a saída das viaturas. O estado parcelou o salário dos servidores o que motivou a greve.⁵¹

O terceiro nível de determinação do fenômeno, no ciclo chamado aqui de neodesenvolvimentismo condicionado, devido ao abandono das reformas estruturais que foi um dos responsáveis por proporcionar as condições político ideológicas da ascensão neofascista no país, uma vez que a frustração e o ressentimento surgem como sentimentos capazes de serem mobilizados pela extrema direita.

Para o campo da segurança pública o limite do programa neodesenvolvimentismo se traduziu no PRONASCI. Sua concepção de segurança baseada em princípios de cidadania e direitos humanos tinha como norte a integração, mas sem tocar nas principais reformas necessárias ao campo. A hipótese auxiliar é que o paradigma da integração não tinha como ser bem-sucedido justamente pelo isolamento típico das instituições policiais brasileiras, principalmente as polícias militares. Há uma contradição entre integração e militarização, são coisas que não conversam, no limite a instituição militar tende a fagocitar as demais que a circundam.

A integração não apenas esteve presente nos discursos e práticas dos governos do PT como substituiu as reformas. No limite há uma contradição em curso, não se pode falar em integração com organizações militares, estas não são integráveis de fato, ao contrário, por sua estrutura organizacional – de uma instituição total – elas apenas podem cooperar se houver interesse, no mais, quando submetidas a processos e dinâmicas que visam integrá-las a outros ecossistemas ou instituições elas as incorporam ou exportam sua lógica.

3.4.4 As dimensões do paradigma da integração

O que seria o paradigma da integração? De modo geral há várias dimensões da integração, que podem ser lidas em documentos, legislações, propostas e textos científicos. O que mais uma vez contribui para entender essa categoria como um paradigma de fato e como um elemento central no debate sobre as políticas públicas desta área. A ideia de integração varia

⁵¹ G1 RS (<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/09/no-4-dia-de-greve-no-rs-familiares-de-pms-trancam-saida-de-batalhoes.html>). Último acesso em 28/03/2025.

no tempo e no espaço e minha proposta reconhece que este debate começa a ganhar força no início dos anos 2000. Todavia, em uma de suas dimensões, que diz respeito a aplicabilidade das políticas públicas ela ganha mais corpo e “qualidade técnica” em vários sentidos a partir dos governos do PT, é possível afirmar que os governos Lula avançam sobre o paradigma da integração, mas que ela de fato se inicia timidamente nos anos 2000, Brasil (2000), Soares (1999). Entre essas várias dimensões aparecem a integração das forças policiais, dos entes federativos com o próprio Estado Nacional, das forças policiais com a comunidade, das forças policiais com outros órgãos dos estados e municípios, da inteligência e informação, de um conjunto de políticas sociais e de ações mais “simples” do cotidiano das polícias como por exemplo do próprio recebimento das chamadas de emergência, casos do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública – CIOSP – de 2002 no Paraná e do Centro Integrado Operacional de Defesa Social – CIODES – de 2004 no Espírito Santo.

Certamente houve iniciativas no sentido das várias dimensões da integração antes dos anos 2000 – ver por exemplo as experiências voltadas ao paradigma do policiamento comunitário, para o qual é necessário avançar sobre aspectos da integração para sua aplicação –. Estas ações espalhadas pelo território nacional, além de debates e da produção acadêmica que tratou do tema demonstram que o fenômeno tem raízes mais profundas, mas o início dos anos 2000 marcam não apenas planos mais completos e orientados dos respectivos governos que se sucederam a nível nacional, com ênfase no paradigma da integração, mas também de um conjunto de políticas que podem ser facilmente identificadas. O que estou dizendo é que o paradigma da integração varia no tempo e no espaço, mas que é possível localizar seu marco inicial bem como sua continuidade, sua permanência nos discursos e nas práticas voltadas a segurança pública. Essa continuidade de ações no sentido da integração reforça a ideia de um paradigma.

3.4.5 Uma breve incursão aos procedimentos metodológicos para análise do paradigma da integração na segurança pública brasileira

Novamente recorro Análise Crítica do Discurso (ACD) para dar suporte ao entendimento do paradigma da integração e suas diversas dimensões, aparentes ou ocultas, bem como para os demais paradigmas que podem ser encontrados no campo das políticas públicas de segurança e defesa social. Do mesmo modo que analisei o desenvolvimentismo no programa do PT no capítulo anterior farei agora para identificar a integração como um paradigma da segurança pública. A ideia de integração está circunscrita a um conjunto mais amplo de práticas

e ações sociais no campo da segurança pública. O discurso carrega sentidos diversos que podem ser captados e não são desinteressados.

Entendendo a linguagem como produto do trabalho, portanto ao destrinchar os significados da linguagem e do discurso é possível mergulhar em busca das determinações mais profundas acerca das práticas sociais e de suas expressões políticas. Esse é o caminho que seguirei nessa parte da investigação. É a busca pelos significados da integração na segurança pública nos últimos 20 anos ou um pouco mais.

Fairclough (2012) define a estrutura analítica da ACD em cinco estágios. O primeiro estágio parte da abordagem de um problema, em nosso caso a “integração” como um paradigma e como isso se expressa nas políticas públicas de segurança e defesa social. O estágio dois busca um diagnóstico do problema enfatizando as dificuldades para sua solução. O estágio três questionará se o problema tem origem na própria ordem social, ou seja, se ela cria esta situação para reproduzir e manter relações de poder.

O estágio 3 da análise – considerar se a ordem social precisa do problema – é uma forma indireta de ligar as coisas como realmente são com o que elas devem ser. Se alguém conseguir estabelecer, por uma apreciação crítica, que a ordem social gera uma série de problemas necessários para que ela se mantenha viva, isso fortalece as razões para uma mudança social radical. O problema da ideologia também surge aqui: o discurso é ideológico na medida em que contribui para a manutenção de relações particulares de poder e dominação (Fairclough, 2012, pp. 313-314)

Essa é uma particularidade da ACD, é uma teoria que propõe a intervenção na sociedade, ela não reivindica neutralidade e ou distanciamento analítico do objeto de pesquisa. O quarto estágio está ligado com o que acabei de afirmar, trata-se de propor soluções ao problema. Por fim, a última etapa buscará uma reflexão acerca das próprias contribuições da investigação e da análise sobre o fenômeno, questionando se ela foi ou será capaz de orientar a transformação radical da ordem social.

O ponto de partida, como boa parte das investigações científicas procede, é a pesquisa exploratória em textos que tratam especificamente do tema ou da segurança pública de modo geral. Também fazem parte do material empírico, matérias de jornal e outros documentos produzidos pelo Estado ou organizações interessadas neste debate, e por fim, a análise dos planos de governo em âmbito federal e estadual.

3.4.6 Ação Integrada de Fiscalização Urbana como exemplo típico

Por último apresento um exemplo concreto de uma política circunscrita ao quadro do paradigma da integração. Trata-se da AIFU – ação integrada de fiscalização urbana – idealizada pela Polícia Militar do Paraná e criada a partir de um convênio entre o Governo do Estado do Paraná, via Secretaria de Segurança Pública e o município de Curitiba. Segundo minha classificação ela está localizada na dimensão de integração entre órgãos da administração pública e tem o objetivo de fiscalizar, “bares, boates, postos de combustível, hotéis, hospedarias e pensões, saunas e similares” conforme nos informa (Carstens, 2006, p. 42). Criada em 2002 a AIFU é o exemplo clássico de que esse paradigma alcança diversos atores do campo da segurança pública tanto à nível de execução como de planejamento transbordando a outros órgãos e agentes públicos.

A atuação da AIFU recebeu destaque na imprensa paranaense por conta de suas intervenções durante a pandemia, ocorre que sua efetividade na contenção do contágio é totalmente questionável, justamente porque mesmo com a integração proposta, sua consolidação como política pública e experiência de mais de 20 anos atuando com este formato apenas reproduziu exatamente aquilo que ela foi criada para fazer, apenas com algumas adaptações sem alterações em sua essência. Com este pequeno exemplo encerro minha intervenção com outras questões que devem servir ao propósito da etapa reflexiva do método.

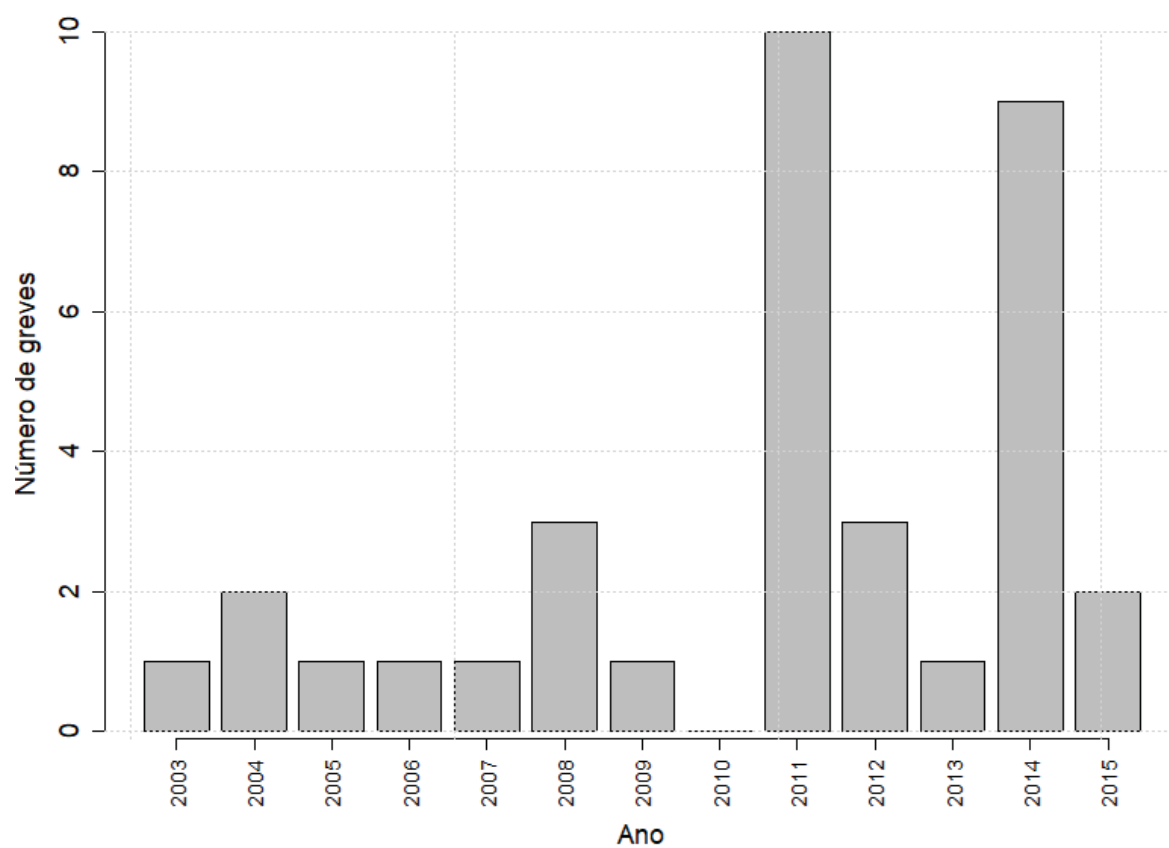
Algumas perguntas precisam ser feitas para verificar o fenômeno da integração na segurança pública. O que está sendo integrado? São coisas possíveis de serem integradas? Ao integrá-las há mudanças de fato? Pelo que existe de acúmulo até o momento é possível afirmar que estas medidas são muito limitadas, justamente porque se trata de instituições que não foram criadas para integrar-se, nem tem predisposição para tal, sobretudo a polícia militar. Ao contrário, a tendência é que ela busque ampliar seu poder e sua capacidade de intervenção nas práticas sociais. Obviamente algumas dimensões da integração a interessam, principalmente quando tiverem controle sobre o processo.

Sobre a capacidade de influenciar no debate público, o último estágio da ACD, a respeito da segurança pública e da defesa social no país, não é possível garantir que minha reflexão alcance relevância no debate público ainda que esteja localizada no interior de um trabalho acadêmico de folego como este.

Estes três elementos ou níveis estruturais, o neoliberalismo, o tipo de Estado, e a estratégia neodesenvolvimentista condicionada, que teve como ápice e limite o PRONASCI e a integração como paradigma, desenvolveram e ou aperfeiçoaram, cada um a seu modo e em

seu tempo este aparelho repressivo militarizado, possibilitando que ele ganhasse mais espaço e poder na sociedade brasileira, obviamente a ação dos militares também deve ser considerada, eles não são agentes passivos na história, seus interesses enquanto grupo precisam ser levados em conta e isto é bastante evidente. O próprio fenômeno da hipermilitarização conta com o componente da ampliação de privilégios por parte da burocracia militar e da luta por mais espaço político da “massa da tropa”, historicamente tolhidos do debate político aberto. Entretanto, este fenômeno não ocorre sem contradições e é justamente nas greves que elas aparecem uma vez que os impactos do aumento da violência, em boa medida decorrente do próprio fenômeno neoliberal, sobrecarregam a atividade policial militar e ao mesmo tempo que ataca direitos destes trabalhadores os “empodera”.

GRÁFICO 3 – CICLO NEODESENVOLVIMENTISTA CONDICIONADO



FONTE: SAG-DIEESE (2023), gráficos elaborados pelo autor

4 O CICLO NEOLIBERAL PÓS GOLPE DE 2016: OBLITERAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS BASES, RECUO NA CONSCIÊNCIA

Este capítulo, além de analisar o quarto ciclo grevista, também tratará do fenômeno do neofascismo no Brasil – que se expressa no bolsonarismo. Em seguida dará destaque ao Movimento Policiais Antifascismo – MPAF, justamente uma reação ao ataque a democracia que estava em curso e a ascensão da extrema direita que tem bases sólidas no aparelho repressivo. O MPAF é fruto do acúmulo da luta política e avanço da consciência dos policiais no Brasil, não somente dos militares estaduais. Certamente, o Movimento não pode ser entendido como a expressão geral da consciência dessas categorias vinculadas ao aparelho repressivo estatal, muito pelo contrário, se trata do polo mais avançado, do grupo que representa o maior grau de desenvolvimento da consciência dos policiais. Justamente por isso não são hegemônicos e encontram dificuldades adicionais em sua atuação política e militante.

O último ciclo analisado foi agrupado em um capítulo a parte, pois, está inserido em um contexto diferente dos demais. No primeiro, havia um rearranjo democrático no Brasil e a recuperação da democracia liberal estava em curso. No segundo ciclo, pequenos avanços refletidos nas tímidas políticas públicas de segurança, que buscaram alterar o paradigma da segurança pública para uma lógica mais voltada aos Direitos Humanos e menos belicista (Souza, 2015), ainda que sem alterar a arquitetura institucional da segurança pública, como vimos acima.

Passando para uma terceira fase da redemocratização, com avanços via políticas afirmativas, redução da pobreza e da miséria, contempladas pelo crescimento econômico, resultado da aplicação do Programa Estratégico Neodesenvolvimentista. Programa que se refletiu na segurança pública com novas tentativas de mudanças paradigmáticas com ênfase na ampliação da cidadania, mas seguiu sem alterar a estrutura fundamental do aparelho repressivo estatal.

O quarto ciclo está numa fase de ataque a democracia, portanto de descenso, o que colocou a classe trabalhadora brasileira na defensiva. Curiosamente, os pequenos avanços do neodesenvolvimentismo condicionado foram demais para as classes dirigentes suportarem, reforçando a ideia de uma autocracia burguesa que ao se ver ameaçada lança toda sua força contra as classes trabalhadoras. Por isso, faz todo o sentido abordar o quarto ciclo grevista de militares estaduais após a redemocratização, junto com a reorganização e emergência da extrema direita brasileira e uma das reações a isso vinda justamente de dentro do aparelho repressivo.

4.1 Efeitos do Neofascismo e reação vinda de dentro

As principais pautas do último período analisado, seguem sendo as remuneratórias, mas ganham caráter defensivo. Atrasos de salários, acordos descumpridos e manutenção de planos de carreira surgem como reivindicações. As mudanças na previdência também passam a orientar direta ou indiretamente os movimentos contestatórios. Por fim, é também neste período que surge o Movimento Policiais Antifascismo.

O pós-golpe de 2016 significou um freio no avanço da consciência dos militares estaduais, sobretudo das Praças que vinham ganhando destaque e exercendo protagonismo político. Foi um retrocesso, que buscou reorientar as ações mais progressistas para o retorno ao velho modo de ver o mundo de boa parte dos militares estaduais. O exemplo da APRASC, bastante explorado anteriormente, é singular e representativo do fenômeno em âmbito nacional. Segundo um militar estadual entrevistado, a direção da entidade perdeu as eleições para um grupo de direita com expressivo apoio de comandantes da Polícia Militar daquele estado, inclusive com a participação de Bolsonaro gravando vídeo de apoio a chapa de direita vencedora das eleições. O nome da chapa vencedora do pleito, “Endireita Aprasc”, diz muito sobre o processo.

A disputa ideológica não pode estar mais evidente. O controle absoluto do aparato repressivo é fundamental aos interesses da burguesia, bem como os da extrema direita. Outros relatos trouxeram mais perspectivas dentro deste recorte. Muitas figuras públicas e lideranças dos militares estaduais, reconhecidos por ligações com o campo da esquerda optaram por fazer um giro à direita para se manter ligados as suas bases⁵². Aqueles que seguiram fiéis as suas concepções político-ideológicas tiveram dificuldades em se manter como lideranças respeitadas, devido a massiva propaganda anti-esquerda que se sucedeu desde então.

No contexto de avanço da extrema direita após o golpe de 2016, ataques aos direitos trabalhistas, perseguição e assassinato de líderes políticos de esquerda marcaram o período. Nada disso é novidade em fenômenos de tipo fascista. O bolsonarismo invade os quartéis

⁵² Esse “giro à direita ou à esquerda” não pode ser generalizado, ao contrário, contudo foi um elemento que apareceu na investigação. É plenamente possível pensar que muitas lideranças apenas fizeram o caminho de volta, ou seja, estavam embalados por uma onda progressista e retornam a seu ponto de origem. O caso mais evidente é o da Associação de Praças do Paraná (APRA-PR) na direção da entidade desde a sua fundação havia militares mais à direita e que buscavam uma inserção e um diálogo com organizações de esquerda e sindicatos de outras categorias ligadas a CUT, logo que a Lava Jato ganha apelo popular e a direita volta as ruas, eles redirecionam suas ações. Outros casos, com o da ASPRA de Santa Catarina nos dizem o contrário. Também no Paraná a União das Praças do Corpo de Bombeiros (UPCB-PR) abrigava em sua direção militares à esquerda e à direita. Mais do que qualquer coisa esse debate remete a ideia de que não há homogeneidade entre o grupo de militares estaduais, ainda que se reconheça as instituições policiais como espaços de reprodução e manutenção da ordem burguesa, conservadoras por natureza.

arregimentando os militares de todos os segmentos. As greves alteram significativamente seu caráter, deixam de ser movimentos propositivos para retornarem aos estágios anteriores e basicamente exigem reajustes salariais para acompanhar os índices de inflação evitando a corrosão da renda dos trabalhadores e tentam manter suas entidades representativas como porta-voz da categoria, é o caso da Bahia em 2019. A construção de uma rede nacional que busca unificar os militares em torno de uma pauta comum é desarticulada.

O período do último ciclo analisado conta com onze eventos, destes, três cobravam atrasos nos salários ou outros rendimentos⁵³ são eles; Rio Grande do Norte por duas vezes, em 2017 e 2019 e Minas Gerais em 2022, num movimento misto que contou com a unidade entre Agentes Penitenciários, Policiais Cíveis e Policiais Militares, uma característica deste estado que tem um histórico de união das categorias da área. Sobre esse movimento é importante notar a fala do comandante da PMMG que diz “Trata-se de um evento legítimo, inclusive com a participação de quem ombreia na ativa ou ombreou o bom combate (veteranos e da reserva) e estabeleceu alicerces para estarmos onde estamos. Unidos, teremos garantido os nossos direitos e a defesa e proteção do povo mineiro”.⁵⁴

Além de MG, outro destaque do último ciclo e um caso de grande repercussão nacional foi a greve dos policiais militares do Ceará⁵⁵. Com alguma experiência, lideranças oriundas da greve anterior bem-posicionadas politicamente e entidades de classe mais estruturadas, os militares passam a travar um embate duro com o governo estadual desde 2019. A principal reivindicação era a tabela salarial. Segundo o DIEESE os militares, “Reivindicam reajuste salarial, com um aumento que leve o salário médio da categoria, de R\$ 3.250, para cerca de R\$ 4.700; com consequente reflexo na tabela dos salários” (QUADRO SÍNTESE 4, ANEXOS, 2025). Organizados, os militares passam a acompanhar os debates na Assembleia estadual, para

⁵³ No banco de dados consultado há 13 eventos cadastrados, mas dois deles geraram dúvida. O primeiro é o do Amazonas em 2020, embora o documento cite a Polícia Militar, tudo indica que foi uma greve de policiais civis. Outro caso é o de Soledade no RS, segundo o documento original os bombeiros da cidade fizeram uma greve, entretanto, trata-se de um serviço cujo modelo pode ser chamado de híbrido, uma parceria do município com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado, onde trabalham juntos servidores civis ou voluntários e bombeiros militares. Para fins de análise estes casos foram deixados de fora. Ainda um terceiro caso chama a atenção, trata-se de uma ausência, curiosamente a greve do Espírito Santo não aparece, ela não foi incluída no gráfico, mas compõe o corpus analítico geral.

⁵⁴ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/02/23/entidades-tentam-dar-vies-legal-a-paralisacao-de-policiais-em-minas.htm>; <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/02/carta-de-comandante-da-pm-de-mg-pode-configurar-crime-dizem-especialistas.shtml>.

⁵⁵ Muitas das greves analisadas mereceriam uma atenção especial, mais detalhadas e problematizadas, esse é o caso da greve dos militares estaduais do Ceará, contudo, a opção e em certa medida obsessão em dar conta de um conjunto maior de eventos fez com que diversos movimentos não sejam devidamente explorados. Esse prejuízo é parcialmente diluído no que o trabalho traz de mais significativo que é uma “tipologia das greves” a partir de seus elementos comuns. Além disso, muitos dos eventos que não foram explorados em suas nuances podem ser retomados em outra oportunidade a partir de artigos ou outros trabalhos acadêmicos.

pressionar o legislativo e o executivo estadual. O governo do CE monta uma Comissão, com participação do Comando da Polícia Militar e representantes da tropa via associações de classe, para discutir a nova tabela de remuneração. Ao anunciar a proposta do governo, que em tese foi submetida e aprovada pela Comissão, a tropa se revolta. Segundo um de meus interlocutores, o acordo com o governo teve o aval dos representantes das entidades e dos Deputados Federal, Capitão Wagner e Estadual, Soldado Noélio, outra liderança surgida da greve anterior que acompanhou a escalada política de Wagner, se elegendo deputado em 2018 depois de ter sido eleito vereador em 2016. As informações prestadas pelo entrevistado coincidem com matérias de imprensa⁵⁶. O entrevistado relatou que o que mais indignou a tropa foi a disparidade entre o aumento concedido às Praças e o concedido aos Oficiais. Segundo me informou, ao final de dois anos com o reajuste um Soldado receberia cerca de R\$ 4,5 mil, enquanto esse seria o aumento de um Coronel da PMCE, ou seja, um Coronel estava recebendo de aumento o salário de um Soldado. Como a proposta foi aprovada pelas lideranças, inclusive com o aval dos políticos representantes da categoria, a tropa se insurge. Neste momento outro personagem começa a recuperar espaço, Cabo Sabino, que não conquista a reeleição para Deputado Federal⁵⁷. Ele já atuava na mobilização e passa a ser uma das figuras de destaque entre os revoltados, outros militares atuantes na política da polícia, inclusive com cargos nas Câmaras Municipais também aproveitam a brecha gerada pela traição das lideranças, cujo caso emblemático é o do Sargento Ailton Marcos Fontenele Vieira, vereador em Sobral à época da greve⁵⁸. Ocorre que essas “novas lideranças” eram inclinadas ou já compunham os quadros do bolsonarismo no estado do Ceará, ou seja, o bolsonarismo toma de assalto o movimento que termina enfraquecido, sobretudo, depois do tiro recebido pelo Senador Cid Gomes ao tentar invadir com uma retroescavadeira um quartel controlado por alguns militares que tentavam manter o movimento grevista.⁵⁹

Os demais eventos grevistas tinham o reajuste salarial como pauta principal e, do total, quatro movimentos contaram com a participação de outras categorias da segurança pública.

⁵⁶ <https://cn7.com.br/capitao-wagner-e-soldado-noelio-ressaltam-acordo-firmado-entre-governo-pms-e-bombeiros/>; <https://cn7.com.br/acordo-e-fechado-e-governo-do-estado-anuncia-reajuste-para-policiais-e-bombeiros-militares-do-ceara/>; <https://www3.al.ce.gov.br/index.php/pronunciamentos-ordem-do-dia/item/87469-1712od-lv-noelio-r?tmpl=component&print=1>; <https://mais.opovo.com.br/colunistas/henriquearaujo/2020/02/13/policiais-nao-aceitaram-a-proposta-do-governo--diz-soldado-noelio-sobre-reajuste.html>

⁵⁷ Provavelmente Sabino foi prejudicado pela decisão de Wagner de se lançar a Deputado Federal, fazendo com que muitos votos de Sabino migrassem para Wagner.

⁵⁸ <https://veja.abril.com.br/politica/quem-e-o-vereador-bolsonarista-que-esta-entre-os-lideres-do-motim-de-pms>

⁵⁹ <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/21/disputas-entre-liderancas-e-bolsonarismo-tensionam-greve-da-pm-no-ceara/>; <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/02/greve-de-policiais-no-ceara-termina-sem-anistia-aos-agentes-envolvidos/>

Sobre essa mudança no caráter da greve podemos observar que os movimentos dos militares estaduais acompanham a tendência geral das greves no país, o balanço das greves para o ano informa o seguinte.

A partir de 2015, no entanto, os efeitos da piora nos indicadores de emprego e nos ganhos salariais – e, especialmente, a brusca reversão das expectativas – inauguram um novo momento. A ênfase defensiva da pauta das greves continua, mas observam-se importantes discontinuidades. As pautas reivindicatórias – que até então apresentavam crescente complexidade, com a adição, a cada ano, de itens reivindicatórios relativos a diversos aspectos da relação empregatícia – esvaziam-se e, muitas vezes, são reduzidas a uma só exigência, imediata, urgente, como no caso das frequentes mobilizações contra o atraso no pagamento de salários. Assim, as informações reveladas pelas greves dos trabalhadores permitem resumir a mudança dos cenários econômicos de 2012 a 2018 no contraste entre uma pauta reivindicatória complexa, crescente e inclusive defensiva, e a pauta atual – simples, reduzida e quase somente defensiva. O impacto das recentes mudanças promovidas no sistema de relações de trabalho, as incertezas de como e quando se dará a recuperação da economia brasileira – acentuadas agora pela nova configuração das forças políticas do país – dificultam a elaboração de prognósticos. Os reveses no mercado de trabalho, com o aumento do desemprego e o recuo do trabalho formalizado, certamente têm impacto negativo na disposição dos trabalhadores para a realização de paralisações, especialmente na esfera privada. Entre os servidores públicos, por outro lado, a crise fiscal do Estado tem funcionado como incentivo à deflagração de greves. Por fim, deve-se observar que, apesar da diminuição da quantidade de greves realizadas desde 2017, o número registrado em 2018 (1453) ainda é expressivamente superior aos patamares verificados antes de 2013, quando ocorriam cerca de 500 paralisações ao ano. (Estudos e Pesquisas, 2019)

A mudança no número de greves do período e o caráter das mesmas, precisa levar em conta a pandemia. Segundo o relatório do DIEESE.

De 2019 a 2020, ano de início da pandemia, a participação de greves deflagradas por funcionários públicos caiu 63%. Diversamente inseridas na nova situação, as duas grandes categorias do serviço público – profissionais da educação e da enfermagem – passaram a ter em comum o fato de que não estava mais em suas mãos a possibilidade de suspender suas atividades. (Estudos e Pesquisas, 2023)

Ainda que o texto não faça referência aos militares estaduais eles estão entre as grandes categorias do serviço público e certamente estiveram ocupados de diversas maneiras no combate a pandemia de covid 19, o que deve ter impactado a organização da categoria. Desta forma, a realização de greves e mobilizações por direitos passa ao segundo plano, refletindo no número de eventos do último ciclo.

Existe uma série de questões levantadas e debatidas por diversos autores sobre os efeitos da pandemia, por exemplo, como houve um “recorte de classe na transmissão do vírus, que chaga ao país via classes altas que fizeram viagens internacionais”, para em seguida se espalhar

pelas periferias evidenciando a desigualdade social do país afetando de forma mais agressiva grupos em vulnerabilidade social (Bega *et al*, 2020). As pesquisas também revelaram que, além da desigualdade houve um gerenciamento da pandemia. Em nível local esta foi uma opção política não necessariamente alinhada ideologicamente ao governo federal. As pesquisas demonstraram a importância do Sistema Único de Saúde, bem como outras medidas potencialmente eficazes no enfrentamento ao covid19, (Bega *et al*, 2020); (Souza, 2020); (Souza, 2021); (Bega e Souza, 2021)⁶⁰.

Há ainda outro conjunto de questões importantes a serem levantadas sobre a pandemia de covid19 e o impacto nas greves. A pandemia não atingiu todos os grupos, classes sociais e territórios da mesma maneira (Bega, 2021). Ela impactou todos os setores da sociedade e as inúmeras dimensões da vida dos indivíduos, mas de forma desigual.

Neste sentido, algumas categorias, podem ter feito uma escolha política diante de um governo que atacava direitos trabalhistas, negava a gravidade da pandemia ao mesmo tempo que buscava restringir ainda mais a democracia. Ao optar por movimentos de tipo grevista essa ação poderia oferecer ao governo os argumentos que ele precisava, mais do que apenas os limites impostos pela conjuntura é preciso levar em consideração a ação dos agentes, não deve ser excluída da equação as escolhas políticas das classes trabalhadoras neste processo. Greves generalizadas ou mesmo grandes movimentos de massa quando havia um apelo da opinião pública por medidas de isolamento verdadeiramente eficazes, poderiam gerar medidas como “estado de sítio” ou outras e precipitar uma tentativa de golpe como se viu em 2023.

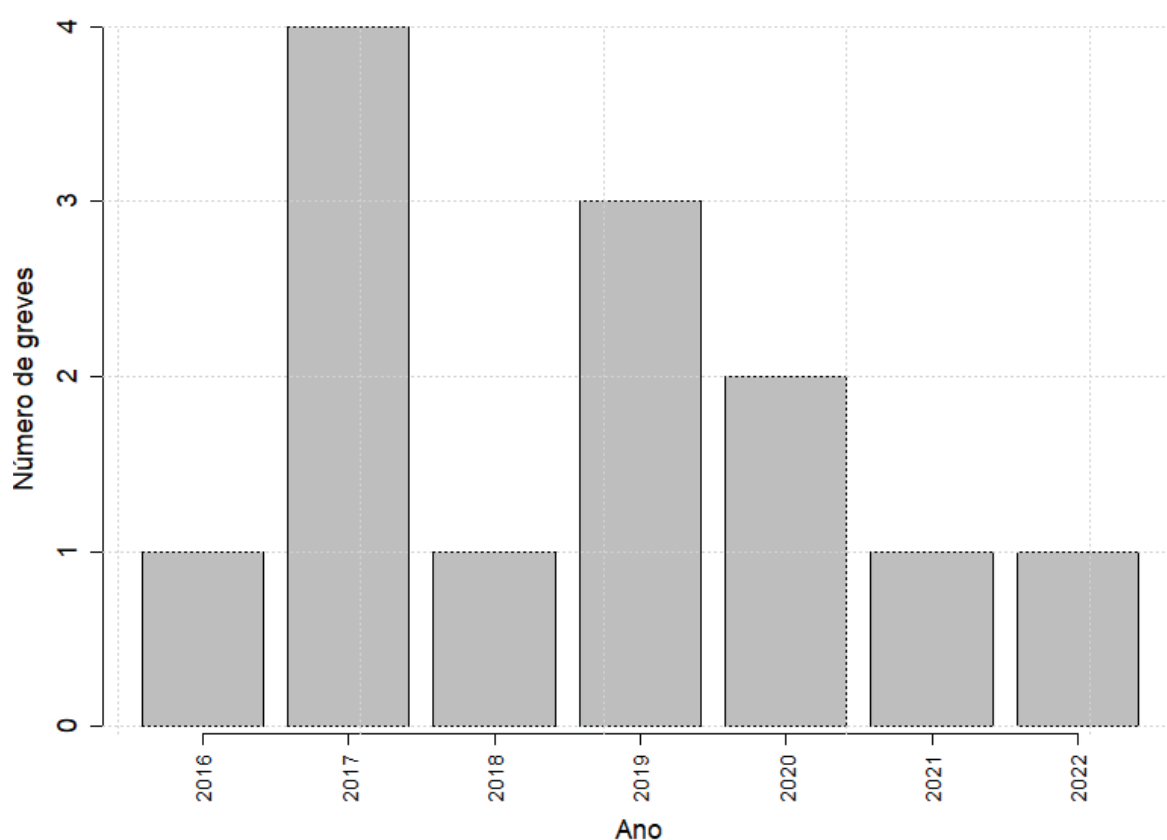
Por fim, o fenômeno do bolsonarismo representou um retrocesso da consciência, isolando os núcleos mais progressistas e avançados da categoria de militares estaduais, fazendo com que o debate político internamente fosse sequestrado, migrando a atenção de grande parte dos efetivos para o inimigo extramuros, e consequentemente desarticulando as categorias. O comunismo, o petismo, sempre de forma generalizada sem aprofundamento acerca dos significados, entre outros espantalhos criados pela direita neofascista que torna turva a verdadeira disputa em que se encontram os militares estaduais, sobretudo as Praças. Há a eleição de um grande número de “representantes da segurança pública” que na verdade representam o bolsonarismo e que em sua grande maioria nunca ocuparam espaços de destaque

⁶⁰ O Grupo de Pesquisas, PDUR – Pesquisa e Extensão em Políticas Sociais e Desenvolvimento Urbano, coordenado pela Professora Doutora Maria Tarcisa Silva Bega da UFPR, produziu uma série de pesquisas a partir do acompanhamento das políticas estatais relativas à Pandemia de Covid19. São relatórios e artigos que subsidiam o debate sobre os impactos da pandemia no Brasil. Embora não estejam dedicados exclusivamente ao tema das greves, desses trabalhos podem ser derivadas hipóteses e reflexões sobre o tema. Agradeço imensamente aos colegas do Grupo de Pesquisas que me acolheram e incentivaram desde o início. Foram muitos debates e trocas de experiência que também inspiraram esta tese.

na luta por direitos dos servidores da área. Ao contrário, muitos representam justamente o retrocesso e defendem pautas que prejudicam os servidores.

Esse conjunto formado por crise político-econômica, pandemia e o neofascismo impactaram o último ciclo grevista de militares estaduais e precisam ser levados em conta para uma análise do fenômeno.

GRÁFICO 4 – CICLO NEOLIBERAL PÓS GOLPE DE 2016



FONTE: SAG-DIEESE (2023), gráficos elaborados pelo autor

4.2 Os pontos de partida – Um ponto de partida, duas experiências

Talvez esta parte do texto seja a mais “livre” de todo o trabalho, carrega um estilo ensaístico, que é minha preferência. Todavia, ele não tem essa característica por acaso ou por opção estética, se dá dessa maneira por razões metodológicas e da técnica utilizada durante a investigação. Sobretudo, aqui estão presentes alguns dos meus momentos mais íntimos com a

pesquisa, mas também minha experiência pessoal que ultrapassa o período de investigação dedicado exclusivamente a este trabalho.

Minha passagem por uma instituição militar, o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, entre os anos de 2005 e 2017 estarão presentes no texto de forma direta ou indireta, de modo que é quase impossível separar o investigador do ex-militar militante. As marcas deixadas pela instituição permaneceram, assim como minha intervenção militante se faz presente no retrato mental e no quadro geral que formulei a respeito da instituição onde trabalhei e de sua própria história. É difícil afirmar que minhas marcas estão ou estiveram presentes na referida instituição, embora já tenha ouvido por diversas vezes que “há um bombeiro antes de minha passagem e outro depois de mim”. Pretensão seria acreditar fielmente nisso, até porque se há resiliência é justamente a da instituição militar, capaz de adaptar-se ao contexto político e retomar ainda com mais ímpeto sua função original, munida de novas técnicas mais sofisticadas, mais capacitada para se manter como um “aparelho autocrático de controle social perverso”. Não é diferente no Corpo de Bombeiros ainda que o senso comum enxergue os Bombeiros com um olhar romântico devido ao serviço que executa em seu cotidiano. De qualquer modo algumas entrevistas que realizei para tese também revelaram que minha atuação militante teve algum impacto por um determinado momento. Achei por bem, fazer esse breve relato. Desta forma essa experiência é um dos pontos de partida deste capítulo.

Após ingressar no Corpo de Bombeiros em 2005, com o objetivo de custear os estudos até me formar e encontrar um lugar ao sol no campo da Sociologia na Universidade, passei a conhecer fatos históricos pouco conhecidos do grande público e da própria Academia, a não ser no calor dos acontecimentos quando tais fatos se tornam objeto de debate público, geralmente as “crises da segurança pública”. Os principais exemplos que tomaram minha atenção foram o “Movimento dos Descamisados” dos bombeiros paranaenses em 1994, que se tornou objeto de minha monografia de graduação. Em seguida o “Movimento das Esposas” de 2001 que foi investigado por mim durante o curso de Mestrado, ambos pela Universidade Federal do Paraná. Aqui está demarcado o segundo ponto de partida, o Movimento das Esposas de policiais militares de 2001. Pode parecer paradoxal ter dois pontos de partida, pois estima-se que ao partir estamos saindo de um lugar. Portanto, como eu poderia ter dois pontos de partida? Aqui se encontra parte da explicação a respeito da forma de escrita do texto, bem como dos métodos escolhidos para analisar o objeto.

Minha experiência pessoal está intimamente ligada ao objeto. Ao me debruçar sobre o fenômeno grevista de 2001, que teve as esposas de policiais como protagonistas do movimento, eu era um observador informado de aspectos e processos internos típicos da instituição em

questão, afora o contato privilegiado, se comparado a outros pesquisadores e pesquisadoras que se interessassem pelo tema, com pessoas que participaram ou acompanharam os eventos de perto. Além disso passei aos poucos a acompanhar a “política miúda”, os bastidores, as disputas mais imediatas e as mais globais que envolviam a instituição. Foi neste contexto que assisti com entusiasmo o surgimento da Associação de Praças da Polícia Militar do Paraná (APRA) em 2009. Fiquei motivado com o surgimento de uma entidade de Praças uma vez que não via nas principais associações de classe uma representação efetiva do conjunto da base da tropa, ou seja, dos soldados, cabos e sargentos.

As duas maiores e mais importantes associações eram dirigidas por Oficiais – a rigor, coronéis – isso dava a massa da tropa uma sub-representação política. As duas entidades são a Associação da Vila Militar (AVM) e a Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos Inativos e Pensionistas (AMAI). A primeira tinha uma restrição às Praças associados, estas não podiam montar chapas e concorrer à direção da entidade, sequer podiam votar no processo eleitoral,⁶¹ portanto, essa ditadura dos coronéis, bem conhecida na caserna não me interessava, sobretudo em uma entidade de classes, mesmo com todas as promessas e benefícios oferecidos pela entidade, era evidente que se tratava de mais uma fonte de poder do grupo dirigente dos militares estaduais, com repercussão em outras esferas da vida das Praças.

Apesar de ser uma verdadeira potência econômica e oferecer diversos serviços aos associados, havia uma distinção entre Praças e Oficiais no uso de alguns equipamentos, por exemplo, as colônias de férias do litoral do estado, que considerava absurdo. Como curiosidade, uma vez um antigo⁶², já da reserva remunerada, me contou que a entidade havia crescido muito a partir do fechamento dos sindicatos e associações de classe pela ditadura de 1964 e que em certa oportunidade Oficiais invadiram a sede da antiga Associação de Cabos e Soldados e levaram o cofre com todo dinheiro da entidade, equipamentos odontológicos doados pela Alemanha entre outros itens de muito valor à época. Nunca confirmei tal relato, mas não há motivos para duvidar. Isso teria dado um impulso adicional a entidade que já nascera com apoio do Estado obrigando os militares a contribuírem com os custos para a formação da AVM⁶³.

Os militares mais antigos também relatavam que logo ao entrar na corporação as turmas de novos soldados eram obrigadas a se associar. Lembro que minha turma recebeu um certo

⁶¹ Sobre o direito a voto das praças <https://avmpmpr.com.br/eleicao-historica-da-avm-teve-a-participacao-de-pracas/> (acesso em 26/12/2023)

⁶² É um termo nativo utilizado para indicar o militar hierarquicamente superior ou com mais tempo de serviço.

⁶³ Sobre o desconto compulsório pra AVM. “Para financiamento da vila militar foi instituído um desconto nos vencimentos de todos os integrantes da Polícia Militar, no valor de duzentos cruzeiros, a serem parcelados em 25 prestações mensais, e transformados em bônus resgatáveis.” <https://avmpmpr.com.br/historico-da-avm/> (acesso em 26/12/2023)

assédio, mas alguns recrutas se recusaram a assinar a ficha de filiação. Mais tarde, conheceria de perto o poder da entidade na Polícia Militar do Estado do Paraná.

A segunda entidade que controlava a política “externa” dos militares estaduais é mais recente, já da década de 1990 e um pouco mais maleável em termos de “acesso democrático” pela base da tropa. Sua especialidade era oferecer serviços jurídicos aos militares e pouco ou nada se dedicava a outras atividades como colônia de férias etc. Os famosos empréstimos em folha de pagamento fazem parte do cardápio de opções de ambas as entidades. Embora mais democrática, a AMAI mantinha dispositivos para impedir que as Praças chegassem ao poder da entidade. Ela possuía uma organização por câmaras representativas, por exemplo, câmara dos cabos e soldados, câmara dos subtenentes e sargentos, câmara de Praças especiais (aspirantes), câmara dos Oficiais subalternos (segundo e primeiros-tenentes), câmara dos Oficiais intermediários (capitães) e câmara dos Oficiais superiores (maiores, tenentes-coronéis e coronéis), e a câmara de pensionistas. De saída os Oficiais contam com maior representatividade na associação em relação as Praças, mesmo estes representando a maioria absoluta do efetivo. Seu estatuto prevê que a Assembleia Geral Ordinária Eleitoral seja composta pelos membros das câmaras de representantes, que deverão escolher o conselho fiscal e o conselho diretor da associação o que coloca em desvantagem as Praças que na prática contam com apenas duas câmaras de representantes, a de cabos e soldados e a de subtenentes e sargentos. A de Praças especiais, embora receba este nome, na verdade pertence ao círculo dos Oficiais, uma vez que a posição de aspirante nada mais é do que o primeiro momento da carreira dos Oficiais⁶⁴. Segundo Castro (2004).

A hierarquia militar – ou melhor, a hierarquia do corpo de oficiais – apresenta uma característica fundamental: ela fraciona um *grupo de pares*. Um capitão, um coronel ou um general já foram cadetes; pode-se dizer que, de certa forma, eles são cadetes com alguns anos de experiência e de idade a mais. Todos são *oficiais* e comungam o mesmo *espírito militar*. (Castro, 2004, p. 26).

Essa conclusão do autor parece correta quando se trata da hierarquia dos Oficiais, confirmando a dificuldade acima relatada sobre o acesso à direção de uma das mais poderosas associações dos militares estaduais do Paraná, minha discordância com Castro (2004) passa pela sua adesão ao *espírito militar* enquanto elemento central na composição da identidade militar, elemento que norteou a dissertação do antropólogo, sobretudo a do grupo de Oficiais.

O assim chamado espírito militar é um termo nativo, inclusive utilizado na ficha de avaliação dos militares⁶⁵, meu entendimento é que se trata de uma “construção ideológica”, faz

⁶⁴ <https://amai.org.br/camara-de-representantes/> (acesso em 27/12/2023)

⁶⁵ “O cadete e o capitão. A vida de Jair Bolsonaro no quartel”. Luiz Maklouf Carvalho, página 50.

parte de uma ideologia, a militarista, portanto, tem seus limites para explicar a materialidade dos fatos e as relações que são construídas no interior das instituições militares⁶⁶. Essa ideologia atinge com mais ímpeto os jovens militares, neste caso os cadetes. Os elementos fundamentais que compõem a unidade do grupo estão ligados ao poder exercido por este mesmo grupo sobre o conjunto dos demais militares e da própria instituição. Os Oficiais são na verdade o grupo dirigente das instituições militares, são o braço político da organização, é deles a decisão e passa por eles toda e qualquer decisão a respeito da instituição, o “mundo civil” não determina as decisões da instituição, seria uma ilusão acreditar nisso⁶⁷. O que não exclui disputas políticas e interesses distintos no interior deste agrupamento. Ocorre que há uma dinâmica muito particular com “regras informais” que são respeitadas mesmo nas disputas mais acirradas. O entendimento entre eles é geralmente facilitado por sua condição de iguais ou pelo próprio regulamento. Quando as disputas extrapolam os limites do entendimento intramuros, movimentos de tipo grevistas podem surgir. Portanto, não se trata de nenhum *espírito* que os mantêm unidos, é na verdade o compartilhamento de poder, prestígio e em última instância privilégios. Todo resto vem em segundo plano.

A pesquisa que realizei para o mestrado propôs um diálogo crítico com a obra de Castro (2004), que aqui não será amplamente replicado, apenas retomo os pontos mais importantes. Utilizando como referência minha passagem por instituições militares e os apontamentos e exemplos trazidos por Goffman (1974), observei que em diversas oportunidades o autor canadense foi capaz de revelar particularidades a respeito do cotidiano de uma instituição militar. E apesar das polêmicas que podem ser levantadas, como a do caráter de não internamento absoluto dos policiais militares, típico das instituições facilmente reconhecidas como totais, é preciso admitir que o fechamento das instituições militares, para o que interessa aqui - as polícias militares - produz efeitos similares ou muito próximos aos apontados por Goffman (1974), mais claramente a mortificação do eu.

⁶⁶ Mais uma vez devo agradecer ao professor Gilberto Calil, pela sugestão do termo “construção ideológica”. Originalmente trabalhei com a ideia de abstração, entretanto, a melhor forma de abordar o esquema do espírito militar descrito por Celso Castro é o de construção ideológica, como a própria sequência do texto acima sugere.

⁶⁷ Essa afirmação diz respeito ao cotidiano da instituição. A formação, aos privilégios e uma série de situações que tem impacto tanto interna como externamente. Decisões “estratégicas” como golpes de Estado, muito comuns no Brasil e na América Latina são de outra ordem, ainda que seja possível afirmar uma certa autonomia destas instituições nestes casos. Todavia, atribuir tão somente aos militares as decisões sobre tais fatos seria de algum modo excluir do debate a grande disputa da luta de classes.

4.3 Sobre o bolsonarismo enquanto fenômeno neofascista e o Movimento Policiais Antifascismo uma novidade por fazer-se

Nesta seção será abordado o fenômeno do neofascismo e uma das reações a ele a partir de um movimento de operadores do aparelho repressivo estatal. O que se convencionou chamar de bolsonarismo se trata da expressão atual do fenômeno neofascista no Brasil⁶⁸. O historiador Mattos (2020) e o cientista político Boito Jr. (2019) tem perspectivas semelhantes a que apresento aqui. Segundo Boito Jr. (2019) o movimento neofascista brasileiro não chegou a transformar o regime, embora tenha chegado ao poder.

A distinção entre forma de Estado e bloco no poder é fundamental. Porém, para caracterizar o neofascismo já em vigor no Brasil, é necessário mobilizarmos outras distinções conceituais. O fascismo é uma das formas ditatoriais do Estado capitalista, mas essa forma supõe a existência de uma ideologia, a ideologia fascista, e tal forma de Estado somente se torna realidade se houver um movimento social, o movimento fascista movido pela ideologia fascista, que assuma a luta para a sua implantação. Os fascistas também fazem cálculos táticos. Eles podem, numa determinada conjuntura, abrir mão ou postergar a luta pela implantação de uma ditadura fascista. Segundo Palmiro Togliatti no seu livro Lições sobre o fascismo, foi exatamente isso que fez Mussolini quando assumiu a chefia do governo em 1922 e foi o que ele continuou fazendo pelo menos até 1923. Ou seja, teoricamente é possível admitir que um movimento fascista, movido pela ideologia fascista, chegue ao governo e não implante uma ditadura fascista. Pois bem, no Brasil de hoje temos a ideologia neofascista, o movimento neofascista, um governo no qual os neofascistas disputam a hegemonia com o grupo militar – esse último apegado a um autoritarismo mais propenso a outro tipo de ditadura – mas não temos um regime político fascista – o que temos é uma democracia burguesa deteriorada e em crise. (Boito Jr., pp. 3 e 4, 2019).

O bolsonarismo representa o reaparecimento da extrema direita brasileira de forma publicamente organizada. Se o Partido de Representação Popular (PRP), pôde ser considerado o instrumento de rearticulação do Integralismo no pós II Guerra e assim como seu antecessor, teve impacto no processo político brasileiro (Calil, 2000). O bolsonarismo é o catalisador contemporâneo do fascismo no Brasil, ele dirigiu um movimento de massas de extrema direita durante os últimos anos. Portanto, em linhas gerais, se trata de um fenômeno neofascista em terras brasileiras.

Um fenômeno de tipo fascista apresenta ao menos três fases de realização descritas resumidamente a seguir: um pequeno agrupamento político organizado e ideologicamente

⁶⁸ É importante destacar as diferenças que proponho sobre o bolsonarismo enquanto fenômeno neofascista e as características do Estado autocrático brasileiro. Sendo assim, mais uma vez orientado pelo professor Gilberto Calil, lanço mão da ideia de fascistização sugerida pelo professor. Uma vez que o neofascismo/bolsonarismo não se estabelece com o governo de Jair Bolsonaro, mas é um processo anterior, que se construiu e articulou ao longo dos anos, portanto, é plenamente possível falarmos em fascistização. Figuras como Olavo de Carvalho trabalharam para a reedição do fascismo dentro do estágio neoliberal de acumulação capitalista, que como já vimos, precisa lançar mão da violência para a aplicação de seu programa.

orientado que vai se avolumando, tornando-se um movimento de massas, para em seguida chegar ao poder; e, por fim, mudar o regime, que no caso do “estado autocrático brasileiro” e seu “aparelho autocrático de controle social perverso” não precisa completar seu ciclo, ou seja, não precisa mudar o regime, uma vez que o Estado e sua configuração são suficientes para a garantia da manutenção da ordem burguesa em seus limites de dependência e subordinação. Aqui novamente as reflexões de Florestan Fernandes surgem para iluminar o debate. Ele nos diz o seguinte.

E, em segundo lugar, demonstra que a fascistização localizada de certas áreas do aparelho do Estado tem a sua própria lógica política. Ela repele qualquer “transição democrática” e é incompatível com uma “revolução democrática efetiva”. Sua função política real consiste em manter viva a contrarrevolução por todo e qualquer meio possível. O que mostra que essa fascistização sem fascismo é muito perigosa. E isso não porque ela dá margem à dissimulação e à ambiguidade. Mas porque esse fascismo oculto e mascarado fomenta a guerra civil a frio e é capaz de passar do Estado de exceção para a “normalidade constitucional” sem permitir que se destrua o elemento autocrático que converte o Estado no bastião da contrarrevolução. Ele não só bloqueia a “transformação democrática da ordem”. Ele impede a revolução democrática, prendendo a história da América Latina a um passado que deveria estar morto e que foi ressuscitado pelas forças da modernização dependente e controlada à distância. Em suma, não alimentamos a ilusão de que o fascismo é um fenômeno extinto. (Fernandes, 2015, p. 52)

O autor ainda nos brinda com uma observação que pode ser considerada uma previsão sobre os fatos recentes da política nacional e a crise política brasileira, sobretudo a instabilidade democrática e a ameaça fascista mesmo que disfarçada, além disso aponta para o processo de militarização crescente, que em minha análise estão plenamente conjugados.

Não obstante, seria aconselhável distinguir as possibilidades que essa cena histórica condiciona. Uma, liga-se à persistência do tipo de fascismo descrito neste trabalho. As crises políticas com que se defrontam os países latino-americanos são crises estruturais. **Por causa disso, na medida em que os setores sociais dominantes se mostrarem capazes de preservar o monopólio social do poder e do poder político estatal, o totalitarismo de classe (com suas implicações políticas) continuará a ser um processo histórico-social repetitivo. De outro lado, onde quer que o estágio da revolução industrial seja atingido como uma modernização e uma transição controladas de fora (isto é, sob o capitalismo associado e dependente), a militarização e a tecnocratização das estruturas e funções do Estado terão de crescer e, com elas, surgirão novas tendências de fascistização generalizada (em outras palavras, a fascistização localizada cederá lugar a uma fascistização global: o que ocorre hoje com o Estado e começa a acontecer com a grande empresa corporativa irá suceder com todas as instituições-chaves, em todos os níveis de organização da sociedade).** De acordo com o padrão recebido dos centros externos de irradiação do processo, porém, essa fascistização global terá pouca saliência. Na era atual, sob o capitalismo monopolista já se aprendeu ‘o que era útil sob o fascismo’, os riscos que se devem evitar e como operar uma fascistização silenciosa e dissimulada, mas altamente “racional” e “eficaz”, além de compatibilizável com a democracia forte. (Fernandes, 2015, pp. 53-54. Grifo meu)

Esta passagem de Florestan Fernandes serve como suporte a interpretação sobre o neofascismo/bolsonarismo e de porque o fascismo não precisa se completar no Brasil – talvez nos demais países latino-americanos de economia dependente da mesma forma – tal qual os modelos considerados clássicos da Alemanha e Itália. No mesmo sentido vale notar a importância do aparelho repressivo, para o que nos interessa aqui principalmente a Polícia Militar brasileira, para em seguida observarmos o fenômeno da hipermilitarização como algo que guarda relação com a história destes aparelhos, mas que revela uma ligação profunda e potencialidade justamente no contexto do neoliberalismo, ou seja, é parte íntima e faculdade necessária ao programa neoliberal.

Também há um diálogo com as reflexões feitas por Poulantzas (1972) que destaca a questão do imperialismo, portanto, do próprio Estado, para tratar do tema. Para o autor pode haver uma combinação das formas de Estado de exceção – e seus regimes – o fascismo; a ditadura militar; o bonapartismo. Por isso seus apontamentos sobre o fenômeno são tão importantes. Uma vez que o Estado autocrático descrito por Florestan Fernandes se encontra ainda a pleno pulmões no Brasil. Segundo Poulantzas:

O fascismo não é mais do que uma forma particular de regime da forma de Estado capitalista de exceção: há outras, nomeadamente o bonapartismo e as diversas formas de ditadura militar. Assim, não se pôde analisar o fenômeno preciso do fascismo senão propondo, ao mesmo tempo, uma teoria do Estado de exceção e da crise política, teoria que recobre igualmente e outras formas de regimes capitalistas de exceção. (Poulantzas, 1972, pp. 7 e 8).

Por isso negar a existência ou possibilidade de ascensão de movimentos de tipo fascistas não é apenas um equívoco teórico banal, é, na verdade, uma avaliação política mal-informada e precipitada extremamente perigosa. Relegar o fascismo ao passado e não reconhecer a perigosa vitalidade deste fenômeno é um risco e um grave erro. Alguns autores de maior ou menor expressão no debate público tem questionado se o bolsonarismo pode ser caracterizado como um fenômeno neofascista, ainda que o debate seja rico e válido para a construção de um arcabouço teórico consistente devidamente representativo da realidade concreta é preciso cautela e rigor nas análises.

4.3.1 O que o campo diz sobre o MPAF

A inserção no campo sobre o Movimento Policiais Antifascismo se deu de várias formas e em diversos momentos da pesquisa. Minha condição de membro do Movimento facilitou essa inserção, além da participação nas redes sociais do MPAF, sobretudo do *whatsapp* que por si só

poderiam garantir um bom número de materiais para análise, a presença nos eventos do grupo trouxe à pesquisa, diversas perspectivas do interior do Movimento e de como seus membros veem o MPAF.

Foram quatro eventos que acompanhei presencialmente e um curso de formação política em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado pela internet. O primeiro evento foi justamente o curso de formação, o intuito da Coordenação do Movimento era gerar um debate interno com bases teóricas e experiências de outras organizações do campo popular para estabelecer o modelo de organização do MPAF. O segundo evento que acompanhei foi o 3º Congresso do Movimento Policiais Antifascismo em Natal – RN no ano de 2022, os outros três foram os Encontros Estaduais do Espírito Santo, do Rio Grande do Sul e do Paraná.

O Congresso é o momento mais importante e por isso receberá mais atenção aqui. Em todos esses eventos são debatidas e deliberadas as diretrizes políticas do Movimento, bem como questões práticas de organização, como por exemplo, formas de financiamento e os responsáveis pela Coordenação Nacional e local do MPAF. Os Encontros que acompanhei não tiveram diferenças muito significativas, talvez a maior delas tenha sido o número de participantes, tanto de membros do Movimento quanto de movimentos sociais ou outras entidades e personalidades convidadas, em geral tiveram dinâmicas parecidas com rodas de conversa e pequenos debates sobre temas relacionados à segurança pública, além da escolha da Coordenação Estadual e a divisão de tarefas do grupo. Já o Congresso apresentou um formato mais complexo com uma abertura que participaram figuras como Jessé Souza, Eduardo Moreira e João Pedro Stédile. Além dos debates realizados nos grupos de trabalho que se formaram ao longo dos dias de evento, o Congresso votou o modelo de funcionamento do Movimento, no que ficou conhecido como “Perfil e Funcionamento”, para esta atividade os membros do Movimento deveriam enviar teses a comissão organizadora do Congresso para serem debatidas e votadas durante o evento, essas teses poderiam contemplar a totalidade de temas sugeridos pela comissão organizadora ou apenas abordar temas específicos, somente uma tese estava completa, as demais se limitaram a apenas alguns pontos. Todos os temas foram discutidos e ao final a ênfase foi no debate sobre o formato da organização e a escolha da Coordenação Nacional, justamente porque duas teses se contrapunham quanto a essa questão.

Uma delas, proposta por um conjunto de membros do Movimento apontava um caminho burocratizante ao MPFA, sugerindo que o Movimento se transformasse em uma associação com CNPJ, similar as demais entidades de classe de policiais, no próprio documento um modelo de estatuto para a futura associação estava sendo proposto. A outra tese caminhava em sentido contrário, buscando manter o MPAF nos moldes de um movimento social. Uma das inspirações

para o grupo que assinou o documento é o MST, certamente oriundas da experiência do curso de formação. Neste momento começa aparecer uma divisão momentânea no Congresso, de um lado os defensores do modelo associativo de outro os do modelo movimento. Diversos argumentos foram apresentados pelos companheiros e companheiras do Congresso e a cada rodada de debates novas intervenções tornavam mais rico o debate. O centro da discussão acabou sendo a capacidade de atuação e intervenção de cada modelo tendo como base a carta de princípios formulada na fundação do Movimento. Ao término dos debates, depois de alguns ajustes a tese vencedora foi a que propunha a manutenção da organização como ela se originou e moldou-se, ou seja, inspirado nos movimentos sociais mais atuantes do país. Esse é um ponto fundamental ao entendimento do que é ou pode representar o MPAF. Em primeiro lugar está claro que se trata de algo em construção, algo que está por fazer-se, quando se fala de Policiais Antifascismo devemos ter em mente que é algo dinâmico, que está em movimento. Isto tem relação com a própria função da organização e seu inimigo principal. Ainda que os aparelhos repressivos componham uma estrutura sólida, eles também estão em permanente movimento, adaptando-se perfeitamente a toda “inovação destruidora” da própria dinâmica do capital e a serviço desta lógica. A polícia enquanto instituição mantenedora da ordem existente, adapta-se aos estágios de acumulação capitalista, absorvendo parte ou integralmente a ideologia carregada a cada estágio, também a tecnologia e novos processos burocráticos, entretanto, mantêm sua tarefa primordial de controle social das classes subalternas. Desta forma há uma modernização institucional, mas que mantêm as estruturas tais como elas são. Isto pode ser percebido em vários aspectos, tanto na estética como na propaganda institucional e nas técnicas de controle. Esse processo de desenvolvimento institucional acompanha o estágio de acumulação, e mantêm intactos os pilares que sustentam a sociedade de classes.

Em linhas gerais os Encontros estaduais replicaram o formato do Congresso num modelo reduzido. Durante o evento pude conhecer vários membros e simpatizantes do Movimento e dialogar sobre temas importantes da segurança pública.

4.3.2 Alguém está te cobrando isso?

Minha ligação com o MPAF inicia antes mesmo do movimento se organizar nacionalmente, uma vez que fui membro da LEAP - Brasil⁶⁹, uma das organizações de onde saíram alguns dos precursores do MPAF. Desde os primeiros passos do Movimento no estado

⁶⁹ A LEAP não existe mais no Brasil, mas parte de seus membros seguem militando pela causa da legalização das drogas. <https://ponte.org/grupo-de-policiais-defende-a-legalizacao-de-todas-as-drogas/>

do Paraná pude acompanhá-lo. Em 2019 dois anos depois de ter deixado o Corpo de Bombeiros, um amigo entrou em contato para uma reunião com o Delegado Orlando Zacone, para, segundo ele, tratar da articulação do Movimento no estado do Paraná. Disse a ele: “Agora que eu pedi baixa?” E segui com o argumento de que apoiava a iniciativa, mas como havia pedido exoneração não me sentia confortável em participar, para mim não seria uma atuação legítima e que poderia até mesmo atrapalhar a organização do Movimento no estado. A resposta do meu interlocutor foi que eu tinha experiência com a associação de bombeiros e que poderia ajudar o grupo no começo. Fui a reunião, passei a colaborar com a organização do Movimento, mas permaneci com esta inquietação⁷⁰. Esse desconforto em “pertencer” ao Movimento sem suposta legitimidade para tal me perseguiu durante algum tempo e só foi solucionado tempos depois, após uma conversa franca com um dos fundadores do movimento, militante disciplinado e experiente muito dedicado de quem me aproximei bastante. Ao relatar meu desconforto ele me perguntou: “Alguém está te cobrando isso? Quando alguém cobrar isso nós vamos debater...” Em seguida deu vários exemplos de militantes do Movimento que foram demitidos ou precisaram se afastar de suas atividades por causa da atuação política. Ele defendeu enfaticamente que minha presença era importante ao Movimento.

O grupo foi crescendo e logo tinha uma quantidade razoável de servidoras e servidores de diversas áreas da segurança pública, ainda que uma certa desordem típica desta fase inicial em movimentos como este, a própria novidade que aquilo representava e o momento político extremamente delicado que colocava os trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública no centro das atenções. Se tratando de um movimento que contestava esse estado de coisas era ainda mais sensível.

Inicialmente o Movimento não fazia parte de meu projeto de investigação, embora já tivesse proximidade com o MPAF e já acompanhasse seus passos como mencionado acima. A primeira iniciativa que aproximou minha investigação do Movimento foi de caráter especulativo, a proposta era encontrar possíveis informantes que participaram ativamente ou vivenciaram greves e manifestações políticas de militares estaduais uma vez que o MPAF concentra grande número de servidores da área da segurança pública. A ideia era buscar neste espaço, militares estaduais e ou policiais que pudessem me dar informações sobre os eventos em seus respectivos estados, a proposta era ouvir os trabalhadores da segurança pública sobre suas ações.

⁷⁰ <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/como-o-antifascismo-chegou-as-policias-do-parana/>

Posso dizer que de algum modo o debate sobre as greves via MPAF veio até mim, como eu já fazia parte de grupos de *whatsapp* ligados ao Movimento e o debate sobre a greve do Ceará em 2020 logo esquentou as redes sociais e mesmo o conjunto da opinião pública. Naquela ocasião, justamente no início de meu curso de doutorado, o MPAF emite uma nota bastante equilibrada sobre a greve⁷¹. Nesta oportunidade também fiz o primeiro contato via rede social (*whatsapp*) com um militar estadual do Ceará, para uma entrevista sobre os acontecimentos naquele estado. O pedido foi prontamente atendido e a entrevista foi realizada por uma chamada de vídeo de (*whatsapp*). Desde então o MPAF passou a receber mais atenção da minha parte, até que no ano de 2022 o Movimento realiza seu III Congresso Nacional na cidade de Natal no estado do Rio Grande do Norte. Um dos critérios para que o estado tivesse direito a voto no Congresso era de que um de seus cinco delegados estivesse presencialmente no local do Congresso. Foi então que decidi me colocar à disposição dos colegas do estado do Paraná para uma das cinco vagas destinadas ao estado e me deslocar até Natal para o evento.

Ao chegar em Natal, no mesmo local em que boa parte dos companheiros e companheiras de outros estados ficaram hospedados, depois de me ambientar conhecendo o entorno do hotel, procurei me organizar para o dia seguinte quando o evento começaria. Olhei o mapa da região, localizei os espaços onde as atividades aconteceriam e me informei sobre o transporte. No dia seguinte acordei bem cedo e liguei a televisão instalada na parede do quarto simples do hotel. Para minha surpresa o noticiário mostrava justamente um movimento de militares estaduais que naquele momento protestavam contra o governo do estado. Fiquei entusiasmado e a primeira pessoa que procurei ao chegar no local onde algumas das atividades do Congresso aconteceriam foi um militar do estado do Rio Grande do Norte. Depois de uma breve apresentação que incluiu deixar claro minha dupla tarefa no evento, ou seja, representar o movimento do Paraná e acompanhar o Congresso enquanto pesquisador, perguntei a ele do que se tratava e qual era a pauta do movimento. Logo em seguida questionei sobre o governo do estado ser do campo da esquerda. A resposta foi enfática. “Não interessa, aqui nós lutamos pelos trabalhadores, pelos policiais.” A resposta diz muito do que busca o Movimento Policiais Antifascismo, travar a disputa ideológica visando que o próprio grupo de policiais e demais membros dos aparelhos repressivos do Estado se reconheçam enquanto trabalhadores. Isto não é pouca coisa, é uma tarefa difícil, mas de suma importância no interior da luta de

⁷¹ Façamos greve de soldados! Somos irmãos, trabalhadores! 21 de fevereiro de 2020. Policiais Antifascismo. <https://policiaisantifascismo.blogspot.com/2020/02/facamos-greve-de-soldados-somos-irmaos.html>

classes, sobretudo nesta quadra histórica. Como dito anteriormente o apelo para isolar estes trabalhadores e trabalhadoras da sua origem e condição de classe trabalhadora é bastante intenso.

Curiosamente quando embarquei para o Congresso em Natal os militares estaduais do Paraná também estavam mobilizados. Faziam um acampamento em frente ao palácio do governo no Centro Cívico em Curitiba com a pauta da reforma da previdência em âmbito estadual. A alteração da legislação fez com que os aposentados e pensionistas passassem a pagar sob o total do salário dos aposentados, proporcionando uma “mordida” significativa nos rendimentos dos militares. Anteriormente a cobrança era feita apenas sobre o percentual recebido acima do teto da previdência, o que deixava de fora boa parte dos aposentados e afetava apenas de maneira irrisória as Praças aposentadas que recebiam acima do teto. Esse ataque ao direito dos servidores públicos é recepcionado e digerido de formas distintas pelos vários segmentos do serviço público, a depender de sua capacidade de organização e mobilização, mas também seus interesses. Os resultados também variam no tempo e no espaço. De forma que o governo do estado cria e amplia programas para reintegrar militares aposentados em diversos serviços administrativos – Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários – CMEIV⁷². A própria criação de um programa estadual de escolas “cívico – militares” absorveu parte de militares aposentados, “desmobilizando a tropa” potencialmente disposta e capaz de mobilizar-se contra os ataques do governo, ou seja, ao elevar sensivelmente o desconto previdenciário dos militares estaduais estes buscaram alternativas de complementar a renda perdida de uma hora para outra, neste sentido retornar ao trabalho nos quartéis ou assumir funções no projeto das escolas cívico militar estadual foi uma das opções. Esses exemplos ajudam a compor o quadro que informa o processo de hipermilitarização e de como esse fenômeno é complexo e tem ligação com as necessidades materiais e os próprios ataques aos direitos trabalhistas, no caso dos servidores estaduais. Como já afirmado, o programa neoliberal exige o máximo empenho dos aparelhos repressivos para se viabilizar, atacar direitos dos próprios militares, historicamente servidores com condições precárias de trabalho, mas submetidos a uma rígida disciplina e coerção que limita suas possibilidades de questionamento é uma tática que além de mais barata aos cofres públicos eleva e capilariza o poder das forças do aparelho repressivo.

Somado a isso há uma discussão bastante antiga sobre o “bico na polícia”, boa parte do efetivo policial e bombeiro militar dos estados tem a prática do segundo emprego como regular em suas vidas, mesmo diante da proibição legal. Entretanto, nos últimos anos o próprio Estado

⁷² <https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/CMEIV-Corpo-de-Militares-Estaduais-Inativos-Voluntarios>. Último acesso em 17 de julho de 2023.

tem “regulamentado” o bico e os programas acima citados são um exemplo dessas políticas. Esse dado também revela outra faceta do problema, é justamente a precarização do trabalho e das condições de vida dos servidores públicos (civis e militares), do serviço ativo ou aposentados. De forma que mais uma vez aponta para uma interpretação não monolítica nem monocausal quando abordamos o fenômeno de greves e manifestações políticas de militares estaduais. Também revelam que não há uma homogeneidade quando se trata da luta dos policiais e bombeiros militares.

Na ocasião houve um pequeno aumento da mobilização que reuniu efetivos da polícia civil e dos policiais penais do estado quando buscaram engrossar as fileiras dos militares acampados e incluir na pauta do movimento o pagamento da data base e a discussão dos índices de reajusta.

Também é interessante notar que tanto os militares do estado do Paraná quanto os do Rio Grande do Norte não sabiam que seus colegas estavam mobilizados reivindicando direitos e usando táticas parecidas.

O MPAF é um movimento que está inserido no campo reformista da esquerda brasileira, ele se propõe a debater segurança pública a partir de outro ponto de vista, distante tanto da direita quanto dos limites da esquerda sobre o debate, tendo como ponto de partida os próprios operadores do sistema e em diálogo com as demais forças políticas da sociedade. O Movimento aponta para um conjunto de reformas tanto nas instituições como na lógica da segurança pública, como por exemplo, o debate sobre a desmilitarização que alcança outros sentidos e significados na sociedade, como vimos na proposição sobre a hipermilitarização. Isso tem impactos nos corações e mentes das pessoas, mas também na própria arquitetura das instituições. É justamente por isso que os Policiais Antifascismo representam não apenas um polo avançado de desenvolvimento da consciência dos operadores da segurança pública como uma voz importante na denúncia e combate ao neofascismo. Se nos primeiros ciclos grevistas foi possível observar uma lenta e paulatina busca por cidadania, com seu ápice no período neodesenvolvimentista condicionado, culminando com tentativas de articulação e organização nacional, tanto com pautas comuns como o piso nacional, quanto com a criação de instrumentos capazes de conduzir um grupo que tem características similares, mas se encontra disperso no território nacional e limitado por vários aspectos típicos das organizações militares. Nesse caso a ANASPRA é o melhor exemplo.

O interessante é que apesar que o MPAF já estava sendo gestado desde antes, não em seu formato atual, mas em seus princípios e ideais, ele só se articula de fato no período de recuo da consciência dos policiais de maneira geral. Na retomada conservadora que invade as polícias

e devasta quase todos os núcleos de pensamento progressista⁷³ nestes ambientes. É neste contexto de golpismo e assalto aos direitos trabalhistas de forma aberta que surge o Movimento.

Ao me aproximar e mergulhar no universo do MPAF, percebi que ele também não é homogêneo e conta com disputas internas como qualquer movimento político. Há, pelo menos, duas correntes que disputam politicamente os rumos do Movimento, uma que se reivindica “revolucionária”⁷⁴ que nada mais é do que a defesa de um conjunto de reformas apresentadas em seu manifesto inaugural e reafirmadas ao longo dos anos de existência e construção do Movimento. Essa corrente também busca conduzir o Movimento a partir de uma linha em que seu formato, sua configuração não faça com que ele perca sua essência, ou seja, acredita que dependendo de como a organização do MPAF se der ele tende a perder sua capacidade de incidir e disputar o debate sobre segurança pública no país, sobretudo, por óbvio, no campo político a esquerda.

Neste sentido o III Congresso do MPAF em Natal Rio Grande do Norte foi decisivo e deixou evidente esta disputa. O evento foi relativamente grande por se tratar de um movimento ainda pouco capilarizado, com dificuldades de avançar sobre sua própria base, uma vez que as forças do aparato repressivo contam com características muito peculiares e barreiras institucionais a um debate plural em seu interior, como vimos no capítulo anterior. Outro condicionante foi o período pós pandemia de Covid 19. De qualquer modo o Movimento buscou solucionar essa questão exigindo que os Estados onde há MPAF organizado que quisessem participar do Congresso com direito a voz e voto deveriam enviar ao menos um dos cinco representantes presencialmente ao evento, caso contrário o Estado não teria direito de votar as decisões tomadas no Congresso, essa medida fez com que os grupos estaduais e seus membros se mobilizassem para enviar um representante ao Congresso.

A outra corrente que disputa os rumos do Movimento pode ser entendida como uma corrente mais próxima ao programa estratégico Democrático Popular, que também já foi debatido. Esse grupo apresentou uma proposta que pode ser lida como um passo a burocratização do Movimento. Sua tese apresentada ao Congresso propunha a transformação do Movimento em uma associação, o que colocaria em risco a independência e flexibilidade do formato atual. Não por acaso a maioria do grupo que defendeu essa tese tem mais simpatia e

⁷³ Progressista aqui se refere de forma genérica a todo e qualquer compromisso com pautas geralmente reconhecidas como do campo da esquerda. Desde liberdades democráticas, passando pela defesa dos direitos humanos até reformas estruturais no Estado que tem impactos na e para a segurança pública.

⁷⁴ Revolucionário aqui não diz respeito a uma revolução de fato, mas sim a fidelidade e compromisso com os fundamentos do Manifesto dos Policiais Antifascismo, documento publicado após o 1º Seminário Nacional dos Policiais Antifascismo realizado no Rio de Janeiro.

proximidade com o Partido dos Trabalhadores. Alguns policiais desta corrente chegaram a apresentar como parte da tese defendida no Congresso, um estatuto como base para a futura associação sugerida. Os argumentos para tal são variados, entre eles a existência de um CNPJ possibilitaria receber e manejar recursos para viabilizar as atividades do movimento, por exemplo, com a cobrança de mensalidades dos associados. Outro argumento seria o amparo e a defesa jurídica de seus membros. Vale destacar um fato importante sobre esse ponto. Durante o governo Bolsonaro, um grupo de aproximadamente 500 policiais assinaram um manifesto contra a perseguição política que o Movimento estava sofrendo⁷⁵. Segundo o documento uma investigação em curso buscava enquadrar o MPAF como um “grupo paramilitar”. A imprensa também noticiou a perseguição que a oposição ao governo estava sofrendo, incluindo agentes de segurança.

Notem que o título do manifesto é “Policiais antifascismo em defesa da democracia popular” – *o corretor de texto chamou a atenção para um pleonasmo* – mas o que interessa de fato é que o próprio título do manifesto pode remeter a estratégia Democrático Popular – DP, ou seja, não há nada de revolucionário no MPAF, ele está dentro do campo reformista que deveria ser o DP e não há problemas nisso, ao contrário, é justamente aí que se encontra sua força e novidade⁷⁶. Estamos falando de um movimento organizado por policiais que questionam o modelo da arquitetura institucional da segurança pública e as estruturas que a mantêm, desta forma questionam o próprio Estado e propõe alternativas ao modelo de polícia e segurança adotado no país por dentro da ordem. Um dos lemas do movimento é “revolução dentro da ordem e contra a ordem” clássica elaboração de Florestan Fernandes que muito inspirou o Programa Estratégico da esquerda brasileira. Seria demais cobrar destes policiais que tivessem

⁷⁵ Dossiê do Ministro da Justiça de Bolsonaro. <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/24/ministerio-justica-governo-bolsonaro-antifascistas.htm>; <https://oglobo.globo.com/politica/policiais-antifascistas-citados-em-dossie-do-ministerio-da-justica-apontam-perseguiçoes-24601689>; <https://apublica.org/2020/08/policiais-antifascistas-foram-investigados-em-natal-antes-de-dossie/>; <https://midianinja.org/500-policiais-assinam-manifesto-contr-o-fascismo-e-pela-democracia-no-brasil/>.

⁷⁶ A brincadeira com o pleonasmo busca apontar que uma democracia, em princípio deveria ser popular, mas como bem sabemos podem existir várias formas de democracia e que o nome e a forma nem sempre representam seu conteúdo de classe. Não é preciso ir muito longe para refletir sobre essa questão. Sobre vários pontos de vista a democracia brasileira e seu arranjo institucional pode ser questionada, uma vez que exclui sistematicamente vários grupos sociais das principais decisões políticas da nação, sobretudo, os de baixo como chamou a atenção Florestan Fernandes. Sobre a ideia de “revolucionário” como o texto explicita, a proposta é localizar o MPAF no interior de uma estratégia que ainda não se esgotou. A Estratégia Democrático Popular, como a entendo, independente de suas transformações ou deformações, está inserida no campo reformista e não necessariamente vislumbra alcançar um revolução, o mesmo ocorre com o MPAF, ele é um movimento de reformas, todavia, existem diversas posições acerca do que é uma revolução, assim como uma pequena parte da militância de esquerda ainda acredita que o PT pode ser um instrumento político de transformação radical da sociedade, alguns militantes acreditam que as pautas do MPAF são revolucionárias. Sem julgamento moral sobre as opiniões das e dos camaradas, mas trata-se de uma visão ingênua do alcance do Movimento.

um programa de transformação radical da sociedade sendo que a própria esquerda em seu conjunto não tem mais.

Dentro desta perspectiva, o Policiais Antifascismo é o que tem de mais avançado no debate sobre segurança pública no país, ele não só opera na formulação de propostas e alternativas a partir do conhecimento prático unindo o debate teórico e a empiria. Ele atua justamente na *práxis*, reflexão e prática, ação refletida, pensada, e sobretudo, busca a ação política no cotidiano dos agentes de segurança, ele atua junto aos policiais no avanço da consciência de seu ser.

Para finalizar é justamente a reação vinda de dentro destes segmentos, que aqui está sendo tratada como parte do quarto momento da esquerda militar no Brasil, seguindo a periodização de (Cunha, pp. 114; 140, 2020), que indica as anteriores como o terceiro momento sendo o da restauração da democracia no pós 1964 (Cunha, p. 116); o segundo momento entre 1945 e 1964 de defesa da legalidade democrática (Cunha pp. 114 e 115) e o primeiro até 1935 como período insurrecional.

Esse quarto período conta, sem sombra de dúvidas, com uma agenda ligada a defesa da democracia e que compreendeu quase imediatamente a ameaça neofascista presente no fenômeno do bolsonarismo, o que inclui não apenas a defesa da democracia liberal burguesa, mas também uma posição chave no que diz respeito a luta de classes. Do mesmo modo esse período carrega propostas de reformas profundas na segurança pública. Procuro demonstrar que o Movimento é reflexo não apenas das próprias condições enfrentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras no interior do aparelho repressivo estatal, mas também do abandono do Projeto Democrático Popular pelo maior instrumento de luta construído pelos trabalhadores e trabalhadoras do país até hoje, também pelo fracasso do seu substituto desenvolvimentista. Portanto, o Movimento é fruto das condições específicas do aparelho repressivo estatal brasileiro, cujo a Polícia Militar, aqui denominada de “aparelho autocrático de controle social perverso” se encontra, com sua função primordial na luta de classes no país, mas também é uma resposta à demanda neoliberal por mais violência, como descrito no primeiro capítulo. Por fim, é uma resposta ao próprio contexto político nacional. Do mesmo modo que surge questionando as não reformas do campo popular para a área da segurança pública, o MPAF com todas as suas debilidades e dificuldades pode ser entendido dentro do quadro de renovação da esquerda latino-americana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa busquei compreender, explicar e criticar o fenômeno das greves de militares estaduais desde 1988 até 2022. Tripartição essa que considero elementar ao sociólogo.

Inicialmente me propus a tratar do tema com um recorte temporal menor, desde 2001 ano que concluí pesquisa anterior, portanto fazia muito sentido dar prosseguimento de onde parei, ocorre que no processo investigativo ao acessar fontes primárias, documentos que catalogavam as greves desde 1988, passei a comparar os períodos entendidos como ciclos grevistas ou ciclos de protestos, terminologia já utilizada por alguns pesquisadores que tratam do tema e adotada por mim para melhor explicar o fenômeno. Sendo assim a ideia de ciclo, geralmente utilizada para explicar ondas grevistas em um único ano pareceu-me pouco capaz de dar conta da dimensão do problema, pois logo percebi que por diversas vezes há um encadeamento nos eventos, eles não surgem espontaneamente, há diversas razões para a eclosão das greves, inclusive contendas anteriores, geralmente mal resolvidas ou com poucas condições materiais e políticas para irem à frente por parte dos contenciosos, mais ou menos como a própria teoria sobre os ciclos nos informa, portanto achei por bem que a melhor forma de compreender e explicar o fenômeno é estender a noção de um ciclo nacional de greves para todo o período analisado.

O ciclo nacional é composto por ciclos menores que compreendem mais de um ano. Essa conclusão veio através da observação dos eventos em seu conjunto, mas também ao observar as demandas particulares de cada movimento. O que proporcionou o entendimento sobre determinadas regularidades em termos de reivindicações e táticas utilizadas pelos grevistas, disso decorreu que em um sentido geral as greves acontecem com maior ou menor frequência nos mesmos períodos em que a classe trabalhadora se coloca em movimento. O que leva ainda a outra conclusão, a despeito do que se pensa no senso comum, em nichos da militância política de esquerda e mesmo na Academia, militares estaduais são trabalhadores e trabalhadoras, tem essa origem e se comportam de maneira parecida, ainda que com inúmeros limites e condicionamentos típicos das instituições que pertencem. Neste sentido a reflexão feita é para responder quem são os militares estaduais, ao que a sociologia histórica já nos apresenta boas conclusões que ainda servem de parâmetro. Nada mais do que uma categoria social, retirados de sua classe original constituem um grupo com interesses comuns que por diversas vezes agem de acordo com esses interesses inclusive se distanciando de sua origem.

Ao analisar as demandas, buscar as lideranças e mesmo que tipo de tática era aplicada e verificar certa regularidade foi possível formular algumas categorias que ajudam a entender

melhor as greves. Propus uma espécie de tipologia das greves e indico ao menos três tipos. São eles: de base; mistas ou conjugadas; e as de cúpula.

As Greves de base são aquelas onde a tropa coloca-se em movimento, são dirigidas por lideranças orgânicas, ou seja, Praças geralmente, e tem pautas próprias. As mistas contam com a participação de frações expressivas de Oficiais, defendem pautas de interesse comum ou de interesse particular de cada subgrupo e compartilham a liderança do movimento. Por fim, a de cúpula, que são aqueles movimentos onde o interesse principal é dos comandantes e a tropa pode até ser contemplada com alguma pauta subsidiária, embora o cerne do debate esteja em outra direção, por vezes o interesse real não é tornado público, justamente porque Oficiais de polícia tem sua dinâmica própria e formas de fazer política que passam por sua influência e poder uma vez que controlam recursos importantes e manejam um instrumento de dominação vital a sobrevivência do poder das classes dirigentes. Estes são mais raros e mais difíceis de localizar porque como referido acima os interesses dos Oficiais estão mais próximos dos das classes dirigentes, uma ação como esta pode significar a perda do controle do efetivo que é seu maior recurso e moeda de troca, portanto, rebelar-se contra o poder político estabelecido é a última ação dos Oficiais. Geralmente eles percorrem os corredores dos palácios ou utilizam o movimento de Praças para alcançar seus interesses particulares.

Essas categorias apenas ajudam a compreender os movimentos em um de seus pontos mais sensíveis, uma vez que estou tratando de instituições que mantêm rígido controle sobre a maioria de seus membros e ainda por cima tem uma função essencial no controle e na violência contra as classes trabalhadoras. Por ironia do destino, de onde são recrutados a maioria de seus quadros.

Isso levou a outra reflexão, que é sobre a própria instituição Policial Militar e sua especificidade. Aqui, baseado na teoria sobre o assunto, uma nova classificação surge. Não se trata de uma polícia qualquer, um aparelho repressivo comum, a PM no Brasil teve desde sua origem e tem ainda hoje um papel fundamental no controle social violento sobre as classes exploradas, sobre os de baixo. Sem esse controle violento permanente nem a burguesia brasileira nem o próprio Estado teriam se constituído. De maneira que estou tratando essa instituição com o nome de “aparelho autocrático de controle social perverso” dado o emprego permanente e cotidiano da crueldade.

Por fim, ao notar que os movimentos formam ciclos menores ligados entre si por inúmeras semelhanças, notei que há uma espécie de evolução que pode ser descrita em termos organizativos, desenvolvimento de instrumentos capazes de dar vazão às demandas dos militares, surgimento de lideranças mais ou menos bem preparadas e localizadas politicamente,

problematização das próprias condições mais imediatas, sejam elas materiais sejam elas políticas ou mesmo ideológicas. Neste sentido a dinâmica das greves e mobilizações leva essa categoria social a buscar parcerias e organizar-se nacionalmente porque compreende que isolados não podem avançar muito. É claro que tudo isso também recebe influências externas e os movimentos de militares são disputados e assediados a todo instante. É possível afirmar que o ascenso dos militares estaduais, sobretudo e principalmente as bases das tropas é um perigo a manutenção da ordem burguesa no Brasil. Era necessário controlá-los!

Daí decorre uma terceira conclusão de ordem macroestrutural, ou histórica. Justamente no período de maior desenvolvimento da organização das bases de militares estaduais, sempre em disputa, porque vale lembrar que são instituições conservadoras da ordem, do *status quo*. Há um processo de desmobilização, em parte pensado, em parte próprio da mudança de estratégia das lideranças das classes trabalhadoras brasileira. O Programa Estratégico que previa uma série de reformas, incluindo a do aparato repressivo, vital a qualquer transformação na sociedade brasileira é obliterado. Por diversos motivos o programa reformista é alterado e as reformas se não são abandonadas são mitigadas, a ponto de não terem efeitos práticos mais efetivos, ainda que determinadas políticas tenham impactado a ponto de um novo golpe ter sido armado contra os trabalhadores e trabalhadoras. Mas daí como diz o ditado; “o boi foi com a corda” e não havia mais nada a ser feito. O programa neodesenvolvimentista não foi capaz de superar as mazelas da sociedade brasileira que mantêm níveis de desigualdade históricos absurdos. Essa frustração também ajudou a arrastar parte das classes trabalhadoras e setores médios a oposição, agora articulada pela extrema direita sob fenômeno do bolsonarismo que se trata da representação do neofascismo brasileiro. O fascismo retoma posições perdidas no interior do “aparelho autocrático de controle social perverso” e das demais instituições do aparelho repressivo. Curiosamente é mais ou menos no período de ascensão neofascista que o núcleo consciente mais avançado das polícias também se articula nacionalmente. Quase prevendo a desgraça os policiais brasileiros são os primeiros a denunciar o que estava por vir. Talvez por estarem convivendo diariamente com o demônio eles reconheceram as portas do inferno. O Movimento Policiais Antifascismo desde 2014 rema contra a maré e demonstra que “até no lixão nasce flor”⁷⁷.

Somado ao recuo no programa estratégico em território nacional, há um ataque forjado pela burguesia internacional, muito bem articulada em todo o globo. Seu programa neoliberal que há décadas desembarca toneladas de ideologia e recursos para manter a hegemonia da

⁷⁷ Vida Loka, Pt. 1. Racionais MC's. Nada Como um Dia Após o Outro Dia, Vol. 1 & 2.

burguesia, necessita fortemente do controle violento das classes trabalhadoras, por isso lança mão de um processo de hipermilitarização que tem várias dimensões ultrapassando os limites dos aparelhos repressivos e alcançando muitos espaços da vida social. O que no Brasil foi o mesmo que “jogar o peixe na água”, um crime quase perfeito, dado que as polícias já têm uma origem militarizada.

A conclusão derradeira é a de que ainda há muito a conhecer sobre os militares estaduais e sobre a política das Polícias Militares, mas mais ainda, sobre a política dos policiais militares. De que não há homogeneidade apesar da padronização estética; ao contrário, o que existe é um espaço dinâmico de luta e disputa; e que tem que ser disputado por todas e todos que defendem tanto uma segurança pública entendida como um direito social fundamental de caráter universal essencial a uma vida digna, o que parece o mínimo, como por aqueles e aquelas que defendem uma transformação radical da sociedade.

REFERÊNCIAS

- A REVOLTA DE PORECATU. Memorial da democracia, s/data. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/conflitos/pr>. Acesso em: 27 abr. 2025.
- ABRAMO, Fundação Perseu. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes/> Acesso em: 25 fev. 2024.
- ABRAMO, F. P. 2020. Plano de reconstrução e transformação do Brasil: outro mundo é preciso outro Brasil é necessário. Fundação Perseu Abramo. São Paulo.
- ACORDO É FECHADO E GOVERNO DO ESTADO ANUNCIA REAJUSTE PARA POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DO CEARÁ. CN7, 13 de fev. de 2020. Disponível em: <https://cn7.com.br/acordo-e-fechado-e-governo-do-estado-anuncia-reajuste-para-policiais-e-bombeiros-militares-do-ceara/>. Último acesso em: 28 mar. 2025.
- ADORNO, Sérgio. O Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea In: O que ler na ciência social brasileira 1970-2002. Volume IV. Organizado por Sérgio Miceli. São Paulo: NEV/USP, 2002. <https://nev.prp.usp.br/publicacao/o-monopolio-estatal-da-violencia-na-sociedade-brasileira-contemporanea/> (último acesso em 10/02/2024)
- ALEP. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Projeto de Lei, PL nº 60/2015. Dispõe sobre a criação do programa de estímulo à cidadania fiscal do Estado do Paraná e dá outras providências. 04 fev. 2015. Disponível em: <http://portal.alep.pr.gov.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao?idProposicao=52752> Acesso em: 10 dez. 2020.
- ALMEIDA, Juniele. Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- AMORIM NETO, João Braz. Entre a continuidade e a ruptura: uma análise dos programas federais de segurança pública dos governos FHC, Lula e Dilma / João Braz Amorim Neto. – 2021. 125 f. : il. color. Orientadora: Lucilêia Aparecida Colombo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2021. Bibliografia: f. 109-118. Anexos: f. 119-125
- ANIBAL, Felipe. Como o antifascismo chegou as polícias do Paraná. Plural, s/ data. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/como-o-antifascismo-chegou-as-policias-do-parana/>; Último acesso em: 26 de dez. de 2023.
- APP. Categoria suspende maior greve na educação dos últimos 20 anos. Curitiba: APP – Sindicato, 2015a. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/categoria-suspende-maior-greva-na-educacao-dos-ultimos-20-anos/> Acesso em: 10 dez. 2020.
- APP. Entenda a Paranaprevidência. Curitiba: APP – Sindicato, 2015b. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/entenda-a-paranaprevidencia/> Acesso em: 10 dez. 2020.
- ARAÚJO, Henrique. Representantes de policiais aprovam acordo com o Governo, mas categoria rejeita. O Povo, 13 de fev. de 2020. Disponível em:

<https://mais.opovo.com.br/colunistas/henriquearaujo/2020/02/13/policiais-nao-aceitaram-a-proposta-do-governo---diz-soldado-noelio-sobre-reajuste.html>. Último acesso em: 28 de março de 2025.

ARAUJO, V. L.; COSTA, G. M. M.; MELO, H. P.; BNDES nas privatizações do governo Sarney: pragmatismo ou uma política neoliberal? XI Congresso Brasileiro de História Econômica. 12º Conferência Internacional de História de Empresas. Vitória, ES, 2015.

ARCARY, V. Um reformismo quase sem reformas – uma crítica marxista do governo Lula, em defesa da revolução brasileira. 2. ed. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2014.

ARCHANJO, Georgecohama. A massa da tropa: greve na Polícia Militar da Bahia – 1981. Salvador: Solisluna Design e Editora, 2008.

AS POLÊMICAS SOBRE A PRIMEIRA GREVE DAS POLÍCIAS NO CE. O Povo. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/07/as-polemicas-sobre-a-primeira-greve-das-policias-no-ce.html>. 29 de julho de 2017. Último acesso em 29 de mar de 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE PRAÇAS. ANASPRA, s/data. Disponível em: <https://anaspra.org.br/site/>. Acesso em 27 de abril de 2025.

BARRETO, M. F.; LIMA H. História da Polícia do Rio de Janeiro: aspectos da cidade e da vida carioca (1565 – 1831). Rio de Janeiro: S. A. A Noite, [1975?]. p. 201 – 208.

BASTOS, Pedro Paulo Z. A economia política do novo desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. Economia e Sociedade, v. 21, número especial, p. 779- 810, 2012.

BATISTA, Coronel. As greves na PM da Paraíba de 1997 e 1999, 13 de janeiro de 2014. <https://abriosapb.com.br/as-greves-na-pm-da-paraiba/>.

BATISTA, Coronel. A greve dos Sargentos. 12 de abril de 2017. <https://abriosapb.com.br/a-greve-dos-sargentos-ocorrida-em-campina-grande-em-1983-decorreu-de-uma-serie-de-fatos-anteriores/>

BATISTA, Coronel. Reivindicação por aumento e Prisões de Oficiais. 1º de dezembro de 2014. <https://abriosapb.com.br/primeira-reinvindicacao-por-aumento-na-pm-pb-resultou-em-prisoas-de-oficiais/>

BEATTIE, P. M. Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. Tradução: Fábio Duarte Joly. São Paulo. Ed. da Universidade de São Paulo, 2009.

BEDINELLI, T. Professores do paraná vencem primeiro round do ano do ‘pacotão’ Com greve e invasão da Assembleia, docentes barram lei que corta direitos trabalhistas. Um 2015 de ajustes. Curitiba: EL País, 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/20/politica/1424457016_241003.html Acesso em: 10 dez. 2020.

BEGA, M. T. S.; SOUZA, M. N. Pandemia e efeito-território: a desigualdade social como

catalisadora da Covid-19. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 9, p. 25-54, 2021.

BEGA, M. T. S. et al Políticas Públicas de Combate à Pandemia do Coronavírus na Região Metropolitana de Curitiba. Relatório de Pesquisa II – Versão Completa, UFPR, 2020.

BENZAQUEN, G. F. As greves da Polícia Militar de Pernambuco: elementos para uma interpretação crítica da greve policial. *O Público e o Privado*, Fortaleza, v. 19, n. 38 jan/abr, 2021. DOI: 10.52521/19.4149. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/4149>. Acesso em: 26 fev. 2025.

BENZAQUEN, Guilherme Figueredo. Os saques em Abreu e Lima na greve da Polícia Militar de Pernambuco. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia. Orientador: Prof. Dr. Remo Mutzenberg, Recife, 2020

BERLATTO, Fábila. Sociologia política da segurança pública: um estudo dos secretários estaduais. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Orientador: Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes. Curitiba, 2017.

BERGER, P. L; Luckmann, P. A construção social da realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Ed. Vozes, Petropolis 1985.

BERLATTO, F. Controle social perverso: análise de uma política de segurança pública. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de mestre em sociologia. Orientador: Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes. Curitiba, 2008.

BOITO JR, A. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Unesp, 2018.

BOITO JR, A. O neofascismo no Brasil. Boletim Lieri, número 1, Maio de 2019.

BORDIN, M. A guerra é a regra: hipermilitarização da segurança pública, da vida e do cotidiano. 259 p. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Paraná, 2020.

BRAGA, L. Repressão Estatal e Capital Comunicacional: A criminalização do movimento de desempregados na Argentina (1996-2002). 1.ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2020. p. 17 – 24.

BRAGA, R. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: As contradições do lulismo: a que ponto chegamos? Org. André Singer e Isabel Loureiro. 1ª ed. Boitempo, São Paulo, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 2, p. 237-265, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do desenvolvimentismo clássico e da macroeconomia pós keynesiana ao novo desenvolvimentismo. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 39, n.

2, 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo.; Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 4 (120), pp. 663-686, outubro/dezembro/2010

CALIL, G. G. O Integralismo no pós-guerra: a formação do Partido de Representação Popular (1945-1950). *Tempos Históricos. Marechal Cândido Rondon* v. 02, nº 01, p.117-142, março de 2000.

CÂMARA. Portal da Constituição Cidadã. https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes (último acesso em 14 de janeiro de 2024).

CÂMARA. PEC impede salário nas Forças Armadas menor do que o de PMs. Agência Câmara de Notícias. <https://www.camara.leg.br/noticias/130011-PEC-IMPEDE-SALARIO-NAS-FORCAS-ARMADAS-MENOR-DO-QUE-O-DE-PMS> (último acesso em 13 de fevereiro de 2024)

CÂMARA. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Relacionamento Pesquisa e Informação (CEDI). Comissão Especial Segurança Pública no país 1997.

CÂMARA de representantes. AMAI, s/data. Disponível em: <https://amai.org.br/camara-de-representantes/>. Último acesso em: 26 de dez. de 2023.

CAPITÃO Wagner e Soldado Noélio ressaltam acordo firmado entre Governo, PMs e Bombeiros. CN7, 14 de fev. de 2020. Disponível em: <https://cn7.com.br/capitao-wagner-e-soldado-noelio-ressaltam-acordo-firmado-entre-governo-pms-e-bombeiros/>. Último acesso em: 28 de março de 2025.

CARDOSO, M. L. O mito do método. “Método Científico”, seminário de Metodologia e Estatística, PUC/RJ, 19/01/1971

CARRANO, P. Servidores ocupam e passam a noite na Assembleia Legislativa do Paraná. Notícias. SISMUC – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba. Curitiba: SISMUC. 2015. Disponível em: <https://www.sismuc.org.br/noticias/2/geral/4180/servidores-ocupam-e-passam-a-noite-na-assembleia-legislativa-do-parana-> Acesso em: 10 dez. 2020.

CARTA de comandante da PM de MG pode configurar crime, dizem especialistas. Folha de São Paulo, 25 de fev. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/02/carta-de-comandante-da-pm-de-mg-pode-configurar-crime-dizem-especialistas.shtml>. Último acesso em: 28 de março de 2025.

CARVALHO, Luiz Maklouf. O cadete e o capitão. A vida de Jair Bolsonaro no quartel. São Paulo, Todavia, 2019.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43 (2), p. 5-27, 2000.

CMEIV - Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários. PMPR, s/data. Disponível em: <https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/CMEIV-Corpo-de-Militares-Estaduais-Inativos->

Voluntarios. Último acesso em 17 de julho de 2023.

COLLOR, Fernando. Brasil: um projeto de reconstrução nacional / Fernando Collor. - Brasília: Senado Federal, 2008.

CONCEIÇÃO, Arthur. Questão de polícia: a história da polícia militar em jogo: os casos Januário e Silvio. Curitiba: JM Livraria Jurídica e Editora, 2013.

CUNHA, P. R. da. Militares e Militância: uma relação dialeticamente conflituosa. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 13 – 34.

DIEESE. Notas Metodológicas Estudos e Pesquisas – As greves em 2005 Ano 2 – Nº 20 – Maio de 2006.

ECONOMIA. Moody's rebaixa notas do Paraná, Maranhão e cidade do Rio de Janeiro. São Paulo: G1, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/moodys-rebaixa-notas-do-parana-e-maranhao-e-cidade-do-rio-de-janeiro.html> Acesso em: 10 dez. 2020.

ELEIÇÃO histórica da AVM teve a participação de praças. AVM, s/data. Disponível em: <https://avmpmpr.com.br/eleicao-historica-da-avm-teve-a-participacao-de-pracas/>. Último acesso em: 26 de dez. de 2023.

EM 1989, Greve Geral mobilizou mais de 35 milhões de trabalhadores. 29, maio 2019. Disponível em: <https://sismmac.org.br/em-1989-greve-geral-mobilizou-mais-de-35-milhoes-de-trabalhadores/>. Acesso em: 27 de abril de 2025.

EM 97, greve de policiais provocou renúncia de Suruagy. Folha de São Paulo, 19 de julho de 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u33244.shtml>. Último acesso em 29 de mar de 2025.

ENCONTRO do NUAP - Pisando no terreno da política. Youtube, 2 de jun. de 2021. https://www.youtube.com/watch?v=Pcwi9Z_oIMY. Último acesso em 28/03/2025.

ENTIDADES tentam dar viés legal a paralisação de policiais em Minas Gerais. Uol, 23 de fev. 2022. Disponível em: noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/02/23/entidades-tentam-dar-vies-legal-a-paralisacao-de-policiais-em-minas.htm. Último acesso em: 28 de março de 2025.

ESQUERDA dá lugar à direita bolsonarista em motins de PMs. Jornal do Brasil, s/ data. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/politica/2020/02/1022359-esquerda-da-lugar-a-direita-bolsonarista-em-motins-de-pms.html>. Último acesso em 29 de mar de 2025.

ESTUDOS E PESQUISAS nº 63 – novembro de 2012. Balanço das greves em 2010-2011. DIEESE. Disponível em: https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2011/estPesq63balGreves2010_2011.html. Acesso em: 27 de abril de 2025.

ESTUDOS E PESQUISAS, Nº 104 – 23 de fevereiro de 2023. Balanço das Greves de 2022. Departamento Intersindical de Estatísticos e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2023/estPesq104Greves.html>. Último acesso em: 29 de mar de 2025.

ESTUDOS E PESQUISAS, nº 89 – abril de 2019. Balanço das Greves de 2018. Departamento Intersindical de Estatísticos e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2018/estPesq89balancoGreves2018.html>. Último acesso em: 29 de mar de 2025.

EURELINO C. Uma esquerda para o capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). Tese apresentada ao Programa de PósGraduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2005.

FAÇAMOS greve de soldados! Somos irmãos, trabalhadores! Policiais Antifascismo, 21 de fev. de 2020. Disponível em: <https://policiaisantifascismo.blogspot.com/2020/02/facamos-greve-de-soldados-somos-irmaos.html>. Último acesso em: 28 de abr. de 2025.

FELIX, R. Beto Richa e o ano do “melhor está por vir” Vida Pública. Curitiba: Gazeta do Povo, 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/beto-richa-e-o-ano-do-melhor-esta-por-vir-ecvyltmpvccthny9mv81ioayd/> Acesso em: 10 dez. 2020.

FERNANDES, F. Golpes dentro dos golpes. Que tipo de República? ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 68.

FERNANDES, Florestan. Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução cubana. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

_____. A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica. 2ª Ed. Rio de Janeiro, 1976.

_____. Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FOLHA de São Paulo. Em MG, exército faz patrulhamento. Agência Folha, em Belo Horizonte. São Paulo, domingo, 06 de junho de 2004. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0606200417.htm>

FOUCAULT, M. Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France (1977 – 1978). Tradução Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 449 – 481.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Raio-x das forças de segurança pública do Brasil. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://apidspace.universilab.com.br/server/api/core/bitstreams/f99dca5d-760f-4497-8a07-4a3f71968f39/content>. Último acesso em: 09 de março de 2025.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. São paulo: Círculo do livro, 1974.

GALINDO, R. Um ano depois, “bancada do camburão” segue fiel a Beto Richa. Caixa Zero. Curitiba: Gazeta do Povo, 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/caixa-zero/um-ano-depois-bancada-do-camburao->

segue-fiel-a-beto-richa/ Acesso em: 10 dez. 2020.

GARCIA, E. L. 'O melhor está por vir', diz Beto Richa. Fábio Campana. Política, cultura e o poder por trás dos panos. 20 out. 2014. <https://www.fabiocampana.com.br/2014/10/o-melhor-esta-por-vir-diz-beto-richa/> Acesso em: 10 dez. 2020.

GENOINO, Jose. CALDAS, A. A Constituinte. Avanços, herança e crises institucionais. Curitiba: Kotter editorial, 2023.

GIL, Eric. Beto Richa quebrou o Paraná? Pragmatismo Político, 2015. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/02/beto-richa-quebrou-o-parana.html>. Acesso em: 10 dez. 2020.

GOFFMAN, E. Manicômios, Prisões e Conventos. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOMES de Almeida, Franklin Epiphanyo. Os movimentos reivindicatórios dos policiais militares e os impasses das lutas por direitos em Mato Grosso / Franklin Epiphanyo Gomes de Almeida. -- 2018 231 f.: il. color.; 30 cm. Orientador: Profª Dra Imar Domingos Queiróz. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Cuiabá, 2018.

GUIBU, F. Conflito entre PMs deixa cinco feridos. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2510200011.htm#:~:text=Policiais%20militares%20de%20Pernambuco%2C%20em,de%20ferro%2Dvelho%20foram%20baleados>. São Paulo, quarta-feira, 25 de outubro de 2000. Último acesso em 29 de mar de 2025.

HARVEY, D. Neoliberalismo – história e implicações. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonsalve. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HISTÓRICO da AVM. AVM, s/data. Disponível em: <https://avmpmpr.com.br/historico-da-avm/>. Último acesso em: 26 de dez. de 2023.

IASI, M., Mansur, I., Neves, F. V. A estratégia democrático-popular: um inventário crítico 1ª edição Lutas Anticapital, Marília – 2019.

ICONOGRAFIA da História. Um dia de fúria: a história do pm que invadiu um programa de tv em busca de melhores condições. Apresentação: Joel Paviotti Texto e roteirização: Adriana de Paula Revisão: Adriana de Paula Câmera e produção: Fernando Zeneratto Edição: Eduardo/IB Media Ilustração: IB Media Direção: Caio Picinini, 5 de out. de 2022. <https://www.youtube.com/watch?v=vrwvfnbhrry> acesso em 30 de março de 2025.

INDICADORES. Indicadores Econômicos. IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba, 2020. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indicadores-Economicos#> Acesso em: 10 dez. 2020.

IPEA. Manoel, A.; Neto, A. R.; Neto, A. M. Análise dos ratings dos estados brasileiros: todos deveriam se endividar? Repositório do Conhecimento. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, maio de 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6517> Acesso em: 10 dez. 2020.

JEFFERSON S. <https://www.sociedademilitar.com.br/2022/12/qual-o-salario-de-um-policia-militar-confira-os-estados-que-pagam-os-maiores-salarios-sp1.html> (último acesso em 16/08/2024).

KANIAK, T.; Coelho, S. Manifestantes invadem pátio da Alep, e governo pede retirada de 'pacotaço'. Curitiba: G1, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/02/manifestantes-invadem-patio-da-alep-e-governo-pede-retirada-de-pacotaco.html> Acesso em: 10 dez. 2020.

KATZ, C. Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 79 – 105.

KONDER, L. Introdução ao fascismo. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.

KULAITIS, L. F. M. Entre a vitimização e a criminalização: juventude, segurança pública e controle social perverso. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia. Orientador: Prof. Dr. Pedro Bodê de Moraes. Curitiba, 2016.

KURCHAIT, M. Z. “Nós não controlamos o vento” Os usos políticos das polícias e a política das polícias a partir do “Massacre do dia 29 de abril”. 2017. 147 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

LAVAL, C.; “Crise do neoliberalismo e a emergência de movimentos emancipatórios Prof. Dr. Christian Laval – Université Paris Nanterre – França” - <https://www.youtube.com/watch?v=4YJ3Wbkjcq4>, 8min.50. 2019.

LAZARINI, Alvaro. A segurança pública e o aperfeiçoamento da polícia no Brasil. SEPARATA da revista O Alferes (v. 10 n. 34 jul./set. 1992). Editado pela Academia de Polícia Militar. Divisão de Pesquisa.

LÍDERES comandaram paralisação de 97. Folha de São Paulo, 18 de setembro de 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1809199917.htm>. Último acesso em 29 de mar de 2025.

LIMA, Renato Sérgio de; SILVA, Guilherme Amorim Campos da; OLIVEIRA Priscilla Soares de Segurança pública e ordem pública: apropriação jurídica das expressões à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pátrios. Rev. bras. segur. pública | São Paulo v. 7, n. 1, 58-82 Fev/Mar 2013.

LINHARES, C. Esquerda perde espaço para a direita bolsonarista na linha de frente de motins de PMs. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/esquerda-perde-espaco-para-a-direita-bolsonarista-na-linha-de-frente-de-motins-de-pms.shtml>. Último acesso em 29 de mar de 2025.

MANIFESTO DOS POLICIAIS ANTIFASCISMO. Março de 2018.
<https://policiaisantifascismo.blogspot.com/>. Último acesso em 29 de mar de 2025.

MARÉS, C. GARCIA, E. L Galindo, R. Manifestantes invadem a Assembleia e votação do xpacotaço é suspensa. Vida Pública. Curitiba: Gazeta do Povo, 2015. Disponível em:
<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/manifestantes-invadem-a-assembleia-e-votacao-do-pacotaco-e-suspensa-ejt6v0iecxbbteh7oabdx6z2/> Acesso em: 10 dez. 2020.

MARQUES, J. Policiais militares fecham acordo de reajuste salarial em Sergipe. Folha de São Paulo. 16 de maio de 2001. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u29179.shtml>. Último acesso em 29 de mar de 2025.

MARTINS, J. Os limites do irracional – globalização e crise econômica internacional. São Paulo: Editora Fio do Tempo, 1999.

MARX, K. O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital. v. 1. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 785 – 833.

MASCARO, A. L. Crítica ao fascismo. São Paulo: Boitempo, 2022.

MATTOS, M. B. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MELGAÇO, G. P. P. de S. Uma história do direito, a partir da luta do movimento SOS Bombeiros no Rio de Janeiro durante o ano de 2011. Mestrado em Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MELITO, Leandro. Disputas entre lideranças e bolsonarismo tensionam greve da PM no Ceará. Brasil de Fato, 21 de fev. de 2020. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2020/02/21/disputas-entre-liderancas-e-bolsonarismo-tensionam-greve-da-pm-no-ceara/>. Último acesso em: 28 de março de 2025.

MELITO, Leandro. Greve de policiais no Ceará termina sem anistia aos agentes envolvidos. Brasil de Fato, 02 de março. de 2020. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2020/03/02/greve-de-policiais-no-ceara-termina-sem-anistia-aos-agentes-envolvidos/>. Último acesso em: 28 de março de 2025.

MIRANDA, Ewerton José Braz. O chupa-praça e o aumento de dez reais: um estudo de caso sobre a greve dos policiais militares pernambucanos em julho de 1997. Recife: O autor, 2006, 139 folhas: il., graf., tab., quadros. Orientador: Jorge Zaverucha. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Recife, 2006

MORAES, P. R. B. de Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários. 1ª Ed. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

MORAES JR, Martim C.; SPANIOL, Marlene I.; GUIMARÃES RODRIGUES, Carlos R. Como tem sido planejada a segurança pública no Brasil? Análise dos planos e programas nacionais de segurança implantados no período pós-redemocratização. Dossiê segurança e justiça criminal. Rev. Brasileira de Segurança Pública. São Paulo v. 14, n. 2, 100-127 ago/set 2020.

MOTA, P. Policiais do Piauí decidem terminar greve. Folha de São Paulo, quinta-feira, 10 de julho de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/7/10/cotidiano/66.html>. Último acesso em 29 de mar de 2025.

MOTA, P.; GUIBU, F. Governo estadual sufoca greve de policiais. Folha de São Paulo, 31 de julho de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc310705.htm>. Último acesso em 29 de mar de 2025.

MUNIZ, Jacqueline. Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 1999.

NASSIF, L. Heleno tem “vergonha” de ganhar R\$ 19 mil “líquido” sendo general. <https://jornalgggn.com.br/noticia/heleno-tem-vergonha-de-ganhar-r-19-mil-liquido-sendo-general/> (último acesso em 16/08/2024).

NETO, A. S. da S.; Sá, L. D. de. Liderança e insulto moral na greve policial de 2011 no Ceará: Um estudo das formas de acusação. 38º Encontro Anual da ANPOCS SPG 21 – Antropologia e Sociologia da Moral, Caxambu – MG, 2014

NO 4º dia de greve no RS, familiares de PMs trancam saída de batalhões. G1, 03 de set. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/09/no-4-dia-de-greve-no-rs-familiares-de-pms-trancam-saida-de-batalhoes.html>. Último acesso em: 28 de março de 2025.

NOGUEIRA, R. Como nascem os monstros. A história de um ex soldado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. TopBooks, 2013.

O QUE A POLÍCIA JÁ CONSEGUIU. Folha de São Paulo, 29 de julho de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/7/29/brasil/4.html>. Último acesso em 29 de mar de 2025.

OIKAWA, T. E. Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVA, A. M. As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003 - 2010). Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PARANÁ. Decreto nº 721, de 11 de maio de 1999. Legislação Estadual de Recursos Humanos. Curitiba PR. Disponível em: <http://celepar7cta.pr.gov.br/seap/legrh-v1.nsf/5199c876c8f027f603256ac5004b67da/4392061e7fce990b03256afe005a673d?OpenDocument> Acesso em: 10 dez. 2020.

PAULANI, L. M.; Não há saída sem a reversão da financeirização. ESTUDOS AVANÇADOS 31 (89), 2017.

PAULANI, L. M.; BRASIL DELIVERY: A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA. Revista de Economia Política, vol. 23, nº 4 (92), pp. 563-579, outubro-dezembro/2003.

PAVEZ, T. R., Gonçalves, R. da R., Toledo, D. G. C., Cardoso, S. A. Redes sociais e segurança pública: características e reflexões à luz do processo preparatório para a 1ª Conseg. 2011.

PMS INVADEM TERRAS, MORAM EM FAVELAS AO LADO DE TRAFICANTES, ATRASAM ALUGUEL E FAZEM LIGAÇÃO CLANDESTINA PARA TER LUZ. Folha de São Paulo, 24 de julho de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc240711.htm>. Último acesso em 29 de mar de 2025.

PM DE SERGIPE PERMANECE EM GREVE. Diário do Grande ABC, 04 de maio de 2001. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/397558/pm-de-sergipe-permanece-em-greve>. Último acesso em: 29 de mar de 2025.

PRADO, F. C. A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 167 f. Rio de Janeiro, 2015.

PEREIRA, M. F. Traços Genealógicos nas Denúncias de Corrupção no Segundo Governo Beto Richa (2014-2018). Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 331 – 360, maio 2018.

PEREIRA, F. Desespero no ar. Morre o soldado Sílvio, o policial que invadiu um programa ao vivo para se matar e virou pedinte. Do UOL, em Florianópolis (SC). Publicado originalmente em 9 de setembro de 2019. Republicado em 1º de março de 2021, após a morte do soldado Sílvio. <https://www.uol.com.br/esporte/reportagens-especiais/soldado-silvio/#cover> acesso em 30 de março de 2025.

POMAR, V. A METAMORFOSE 1ª edição: Pagina 13, 2014.

PRISÃO de líderes deflagra greve na PM de Pernambuco. Folha de São Paulo, 17 de julho de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/7/17/cotidiano/49.html>. Último acesso em 29 de mar de 2025.

REDAÇÃO. Com escassez de material, policiais são orientados a revezar coletes à prova de bala. O não cumprimento do memorando acarretará em sanções disciplinares. Curitiba: Banda B, 2018. Disponível em: <https://www.bandab.com.br/seguranca/com-escassez-de-material-policiais-sao-orientados-a-revezar-coletes-a-prova-de-bala/> Acesso em: 10 dez. 2020.

RITTO, C. Cabo que liderou greve volta ao palanque para eleger bombeiros. “Expulso da corporação, Benevenuto Daciolo fará campanha para militares escolhidos pelos colegas no estado. Objetivo é usar eleições municipais para fortalecer movimento ‘adormecido’”. <https://veja.abril.com.br/brasil/cabo-que-liderou-greve-volta-ao-palanque-para-eleger-bombeiros/> 18 de julho de 2012. (último acesso 25/02/2024).

SADER, Emir. Aula ministrada em 27 de abril de 2022. (Anotações de sala de aula)

SADER, Emir e Gentili, Pablo. Org. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANSÃO, Luiza. Grupo de policiais defende a legalização de todas as drogas. Ponte, 05 de dez. de 2014. Disponível em: <https://ponte.org/grupo-de-policiais-defende-a-legalizacao-de-todas-as-drogas/>. Último acesso em: 26 de dez. de 2023.

SIQUEIRA, André Quem é o vereador bolsonarista que está entre os líderes do motim de PMs. Veja, 21 fev. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/quem-e-o-vereador-bolsonarista-que-esta-entre-os-lideres-do-motim-de-pms><https://veja.abril.com.br/politica/quem-e-o-vereador-bolsonarista-que-esta-entre-os-lideres-do-motim-de-pms>. Último acesso em: 28 de março de 2025.

SILVA, Robson Augusto da. MILITARES PELA CIDADANIA. Movimentos associativistas das praças das forças armadas. De 1910 a 2009, um século de ativismo em busca de humanização nas relações de trabalho.

SILVA, O. H. A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Tradução Andreia Gaifami. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SINGER, A. Loureiro, I., As contradições do lulismo: a que ponto chegamos? 1ª ed. Boitempo, São Paulo, 2016.

SOARES, Luiz Eduardo. A política nacional de segurança pública: histórico, dilemas e perspectivas. Estudos avançados 21 (61), 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. PEC-51: revolução na arquitetura institucional da segurança pública <https://www.luizeduardosoares.com/pec-51-revolucao-na-arquitetura-institucional-da-seguranca-publica/> (último acesso em 08/05/2024).

SODRÉ, N. W. História militar do Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 19 – 66.

SOLDADO Noelio relata reunião com Governo sobre salário de militares. ALECE, 17 Dez. de 2019. Disponível em: <https://www3.al.ce.gov.br/index.php/pronunciamentos-ordem-do-dia/item/87469-1712od-lv-noelio-r?tmpl=component&print=1>. Último acesso em: 28 de março de 2025.

SOUZA, Robson Sávio Reis. Quem comanda a segurança pública no Brasil? Atores crenças e coalizões que dominam a política nacional de segurança pública. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2015.

SOUZA, M. N. O Programa Saúde da Família como estratégia de enfrentamento da Covid-19 na periferia de Curitiba. Boletim Cientistas Sociais, v. 59, p. 1-8, 2020.

SOUZA, M. N. Desigualdade e seletividade social das medidas de contenção da Covid-19 na periferia de Curitiba. GUAJU – REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO

TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, v. 6, p. 131, 2020.

SPANIOL, M. I.; MORAES JR, M. C.; GUIMARÃES RODRIGUES, C. R. Como tem sido planejada a Segurança Pública no Brasil? Análise dos Planos e Programas Nacionais de Segurança implantados pós-redemocratização. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 100–127, 2020. DOI: 10.31060/rbsp.2020.v14.n2.1035. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1035>. Acesso em: 31 jul. 2022.

ANEXOS

QUADRO SÍNTESE 1 – GREVES DE 1988 A 1994⁷⁸

Período da Greve	Instituição	Unidade da Federação	Observações	Cronologia	Tipo
1/02/1989 a 1/02/1989	Policiais Militares	MT	<u>Ano de greve geral e equiparação do salário dos PMs ao do Exército.</u>	1	Base ou Mista
13/11/1989 a 13/11/1989	Policiais Militares	PE	Melhorias salariais	2	X
14/11/1989 a 14/11/1989	Policiais Militares	PA	Reivindicavam um reajuste salarial de 200%	3	Base ou Mista
29/11/1989 a 29/11/1989	Policiais Militares	BA	Reivindicavam reajustes escalonados entre 40% e 80% e melhores condições de trabalho.	4	Base ou Mista
08/12/1989 a 14/12/1989	Policiais Militares	AL	<u>Reivindicavam isonomia salarial com o Exército Brasileiro.</u>	5	Base ou Mista
14/3/1990 a 24/3/1990	Policiais Militares	AL	Cumprimento do artigo 67 da Constituição Estadual que garantia o escalonamento salarial a partir dos vencimentos do comandante.	6	Base
03/9/1992 a 03/9/1992	Policiais Militares	BA	Reivindicam reposição salarial de 390%	7	Base ou Mista
5/11/1992 a 5/11/1992	Policiais Militares	SP	Protesto contra a nova determinação do comandante da Polícia Militar de que toda a ocorrência envolvendo resistência e morte terá de ser muito bem explicada, por inquérito militar.	8	Cúpula
11/12/1992 a 18/12/1992	Policiais Militares	RN	Reivindicam reajuste salarial.	9	X
31/1/1993 a 18/2/1993	Policiais Militares	RO	Reivindicavam um reajuste salarial de 156% e o pagamento de Cr\$ 230 bilhões em benefícios atrasados.	10	Base ou Mista

⁷⁸ Os trabalhos acadêmicos sobre as greves de militares estaduais se concentram no segundo e no terceiro ciclo analisado, não há muito material da imprensa disponível na internet sobre os eventos do primeiro ciclo, por isso a classificação das greves ficou comprometida para este período baseando-se principalmente nas pautas, entretanto, é possível inferir que a maioria delas teve a adesão ou o compartilhamento da direção do movimento – mesmo que de forma velada – dos oficiais militares. Batista (2017) sobre a greve de 1983 na Paraíba e Archanjo (2008) sobre a greve da Bahia, do início dos anos 1980, ajudam a chegar a essa conclusão. De qualquer forma mesmo que haja discordância sobre a classificação do movimento, a tipologia proposta ainda é capaz de orientar investigações sobre o caráter das greves.

QUADRO SÍNTESE 2 – GREVES DE 1995 A 2002⁷⁹

Período da Greve	Instituição	Unidade da Federação	Observações	Cronologia	Tipo
15/6/1996 a 16/6/1996	Policiais Militares	AL*	Reivindicavam o pagamento de salários e 13o. Salários atrasados.	1	Mista
26/8/1996 a 28/8/1996	Policiais Militares	AL*	Reivindicavam o pagamento de salários atrasados	2	Mista
6/9/1996 a 19/9/1996	Policiais Militares	AL*	Reivindicavam o pagamento de salários atrasados e a demissão do Secretário Estadual de Segurança Pública	3	Mista
21/11/1996 a 21/11/1996	Policiais Militares	AL*		4	Mista
12/6/1997 a 27/6/1997	Policiais Militares	MG	Reivindicavam 100% de reajuste salarial e protestavam contra o aumento concedido apenas a oficiais e delegados da polícia civil.	5	Base
2/7/1997 a 3/7/1997	Policiais Militares	PA	Reivindicavam reajuste salarial de 75%, a construção de casas para os policiais, aumento no tíquete-refeição, jornada de 44 horas e a não punição aos grevistas.	6	Base
4/7/1997 a 8/7/1997	Policiais Militares	PI	Reivindicavam equiparação salarial com os policiais militares do Maranhão, com piso salarial para soldados de R\$638,00 e protestaram contra as distorções salariais da categoria.	7	Base
8/7/1997 a 8/7/1997	Policiais Militares	AC	Reivindicavam reajuste salarial de 35%, retroativo a junho	8	X
10/7/1997 a 31/7/1997	Policiais Militares	AL	Reivindicavam o pagamento de salários atrasados há seis meses e pediam o afastamento do governador do Estado.	9	Mista
14/7/1997 a 19/7/1997	Policiais Militares	PB	Reivindicavam um abono salarial que varia de R\$295,00 a R\$500,00	10	Mista
15/7/1997 a 29/7/1997	Policiais Militares	PE	Reivindicavam reajuste salarial de 75%, adicional noturno e horas extras. Protestaram contra a prisão de quinze diretores da Associação de Cabos e Soldados.	11	Mista

⁷⁹ As greves de Alagoas* em 1996 podem ser tratadas como o mesmo movimento, embora tenham acontecido vários eventos no mesmo ano. A de Sergipe** trata-se de uma repetição do mesmo evento no documento do SAG, apenas com informações adicionais. Em nenhum dos casos a análise é comprometida.

16/7/1997 a 25/7/1997	Policiais Militares	MT	Reivindicam reajuste salarial.	12	Mista
18/7/1997 a 22/7/1997	Policiais Militares	MS	Reivindicavam reajuste salarial de 180%.	13	X
22/7/1997 a 23/7/1997	Policiais Militares	GO	Reivindicavam reajuste salarial de 80% sobre o salário dos soldados	14	Mista
23/7/1997 a 24/7/1997	Policiais Militares	RS	Reivindicavam reajuste salarial de 100% a 222% sobre o adicional de risco de vida.	15	Mista
29/7/1997 a 31/7/1997	Policiais Militares	CE	Reivindicavam reajuste salarial de 66% para os policiais.	16	Base
7/9/1999 a 24/9/1999	Policiais Militares	PB	Reivindicavam o pagamento do escalonamento vertical dos salários, instituído pela lei 6.507, de junho de 1997, que garantiria aos soldados um reajuste entre 57% e 62,8%. Também exigiam melhores condições de trabalho, com a aquisição de equipamentos e material.	17	Mista
7/7/2000 a 26/7/2000	Policiais Militares	MT	Reivindicam elevação do piso para R\$ 1.000,00.	18	X
16/8/2000 a 16/8/2000	Policiais Militares	SE	Reivindicavam a equiparação do soldo, que era de R\$ 79,00, ao salário-mínimo. Além disso, queriam o aumento do efetivo e a aquisição de armamentos e munições.	19	Mista ou Cúpula
19/10/2000 a 30/10/2000	Policiais Militares	PE	Reivindicavam a elevação do soldo de R\$ 74 para R\$ 151 - o equivalente ao salário mínimo -, aumento da folga de 48 para 72 horas no caso de jornadas de trabalho de 24 horas ininterruptas.	20	Base
13/12/2000 a 15/12/2000	Policiais Civis Policiais Militares	SC	<u>Reivindicavam equiparação salarial entre oficiais e delegados e entre soldados e investigadores. Além disso, queriam elevação do piso salarial para R\$ 1.372.</u>	21	Mista ou Cúpula
15/3/2001 a 5/4/2001	Policiais Militares	DF	Reivindicavam aumento salarial de 28,23% - mesmo índice concedido às Forças Armadas. Além disso, queriam anistia para os 240 militares afastados do serviço por terem participado da greve de setembro de 2000; retorno das antigas escalas de serviço (doze horas trabalhadas por sessenta horas de descanso - ou 24 horas por 72); seguro de vida de R\$ 50.000 (com gratificação de seguro de vida de R\$ 250,00 mensais); auxílio-alimentação de R\$ 101,00; e aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de lei de vencimentos, que fixava em R\$ 2.532,00 o salário básico da PM e do Corpo de Bombeiros.	22	Base ou Mista
27/4/2001 a 4/5/2001	Policiais Militares	SE**	Reivindicavam melhores salários e o afastamento de um comandante-geral da corporação.	23	Mista
27/4/2001 a 5/5/2001	Policiais Militares	SE**	Reivindicavam melhores salários e condições de trabalho, envio à Assembleia Legislativa do projeto de lei de Adequação da Estrutura Funcional da Polícia Militar e exoneração do comandante-geral da PM,	23	Mista

			acusado de implantar um regime de excessiva austeridade na corporação.		
15/5/2001 a 18/5/2001	Policiais Militares	PR	Reivindicavam o retorno de uma gratificação, equivalente a 38% do salário, cancelada pelo governo do estado havia seis anos.	24	Base
21/5/2001 a 31/5/2001	Policiais Militares	TO	Reivindicavam aumento salarial de 47%; reformulação do plano de cargos e salários; redução da jornada de trabalho de oitenta para quarenta horas semanais; melhores condições de trabalho; e financiamento da casa própria e acerto de promoções atrasadas.	25	Base
8/1/2002 a 9/1/2002	Policiais Militares	BA	Protestavam contra o descumprimento do acordo firmado em 2001, que previa um salário-base unificado de R\$ 1.200,00, pagamento das horas extras e adicional noturno. Além disso, o governo estadual adota ra medidas de retaliação aos grevistas, como demissões e transferências. Também exigiam a revisão do pedido de indiciamento de 286 policiais e a libertação de cinco PMs, que teriam supostamente utilizado rádios das patrulhas para convocar os colegas a paralisarem suas atividades.	26	Base
23/12/2002 a 23/12/2002	Policiais Militares	ES	Atraso no pagamento dos salários	27	Cúpula

QUADRO SÍNTESE 3 – GREVES DE 2003 A 2015⁸⁰

Período da Greve	Instituição	Unidade da Federação	Observações	Cronologia	Tipo
25/10/2003 a 29/10/2003	Policiais Militares	RN	Reajuste salarial dividido em três parcelas, 31% em abril, 20% em outubro e 20% em abril de 2004; reforma do estatuto da Polícia Militar do ano de 1967, emissão da carteira funcional; e reativação do Centro de Formação de Praças, desativado em 1995.	1	Base
4/6/2004 a 6/6/2004	Policiais Civis Policiais Militares	MG	As categorias reivindicavam reajuste salarial de 54%. O governo estadual propunha reajuste salarial de 6%. Em 04/06, os policiais militares e civis, bombeiros e agentes penitenciários entraram em greve parcial por tempo indeterminado. Duas reuniões de negociação entre os representantes das categorias e autoridades do governo estadual terminaram sem acordo.	2	Base
14/6/2004 a 14/6/2004	Policiais Militares	PI	A categoria reivindicava abono de R\$ 130, reajuste salarial, vale-refeição e redução da jornada de trabalho.	3	Base
16/5/2005 a 19/5/2005	Policiais Militares	Goiás/GO	Reivindicavam reajuste salarial de 40% a 52%	4	Mista
27/3/2006 a 3/4/2006	Policiais Militares	PB	(Plano de Cargos e Salários) A categoria reivindicava a manutenção do escalonamento salarial da corporação.	5	X
19/4/2007 a 20/4/2007	Policiais Militares	AL	A categoria reivindicava o cumprimento da decisão judicial que concedia reajuste salarial de 88,54%. Em fevereiro/2007, sentença do juiz da Vara da Fazenda Pública Estadual reconheceu o direito dos cabos e soldados aos mesmos reajustes dos oficiais superiores.	6	Base
6/5/2008 a 13/5/2008	Policiais Militares	PB	Os policiais militares reivindicavam melhores condições de trabalho e a aprovação da lei que previa a regularização dos salários da categoria.	7	X
7/7/2008 a 14/7/2008	Policiais Militares	RO	Os policiais militares e bombeiros reivindicavam reajustes salariais	8	X
22/12/2008 a 27/12/2008	Policiais Militares	SC	A categoria reivindicava o cumprimento da Lei Complementar 254, sancionada em 2003, que reduzia diferenças salariais entre soldados da Polícia Militar e bombeiros militares. Além disso pleiteava a efetivação do plano de carreira, aprovado em 2006.	9	Base
30/3/2009 a 31/3/2009	Policiais Militares	Boa Vista/RR	Os policiais militares de Boa Vista/RR reivindicavam reajuste salarial de 33%	10	Base
28/2/2011	Policiais	PB	Servidores reivindicam reajuste salarial de acordo com	11	Base

⁸⁰ Os eventos dos Guarda Vidas Civis de Santa Catarina e da Polícia Civil do Rio de Janeiro podem ser descartados para uma análise exclusiva sobre greves de militares estaduais, conquanto, podem ser utilizadas para problematizar o quadro geral da segurança pública nas últimas décadas, principalmente os da PCRJ que surge no contexto da PEC 300, que buscava um piso nacional para as categorias da segurança pública. Como mencionado no texto, é parte do momento de articulação nacional dos militares estaduais, o que em alguns casos envolveu outras categorias de servidores. Meu argumento remete ao avanço e evolução da luta destes trabalhadores desmistificando propostas que atribuem os movimentos de militares estaduais a golpes de estado ou meros motins do grupo.

a 2/3/2011	Militares		a PEC 300, que iguala os salários dos militares estaduais de todo o Brasil.		
18/4/2011 a 20/4/2011	Policiais Militares	RO	Os agentes reivindicam reajuste salarial, reajuste do salário inicial de R\$ 1,7 mil para R\$ 3,2 mil, reajuste das horas extras, Plano de Cargos e Carreira, aumento no vale alimentação, no auxílio saúde e na verba destinada a manter o fardamento, gratificação ao policial que possui nível superior, gratificação para motorista de viatura, direito a equipamentos individualizados (colete, armamento e munição) para o policial que trabalha no serviço operacional, extensão dos valores de auxílio transporte e adicional noturno, alteração da lei de promoções, promoções de policiais antigos com direito adquirido e a retirada de três oficiais – entre eles o comandante geral da Polícia Militar de Rondônia – conforme já está estabelecido em lei.	12	Base
11/5/2011 a 17/5/2011	Policiais Militares	RJ	Bombeiros reivindicam aumento do piso salarial de R\$950 para R\$ 2.000. Além de melhores condições de trabalho, quanto a falta de óculos escuros e protetor solar.	13	Base
11/5/2011 a 12/5/2011	Policiais Militares	AL	Os agentes reivindicam o cumprimento de um plano de cargos e carreiras, que deve também resultar em aumento salarial.	14	Base
13/5/2011 a 13/5/2011	Policiais Militares	AC	Servidores reivindicam piso salarial de R\$ 3.071,00.	15	X
24/5/2011 a 24/5/2011	Policiais Cívicos	SE	HPM - Hospital da Polícia Militar	16	X
3/6/2011 a 12/6/2011	Policiais Militares	RJ	Bombeiros reivindicam aumento do piso salarial de R\$950,00 para R\$ 2.000,00. Além de melhores condições de trabalho. Em 02/06, cerca de 2000 bombeiros se concentraram em frente a Assembleia Legislativa (Alerj), com o intuito de retomarem a greve encerrada no mês anterior, já que o compromisso firmado pelo governo não foi concretizado. Participação das famílias dos bombeiros militares estaduais. Prisão dos bombeiros. Criação da Frente Unificada das Entidades de Classe da Segurança Pública do Estado, no qual, policiais civis e militares anunciaram participar das manifestações organizadas pelos grevistas. Dia 12/06, cerca de 30000 pessoas se concentraram na praia de Copacabana para apoiar a greve dos bombeiros. O movimento foi encerrado.	17	Base
10/8/2011 a 17/8/2011	Policiais Militares	PI	Agentes reivindicam equiparação salarial com os policiais civis, melhores condições de trabalho, reajuste no vale alimentação e intervalos maiores durante a jornada de trabalho.	18	X
8/11/2011 a 2/12/2011	Policiais Militares	MA	Trabalhadores reivindicam reajuste salarial de 30% escalonado em dois anos, a redução da jornada de trabalho de 72 para 44 horas semanais, melhorias no PCCS e a equiparação salariais com os policiais civis.	19	Base

3/12/2011 a 12/12/2011	Policiais Militares	RO	Os militares reivindicam 44% de reajuste acordado com o Estado, que propõe 12,6% em três parcelas.	20	X
29/12/2011 a 4/1/2012	Policiais Militares	CE	Os policiais e bombeiros exigem escala de 40 horas semanais; mudança no sistema de promoções; reajuste salarial de 80% até o fim de 2015; aumento do efetivo; incorporação ao salário de todos, independentemente do turno, da gratificação de R\$ 859 paga aos policiais do turno da noite e, por fim, anistia aos policiais que participaram dos protestos pela elevação do piso.	21	Base
19/1/2012 a 19/1/2012	Policiais Militares	PA	Policiais querem 100% de reajuste no soldo para reposição desde 1995, pagamento de adicional de interiorização, aumento do adicional de periculosidade de 50 para 100%, aumento de 100% do auxílio moradia e creche, coletes a prova de bala, melhorias no alojamento e o fardamento no contracheque. O governo ofereceu reajuste salarial de 14,13% somente aos praças, deixando de fora 50% de reajuste na gratificação de risco de vida.	22	Base
31/1/2012 a 11/6/2012	Policiais Militares	BA	Os policiais reivindicam o pagamento e a incorporação da Gratificação por Atividade Policial ao soldo, regulamentação do pagamento de auxílio acidente, periculosidade e insalubridade, cumprimento da lei da anistia e a criação do código de ética, além da criação de uma comissão para discutir um plano de carreira para a categoria	23	Base
9/2/2012 a 14/2/2012	Policiais Cíveis Policiais Militares	RJ	Policiais reivindicam aprovação da PEC 300, que institui o piso nacional da categoria.	24	Base
11/12/2013 a 11/12/2013	Policiais Militares	AL	Protesto por melhores condições de trabalho. Em 09/12, no município de Porto de Pedras, um policial militar foi retirado do Grupamento Militar e morto por assaltantes que haviam acabado de assaltar uma agência bancária. Os policiais reivindicam que os policiais lotados em atendimentos burocráticos voltem a trabalhar nas ruas e afirmam que apenas trabalharão em locais com dois ou mais agentes em serviço.	25	X
26/2/2014 a 26/2/2014	Policiais Militares	MA	Reivindicam reajuste salarial.	26	Base
26/3/2014 a 4/4/2014	Policiais Militares	MA	Reivindicam reajuste salarial de 12% e carga horária de 40 horas semanais.	27	Base
3/4/2014 a 8/4/2014	Policiais Militares	PA	Reivindicam extensão do reajuste salarial de 11% concedido a oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Pará pelo Projeto de Lei 34/2014 e auxílio-fardamento.	28	Base
15/4/2014 a 17/4/2014	Policiais Militares	BA	Reivindicam a implantação de um plano de carreira, a reformulação do Código de Ética e a revisão das remunerações (aumento da gratificação da Condição Especial de Trabalho - CET - e isonomia entre as polícias militares e civil). Também reivindicam auxílio alimentação para R\$ 500 e anistia a todos os participantes deste e do movimento de 2012.	29	Base

19/4/2014 a 19/4/2014	XX	SC Balneário Camboriú	Guarda – vidas civis	30	X
22/4/2014 a 22/4/2014	Policiais Militares	RN	Reivindicam encaminhamento de projeto de lei estadual para promoção de praças, reajuste salarial de 56,7% e convocação de 824 aprovados em concurso público.	31	Base
28/4/2014 a 28/4/2014	Policiais Militares	AM	Reivindicam aprimoramento dos critérios de promoção. Outras demandas são a implantação do Código de Ética da corporação, a regulamentação da Gratificação por Trabalho Extra (GTE), a mudança na escala de serviços e a implantação de Auxílio Moradia e Auxílio Alimentação.	32	Base
7/5/2014 a 7/5/2014	XX	SC Balneário Camboriú	Guarda – vidas civis	33	X
13/5/2014 a 15/5/2014	Policiais Militares	PE	Reivindicam a revisão nas escalas de serviços, no valor da gratificação de risco de vida e no Plano de Cargos e Carreiras; aumento do vale-alimentação; gratificação para motoristas; humanização do código disciplinar; auxílio de invalidez; gratificação para quem possui cursos superiores e qualquer pós-graduação; investimento em especialização profissional e bolsas de estudo, além da implantação do subsídio mais 40% de reajuste.	34	Base
5/9/2015 a 11/9/2015	Agentes Penitenciários Policiais Civis Policiais Militares	RS	Protesto contra o atraso no pagamento dos salários.	35	X
14/10/2015 a 16/10/2015	Policiais Militares	AM	Reivindicam reposição salarial da inflação, pagamento de auxílio moradia, auxílio alimentação e auxílio fardamento além da realização de promoções.	36	Base

QUADRO SÍNTESE 4 – GREVES DE 2016 A 2022

Período da Greve	Instituição	Unidade da Federação	Observações	Cronologia	Tipo
24/5/2016 a 24/5/2016	Policiais Militares	MS	Reivindicam reajuste salarial que reponha perdas inflacionárias, melhores condições de trabalho, materiais de escritório, melhores condições de higiene e manutenção adequada de coletes balísticos e viaturas.	1	X
6/1/2017 a 9/1/2017	Policiais Civis	AM	Reivindicam o pagamento da terceira parcela do reajuste salarial, conforme acordo realizado em 2014.	2	X
31/1/2017	Corpo de	RS	Reivindicam o repasse das verbas para o pagamento	3	X

a 31/1/2017	Bombeiros de Soledade		das horas extras.		
1/9/2017 a 1/9/2017	Policiais Militares	MT	Reivindicam reajuste salarial.	4	X
19/12/2017 a 9/1/2018	Policiais Civis Policiais Militares	RN	Protestam contra o atraso no pagamento dos salários - inclusive o 13º - reajuste dos salários e do vale alimentação, pagamento das promoções, aumento da estrutura de apoio psicossocial, formação e qualificação e melhores condições de trabalho.	5	Base
14/3/2018 a 15/3/2018	Policiais Militares	AM	Reivindicam reajuste salarial e que as promoções previstas por lei sejam mantidas.	6	X
31/5/2019 a 31/5/2019	Agentes Penitenciários Policiais Civis Policiais Militares	MS	Reivindicam reajuste dos salários.	7	X
17/6/2019 a 17/6/2019	Policiais Militares	RN	Reivindicam reajuste salarial, pagamento de salários em atraso (dezembro de 2018 e 13º) e recomposição do efetivo.	8	Base
8/10/2019 a 10/10/2019	Policiais Militares	BA	Reivindicam plano de carreira, reajuste de gratificações e melhorias no Planserv, plano de saúde oferecido aos servidores estaduais. Também reivindicam o reconhecimento da Aspra (Associação dos Policiais e Bombeiros e de seus Familiares do Estado da Bahia) como entidade que representa os policiais.	9	Base
18/2/2020 a 1/3/2020	Policiais Militares	CE	Reivindicam reajuste salarial, com um aumento que leve o salário médio da categoria, de R\$ 3.250, para cerca de R\$ 4.700; com consequente reflexo na tabela dos salários.	10	Base
19/2/2020 a 19/2/2020	Policiais Civis Policiais Militares	PB	Reivindicam a incorporação ao salário do valor de uma bolsa, além de reajuste no seu valor	11	X
12/6/2021 a 14/6/2021	Policiais Militares	RO	Reivindicam reajuste salarial.	12	Base
21/2/2022 a 29/3/2022	Agentes Penitenciários Policiais Civis Policiais Militares	MG	Reivindicam o pagamento da recomposição salarial de 24% para a categoria. Um acordo estabelecido em 2019 definia um reajuste salarial parcelado em três vezes: 13% em 2020, 12% em 2021 e 12% em 2022. Apenas a primeira parcela foi paga.	13	Mista